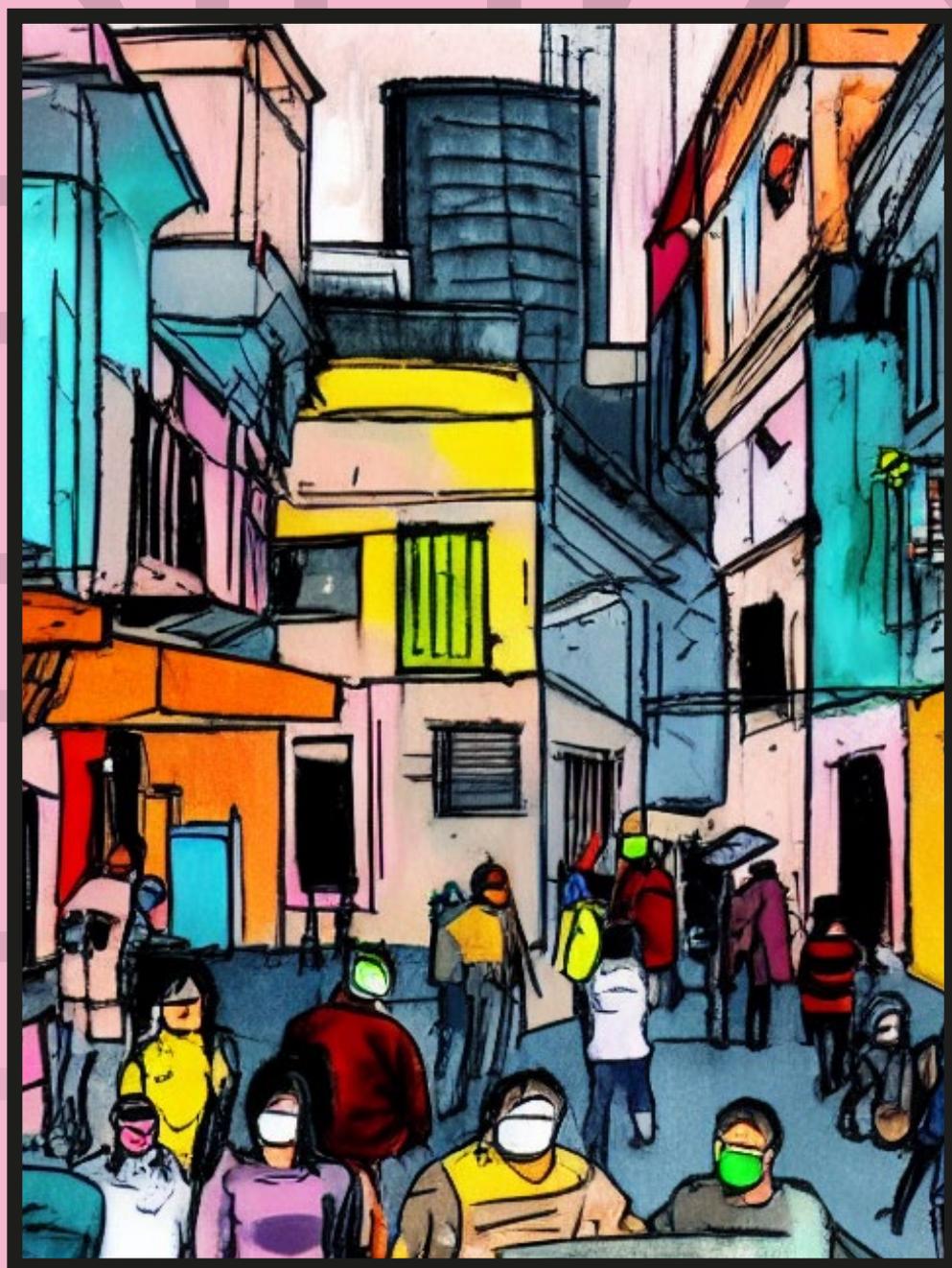


# plural

Revista de Ciências Sociais



29.2



# plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP**

**29.2**

Departamento de Sociologia Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo

## *Plural*

Revista de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo  
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior  
Vice-Reitora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins  
Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia  
Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação:  
Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 29, n. 2

Comissão Editorial  
Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo  
Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo  
Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais  
Ada Rízia, Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo  
Caio Moraes Reis, Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo  
Patricia Jimenez Rezende, Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo

Monitor (Discente de Graduação em Ciências Sociais - bolsista ABCD/USP)  
Rodrigo da Silva Rocha

Comissão Executiva (Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP)  
Ada Rízia, Bárbara F. Brandi, Caio M. Reis, Camila Crumo, Emerson R. C. Palmieri, Fernanda R. Nunes Pereira, Fernando José Filho, Gabriela S. Schmidt, Helena Wilke, Hugo C. Bispo, Jessica M. Mendes, Jéssica Melo, Jéssica Horing, João Alfredo X. de Freitas, Juliana K. Moreno, Matheus Henrique H. dos Santos Fagundes, Martha H. dos Santos, Mateus A. de Mendonça, Max Luiz Gimenes, Nathalia Mansour, Patricia J. Rezende, Raimundo Paulino da Silva, Vanessa N. Nunes dos Santos, Vinicius M. Maia, Vítor G. Q. de Medeiros, Wendell Marcel A. da Costa

Conselho Científico  
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Livia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica  
Revisão: Tikinet  
Diagramação: Diagrama Editorial  
Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.

e-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: [www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416](https://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416)

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2022. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 29, n. 2, jul./dez., 2022 (publicado em dezembro de 2022).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais

# SUMÁRIO

## Dossiê

### **Transmissão pessoa a pessoa: análises sociológicas da pandemia COVID-19**

**Transmissão pessoa a pessoa: análises sociológicas da pandemia COVID-19** .....5

Emily Pingel, André Marega Pinhel

**Representações sociais dos profissionais de saúde relativas ao trabalho no período de pandemia da Covid-19** .....14

Leide da Conceição Sanches, Maria Marce Molianni,  
Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos, Ingrid Schwyzer

**A racionalidade neoliberal nas contratações públicas de combate à sindemia da covid-19** .....30

Ednaldo Tavares Rufino Filhøe Poala Vettorato

**A pandemia na casa e na rua: uma análise sobre as relações pessoais e o impacto do óbito de idosos na família** .....46

Vânia Morales Sierra, Pedro Guimarães Coscarelli, Maria Luiza Ferreira da Silva,  
Anna Carolina Almeida Vieira de Annuniação, Sofia de Andrade Denozor

**População em Situação de Rua no Bairro da Mooca Durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020: trabalho, renda e modos de vida** .....63

Ednan Silva Santos

## Tradução

**Comprometendo-se com a continuidade: práticas de atenção primária durante a Covid-19 em um bairro urbano brasileiro**

Emily Pingel, Alexandra Llovet, Fernando Cosentino, Jeffrey Lesser

Traduzido por Monaliza Caetano

**O que é racismo superestrutural?** .....99

Jônatas Corrêa Nery

**Desenrolando os fios da repressão estatal: sentidos e efeitos do “fim da cracolândia”** .....118

Tiago Magaldi, Fernanda Kagan Mallak

**“O Evaristo é um modelo que a gente tá fazendo”: O seguro como política e como horror. . . . .141**

Roberta Olivato Canheo

**A construção social do corpo e de si mesmo nos esportes coletivos . . .165**

Eduardo Fernandes Nazareth

## **Entrevista**

**Apartheid na Palestina: do debate internacional ao seu reconhecimento e julgamento. Entrevista com o ex-relator especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, John Dugard . . . . .188**

Fábio Bacila Sahd

## **Resenha**

**Resenha do livro Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os teólogos da libertação . . . . .208**

Francisco das Chagas de Oliveira

# Transmissão pessoa a pessoa: análises sociológicas da pandemia COVID-19

*Person-to-Person Transmission: Sociological Analyses of the COVID-19 Pandemic*

Emily Pingel<sup>a</sup> , André Marega Pinhel<sup>b</sup> 

É com prazer que apresentamos essa edição especial da *Plural*, formatada para discutir as especificidades da pandemia de COVID-19 e seus impactos para a pesquisa em sociologia. O vírus SARS-CoV-2 foi isolado em 7 de janeiro de 2020, na cidade de Wuhan, e pouco tempo depois já dispúnhamos de seu sequenciamento genético. Os efeitos do contágio e da disseminação global do vírus seriam sentidos em meados de março de 2020, quando começamos a observar curvas crescentes de casos e óbitos, seguidas por medidas de mitigação sanitária, como isolamento social e testagem em massa. No final de julho do mesmo ano, já estava claro que não se tratava de um evento trivial, e que todo o fluxo usual de interações sociais seria afetado pela emergência sanitária. Passados três anos do início da pandemia de COVID-19, algumas perguntas se destacam: como podemos caracterizar sociologicamente esse evento de emergência sanitária? Em que sentido as restrições impostas pelas medidas de contenção afetaram a pesquisa em sociologia?

Em primeiro lugar é importante mencionar que há pelo menos duas formas de pensar pandemia: a partir das estatísticas vitais e indicadores de saúde, na lógica das análises sanitárias, ou como um fato social, com implicações simbólicas e sistêmicas. Essas duas formas de raciocínio não estão completamente separadas, uma vez que o discurso público dos agentes sanitários é um elemento importante de governança na crise pandêmica. O foco das publicações aqui congregadas, entretanto, são os sentidos e efeitos sociais que a pandemia nos legou, e como tais efeitos interagem com estruturas de desigualdade preexistentes. Em síntese, trata-se de aplicar métodos e técnicas sociológicas para pensar as especificidades sociais da emergência sanitária e analisar seu impacto em áreas clássicas de estudos sociológicos, como mercado de trabalho e gestão do Estado. É imperativo, todavia, situar essas produções em relação ao cenário pandêmico lido a partir da lente da

---

a Doutora em Sociologia pela Emory University. E-mail: [pingel.cardoso@gmail.com](mailto:pingel.cardoso@gmail.com)

b Mestre em Antropologia Social pela UFPR e Doutorando em Sociologia pela USP. E-mail: [andrepinhel@usp.br](mailto:andrepinhel@usp.br).

sociologia da saúde, um campo que tem o desafio de unir o discurso sanitário com a crítica sociológica das desigualdades sociais.

A gestão da pandemia no Brasil será lembrada pela desastrosa política negacionista encabeçada pelo governo federal, estratégia que contribuiu para a triste marca de 687.574<sup>1</sup> óbitos na data da publicação deste dossiê. Estudos indicam que pelo menos 120 mil óbitos (17,6% do total) poderiam ter sido evitados, apenas no primeiro ano da pandemia, se as medidas sanitárias efetivas de quarentena e prevenção individual tivessem sido implementadas (Werneck et al, 2021). Estes resultados situam o Brasil em segundo lugar no ranking mundial com maior número absoluto de óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos, outro caso reconhecido pelas ações controversas na contenção do contágio, especialmente no primeiro ano da pandemia.

Há, evidentemente, um componente político na definição do curso da pandemia, que se expressa não somente pelas tomadas de decisão, mas também pela ingerência administrativa e omissão na coleta de dados. A desinformação foi um dos pilares da estratégia negacionista do governo federal, que se empenhou em maquiar estatísticas vitais, prescrever tratamentos sem comprovação científica e desqualificar a gravidade da crise sanitária (Werneck et al, 2021). Parte importante dessa estratégia de desinformação se deu pela manipulação da subnotificação de casos e óbitos, um efeito estatístico inerente a qualquer surto epidêmico (Heneghan, Jefferson, 2021), mas que no contexto da crise sanitária brasileira se transformou em um campo de disputas discursivas entre especialistas e a administração pública. A formulação dos indicadores de monitoramento não é, portanto, isenta de influência política; é, sim, resultado da correlação de forças posicionadas entre os grupos de pressão (Weber, 1999).

Outra dimensão importante para a ser analisada é o impacto da pandemia sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), em especial a sua resiliência, ou a capacidade de resistir a emergências sanitárias. Em artigo recente, Bigoni e colaboradores (2022) investigam indicadores de produção (procedimentos) e provisão (recursos físicos e financeiros) associados ao SUS durante a pandemia, constatando um duplo movimento administrativo. De um lado, os repasses federais ao SUS cresceram significativamente, em média 38,6%, tendência que também se verificou em relação aos gastos dos estados, que aumentaram 33,9%. Em um sentido contrário, a produção de procedimentos não relacionados ao tratamento da COVID-19 despencou

---

1 Atualizado em 25/10/2022, utilizando dados do painel organizado pela Johns Hopkins University. O painel pode ser consultado em <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

vertiginosamente, especialmente nos estados mais vulneráveis, com destaque para exames (-42,6%), procedimentos diagnósticos (-28,9%), consultas médicas (-42,5%) cirurgias de baixa/média complexidade (-27,9%) e transplantes (-44,7%). É evidente que a queda de produtividade terá consequências a curto e médio prazo, uma vez que o represamento dos procedimentos poderá levar a complicações no quadro clínico dos pacientes ou afetar o acompanhamento de doenças crônicas. Os autores avaliam que tais resultados indicam uma incapacidade conjuntural do sistema de resistir a choques agudos, uma condição que não foi verificada em outras crises sanitárias, mas que remete a configuração política atual:

No Brasil, entretanto, o governo Bolsonaro empurrou a resposta do sistema de saúde para a direção oposta. O choque agudo causado pela COVID-19 resultou em uma queda abrupta nos procedimentos de saúde não relacionados à pandemia no SUS. Os resultados mostram que a distribuição de recursos não priorizou os estados mais vulneráveis, que foram os mais afetados pela queda nos procedimentos. Assim, o aumento do financiamento, da força de trabalho e da infra-estrutura não foi alocado para evitar a diminuição dos procedimentos de diagnóstico e triagem é particularmente alarmante, assim como a queda nos tratamentos que requerem cirurgias complexas (isto é, oncologia, neurologia e cirurgia cardíaca) (Bigoni et al., 2022, p. 7, tradução própria).

Apesar do SUS estar erigido sob os princípios da igualdade, universalidade e isonomia, sua conformação distributiva segue as linhas de desigualdade geográfica do país, afetando o acesso aos serviços de saúde. Fatores ligados à infraestrutura de saneamento básico, transportes e urbanização, também determinados pelas mesmas desigualdades regionais, são outros elementos preditivos da evolução de um patógeno em um determinado território. O encontro dessas desigualdades regionais com a política negacionista resultou em algumas crises emblemáticas dentro da emergência sanitária, como se viu no colapso do sistema público de saúde em Manaus.

As desigualdades regionais não são as únicas fronteiras nas quais a emergência sanitária se agrava, uma vez que fatores associados à raça, classe e gênero dos indivíduos são elementos importantes para entender a disseminação e mitigação dos efeitos do patógeno dentro de um mesmo território (Lima, Milanezi 2020). Esses fatores são variáveis preditivas, principalmente, do acesso dos indivíduos ao sistema complementar de saúde. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019), em 2019, 20,3% da população negra – somando pretos e pardos – tinha

acesso aos planos de saúde privados, ao passo que 38,8% da população identificada pela pesquisa como branca se encontrava na mesma categoria. Um olhar para os resultados desagregados revela ainda que esse percentual de expandiu, desde 2013, para pardos (18,7% para 20,1%) e brancos (37,9% para 38,8%), mas caiu para pretos (21,6% para 21,4%). Como parte significativa dos segurados em planos de saúde obtém acesso via mercado de trabalho formal (45,6% do total, 2009) é possível levantar a hipótese de que as retrações no nível de ocupação formal, observadas desde 2016, podem ter afetado não somente o acesso a renda da população, mas também seu acesso a saúde, em particular daqueles trabalhadores identificados pela pesquisa como pretos.

As correlações acima dão indícios de como fatores sociais podem influenciar o curso do evento pandêmico, mas não esgotam todas as dimensões processuais. Ocorre que as desigualdades sociais imprimem nos corpos dos indivíduos marcas ambientais (Krieger, 2005), fatores diversos, como falta de alimentação adequada e exposição a agentes contaminantes, que, somados, podem implicar em uma incidência aumentada de comorbidades reconhecidas como agravantes para um prognóstico desfavorável na infecção por COVID-19, como hipertensão e diabetes. O quadro apresentado indica que tais desigualdades sociais não foram criadas pela pandemia, mas que essas estruturas duráveis interagem com o evento de emergência sanitária estabelecendo clivagens preferenciais onde a crise se mostra mais aguda.

As desigualdades sociais têm sido um dos principais interesses da sociologia ao longo de sua história – a natureza delas, sua origem e aparente durabilidade, e como elas mudam ao longo do tempo. A saúde pública, também, tem se preocupado com as desigualdades – mais conhecidas nessa disciplina como disparidades em saúde – e adotado cada vez mais medidas destinadas a reduzi-las. A sociologia e a saúde pública têm um papel a desempenhar nesses esforços e são, de fato, disciplinas complementares. Embora a sociologia ofereça *insights* macroestruturais críticos através de seu compromisso com o desenvolvimento e refinamento teórico, a saúde pública usa esses *insights* para implementar estratégias orientadas à ação, com impacto real sobre as populações. Ambas fizeram importantes contribuições empíricas para a nossa compreensão de como as desigualdades e a saúde formam uma unidade dialética, cada uma moldando a outra. A pandemia aumentou a visibilidade dessa relação, estabelecendo padrões previsíveis de doença ao longo dos eixos de raça e etnia, renda, idade, sexo, escolaridade, moradia e *status* de emprego, entre outros.

A socióloga Patricia Hill Collins (2019) desenvolveu uma abordagem importante para o tema das desigualdades, apoiando-se na noção de interseccionalidade,

em seu texto clássico *Pensamento feminista negro*. Na prática, essa abordagem exige que investiguemos como a experiência dos fenômenos cotidianos pode diferir amplamente entre os indivíduos com base em onde estão localizados em várias categorias interseccionais de classificação, como raça, classe e gênero. A experiência da pandemia não foi diferente, como ilustramos nas histórias hipotéticas que se seguem.

Considere João, um negro que vive na Rocinha e se desloca para sua posição como porteiro em Botafogo todos os dias a pé e de ônibus. Então pense em Maria, uma indígena aposentada no interior do Pará, que vive com três gerações de sua família. E finalmente imagine Caio, um jovem executivo branco trabalhando em seu escritório no Itaim Bibi, tendo sua comida e mantimentos entregues pelo *iFood*. Cada um desses indivíduos provavelmente tinha uma experiência muito diferente de viver ao longo da pandemia e, conseqüentemente, enfrentaram níveis variados de exposição à Covid-19, risco de doença prolongada ou morte, e acesso a cuidados médicos e, eventualmente, acesso a uma vacina. Todos eles desfrutam de certos fatores protetores que os mantêm saudáveis antes do início da pandemia: o emprego constante de João o ajudou a sustentar sua família por muitos anos e ele é capaz de andar facilmente até o posto de saúde em seu bairro. A família unida de Maria é uma riqueza de apoio social e o emprego de seu genro em um supermercado facilita que eles sempre obtenham produtos frescos. Através de seu empregador, Caio tem um plano de saúde privado. Seu prédio tem uma academia onde ele malha diariamente, e ele tem vários amigos médicos que lhe dão conselhos médicos quando ele precisa.

No entanto, eles também enfrentam desvantagens particulares. Quando a COVID-19 chega ao Brasil, João deve continuar indo trabalhar todos os dias ou correr o risco de ser substituído em seu trabalho. Sua família depende dele para obter renda, então ele embarca no ônibus todos os dias à medida que as taxas de infecção sobem. Maria pode ficar em casa, mas logo sua neta fica infectada e transmite o vírus para todos os membros da residência. Enquanto todos se recuperam, a idade avançada de Maria significa que ela fica gravemente doente, mas o atendimento médico pelo SUS não é fácil de acessar em sua área rural sem transporte confiável. Quando a família dela conseguir uma carona para um hospital, é quase tarde demais. Caio sofre mais de isolamento. Ele é capaz de evitar contato de pessoa para pessoa e atender a todas as suas necessidades, mas ele logo começa a se sentir deprimido e sozinho em seu apartamento.

Por meio desses cenários podemos imaginar como o entrelaçamento de identidades e experiências de vida tende a ter resultados variados em meio a uma

pandemia. Dessa forma, a interseccionalidade nos permite observar a tradução das desigualdades macroestruturais em taxas díspares de doenças.

Por fim, é preciso pensar em como a pandemia impactou a produção científica. A crise de produtividade do sistema de saúde, agravada pela gestão política, aparentemente se insere em um cenário mais amplo, de queda da produção científica em saúde, especificamente dos artigos não relacionados à pandemia. Raynaud e colegas (2021) analisaram o impacto da pandemia de COVID-19 nas principais revistas científicas da área através de uma meta-análise das publicações. Os resultados indicam que a produção não associada ao estudo da pandemia decresceu 18% nesses periódicos, sendo que algumas revistas se tornaram basicamente espaços para publicação de trabalhos relacionados à pandemia. Como a emergência sanitária impactou, em particular, a produção científica em sociologia?

Os trabalhos recebidos para este dossiê oferecem indicativos de como a sociologia assimilou o impacto da crise sanitária. Em primeiro lugar, temos uma reconfiguração completa das propostas metodológicas: impedidas/os de ir a campo, pesquisadoras/es foram forçadas a redesenhar suas pesquisas com ferramentas virtuais. Dessa maneira, entrevistas presenciais foram alteradas para plataformas de videoconferência, coletas de dados etnográficos foram transformadas em análises de redes sociais, e observações participantes foram convertidas em levantamento de material institucional em sites e perfis. Muito do fazer sociológico é intimamente dependente de uma experiência presencial da/o pesquisadora em campo, uma condição que nos permite adicionar carne e osso para a análise, para fazer referência à célebre expressão de Malinowski. Até mesmo a subjetividade das/os pesquisadoras/es foi afetada: com a reclusão em decorrência das medidas de isolamento social, todo exercício intelectual de socialização se viu circunscrito a trocas virtualizadas.

Mas o principal impacto parece ter sido epistemológico, uma vez que nos vimos forçados a operar análises de curta duração, quase em concomitância com a ocorrência dos eventos. Essa conjuntura implica desafios analíticos significativos, que vão desde a coleta e análise de dados com o tempo hábil e assertividade até a discussão de medidas eficazes para mitigação dos efeitos da crise. Uma inspiração nesse sentido pode ser encontrada em um importante texto de Max Weber, intitulado “Parlamento e governo na Alemanha reorganizada” (Weber, 2014), em que o autor discute as condições para reorganização do poder político naquele país em meio ao calor dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. A principal recomendação de Weber para as análises de curta duração parece ser a autonomia intelectual e independência analítica, qualidades essenciais para separar a reali-

dade fática dos discursos gerados pelos grupos de pressão em disputa no contexto social analisado (Pinhel, 2021).

Em “Representações Sociais dos profissionais de saúde relativas ao trabalho no período de pandemia da Covid-19”, os autores abordam os complexos efeitos socio-emocionais da pandemia para os trabalhadores de saúde. O destaque do trabalho se dá pela agilidade com que os dados são coletados junto a esses profissionais, com destaque para o uso de ferramentas eletrônicas de investigação. Os trabalhadores de saúde configuraram uma categoria central no combate à pandemia, e sua atuação foi alvo de escrutínio público, seja nas mídias governamentais, seja no discurso dos agentes estatais. Os resultados apresentados no artigo ajudam a situar a percepção desses agentes de saúde a respeito do evento de emergência sanitária, colocando-se como uma referência importante para entender o papel desses atores sociais na contenção da crise sanitária.

Em “A racionalidade neoliberal nas contratações públicas de combate à sindemia da Covid-19”, encontramos uma discussão sobre os gastos públicos durante a emergência sanitária. Como mencionamos anteriormente, a distribuição de recursos para contenção da crise não se deu a fim de contemplar vulnerabilidades regionais, mas atuou para intensificar fragilidades no sistema (Bigoni et al, 2022). Nessa pesquisa, os autores questionam gastos empenhados por diversas instâncias do poder público sem qualquer relevância para o combate à crise sanitária. O artigo vai além da denúncia de uma ingerência do gasto público no contexto de crise ao relacionar as contratações do período a uma lógica neoliberal e necropolítica, um movimento refinado de articulação entre debate teórico e aplicação analítica de conceitos.

O que significa para o cotidiano quando a própria fonte de apoio social para tantos – interações familiares – também se torna um local de infecção e, em alguns casos, a causa da morte? Este enigma comovente é o que o autor assume no artigo “A pandemia na casa e na rua: uma análise sobre as relações pessoais e o impacto do óbito de idosos na família”. A partir de um levantamento epidemiológico de 240 pacientes de um hospital do estado do Rio de Janeiro, este artigo enfoca como os idosos, em particular, foram profundamente afetados pela tensão entre a necessidade de distanciamento social e o perigo inerente ao isolamento social completo, demonstrando como a pandemia forçou a sociedade a reconsiderar os relacionamentos entre familiares.

Enquanto a ideia da casa teve um significado alterado como local de risco, os inúmeros moradores de São Paulo enfrentam outros desafios, já que muitas organizações sem fins lucrativos que normalmente prestam serviços fecharam e

recursos se tornaram cada vez mais escassos. Em “População em situação de rua no bairro da Mooca: trabalho e renda durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2020”, o autor explora por meio da etnografia como o dia a dia da população em situação de rua da Mooca em São Paulo mudou em resposta à pandemia, quais cuidados de saúde pública foram específicos para essa população e como os indivíduos que trabalham para atender os moradores de rua se aproximou de seus trabalhos durante a crise.

A tradução do texto “Comprometendo-se com a continuidade: práticas de atenção primária durante a COVID-19 em um bairro urbano brasileiro”, por Pingel, Llovet, Cosentino e Lesser, é um exemplo da supracitada complementaridade da sociologia e da saúde pública, com a medicina e a história misturadas em boa medida. Esses autores vêm de várias disciplinas e usam essa multiplicidade de perspectivas para traçar como a história de um bairro moldou a atenção primária em meio à pandemia, oferecendo um vislumbre da medicina pandêmica desde os primórdios da COVID-19. Eles demonstram como o compromisso de servir ao público por meio do sistema de saúde continua sendo importante, principalmente em meio à retórica política que prejudica as evidências científicas e a experiência.

Refinar o conhecimento sociológico sobre como formas interseccionais de opressão formam a experiência vivida e os desfechos de saúde nos permite chamar a atenção para as desigualdades persistentes e fornece uma base de evidências para que os profissionais de saúde pública projetem e implementem programas eficazes para diversas populações. Também fornece uma estrutura para determinar a necessidade e alocar recursos. Considerando que a sociologia pode ser confiada para teorizar minuciosamente as desigualdades e os aspectos sociais da política de saúde, do acesso à saúde e do comportamento em saúde, a saúde pública consegue traduzir esses quadros teóricos em ações significativas que abordam a equidade em saúde. Esta combinação é poderosa em sua forma ideal. No entanto, corre o risco de atrofia se os sociólogos escreverem apenas para outros sociólogos e nunca considerarem as aplicações práticas de seu trabalho. Da mesma forma, pesquisadores e profissionais de saúde pública devem levar a teoria a sério e aplicá-la rigorosamente ao projetar programas e políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIGONI, A; MALIK, A; TASCA, R; CARRERA, M; SCHIESARI, L; GAMBARDELLA, Dante; MASSUDA, A. (2022). Brazil's health system functionality amidst of the COVID-19 pandemic: An analysis of resilience. *The Lancet Regional Health*, v. 10, p. 100222. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100222>.

- COLLINS, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo.
- HENEGHAN, C.; JEFFERSON, T. (2021). COVID-19: William Farr's way out of the Pandemic. *The Centre for Evidence-Based Medicine*. Oxford: Oxford university. <https://www.cebm.net/covid-19/covid-19-william-farrs-way-out-of-the-pandemic/> (acesso em 12/12/2022).
- KRIEGER, N. (2005). *Embodiment: a conceptual glossary for epidemiology*. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 59, n. 5, p. 350-55. <https://doi.org/10.1136/jech.2004.024562>.
- LIMA, M. et al (2020). *Desigualdades raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil?* São Paulo: AFRO-CEBRAP.
- PINHEL, A. M. (2021). *A fundamentação da burocracia nos escritos políticos de Max Weber: lições para pensar a descentralização administrativa no Brasil*. Florianópolis: UFSC.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde*. Rio de Janeiro, 2019.
- RAYNAUD, M. ; G OUTAUDIER, V.; L OUIS, K. et al (2021). Impact of the COVID-19 pandemic on publication dynamics and non-COVID-19 research production. *BMC Medical Research Methodology*, v. 21, n. 1, p. 1-10. <https://doi.org/10.1186/s12874-021-01404-9>.
- WEBER, M. (1999). *Economia e sociedade: volume 2*. Brasília: UNB.
- WEBER, M. (2014). Parlamento e governo na Alemanha reorganizada: sobre a crítica política do partidarismo e do funcionalismo. In: *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- WERNECK, G. L.; BAHIA, L.; MOREIRA, J. P.; SCHEFFER, M. (2021). *Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil*. OXFAM. <https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/> (acesso em 12/12/2022).

# Representações sociais dos profissionais de saúde relativas ao trabalho no período de pandemia da Covid-19

*Work-related social representations of healthcare workers during the covid19 pandemic*

Leide da Conceição Sanches<sup>a</sup>, Maria Marce Moliani<sup>b</sup>,  
Claudia Rejane Schavarinski Almeida Santos<sup>c</sup>, Ingrid Schwyzer<sup>d</sup>

**Resumo** O presente estudo buscou apreender as representações sociais dos profissionais de saúde em seu processo de trabalho durante o período de pandemia da Covid-19. Essa pesquisa foi realizada no período de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, portanto, anterior ao início da vacinação. Para coleta dos dados foi utilizado um formulário desenvolvido no *Google Forms*. Responderam ao questionário 197 participantes, de diversas áreas da saúde, que no primeiro período da pandemia trabalhavam em atendimento direto ao Covid-19. Para a organização dos dados se fez uso da interface visual ancorada na linguagem R e Python, Iramuteq, facilitando a identificação de padrões lexicais e ligações entre diferentes termos presentes em um conjunto de textos, a partir do que se elegeu três categorias de análise: medo, insegurança e isolamento, que orientaram a estrutura da análise e discussão. Conclui-se que medo, insegurança e isolamento são recorrentes na história das epidemias, porém, são ressignificados a cada contexto, como na pandemia da Covid-19, conforme suscitados pelos/as participantes da pesquisa.

**Palavras-chave** Representações Sociais. Pandemia Covid-19. Profissionais de saúde. Medo. Isolamento.

- 
- a Doutora e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO/UFPR); Docente Permanente do Programa de Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde (PECS) pelas Faculdades Pequeno Príncipe (FPP); Membro do grupo de pesquisa PENSA da FPP; Membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante da RedISS – Red Internacional de Sociologia de las Sensibilidades.
- b Doutora em Ciências Sociais/IFCH-Unicamp; Mestre em Sociologia IFCH/Unicamp, Docente-Associada junto ao DEED-UEPG; Membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante da RedISS – Red Internacional de Sociologia de las Sensibilidades.
- c Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO/UFPR); Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO/UFPR); Membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante da RedISS – Red Internacional de Sociologia de las Sensibilidades.
- d Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO/UFPR) e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR).

**Abstract** *The purpose of the present study was to gather the social representations of healthcare professionals in the discharge of their duty, during the Covid-19 pandemic, before the vaccination period. This research was conducted from September 2020 to February 2021 by answering a Google Forms questionnaire with a sample size of 197 participants, from different healthcare domains. Data was organized by anchoring the visual interface in the R and Python language and Iramuteq was used to facilitate the identification of lexical patterns and correlation between the different terms present in a set of texts. Three categories of analysis were chosen: fear, insecurity and isolation, which guided the structure of the analysis and discussion. The study concludes that although fear, insecurity and isolation are recurrent in the history of epidemics, their significance is context-dependent as indicated during the Covid-19 outbreak by the participants of this research.*

**Keywords** *Social Representations. Covid-19 pandemic. Health professionals. Fear. Isolation.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apreender as representações sociais dos trabalhadores de saúde sobre a influência da Covid-19 em suas vidas e em seu processo de trabalho. A pandemia da Covid-19 mudou a rotina desses profissionais, que foram surpreendidos pelo desconhecimento da doença e por suas diferentes formas de enfrentamento.

Com relação ao vírus da Covid-19, persiste a metáfora da forma como esse é percebido, como autônomo, deambulante, uma entidade que tem vida própria, que decide quando vem e resiste em partir. Em relação aos profissionais de saúde, esses são representados como combatentes do vírus, como soldados, heróis que têm por função enfrentar o inimigo e restituir a saúde dos afetados.

Para Sontag (2007), deve-se ter cuidado com o discurso sobre qualquer doença, evitando-se suas metáforas. Nessa perspectiva, pensa-se que uma pandemia não é vista como guerra, afinal os profissionais de saúde que se encontram na linha de frente são pessoas comuns que trazem consigo sentimentos e emoções, o que fica evidenciado pelos relatos de perda e saudades de familiares e de pessoas de seu convívio. São profissionais que precisam tratar pacientes acometidos por uma grave doença e vão adaptando seu instrumental de trabalho e expertise, a fim de construir novos saberes e protocolos, adequando-os para uma nova realidade epidemiológica, com consequências tanto para seu trabalho quanto para sua vida, enquanto pessoas.

Assim, este estudo é sobre os profissionais de saúde que não são super-heróis, mas trabalhadores que dependem de organizações adequadas de atendimento à saúde da população, de instrumentos e estruturas adequadas para o trabalho, de políticas claras de saúde e suporte tecnológico.

Justifica-se esta pesquisa, devido às mudanças ocorridas na assistência em saúde, tanto nas estruturas quanto no foco do atendimento da Covid-19, pois a pandemia passou a ter caráter emergencial e unidirecional, afetando o atendimento e o tratamento da saúde e, conseqüentemente, os trabalhadores da saúde. A forma como os profissionais de saúde representam a Covid-19 não dissocia as estruturas de saúde de sua vida pessoal. Em estudo realizado em 2020 com médicos de Wuhan (Kang et al., 2020), verificou-se que as questões de saúde mental relacionadas à pressão, riscos de infecção, falta de equipamentos, frustrações, isolamento, entre outros fatores, afetaram a atenção e as tomadas de decisões. Para Moscovici (2009), as representações estão articuladas aos processos sociais e levam em conta as particularidades do contexto em que se produzem, ou no qual se faz presente o objeto representado. No contexto deste estudo, buscou-se apreender as representações sociais dos profissionais de saúde sobre o seu processo de trabalho em período de pandemia da Covid-19.

## **PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS**

As investigações sobre as representações sociais tendem a evidenciar as experiências cotidianas, porém, podem remeter, muitas vezes, a antigas crenças. Esta estabilidade estrutural e temporal é ancorada pela difusão de crenças e valores. Para Moscovici (2009, p. 216), as representações sociais estão inscritas em referências a pensamentos que já existem, “sempre dependentes, por conseguinte, de estruturas de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”. O que se busca pelas representações sociais é compreender os motivos e intenções implícitos nas ideias e ações das pessoas, o que requer uma categorização ou nomeação, com base nos sentidos que são familiares. Assim, as representações anteriores são modificadas pela existência de novas representações.

No entanto, mesmo que para a construção da representação seja necessário voltar ao passado e à memória, não se pode esquecer que sua articulação se dá no contexto ideológico presente (Villas Bôas, 2010). O que se evidenciou neste estudo, remete a representações já observadas em outras epidemias, ao longo da história, porém, ressignificadas pelo contexto e nos acontecimentos vigentes (Koselleck, 2006).

Deste modo, justifica-se a escolha das representações sociais, pela busca de explicações para os fenômenos da vida cotidiana, que torna possível pensar no âmbito das epidemias. Para Moscovici (2009), as representações sociais são parte da realidade presente em cada contexto, e neste estudo evidencia-se o da pandemia da Covid-19.

## CONTEXTO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

O presente estudo é um recorte de pesquisa realizada no período de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, que tinha como finalidade compreender as mudanças do processo de trabalho na saúde em período de pandemia da Covid-19.

Para coleta dos dados foi utilizado um formulário desenvolvido no *Google Forms*, com questões referentes aos dados sociodemográficos, condições de trabalho, situação de trabalho, experiência profissional e qualificação formal, cargos e funções, tipo de instituição de exercício profissional, se pública, privada, filantrópica, renda, jornada de trabalho entre outros aspectos considerados pertinentes a fim de construir um quadro morfológico e social dos participantes da pesquisa, o que permitiu uma maior apreensão desses profissionais.

Responderam ao questionário 197 participantes, de diversas áreas da saúde, que no primeiro período da pandemia trabalhavam no contexto de atendimento à Covid-19. Foram incluídos na pesquisa trabalhadores da saúde que atuavam no atendimento aos indivíduos que tinham contraído o vírus ou que procuravam o sistema de saúde por apresentar algum sintoma da doença. Não se aplica o critério de exclusão. Os nomes dos participantes foram omitidos e, para identificar a área de conhecimento dos respondentes, utilizou-se códigos, de acordo com cada profissão. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer n. 4.358.553.

O recorte da pesquisa desenvolvido neste artigo centra-se na evocação livre de palavras e em uma questão aberta no final do questionário, que remetem fundamentalmente às representações que os profissionais de saúde participantes da pesquisa apresentam sobre seu trabalho e sua vivência no momento da pesquisa. Tal estudo possibilitou por meio da pergunta aberta e da evocação de palavras, a apreensão das representações sociais dos profissionais de saúde sobre o seu trabalho no momento de atuação na pandemia da Covid-19.

## ANÁLISE LÉXICA

Para a execução da pesquisa e para a organização dos dados utilizou-se a interface visual ancorada na linguagem R e *Python*, *Iramuteq*, *software* desenvolvido por Pierre Ratinaud (Lahlou, 2018), facilitando a identificação de padrões lexicais e

ligações entre diferentes termos presentes em um conjunto de textos (Camargo, Justo, 2013). A partir dos padrões apresentados pelos programas utilizados e das verificações e inferências feitas pelas pesquisadoras, destacaram-se três categorias de análise: medo, insegurança e isolamento, que orientaram a estrutura da análise e discussão.

Para maior fidedignidade dos dados, em um primeiro momento foram analisadas as respostas do formulário, buscando possíveis duplicatas, retirando-as do escopo final. Além disso, foram feitos ajustes para padronização na grafia das palavras, removendo erros gramaticais ou abreviações de palavras.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com 197 participantes, que apresentaram as seguintes características: 22% Feminino e 78% Masculino. Sendo questionados a respeito de sua autopercepção de cor 79% declararam-se brancos, 14% pardos, 5 Pretos e 2% Amarelos. Acerca da idade, a maior participação por faixa etária foi dos respondentes de 36 a 50 anos com um total de 41%, enquanto 29% encontravam-se na faixa de 26 e 35 anos e a faixa de 18 a 25 anos correspondeu a 8%. Por fim, os participantes acima de 71 anos e que não responderam ficaram em 1%. É possível observar os diversos cargos que formaram o corpo da pesquisa, com uma significativa prevalência de enfermeiros/as e médicos/as.

As categorias profissionais presentes neste artigo não foram exploradas separadamente. A opção por analisá-las conjuntamente deve-se à observação de que as representações não apresentavam mudanças significativas em diferentes categorias profissionais.

Apresenta-se as categorias profissionais dos participantes da pesquisa, cujas siglas foram utilizadas para indicar as falas constantes no item da análise e discussão. Desta forma, havia 2 Biólogos (B1 e B2), 4 Fisioterapeutas (FI a F4), 6 Nutricionistas (N1 a N6), 11 Terapeutas Ocupacionais (TO1 a TO11), 11 Psicólogos/as (P1 a P11), 17 Farmacêuticos/as (F1 a F17), 4 Técnicos/as de Enfermagem (TE1 a TE4), 52 Médicos/as (M1 a M52), e 53 Enfermeiros/as (E1 a E53).

O banco de palavras foi gerado pela pergunta disparadora aos participantes da pesquisa, sobre como representavam seu processo de trabalho no período da Covid-19, em cinco palavras. Em seguida foi requisitado aos participantes que colocassem as palavras que haviam evocado, pelo seu grau de importância.

Vale ressaltar que para uma melhor análise das palavras, a variação destas como plurais e conjugações, foram uniformizadas, ou seja, todas foram elencadas em um mesmo tempo, a partir da questão sobre a evocação das palavras, sobre a representação da pandemia da Covid-19.







representações sociais, o mesmo termo suscitado pelos participantes da pesquisa teria significações diferentes se situados em outro contexto. Presume-se que na continuidade deste estudo, pós vacinação contra a Covid-19, palavras semelhantes poderiam ser ressignificadas por se encontrarem em diferente contexto.

Ao evocar palavras como “medo”, “insegurança” e “isolamento”, além de outros sentimentos negativos, percebe-se que as representações sociais do processo de trabalho estão intimamente ligadas à vida pessoal dos profissionais de saúde. A frágil e imaginária fronteira entre o trabalho e a vida pessoal desaparece, uma vez que os riscos do processo de trabalho se tornam mais objetivos devido à transmissão da doença, interferindo significativamente, tanto no trabalho como na vida cotidiana, conforme observado por um dos participantes da pesquisa:

A pandemia gerou medo, pois minha maior preocupação era de contaminar meu filho e minha mãe, além do mais, tudo se tornou incerto, no trabalho e na vida cotidiana. Cheguei a brigar com minha irmã, que mora em outro estado, pois ela sente saudades de minha mãe e queria visitá-la, sendo que a mesma poderia trazer o vírus para dentro de nossa casa. Entendo a necessidade dela, mas precisamos preservar a nossa mãe, que tem doença crônica. Está sendo difícil o isolamento, percebemos inclusive uma regressão no nosso bebê, por não estar mais convivendo com crianças da mesma idade, somente o contato restrito com os pais e com a avó. Ademais, perdemos amigos na pandemia, pela Covid-19 e sequer pudemos nos despedir deles (E16).

A contribuição sociológica de Dejours (1987), em seus estudos sobre a psicopatologia do trabalho, aborda as causas de desgaste mental, especialmente aquelas oriundas de problemas da organização do trabalho. Nesses casos os trabalhadores precisam buscar ajustes psíquicos necessários para o desempenho esperado no seu ambiente de trabalho. Há elementos presentes no processo de trabalho que são geradores de estresse físico e mental, como desempenho de tarefas desagradáveis ou sem sentido, insegurança no ambiente de trabalho, obediência a regras burocráticas ou hierarquia autoritária, relações de trabalho competitivas ou conflituosas, entre outros.

Assim, a evocação do medo pelos profissionais de saúde no contexto da pandemia, traz a necessidade de refletir sobre as mudanças nos protocolos de atividades inseridos no processo de trabalho e seus efeitos nas relações sociais, dentro e fora do ambiente de trabalho. Isso fica evidente nas falas abaixo, que misturam

as mudanças de protocolos que pressupõem aprender rapidamente novas técnicas e a tensão do cuidado redobrado para não transmitir o vírus.

Medo de pegar o vírus e meu corpo não reagir bem, Dor e Tristeza de ter perdido meu pai para o vírus, incertezas e angústias pois não sabemos o que virá pela frente (N3).

Muito medo de contrair a Covid-19, muito medo de transmitir, medo de me contaminar ao tirar os EPI, cuidado redobrado com todos (E28).

Nesse sentido, o medo apresenta como característica a reação emocional frente à identificação de risco/ameaça, tanto na dimensão real como na dimensão imaginária. Essa reação serve como um sistema de alerta, preparando o sujeito para adaptar-se a uma situação que apresente significativo potencial de perigo.

No âmbito da Psicologia e da Psicopatologia do Trabalho, o medo é considerado como uma categoria sociológica, que se origina de uma determinada noção sociocultural da realidade, tendo a possibilidade de ser compartilhado de forma coletiva e vivenciado em maior ou menor intensidade, processo este influenciado pelo lugar que o sujeito ocupa na estrutura social (Dejours, 2005).

Bonelli (2003), retomando os estudos de Hotschield (1983) sobre a sociologia das emoções, lembra que as pessoas tomam como referência em suas interações, a manifestação de comportamentos que atendam às expectativas sociais, mesmo que não seja o que estão sentindo. Assim, o sofrimento no trabalho apresenta uma dimensão clínica e sociológica, uma vez que a tensão entre a atuação protocolar imposta pelas condições de trabalho geram uma série de sentimentos.

Para Moscovici (1978), a elaboração das representações sociais ocorre no perímetro entre a dimensão psicológica e a dimensão social, sendo que ambas possuem a capacidade de estabelecer relações entre as abstrações do saber e das crenças, considerando também a concretude da vida do sujeito, tendo como referência os processos de troca com seus semelhantes.

De acordo com Nascimento (2020), enquanto um fenômeno social, as epidemias assumem uma forma dramática nas sociedades. Além de terem uma trajetória imprevisível no tempo e espaço, apresentam o seu lado dramático com a possibilidade da morte em massa. As epidemias, como no caso da Peste Negra no século XIV e da Gripe de 1918, levaram a sociedade a viver um tempo diferente do habitual. De um lado tem-se, o medo do desconhecido, da dor e da morte, e de outro a esperança de cura, a partir do que se criam diversas situações como a reafirmação de valores sociais, a necessidade de encontrar justificativas, culpados

pela doença e salvadores. É nesse contexto que se revelam os mecanismos utilizados por diferentes sociedades, para vivenciarem o tempo da epidemia, conforme ressalta Nascimento:

As interferências produzidas por uma epidemia atingem as mais variadas dimensões da existência humana, o enfrentamento da ameaça epidêmica envolve a mobilização não só dos recursos humanos e materiais, na organização dos serviços de atendimento aos doentes ou de respostas às suas consequências na vida cotidiana, mas, também, práticas culturais, rituais e simbólicas que são compartilhadas pela sociedade por ela afetada (Nascimento, 2020, p. 169).

Os tempos da pandemia são, no entanto, diferenciados. As epidemias marcaram a história em seus diferentes momentos e contextos. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 surge em contexto de altas e complexas tecnologias, e é a partir dessa especificidade que se analisa o medo. Busca-se as permanências e as ressignificações das representações na história das epidemias, porque o medo se encontra na estrutura das representações. Reitera-se, no entanto, que se trata de medo ressignificado, pois “cada evento produz mais e, ao mesmo tempo, menos do que está contido nas circunstâncias prévias: daí advém sua surpreendente novidade” (Koselleck 2006, p. 139).

Os fenômenos epidêmicos interferem nas estruturas da vida social e trazem questionamentos sobre valores e situações já estabelecidos. Nesse sentido, as falas abaixo demonstram a presença de características importantes do sofrimento no trabalho e na vivência da Pandemia do Covid-19.

É muito estressante viver novas mudanças, sabendo que são mudanças que poderão proteger ou destruir vidas, você não sabe se está levando o vírus para as pessoas da sua família, então o medo começa a fazer parte da vida, as noites são mal dormidas, sempre estou cansada, também sinto tristeza em ver pessoas morrendo...o sofrimento é consequência de tudo isso (TE2).

Caos, pois, mudou a vida de uma forma surpreendente, perdemos o abraço essencial do dia a dia e, pior, começamos a achar normal conversar por vídeo. Minha filha de 2 anos cresce vendo os outros a distância ou pela janela (...) Aprendizado e crescimento, pois, aprendemos a ver o quão grande era tudo que tínhamos. Crescimento é no sentido de tentarmos olhar pra nós mesmos e saber quando nos deixar abater, saber não ficar abatidos todo o tempo, saber valorizar principalmente a saúde que temos. Desafio e medo andam juntos. Pois

lidar diariamente com um medo de contrair, de passar pra um familiar...muitas vezes tratar por telefone, ao vivo um amigo é sem dúvida um desafio e um medo constante! (M35).

O medo se apresenta com um fenômeno concreto, representado nas falas e nas mudanças de hábitos mencionados pelos entrevistados, mas esse não tem apenas uma configuração negativa. Compreende-se que eleger o medo enquanto categoria de análise, implica em reconhecê-lo enquanto emoção que se apresenta de diversas formas, de acordo com o vivido por cada indivíduo.

Nesse estudo, o medo enquanto categoria de análise, possibilitou reconhecer a pluralidade de vivências dos participantes da pesquisa, considerando-se a situação vivida e compartilhada não apenas no ambiente de trabalho, mas socialmente. Assim, apesar do risco de simplificação ao desconsiderar a complexidade do real, proceder a uma análise sociológica implica na possibilidade de observar padrões de comportamento a fim de permitir a compreensão do vivido pelos sujeitos sociais (Sève, 2007).

Cabe ponderar que o medo é estruturado a partir da influência também oriunda de fatores culturais, ainda que, seja possível o questionamento acerca do alcance desta influência. Pautada na suposição de fatores universais para o medo, a emoção não envolve unicamente a percepção de si próprio, mas também se relaciona ao conhecimento da situação e dos eventos. As representações envolvendo esses fatores impactam na percepção de sua ocorrência. A emoção originada nesse processo é percebida na interação social, o que desperta diferentes reações, originando uma forma de comunicação (Roazzi et al., 2002).

A segunda categoria de análise foi a insegurança, que apesar de se aproximar do medo na influência sobre o comportamento do indivíduo, possui características diferentes, conforme apreendido nas falas e representações dos participantes. Se o medo tem um caráter mais visceral, baseado no intangível e incontrolável, a insegurança está ligada à dificuldade em controlar o resultado da ação. O medo advém do imponderável comportamento do vírus e da forma como as pessoas reagem diante deste. A insegurança tem origem na imprevisibilidade da consequência da ação do outro. No processo de trabalho, a segurança passa por protocolos previamente definidos e com resultados previsíveis. A segurança não é possível diante de uma moléstia ainda desconhecida e que não apresenta um comportamento previsível, que ainda possui uma história natural, e, conseqüentemente, uma primeira escolha de tratamento.

Insegurança porque não se sabe o grau de complicação que ela poderá causar caso pegue, e medo por não ser algo visível nos remetendo a ter cuidados com esse vírus. Incerteza no que diz respeito à cura e expectativa por vacina e/ou tratamento. (B1)

Cansaço pela demanda de serviço e poucos profissionais. Esperança de que essa Pandemia acabe e venhamos ter de volta a nossa vida de antes e rotina. Insegurança ainda em lidar com alguns casos de pacientes com covid, justamente pela falta de capacitação e orientações adequadas. Medo de circular em alguns ambientes e expor pessoas. Ansiedade por péssima remuneração e até quando vão durar os serviços voltados à pandemia. (E47).

Enquanto categoria de análise, o isolamento se apresenta como a manifestação da seriedade com a qual sociedade encara a doença e o comprometimento de cada um com todos. Nesse sentido, o isolamento demonstrou a representação dos participantes sobre a interação social, conforme os depoimentos a seguir:

As pessoas perderam o medo pela doença com base em pessoas que manifestaram sintomas leves, o que proporciona irresponsabilidade nos critérios de higiene e isolamento social fazendo com que a curva não diminua (E1).

[...] o que o próprio vírus pode causar, mudança de vida planos desfeitos, incerteza do amanhã, isolamento social é a pior parte, já que sou muito apegada aos meus familiares (TE1).

Consequências da saúde emocional abalada e falta de preparo para cuidar do outro que nos procura (N2).

Após um momento inicial de muito medo, penso que agora o que tem pesado mais psicologicamente para mim é o isolamento e as interdições em relação a visitas familiares, de amigos e a demais, usuais de sociabilidade (P4).

Em meio a um início de ano com tantas perspectivas positivas, o isolamento inicial mais rígido, associado ao medo e necessidade de adaptação à nova realidade trouxe insegurança e necessidade de adaptação. A saudades dos amigos e familiares é um ponto que age de forma intensa nas nossas emoções (M17).

Assim, a importância do isolamento, enquanto comportamento preventivo da doença, é visto pela sociedade com ressentimento devido ao afastamento dos seus entes queridos. Essa ambiguidade remete aos profissionais de saúde à sua vida pessoal, entre o ressentimento de seu próprio isolamento e a necessidade de prevenir a doença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi apreender as representações sociais dos profissionais de saúde sobre o seu processo de trabalho em período de pandemia da Covid-19, anterior ao início da vacinação. As mudanças ocorridas na assistência em saúde no período da pandemia afetaram o atendimento e o tratamento da saúde, e, conseqüentemente, os trabalhadores em saúde passaram a ser foco de atenção da sociedade de modo geral. Muito se esperava dos trabalhadores da saúde, como atos super heróicos, como se estes tivessem destituídos de sua vida pessoal.

Os resultados da pesquisa apresentam as representações sociais dos profissionais de saúde sobre o seu trabalho em tempos de pandemia, mas também sobre sua vida pessoal e a interrelação entre essa e a prática profissional, manifestadamente em seus depoimentos sobre o medo, o isolamento e a insegurança relacionados com seu processo de trabalho no período da Covid-19.

Os profissionais de saúde manifestaram o medo de contrair o vírus, por falta de equipamentos de biossegurança, e o medo de transmitir o vírus às pessoas de seu convívio. Denotou-se que o medo evocado pelos profissionais de saúde traz a necessidade de refletir sobre as mudanças nos protocolos de atividades inseridos no processo de trabalho e seus efeitos nas relações sociais, dentro e fora do ambiente de trabalho.

O medo suscitado na pesquisa remeteu à insegurança, pelo desconhecimento da doença, o que gera incertezas sobre o futuro e sobre as formas de prevenção e tratamento. Esses sentimentos manifestados remetem aos clássicos e recentes estudos sobre o trabalho e emoções. A compreensão e a satisfação de estar executando uma atividade essencial para a sociedade, conflitua-se com as frustrações e expectativas. Desde Merton (1979) até estudos mais recentes como os de Hirata (2022), há uma longa tradição sociológica sobre o paradoxo e a ambigüidade no trabalho, especialmente no campo do cuidado e saúde, em que se percebe a indissociabilidade entre a prática profissional e as expectativas pessoais.

O isolamento também foi evocado na pesquisa, como forma de dor e sofrimento pelo afastamento dos familiares. O isolamento foi considerado por muitos profissionais de saúde como um dos fatores mais difíceis da pandemia, visto que muitos nem sequer voltavam para casa por medo de transmitir o vírus aos seus familiares.

Considera-se que o medo, a insegurança e o isolamento são indissociáveis, pois um está articulado ao outro de alguma forma, conforme cita um dos participantes da pesquisa “o isolamento inicial mais rígido, associado ao medo e necessidade de adaptação à nova realidade trouxe insegurança e necessidade de adaptação. A

saudades dos amigos e familiares é um ponto que age de forma intensa nas nossas emoções”.

Por fim, reitera-se que este estudo é sobre os profissionais de saúde, trabalhadores que desempenham uma atividade essencial e ganharam maior visibilidade durante o período da pandemia da Covid-19, e suas representações sobre o trabalho e a vida em um momento social de grandes incertezas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, Jean Claud. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*. v. 2. p. 75-8.
- BONELLI, Maria da Glória (2003) Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cadernos pagu*. v. 21. p. 357-72.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. (2013). *Iramuteq*: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*. v. 21. n. 2. p. 513-18.
- DEJOURS, Christophe (2005). *O fator humano*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- DEJOURS, Cristophe (1987). *Loucura do trabalho*. São Paulo: Oboré.
- HIRATA, Helena (2022). *O Cuidado, teorias e práticas*. São Paulo, Boitempo.
- KANG, Lijun et al. (2020). The mental health of medical workers in Wuhan, China dealing with the 2019 novel coronavirus. *Lancet Psychiatry*. v. 7. n. 3. e14. [https:// doi: 10.1016/S2215-0366\(20\)30047-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30047-X).
- KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC – Rio.
- LAHLOU, Saadi (2018). Text Mining Methods: An answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, v. 20. n. 38. p. 1-7.
- MERTON, Robert King (1979). *A ambivalência Sociológica e outros ensaios*. São Paulo, Zahar.
- MOSCOVICI, Serge (1978). *A representação social da psicanálise*. A. Cabral, trad. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, Serge. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo (2005). *As pestes do Século XX: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo (2020) “Entre o medo e o enfrentamento das epidemias: uma reflexão motivada pela Covid-19”. In: SANGLARD, Gisele (Org.) *Diário da pandemia: o olhar dos historiadores*. Rio de Janeiro: Hucitec/ Fiocruz. p. 168-75.

- ROAZZI, Antonio et al. (2002). A questão do consenso nas representações sociais: um estudo de medo entre adultos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 18. n. 2 p. 179-82.
- SÈVE, Bernard (2007). “O medo como procedimento heurístico e como instrumento de persuasão em Hans Jonas”. In: *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Senac, edições Sesc.
- SONTAG, Susan. (2007). *A Doença como Metáfora*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VILLAS BÔAS, Lucia Pintor Santiso (2010). Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*. v. 40. n. 40. p. 379-405.

# A racionalidade neoliberal nas contratações públicas de combate à sindemia da covid-19

*Neoliberal rationality in the public procurement to combat the syndemic of COVID-19*

Ednaldo Tavares Rufino Filho<sup>a</sup> e Poala Vettorato<sup>b</sup>

**Resumo** A crise sanitária decorrente da Covid-19 constitui uma sindemia devido à interação dos aspectos biológicos com as precárias condições sociais. Para este estudo, examinaram-se as aquisições públicas relacionadas ao enfrentamento dessa sindemia, contemplando o Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Trata-se de um estudo exploratório e qualitativo, sendo a análise realizada após o levantamento bibliográfico sobre micropolítica e neoliberalismo. A coleta de dados foi realizada no painel gerencial de contratações relacionadas à Covid-19 da Controladoria Geral da União (LicitaCon) do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, para as compras do estado e do município de Porto Alegre. Notou-se que a maior licitação da Central de Licitações do estado foi de equipamentos de informática e, no município, de cestas básicas. Ao analisar as compras governamentais dos entes municipal e estadual, verificou-se que foram permeadas pela racionalidade neoliberal.

**Palavras-chave** Covid-19. Sindemia. Contratações Públicas. Necropolítica. Neoliberalismo.

**Abstract** *The health crisis resulting from COVID-19 constitutes a syndemic, due to the interaction of biological aspects with precarious social conditions. We analyze public acquisitions related to the confrontation of the syndemic, contemplating the Rio Grande do Sul State, and the city of Porto Alegre. This is an exploratory and qualitative study, and the analysis is carried out after a bibliographic survey on necropolitics and neoliberalism. Data collection was carried out at the management panel of hiring related to Covid-19 of the Comptroller General of the Union. It is observed that the largest bid of the State Bidding Center was computer equipment and, in the municipality, basic basket. When analyzing the government purchases of the municipal and state, it was found that they are permeated by neoliberal rationality.*

**Keywords** Covid-19. Syndemic. Public acquisitions. Necropolitics. Neoliberalism.

- 
- a Mestrando do curso de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [ednaldorufino@hotmail.com](mailto:ednaldorufino@hotmail.com)
- b Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [vettorato.p24@gmail.com](mailto:vettorato.p24@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como pandemia, designação que se refere à existência de surtos da doença em várias regiões do mundo, mas sem relação com a gravidade da doença (OPAS, 2021) ou outras características socioambientais nos países.

A crise de saúde pública mundial se caracteriza pela interação de aspectos biológicos com as condições sociais existentes nos Estados. E, por isso, alguns pesquisadores compreendem que se trata de uma sindemia, na qual são enfrentadas duas categorias de doenças (SARS-Cov-2 e uma série de doenças crônicas não transmissíveis) que se agregam a um contexto de disparidade econômica e social, o que amplifica os efeitos de cada uma delas diante da vulnerabilidade de idosos, negros, asiáticos e minorias étnicas (Horton, 2020).

O conceito de sindemia foi apresentado pelo antropólogo e médico Merrill Singer, na década de 1990, para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças” (Singer, 2020). Sendo que a interação com os aspectos sociais faz com que a doença não tenha apenas efeitos na perspectiva biológica.

Esse diagnóstico social e sua relação com a crise sanitária foi objeto de observação pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a qual esclareceu que não há uma legítima democracia da doença por ela ter uma incidência determinada pela renda, idade, gênero e raça. De fato, há uma letalidade social da Covid-19 (Martins, 2020). Assim, a solução para Covid-19 não é meramente biomédica, sendo necessário políticas e programas governamentais que revertam as desigualdades sociais presentes nos países (Horton, 2020).

O Brasil se insere nesse contexto, porquanto, além de enfrentar os efeitos da Covid-19 no sistema público de saúde, encontra-se em retração econômica – Produto Interno Bruto acumulado em 12 meses de – 5,9% – (IBGE, 2020), que é acompanhado de aumento significativo e generalizado das desigualdades sociais (Salata, Ribeiro, 2020). Deste modo, em atenção à dinâmica social e conjuntural, bem como às necessidades para superação da atual crise, este artigo adotou o termo sindemia ao invés de pandemia.

No que se refere às contratações públicas como instrumento de combate à sindemia, o legislador nacional, por meio da Lei n. 13.979/2020 (Brasil, 2020), instituiu um novo regime jurídico emergencial que disponibiliza ao gestor ferramentas mais céleres para atingir os resultados necessários ao atendimento da exponencial demanda por bens e serviços (Niebuhr, 2020; Justen Filho et al., 2020). Contudo a atividade administrativa de compra do Estado não pode ser reduzida

à mera fornecedora de bens e serviços para execução das ações na saúde, porque são múltiplas as funções das contratações públicas, abrangendo a promoção dos desenvolvimentos econômico, social e ambiental (Costa, Terra, 2019).

Nessa conjuntura de crise, com a finalidade de compreender as ações governamentais, torna-se importante estudar a racionalidade das atuações de proteção à saúde e o incentivo econômico para enfrentar os efeitos da Covid-19. Por isso, utilizou-se, nesta pesquisa, uma abordagem qualitativa, partindo-se das considerações sobre necropolítica e neoliberalismo, desse modo, visando debater se a política de contratações públicas serve para privilegiar a elite econômica em detrimento da vida humana durante a sindemia. Para tanto, realizou-se uma análise de aquisições públicas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, contemplando compras do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre no ano de 2020.

A seleção de múltiplos níveis de governo teve como objetivo verificar a transversalidade da racionalidade liberal administração pública do Brasil. No que tange ao recorte temporal, o ano de 2020 é o início da sindemia e marca a urgência na reestruturação da capacidade instalada de estrutura e serviços para atendimento da população. Desse modo, no primeiro ano da sindemia, os entes federativos realizaram o maior volume de investimento por meio de contratações públicas no combate à Covid-19, como demonstram os dados do painel gerencial “Contratações relacionadas à Covid-19”, da Controladoria Geral da União.

Este artigo está organizado em introdução e mais cinco seções. Na segunda seção, expõe-se o referencial teórico com delineamentos sobre o regime emergencial de contratações públicas, neoliberalismo e necropolítica. A metodologia e a coleta de dados se encontram descritas na terceira seção. Na quarta seção são apresentados os resultados. A discussão é desenvolvida na quinta seção. Na sexta seção, mencionam-se as considerações finais com as principais conclusões, as limitações da pesquisa e as recomendações de possíveis estudos posteriores. Por fim, o artigo é concluído com as referências bibliográficas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **REGIME EMERGENCIAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Após a OMS declarar que o surto da doença causada pela Covid-19 constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, promoveu-se um conjunto de medidas administrativas e legais para combater a emergência no Brasil.

Nesse contexto, houve uma prodigiosa produção legislativa referente às contratações públicas em resposta à Covid-19 e, em alguns casos, precipitadamente,

como a Lei n. 13.979/2020, que não passou por um necessário período de debates e reflexões (Niebuhr, 2020; Justen Filho et al., 2020). A título ilustrativo, a Lei n. 13.979/2020, no decorrer do seu breve período de vigência, sofreu diversas alterações legislativas: Lei n. 14.006/2020, Lei n.º 14.022/2020, Lei n. 14.019/2020, Lei n.º 14.022/2020; Lei n. 14.023/2020, Lei n.º 14.028/2020, Lei n. 14.035/2020, Lei n.º 14.065/2020, Medida Provisória n. 951/2020, Medida Provisória n. 926/2020 e Medida Provisória n. 928/2020.

A Lei n. 13.979/2020 inaugurou o regime emergencial de contratações públicas de enfrentamento à sindemia da Covid-19 aplicável a todos os entes federativos, estabelecendo instrumentos de contratações menos burocráticos para o atingimento de resultados necessários ao atendimento da exponencial demanda gerada pela alta capacidade de contaminação do vírus, longo período de tratamento e, ainda, pelas limitações preexistentes na rede de saúde (Niebuhr, 2020).

A Lei n. 13.979/2020 é destinada à aquisição de bens/insumos e à contratação de serviços necessários ao enfrentamento da sindemia da Covid-19 por meio de dispensa de licitação ou pregão com prazos reduzidos pela metade (artigos 4 e 4-G). A legislação permitia que as compras públicas fossem relacionadas direta ou indiretamente ao combate da emergência, porém não se limitava aos objetos estritamente ligados à área da saúde.

Tratava-se de norma temporária, visto que sua vigência estava atrelada ao Decreto Legislativo n. 6, de 2020, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública, e que tinha efeitos até 31 de dezembro de 2020. Como o decreto não teve seus efeitos prorrogados, a partir de 01 de janeiro de 2021, o ordenamento jurídico ficou apenas com os ritos tradicionais de contratações públicas previstos na Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 12.462/2011.

Além disso, em vista de a atividade administrativa de compra do Estado não se limitar a fornecer bens e serviços para execução das ações na saúde e que os efeitos da pandemia são complexos e heterogêneos, questionamos se é possível ultrapassar a análise jurídica ou econômica das compras públicas para buscar entender esse fenômeno por outras perspectivas, ou seja, abrangendo outras áreas do conhecimento. Assim, buscou-se promover análise crítica de como a política de contratações públicas pode servir para privilegiar a elite econômica em detrimento da vida humana durante a sindemia, a partir dos fundamentos teóricos sobre necropolítica e neoliberalismo.

## **NEOLIBERALISMO E NECROPOLÍTICA**

Segundo Foucault (2018), o direito de vida e de morte é um dos atributos angulares da teoria clássica da soberania, pois o soberano tem o direito de fazer

morrer e deixar viver. Todavia o filósofo demonstra que há um desequilíbrio nesse direito, visto que o “efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (Foucault, 2018, p. 202, grifos nossos).

Em sua análise, Foucault identifica uma maciça transformação do direito político do século XIX que complementa o velho direito de soberania, que é “o direito de fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 2018, p. 202, grifos nossos). Mbembe (2018), no ensaio sobre necropolítica, sintetiza as lições de Foucault ao aduzir que biopoder é “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle” (Mbembe, 2018, p. 5, grifos nossos).

Mbembe (2018), ao analisar a contemporaneidade, entendeu que existem novas composições de submissão da vida ao poder da morte, o que definiu de necropolítica. O termo expressa a política de controle social das sociedades modernas por meio do poder de matar, possuindo relação intrínseca com a desigualdade das oportunidades de vida e de morte do arquétipo neoliberal (Oliveira, 2020).

De acordo com Foucault (2008), a análise da biopolítica só pode ser feita depois de compreendido o regime governamental denominado liberalismo, que é o rompimento com a “razão de Estado”, ou seja, é a oposição a uma tecnologia governamental assentada na existência e no fortalecimento do Estado como mecanismo de governabilidade (Revel, 2011).

Sem olvidar da polêmica conceptualização e das diversificadas teorias sociológicas, Andrade (2019) identifica a posição dos marxistas e o viés dos foucaultianos como prevalentes nas ciências sociais quanto à definição de neoliberalismo. O autor explica que

[a] primeira pensa o neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a mercadorização, dando origem a formas de “acumulação por espoliação”.

[...] A segunda explicação enfatiza, no neoliberalismo, o fenômeno da “economization”, ou seja, a promoção não apenas da expansão dos mercados per se, mas do modelo de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida fora do mercado (Andrade, 2019, p. 112).

Castro (2015) elucida que, na perspectiva de Foucault, neoliberalismo é uma concepção política-antropológica que não se limita a uma teoria econômica. Do ponto de vista da política, o dispositivo de veridicção é a empresa, sendo o princípio regulador da ação governamental a competitividade. Na ótica antropológica,

o neoliberalismo busca instar mecanismos não estatais de governabilidade do homem para estabelecer o homem da empresa e da produção. Laval (2020, p. 75) explica que a racionalidade neoliberal é “centrada no cálculo microeconômico do sujeito”, tratando-se de poder que “age a distância sobre os indivíduos através do seu meio de vida com o fim de favorecer a autovalorização do capital humano”.

Dardot e Laval (2016) explicam que neoliberalismo é uma racionalidade que estrutura e organiza a ação dos governantes e governados, porquanto estabelece a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. Assim, os autores definem neoliberalismo como “*o conjunto de discursos, práticas, e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência*” (Dardot e Laval, 2016, p. 185, grifos nossos).

Segundo Casara (2021), o neoliberalismo é constituído de mandamentos que formam um arcabouço de normas, sendo a concorrência o pilar estrutural de um

sistema normativo coerente, capaz de orientar a forma de governar, a adoção de determinadas políticas públicas, a produção de decisões judiciais, a elaboração de leis, funcionamento das empresas, as decisões de organismos internacionais e as condutas das pessoas (Casara, 2021, p. 120).

Vale salientar que, segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não objetiva a extinção do Estado, porém a transformação da ação pública e a reestruturação do Estado a partir da lógica concorrencial das empresas privadas, influenciando não apenas a agenda governamental, mas a própria forma de promover a agenda. No entanto os efeitos dessa mutação não se limitam à redução dos custos das políticas públicas, pois também subvertem os pilares e valores da democracia, mormente no que se refere aos direitos sociais dos cidadãos.

Nesse trilhar, Santos (2020) identifica na combinação entre o neoliberalismo e o capitalismo financeiro o fator de direcionamento das gestões das áreas sociais para modelo de capital. A título ilustrativo, no Brasil, a racionalidade neoliberal foi o fundamento teórico para reformulações recentes, como a retração dos direitos trabalhistas (reforma trabalhista de 2017), mudanças no sistema previdenciário (reforma previdenciária de 2019), privatizações e subfinanciamento dos serviços públicos (teto do gasto com a Emenda Constitucional n. 95, de 2016).

A partir do contexto teórico supra-apresentado e a situação da síndrome no Brasil, como pensar a prática governamental de contratações públicas? Essa racionalidade neoliberal pode ser percebida a partir da análise das compras governamentais como instrumento de realização das políticas públicas de enfrentamento

aos efeitos da Covid-19? O poder de matar, deixar viver ou expor à morte pode ser promovido por meio das compras públicas?

## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa sobre as contratações públicas brasileiras para o enfrentamento da sindemia no âmbito do estado do Rio Grande do Sul (RS) e do município de Porto Alegre (POA) no ano de 2020. A seleção de múltiplos níveis de governo teve como objetivo verificar a transversalidade da racionalidade neoliberal na administração pública. A amostra analisada foi escolhida de forma intencional pelos autores, em razão do ente estadual e o municipal serem geridos pelo mesmo partido de centro-direita que concentra sua popularidade entre os eleitores de maior renda média (Araújo, Flores, 2019). Ademais, ambos os pesquisadores desenvolvem atividades de pesquisa e trabalho em políticas públicas nesse território. No que tange ao recorte temporal, o ano de 2020 marca o início da sindemia, a vigência do regime emergencial de compras públicas e o maior volume de investimento por meio de contratações públicas no combate à Covid-19.

Quanto à coleta de dados das contratações do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre foi feita por meio do painel gerencial de contratações relacionada à Covid-19 da Controladoria Geral da União (CGU)<sup>1</sup>. A partir dos dados levantados, realizou-se a análise temática reflexiva mediante um raciocínio dedutivo, após levantamento bibliográfico sobre os temas necropolítica e neoliberalismo (Braun, Clarke, 2006; O’Leary, 2019). Com esse método, pretendeu-se identificar, analisar e relatar padrões para gerar uma análise interpretativa (Souza, 2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

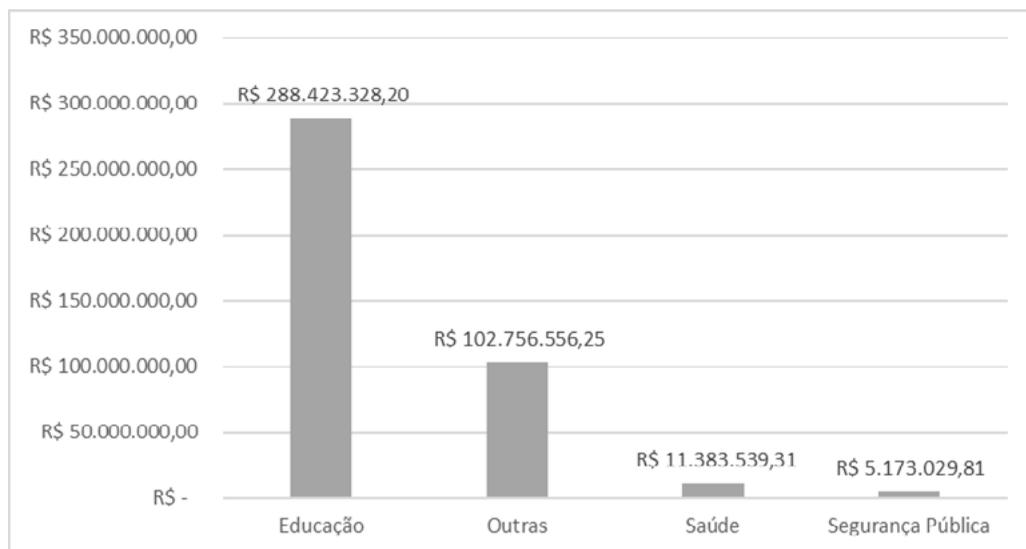
Os efeitos da Covid-19 fizeram surgir a necessidade de atendimento de demandas públicas que no final de 2019 eram imprevistas e incalculáveis, rompendo com a trajetória de investimentos por meio de compras governamentais dos órgãos públicos.

Com a sindemia, formou-se um consenso entre a academia e a mídia que os entes federativos precisavam reverter o quadro de subfinanciamento e priorizar investimentos na saúde pública. Dessa forma, esperava-se que o município de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul reforçassem por meio de compras

---

1 <https://landpage.cgu.gov.br/painelcovid/aquisicoes2.html> (acesso em 15/01/2021)

públicas os gastos em políticas públicas na saúde, seja adquirindo equipamentos hospitalares, insumos, medicamentos ou contratando novos profissionais.



**Gráfico 1.** Compras públicas do Estado do Rio Grande do Sul para enfrentamento da Covid-19. Fonte: autoria própria.

Todavia, diferentemente da expectativa de fortalecimento nos gastos na saúde, o Gráfico 1 demonstra que o estado do Rio Grande do Sul promoveu compras públicas com base no regime emergencial para enfrentamento à síndrome e diretamente relacionadas à saúde no montante de apenas R\$ 11.383.539,31. Esse valor representa apenas 2,79% do total gasto via compras governamentais em resposta à Covid-19 pelo ente federativo. As duas principais aquisições na área da saúde foram “testes rápido para detecção da Covid-19” no valor de R\$ 3.750.000,00 e o medicamento “teriparatida” no valor de R\$ 3.269.120,40 que juntos representam 61,66% do valor investido na saúde.

Ademais, o Gráfico 1 evidencia que o grande volume de recursos aportado pelo RS no enfrentamento da síndrome por meio de compras públicas foi na educação. Com fundamento no regime emergencial de compras públicas (Lei n. 14.979/2020), o pregão de maior vulto econômico realizado foi a compra *Chromebooks* que teve como vencedora uma empresa de capital aberto listada na bolsa de valores brasileira no valor total de R\$ 244.999.800,00 (Quadro 1). O montante representa 60,08% do total investido por meio de contratações governamentais para enfrentar a síndrome da Covid-19 pelo RS.

**Quadro 1.** Compras públicas na área da educação para enfrentamento da Covid-19

Ente	Compras públicas na educação	Maior compra pública	Percentual da maior compra no total investido na educação	Objeto da maior compra pública
RS	R\$ 288.423.328,20	R\$ 244.999.800,00	85%	Chromebooks

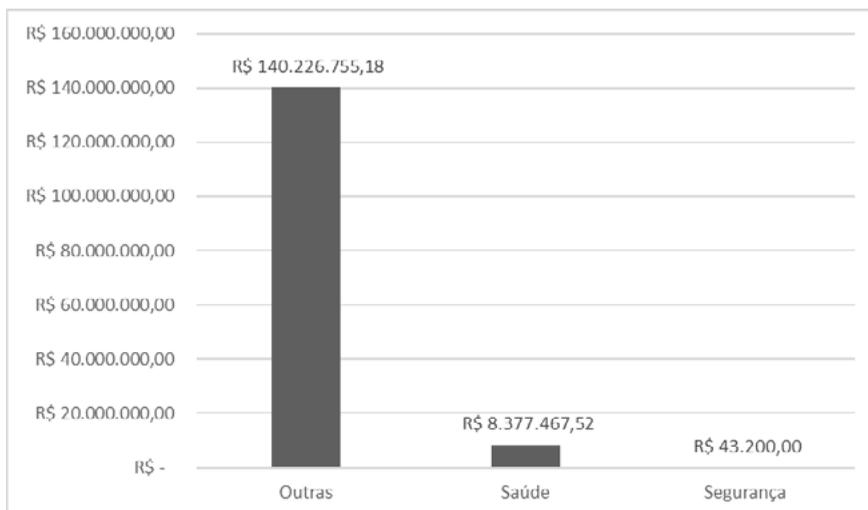
Fonte: autoria própria

Há formas diretas e indiretas de combater a sindemia e seus reflexos na sociedade. Contudo um investimento dessa ordem de valor, enquanto, por exemplo, os colégios públicos carecem de condições mínimas de higiene desde antes do período pandêmico, torna translúcida a racionalidade neoliberal no campo da execução das políticas públicas. Afinal, é cediço que as empresas de tecnologia da informação fazem parte da elite econômica nacional e têm poder de dominar e estabelecer as “necessidades públicas” das comunidades que precisam ser atendidas pelos governos locais.

Apesar da relevância dos computadores para a educação, o atual estágio das estruturas das escolas estaduais, a falta de equipamentos de proteção para o retorno às aulas (Feijó, 2020), bem como os baixos salários dos profissionais tornam a aquisição milionária de *Chromebooks* meios de realização da política pública educacional que não possuem finalidade satisfatória para a sociedade durante a sindemia. Todavia, isso alimenta o faturamento da elite econômica nacional.

Assim, verificou-se o que Freitas e Berg (2020) indicam como uma disputa entre a vida e o capital, sendo a “vida jogada no jogo do biopoder e da necropolítica e que nunca se fez tão presente no Brasil” (Freitas e Berg, 2020, p. 81, grifos nossos). Nesse sentido, sintetiza Casara (2021) que “[a] racionalidade, hoje hegemônica, busca o lucro sobre corpos, os mortos, as crises, as pandemias etc.” (Casara, 2021, p. 16).. Portanto, as compras governamentais de enfrentamento aos efeitos da Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul se coadunam com a análise de Casara (2021) do poder político estatal como veículo de sedimentação dos projetos e da visão de mundo neoliberal.

No âmbito do município de Porto Alegre, as compras públicas com base no regime emergencial alcançaram o valor total de R\$ 148.647.422,70.



**Gráfico 2.** Compras públicas do Município de Porto Alegre para enfrentamento da Covid-19. Fonte: autoria própria.

O Gráfico 2 apresenta que apenas R\$ 8.377.467,52 foi investido na saúde. Assim, somente 0,56% do total gasto por compras públicas foi direcionado às políticas públicas de saúde. Quanto aos itens adquiridos para área da saúde, 90% do montante gasto foi investido em máscaras, testes para detecção de Covid-19 e álcool em gel, conforme apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Compras públicas de Porto Alegre para enfrentamento da Covid-19 na área da saúde.

Item	Valor	Percentual
Máscara	R\$ 5.288.400,00	63%
Testes para covid-19	R\$ 1.444.000,00	17%
Álcool em gel	R\$ 779.400,00	0,9%
Outros itens	R\$ 865.667,52	10,33
Total	R\$ 8.377.467,52	100%

Fonte: autoria própria

Embora estudos científicos associem o uso de máscara às taxas menores de infecção por Covid-19 e indiquem a necessidade do fortalecimento dos programas de testagem e rastreamento dos casos para mitigar a propagação do vírus (Kameda et al., 2021; Jacques et al., 2022), observamos que o município de Porto Alegre pouco investiu nos principais itens de controle da Covid-19.

Em contrapartida, a compra pública de maior vulto para enfrentamento do novo coronavírus realizada pela Prefeitura foi o registro de preço para aquisição de cesta básica no montante de R\$ 125.470.800,00 para atividades assistenciais

realizadas pela defesa civil cujo valor representa 84,4% do total investido pelo município em resposta à Covid-19, conforme demonstra o Quadro 3.

**Quadro 3.** Maior compra pública de Porto Alegre no enfrentamento à Covid-19.

Ente	Total de compras públicas	Maior compra pública	Percentual da maior compra no total investido	Objeto da maior compra pública
Porto Alegre	R\$ 148.647.422,70	R\$ 125.470.800,00	84,4%	Cesta básica

Fonte: elaboração própria

O excessivo volume de recursos em um único processo de compra evidencia a ausência de projeto econômico para o desenvolvimento da economia local e o privilégio à elite econômica nacional por desprezar as regras de incentivo e benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei complementar n. 123/2002. A concentração de milhões de reais em lote único de disputa afasta espontaneamente a participação de pequenos empresários regionais ou locais diante da incapacidade desses de competir em larga escala com gigantes comerciais. Assim, sem a necessidade de dispor diretamente cláusulas editalícias restritivas no processo licitatório, o ente federativo municipal afastou a oportunidade de atrair pequenas empresas para serem parceiros comerciais do poder público e direcionou o percentual de 84,4% do total gasto para enfrentamento à pandemia da Covid-19 a apenas uma empresa fornecedora.

Além disso, o fornecimento de cesta básica é uma importante política pública de segurança alimentar da população carente, mas também é uma forma de o Estado exercer o poder de soberania por “deixar viver”. Nesse caso, há uma concessão do soberano do prolongamento da vida de parte dos integrantes da classe abandonada, a ralé, como definido por Souza (2018). Entretanto, trata-se de mera medida paliativa que não modifica nem interfere na forma de viver da comunidade. Apenas permite a continuidade da vida biológica – desconstituída de direitos civis, sociais e políticos – em condições que garantam a manutenção da condição de explorado pelo neoliberalismo mediante novos projetos pseudo-assistenciais. Segundo Magalhães (2020),

diferentes autoras e autores vêm discutindo esses processos de produção deliberada da precariedade, apontando para a importância de observarmos como se efetivam no cotidiano das populações subalternas, moradoras de favelas e periferias formas variadas de causar dor, sofrimento, violências e também de

impossibilitar ou dificultar o acesso a serviços e bens de cidadania que permitiriam a reprodução de suas vidas. (Magalhães, 2020, p. 82).

Diante das diversas ações de produção ou manutenção da precariedade da vida, assentadas numa racionalidade de interesse, exploração e descarte, quando o ser humano se torna inútil ao capital, Freitas e Berg (2020) concluem que o neoliberalismo consome parasitariamente a vida em suas diversas formas, operacionalizando a biopolítica da morte ou, como definido por Mbembe (2018), a necropolítica.

Observou-se que, nos dois entes federativos governados por partidos cujos eleitores se concentram na classe social de maior renda média, as compras públicas relacionadas ao enfrentamento da pandemia não tiveram principal gasto na área da saúde. Portanto, identificaram-se elementos que reforçam os argumentos de Mbembe (2020) sobre o necroliberalismo, que se assenta na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. A lógica neoliberal é que alguns possuem mais valor que outros; por conseguinte, aqueles sem valor podem ser descartados (Mbembe, 2020).

Além disso, as aquisições analisadas favoreceram a participação de grandes empresas em detrimento das microempresas e empresas de pequeno porte locais. Dessa forma, compreendemos que as ações públicas foram permeadas pela racionalidade neoliberal, a qual impulsiona as ações administrativas em favor da elite econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sindemia demonstrou as estruturas, as fragilidades e as contradições da racionalidade neoliberal (Freitas, Berg, 2020), porquanto o modelo de mercadorização dos serviços públicos se apresenta insuficiente para prover a proteção necessária à população, o arquétipo preserva apenas a tradicional garantia de proteção da vida aos membros da elite econômica (Madeira et al., 2020), enquanto deixa morrer a classe abandonada.

As contratações públicas desempenham papel estratégico no enfrentamento dos efeitos diretos e indiretos da Covid-19, seja no fornecimento de insumos ao sistema público de saúde, seja no incentivo à economia com a injeção de recursos públicos. No Brasil, instituiu-se o regime emergencial de contratações públicas para desburocratizar o acesso a bens e a serviços imprescindíveis ao combate dessa sindemia.

A partir deste estudo, observou-se que as compras governamentais do município de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul para combater a Covid-19

foram permeadas pela racionalidade neoliberal para garantir a maximização do lucro durante a maior crise da humanidade, neste século.

As compras governamentais necessitam ser promovidas conforme a necessidade da sociedade ao invés de serem utilizadas como instrumentos de expansão dos lucros. É imprescindível que sejam despidas da lógica neoliberal para serem utilizadas como instrumento para salvar vidas, reduzir as desigualdades sociais e fomentar desenvolvimento nacional ao priorizar os pequenos empresários locais, gerando emprego e renda, o que se faz necessário e urgente no combate à sindemia.

Quanto às limitações da pesquisa, cita-se a ausência de estudos dos documentos contidos nos expedientes administrativos, o que permitiria maior profundidade com análise de conteúdo no termo de referência e edital, bem como maior entendimento das justificativas para as contratações realizadas.

Por fim, é possível inferir que novos estudos podem ser promovidos para avançar sobre a análise da racionalidade e seus efeitos em outros objetos e instrumentos de produção de políticas públicas, bem como sobre as contradições do modelo neoliberal de governo na sindemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Daniel. P. (2019). Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estud. Cebrap*, v. 38, n. 1, p. 109-35. <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010006>.
- ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo (2019). Competição eleitoral e ideologia partidária: PT, PSDB e a agenda de proteção social no Brasil (1991-2014). In: *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, p. 35-63.
- BRASIL (2020). [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) (acesso em 18/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 13.979, de 2020. Brasília, Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735> (acesso em 12/12/2022).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.006, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.006-de-28-de-maio-de-2020-274462752> (acesso em 7/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.019, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.019-de-2-de-julho-de-2020-264918074> (acesso em 8/11/2020).

- BRASIL (2020). Lei n. 14.022, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.022-de-7-de-julho-de-2020-265632900> (acesso em 15/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.023, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.023-de-8-de-julho-de-2020-265869301> (acesso em 15/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.028, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.028-de-27-de-julho-de-2020-268918657> (acesso em 15/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.035, de 2020. Brasília. Planalto. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14035.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14035.htm) (acesso em 15/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 14.065, de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.065-de-30-de-setembro-de-2020-280529950> (acesso em 15/11/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 8.666, de 1993. Brasília. Planalto. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) (acesso em 8/08/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 10.520, de 2002. Brasília. Planalto. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10520.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm). (acesso em 8/08/2020).
- BRASIL (2020). Lei n. 12.462, de 2011. Brasília. Planalto. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm). (acesso em 8/08/2020).
- BRASIL (2020). Lei Complementar n. 123, de 2006. Brasília. Planalto. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm). (acesso em 8/08/2020).
- BRASIL (2020). Decreto Legislativo n. 6, de 2020. Brasília. Planalto. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/dlg6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020). (acesso em 20/12/2020)
- BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.
- CASARA, Rubens (2021). *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária.
- CASTRO, Edgardo. (2015). *Introdução a Foucault*. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica.
- COSTA, Caio; TERRA, Antonio (2019). *Compras públicas: para além da economicidade*. Brasília: ENAP.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo.
- FEIJÓ, Frederico. Sem equipamentos de proteção individual, escolas do sul do RS vão seguir fechadas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20/10/200. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

- educacao-e-emprego/noticia/2020/10/sem-equipamentos-de-protecao-individual-escolas-do-sul-do-rs-vao-seguir-fechadas-ckgioi1xu0021015xvi5z2jle.html (acesso em 20/10/2020).
- FOUCAULT, Michel (2008). *O nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2018). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- FREITAS, Sara; BERG, Tábata (2020). Deixar viver, deixar morrer: biopoder e necropolítica em tempos de pandemia. Dossiê Michel Foucault. (*SYN*)*THESIS*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 76-86.
- HORTON, Richard (2020). Offline: Covid-19 is not a pandemic. *Lancet*. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext) (acesso em 28/10/2020).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA (IBGE) (2020). <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=pib&searchphrase=all> (acesso em 28/10/2020).
- JACQUES, Nadège *et al.* (2022). Uso de máscara durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: resultados do estudo EPICOVID19-BR. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 6, e00271921. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT271921>.
- JUSTEN FILHO, Marçal *et al.* (2020). *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini.
- KAMEDA, Koichi *et al.* (2021). Testing COVID-19 in Brazil: fragmented efforts and challenges to expand diagnostic capacity at the Brazilian Unified National Health System. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 3 e00277420. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00277420>.
- LAVAL, Christian (2020). *Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante.
- MADEIRA, Lígia *et al.* (2020). Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia. *Blog Dados*. <http://dados.iesp.uerj.br/os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/> (acesso em 10.01.2021).
- MAGALHÃES, Alexandre (2020). As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8.
- MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. Abrasco, Rio de Janeiro, 31/03/2020. <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/> (acesso em 23.07.2021).
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições.

- MBEMBE, Achille (2020). Pandemia democratizou o poder de matar, diz autor da teoria da “necropolítica”. Entrevista concedida à Folha de São Paulo, São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml> (acesso em 10.04.2020)
- NIEBUHR, Joel (2020). *Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de Covid-19*. Belo Horizonte: Fórum.
- OLIVEIRA, Leonardo (2020). Da fatalidade epidemiológica à ferramenta de extermínio: a gestão necropolítica da pandemia. *Blog Unicamp*. <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/da-fatalidade-epidemiologica-a-ferramenta-de-extermínio-a-gestao-necropolitica-da-pandemia/> (acesso em 17/11/2020).
- O’LEARY, Zina (2019). *Como fazer seu projeto de pesquisa*. Tradução Ricardo A. Rosenbush. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS) (2020). Histórico da pandemia de COVID-19. *Folha informativa sobre a COVID-19*. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> (acesso em 25.07.2021).
- REVEL, Judith (2011). *Dicionário Foucault*. Tradução Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo (2020). Boletim desigualdade nas metrópoles. *Observatório das metrópoles*, Porto Alegre, n. 01. [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM\\_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES1\\_01v02.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES1_01v02.pdf) (acesso em 11/12/2022).
- SANTOS, Boaventura (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo.
- SINGER, Merrill. Covid-19 não é pandemia, mas sindemia: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Entrevista concedida a PLITT, Laura. *BBC News Brasil*, 10/10/2020. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785> (acesso em 26.07.2021).
- SOUZA, Jesse (2018). *A ralé brasileira*. 3. ed. São Paulo: Contra-Corrente.
- SOUZA, Luciana (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arq. Bras. Psicol., Rio de Janeiro*, v. 71, n. 2, p. 51-67. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>.

# A pandemia na casa e na rua: uma análise sobre as relações pessoais e o impacto do óbito de idosos na família

*The Pandemic at home and on the street: an analysis of personal relationships and the impact of the death of the elderly on the family*

Vânia Morales Sierra<sup>a</sup>, Pedro Guimarães Coscarelli<sup>b</sup>,  
Maria Luiza Ferreira da Silva<sup>c</sup>,  
Anna Carolina Almeida Vieira de Anunciação<sup>d</sup>,  
Sofia de Andrade Denozor<sup>e</sup>

**Resumo** Durante a pandemia de Covid-19, a preocupação com a transmissibilidade do vírus esteve concentrada sobre os espaços públicos e de serviços, dispensando-se pouca atenção à infecção transmitida a partir dos relacionamentos entre pessoas próximas ou mesmo dentro de casa. Questões relacionadas à ordem, às formas de propagação do vírus e ao comportamento social nos espaços públicos adquiriram relevo, fazendo com que a casa fosse identificada como lugar de refúgio contra o coronavírus. Neste artigo, procuramos apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com familiares de 240 pacientes internados no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), no período entre outubro de 2020 e maio de 2021. O texto desenvolve a perspectiva de DaMatta (1997) para analisar as relações pessoais na pandemia, considerando a articulação entre o código da casa e o código da rua. A suposição é a de que a intervenção do Estado se baseou em normas gerais, deixando na penumbra a relevância da transmissão nos relacionamentos pessoais. A base de dados para análise são os resultados do inquérito epidemiológico realizado com familiares de pacientes internados no HUPE, que indicam a importância dos relacionamentos entre parentes e amigos, sobretudo com idosos, na transmissibilidade da Covid-19 e na elevação dos casos de óbito nesse grupo.

**Palavras-Chave** Covid-19. Relacionamentos pessoais. Transmissibilidade. Impacto. Família.

- 
- a Doutora em sociologia no IUPERJ, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora do Laboratório de Gestão de Informação da UERJ (LAGI-UERJ).  
b Doutor em Ciências Médicas da FCM/UERJ, professor Adjunto da Faculdade de Educação Física e Desportos da UERJ e médico e coordenador do Núcleo de Vigilância em Saúde do Hospital Universitário Pedro Ernesto (NVS-HUPE/UERJ).  
c Bolsista de graduação em Serviço Social da UERJ.  
d Bolsista de graduação em Serviço Social da UERJ.  
e Bolsista de graduação em Serviço Social da UERJ.

**Abstract** *During the Covid-19 pandemic, concern about the transmissibility of the coronavirus was concentrated on public and service spaces, and little attention was paid to infection transmitted from relationships between nearby people or even indoors. Issues related to the civil order, forms of spread of the virus and social behavior in public spaces have gained prominence, and home was a place of refuge against coronavirus. In this article, we present the results of an epidemiological survey conducted with relatives of 240 patients admitted to the Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), between October 2020 and May 2021. The text develops the perspective of DaMatta (1997) to analyze personal relationships in the pandemic considering the articulation between “the home code” and “the street code”. The assumption is the state intervention was based on general rules, leaving in the shade the relevance of transmission in personal relationships. The database for analysis is based on the results of the epidemiological survey conducted with relatives of patients hospitalized in the HUPE which indicate the importance of relationships with relatives and friends, especially with the elderly, in Covid-19 transmissibility, and the higher incidence of fatal cases in this group.*

**Keywords** *Covid-19. Personal relationships. Transmissibility. Impact. Family.*

## INTRODUÇÃO

A Covid-19 é a infecção provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecida mundialmente a partir de dezembro de 2019, devido a um surto não controlado, ocorrido na cidade de Wuhan, China, o epicentro inicial da pandemia (Tian et al., 2020). Até o momento, sete coronavírus humanos (HCoVs) foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-CoV, MERS-CoV e, o mais recente, o novo coronavírus, identificado como SARS-CoV-2. Esse novo coronavírus é o responsável por causar a doença Covid-19 (OPAS, s/d).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020, declarou o surto de Covid-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), atribuindo o mais alto nível de alerta, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional – RSI, 2005, (Anvisa, 2009).

O primeiro caso confirmado no Brasil ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, e logo depois se disseminou pelo país (Brasil, 2020). No ano seguinte, a demanda para atendimento na saúde aumentou drasticamente e os sistemas públicos e privados no país entraram em colapso.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo a Fiocruz, em março de 2021, 24 estados estavam com taxa de ocupação de UTIs acima de 80%. Em 19 capitais a taxa atingiu mais de 90%. Ver: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/16/fiocruz-diz-que-brasil-passa-por-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia.ghtml> (acesso em 23/07/2022).

Foi alcançado certo consenso sobre as formas de transmissão da Covid-19, que ocorre principalmente de pessoa para pessoa, mediante contato próximo, contato das mãos com os olhos, nariz ou boca e por meio de gotículas respiratórias, transmitidas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou mesmo fala (Silva et al., 2021). Além disso, também há possibilidades de infecção por portadores assintomáticos, levemente sintomáticos ou mesmo durante o período de incubação, estimado entre 1 e 14 dias (Schuchmann et al., 2020). Alguns esforços em pesquisa foram feitos no sentido de dar visibilidade aos grupos mais vulneráveis (Pereira et al., 2022), porém poucos foram os estudos realizados a partir de dados de pacientes atendidos no Sistema Único de Saúde, retratando a forma como o vírus foi contraído e os impactos causados pelo óbito em suas famílias. De modo geral, a preocupação com a transmissibilidade do vírus esteve concentrada sobre as medidas de isolamento e distanciamento social, ficando pouca atenção dada à infecção transmitida a partir dos relacionamentos entre pessoas próximas ou mesmo dentro de casa.

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada com familiares de 240 pacientes internados no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), no período entre outubro de 2020 e maio de 2021. O eixo da análise recai sobre a transmissibilidade do vírus nos relacionamentos pessoais e o impacto dos casos de óbito na família de pacientes internados no HUPE.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

A pandemia de Covid-19 requereu mudanças na condução das políticas públicas para o seu controle e enfrentamento. Em diversos países, medidas foram tomadas com o objetivo de minimizar e impedir a disseminação do novo coronavírus, como quarentenas, declaração de Estado de emergência, confinamentos e restrições de viagens (Forman, Kohler, 2020).

No esforço de evitar o colapso do sistema de saúde, buscou-se garantir a permanência das pessoas em suas casas pela adoção do teletrabalho (OCDE, 2020) e do ensino remoto (Valente, 2022). Tais medidas, associadas à propaganda “fique em casa”, reforçaram a ideia da casa como espaço de proteção, enquanto “a rua” ficou percebida como espaço de risco quanto à maior exposição ao vírus. A dicotomia casa-rua, privado-público, percorreu o debate político e acadêmico na pandemia, como se o combate ao vírus se limitasse a questões relacionadas à “ordem da pandemia”, deixando na penumbra a consideração com a transmissão do coronavírus nos relacionamentos pessoais.

Czeresnia (1997) apresenta uma crítica à relação saúde-doença reduzida ao biológico, destacando a necessidade de inserir na análise a importância das relações sociais e da cultura na transmissibilidade do vírus. Nessa perspectiva, o confinamento e o isolamento social são medidas frequentemente tomadas em epidemias, mas que levam a uma situação paradoxal, já que não se pode prescindir da relação social.

Para conhecer as conexões entre cultura e relacionamentos sociais na pandemia de Covid-19 no Brasil, empregamos a perspectiva de Roberto DaMatta (1997), baseada na articulação entre o que o autor denomina de código da casa e do código da rua. Segundo DaMatta (1997), a sociedade brasileira compreende um sistema complexo de relações sociais, uma totalidade que funciona mediante a combinação, articulação e disjunção entre esses dois códigos. O código da casa, fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio, é marcado pela proximidade, intimidade, particularidade, afeto, hierarquia; enquanto o código da rua refere-se ao indivíduo e ao universo das normas abstratas elaboradas no âmbito do Estado, caracterizadas pela impessoalidade e a igualdade formal. De certo modo, não há oposição entre o código da casa e o código da rua, já que na prática não há separação entre eles. Nessa perspectiva, a especificidade da sociedade brasileira consiste em conviver com esses paradigmas, cujo efeito é a articulação entre o tradicional e o moderno, o informal e o formal, a pessoa e o cidadão.<sup>2</sup> Dessa forma, produzimos um sistema social baseado em normas universais, mas que valoriza ao mesmo tempo as relações pessoais, típicas do código da casa, no qual “todas as questões são tratadas debaixo de um prisma pessoal e “caseiro”, familiar, doméstico” (DaMatta, 1997, p. 10).

Considerando que as medidas de combate à pandemia estabeleceram certa oposição entre “casa” e “rua”, adotamos a perspectiva damattiana para pensar a transmissibilidade do coronavírus e o impacto do óbito nas famílias, a partir da “casa”, não apenas como uma estrutura física, mas sobretudo como um lugar moral constituído por realidades múltiplas (DaMatta, 1986), também compreendido como um espaço de elaboração cultural (Garcia, 1976).

A análise se concentra sobre um conjunto de dados de pacientes internados por Covid-19 no HUPE. Procuramos conhecer o perfil dos pacientes, a forma como

---

2 Segundo DaMatta (1997), a sociedade brasileira funciona pela complementaridade entre três códigos: o código da casa, o código da rua e o código do outro mundo. Esse último está relacionado com a renúncia ritualizada do mundo diante das injustiças e sofrimentos, e representa a síntese dos outros dois códigos. Para fins de análise neste artigo, apenas o código da casa e o código da rua serão considerados.

ocorreu a transmissão do coronavírus e qual foi o impacto do óbito nas famílias. Os resultados estão baseados no inquérito epidemiológico realizado pelo Núcleo de Vigilância em Saúde do Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE), no período entre outubro de 2020 e maio de 2021. O eixo da análise concentrou-se na transmissibilidade do vírus entre relacionamentos pessoais nos diversos espaços de encontro e comunicação interpessoal. Além disso, a análise incorpora o impacto econômico dos casos de óbito na família de pacientes internados no HUPE. Esta pesquisa foi realizada com a participação de três bolsistas da Faculdade de Serviço Social da UERJ, após receberem treinamento de assistentes sociais da instituição para aplicação do questionário.

Foram contatados por telefone os familiares dos pacientes internados por Covid-19, no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), no período entre outubro de 2020 e maio de 2021, com a finalidade de responderem ao questionário. Os pacientes não podiam ser pessoalmente entrevistados, pois estavam em isolamento respiratório e de contato, e muitos estavam com forma grave, sedados e entubados.

O contato telefônico com os familiares foi possível mediante informações obtidas junto ao Serviço Social da instituição, a partir do registro da pessoa de referência para contato do Hospital. No primeiro momento da ligação, era feita a apresentação das bolsistas que informavam os objetivos da pesquisa, seu instrumento de levantamento das informações e a importância da contribuição dos respondentes. O questionário incluía informações sociodemográficas, idade, cor, religião, exposição à Covid-19, situação econômica, família, condições de moradia e de saneamento, identificação civil, situação trabalhista e situação assistencial. O tempo médio de aplicação dos questionários era de cerca de 30 minutos.

Ao serem informados sobre esse tempo, alguns familiares preferiam marcar outra data para responder ao questionário. Nem todos os familiares aceitavam participar da pesquisa, preferindo que outro familiar respondesse no seu lugar. A justificativa mais frequente entre os que se recusavam, consistia em não se sentir à vontade para comentar o assunto da pandemia naquele momento em que o paciente estava internado.

As informações obtidas foram tabuladas em planilhas de trabalho e, conforme as respostas, recodificadas em grandes subcategorias. A análise dos dados inicial e após recodificação foi realizada com o *software R*. Este trabalho inclui os resultados da análise de dados sobre família e exposição à Covid-19. Os demais dados serão analisados e apresentados em outras submissões. O projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ sob o código CAAE: 45266421.0.0000.5282.

## A PANDEMIA NA CASA E NA RUA: UM ENFOQUE SOBRE AS RELAÇÕES PESSOAIS E O IMPACTO DO ÓBITO DE IDOSOS NA FAMÍLIA

Conforme os dados obtidos no HUPE com familiares de 240 pacientes internados por Covid-19, o perfil desses pacientes compreende 141 (59%) homens e 99 (41%) mulheres. Quanto à cor, 48,3% declararam que o paciente era branco, enquanto 51,7%, não brancos. Vimos que a maioria dos pacientes era formada por aposentados (46,6%), acima de 60 anos (64,6%), que possuía pelo menos uma comorbidade (76,7%) (Tabela 1).

A maior vulnerabilidade de idosos ao coronavírus foi reconhecida em outras pesquisas referentes ao adoecimento e óbitos por Covid-19. A pesquisa realizada em 50 UTIs do Brasil, envolvendo 70% hospitais públicos e 30% privados, divulgada projeto 'Impacto MR' do PROADI-SUS, em março de 2021, feita com 3.034 pacientes internados com Covid-19 e 341 suspeitos, identificou que a média de idade dos pacientes infectados pelo coronavírus era de 64 anos, sendo 60,5% homens e 39,5% de mulheres (Canteiras, 2021). Outra pesquisa relevante publicada no *Portal Fiocruz* mostrou que três em cada quatro óbitos por Covid-19 aconteceram em pessoas com mais de 60 anos de idade (175.471 de um total de 230.452 idosos) no ano de 2020 (Bel, 2021).

**Tabela 1.** Faixa etária dos internados por Covid-19 no HUPE

Faixa Etária	N	Percentual cumulativo
21-30	10	4,2
31-40	13	9,6
41-50	28	21,3
51-60	50	42,1
61-70	59	66,7
71-80	49	87,1
81-90	26	97,9
>90	5	100

Fonte: Elaboração própria

No inquérito epidemiológico do HUPE, o número de óbitos por Covid-19 também foi maior em idosos, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Alta e Óbitos de pacientes do HUPE acima e abaixo de 60 anos

	Alta	Óbito
< 60 anos	72	26
60 anos ou mais	60	82

Fonte: Elaboração própria

No caso dos idosos internados no HUPE, os dados também revelam que a maioria estava em isolamento social (62,5%). É muito provável que esses idosos, cientes de que pertenciam ao grupo mais vulnerável, tenham tentado se proteger evitando sair de casa.

Em atenção à forma como os pacientes do HUPE contraíram a Covid-19, dos 137 familiares que responderam à questão, 31,4% deles afirmaram que foram infectados por pessoas próximas, sendo que 16,1% contraíram o vírus de pessoas da mesma casa, enquanto 14,6 % em eventos com parentes e amigos e 0,7% nas igrejas. Considerando que aproximadamente um quarto (27,0%) dos pacientes adquiriu Covid-19 em um hospital – muitos no próprio HUPE<sup>3</sup> – durante o uso de algum serviço de saúde, e 25,6% dos familiares não souberam informar como o paciente contraiu Covid-19, a principal forma de transmissão mencionada neste estudo durante uma atividade social foi no relacionamento com pessoas próximas.

De modo geral, os pacientes adquiriram essa doença com pessoas da mesma residência, por meio de visita de parentes e amigos, de festas, reuniões ou na igreja. Todas essas possibilidades indicam relacionamentos próximos e, provavelmente, por isso essas pessoas relaxaram no uso da máscara e no distanciamento mínimo de 1,5 metros.

As demais formas de transmissão de Covid-19 mencionadas foram: trabalho 11,7%, durante ida a comércio, contando 4,4% (lojas, shopping centers, supermercados) (Tabela 3).

**Tabela 3.** Lugar onde contraiu Covid-19

Lugar onde contraiu Covid-19	%	%
Casa	22	16,1
Eventos com amigos	20	14,6
Igreja	1	0,7
Trabalho	16	11,7
Comércio	6	4,4

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao número de pessoas que convivem na mesma casa que o paciente, 7,6% moravam sozinhas, 39,5% dividiam a casa com mais alguém e 52,9% moravam com 2 pessoas ou mais pessoas.

Outro dado que indica a relevância das relações pessoais remete à infecção por meio de pequenos encontros ou festas privadas entre amigos e parentes, demons-

3 O HUPE é referência para internação de pacientes que adquiriram infecção por Covid-19 durante internações hospitalares por outras causas nos vários hospitais especializados do Estado do Rio de Janeiro.

trando que esses casos não foram raros, alcançando aproximadamente um terço dos pacientes que contraiu Covid-19, conforme a nossa amostra. Essa informação se aproxima dos resultados da pesquisa realizada nos Estados Unidos pela Escola de Medicina de Harvard e da RAND Corporation, envolvendo 3 milhões de domicílios, que revelou serem as festas de aniversário responsáveis pelo aumento de 30% das chances de contrair Covid-19 (Dias, 2021).<sup>4</sup>

Com base nesses dados, podemos considerar que os idosos foram as principais vítimas da doença, já que, mesmo isolados ou evitando sair de casa, eles correram maior risco em decorrência da proximidade na convivência com parentes e amigos. Nesse sentido, provavelmente as normas da saúde tenham conseguido maior adesão nos espaços públicos onde a impessoalidade é predominante. Por outro lado, foi negligenciada a importância de considerar a ética nas relações pessoais, sobretudo com ênfase nas práticas de cuidado para prevenir a transmissão do coronavírus.

A casa torna-se uma questão para ser debatida também quando se considera a relação entre a pandemia de Covid-19 e as desigualdades sociais. No que tange ao trabalho remoto, a maior parte dos trabalhadores de baixa renda não teve acesso a essa modalidade. Segundo os dados da FGV Social elaborados com base na PNAD Covid-19, enquanto 28% da classe A e B puderam mudar o local de trabalho, somente 10% dos trabalhadores da classe C e 7,5% da classe D/E puderam trabalhar de *home office*. Nesse sentido, a possibilidade do coronavírus chegar à casa e atingir os idosos também foi maior nas camadas populares. Aliás, pensar a casa também conduz a questão das condições de moradia, já que 100 milhões de brasileiros não podiam contar com acesso à rede de coleta de esgoto e quase 35 milhões não tinham acesso à água em 2020.

Com relação à proteção dos idosos dentro de casa, os dados obtidos no inquérito realizado no HUPE revelam que a parcela que compartilhava a casa com outros familiares e não se encontrava em isolamento foi de 40,4%. Além disso, 60,1% dos pacientes conviviam com um familiar que também testou positivo para Covid-19 (embora não necessariamente no mesmo período).

Considerando esses resultados, podemos identificar que as orientações de combate à pandemia foram direcionadas ao público em geral, desconsiderando grande parcela da população que precisava trabalhar fora de casa e por isso apresentava maior exposição ao vírus. Por sua vez, essas pessoas não foram orientadas

---

4 Ver: <https://oglobo.globo.com/saude/pessoas-que-fazem-festa-de-aniversario-na-pandemia-tem-30-mais-chances-de-contrair-Covid-19-indica-estudo-de-harvard-25072688> (acesso em 26/07/2022).

quanto aos cuidados que poderiam ser praticados na relação com os seus familiares dentro de casa.

Essas informações nos levam à consideração da relação entre o óbito e o rendimento das famílias. Tendo sido elevado o número de idosos que chegaram a óbito, conseqüentemente houve um decréscimo na renda total da família. Do total de 108 (44,1%) pacientes que foram a óbito, 80,5% contribuíam com a renda da casa ou eram chefes de família. Excluindo oito pessoas que morreram e moravam sozinhas, temos 83 famílias com redução no total da renda mensal em razão do óbito de um parente por Covid-19. A Tabela 4 apresenta a forma de participação na renda da família de pacientes internados por Covid-19 no HUPE.

**Tabela 4.** Forma de Participação na renda da família<sup>5</sup>

Participação na renda	Alta	Óbito
Contribui	73	65
Chefe de família	41	26
Não contribui	11	14

Fonte: Elaboração própria

Do total de 108 óbitos, 32 eram mulheres, o que pode significar uma perda também no suporte ao cuidado de crianças e/ou outros afazeres domésticos. Acrescentando as mulheres que não contribuíam com rendimentos em casa, chegamos a 42 famílias que podem ter deixado de contar com mais esse tipo de suporte – cuidados e afazeres domésticos – na família.

Dos idosos que eram chefes de família ou contribuíam com a renda na casa a partir de algum benefício do Estado, temos um total de 11 que foram a óbito, sendo quatro que recebiam Auxílio Emergencial, três que recebiam Auxílio-Doença/INSS, três que recebiam o Benefício da Prestação Continuada, e um o Bolsa Família.

Portanto, o óbito de idosos pode ter impactado as famílias não apenas em decorrência do sofrimento causado pela separação na morte, mas também por causa de suas implicações quanto ao decréscimo na renda e à perda de sua contribuição no cuidado de crianças. Conforme Peixoto e Luz (2007), as avós têm sido importantes na família não apenas pela possibilidade de uma contribuição material e financeira, mas também pelo suporte moral e afetivo no apoio logístico do cotidiano doméstico. Cardoso e Brito (2014) destacam o lugar social da avó como cuidadora de seus netos, nas famílias dos dias atuais.

<sup>5</sup> Um dos pacientes encontrava-se internado no momento da entrevista com o familiar e 9 não souberam responder.

Tal fato expressa a naturalização da divisão do trabalho na família, que impede de conhecer a dimensão do trabalho não remunerado aí realizado. Segundo Oxfam (2020), as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho em todas as partes do mundo. Isso porque as tarefas de cuidado são comumente vistas como uma obrigação delas. Na pandemia não foi diferente, o que implicou numa sobrecarga de trabalho das mulheres latino-americanas (ONU, 2020).

Tradicionalmente, no Brasil, as famílias assumem grande parte da responsabilidade com a proteção social, em decorrência da insuficiência na prestação de serviços do Estado (Pereira-Pereira, 2010). No contexto da pandemia, o trabalho doméstico exercido por mulheres foi ainda maior. Em pesquisa realizada no Brasil, 61,5% das mulheres informaram ter vivido uma rotina de sobreposição entre o trabalho remunerado e o doméstico e de cuidados. Além disso, 47% afirmaram ter se responsabilizado pelo cuidado de outra pessoa (Bianconi, 2020).

Essas informações nos conduzem à consideração de que o risco da infecção do coronavírus atingir o espaço doméstico revela o quanto seu impacto pode envolver relacionamentos com crianças, adultos e principalmente idosos que contribuíam no sustento da família. Nesse sentido, a perda de uma mulher idosa na família pode ter impactado negativamente em diversos aspectos da vida familiar.

Assim sendo, a casa pode ter sido devastada pelo impacto da pandemia. Segundo Teixeira (2020), a casa se converteu no centro das rotinas diárias, e nela foram intensificadas as exigências sobre as mulheres com os cuidados e as tarefas domésticas, além de ter ocorrido aumento nos casos de violência doméstica.

Considerando a perspectiva de DaMatta (1997), podemos afirmar em geral que, na pandemia, os relacionamentos na casa reproduziram o modelo da sociedade tradicional, encobrendo assim o Brasil profundo, constituído pelo cotidiano invisível das relações pessoais. Esse modelo é resistente à mudança, reproduzindo relacionamentos organizados com base nas hierarquias de sexo e de idade, que reforçam o discurso conservador (DaMatta, 1997, 1986).

Não obstante, a dualidade casa e rua constitutiva do sistema social brasileiro, DaMatta (1997) identifica situações em que a casa engloba a rua.<sup>6</sup> Tal situação foi evidenciada na pandemia em circunstâncias em que o código da casa englobou as relações no âmbito público (DaMatta, 1997). A questão remete à resistência por

---

<sup>6</sup> Segundo DaMatta (1997), há englobamento quando um elemento consegue totalizar o outro em uma situação específica. Isso ocorre em determinadas circunstâncias em que procuramos englobar a rua na casa, referindo-se, por exemplo, a sociedade como se fosse uma grande família; obedecendo naturalmente a lei; estabelecendo uma relação com um líder, como se ele fosse um guia e um pai. Essa é uma característica do discurso populista em que o eixo da vida pública é englobado pelo eixo da casa.

parte do presidente da República em seguir as normas do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde. Tentando se mostrar próximo de seus apoiadores (Avritzer, 2020), Bolsonaro negligenciou o risco de transmissão pela proximidade física, fazendo aglomerações frequentemente. Segundo Marcondes (2021), durante a pandemia, o Presidente da República sequer admitia a gravidade da doença e se comportava muitas vezes como se a pandemia não existisse. Esse comportamento pode ter influenciado o comportamento da população brasileira, agravando a pandemia. Uma pesquisa de Xavier et al. (2022), publicada na revista *The Lancet*, feita por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e da Universidade de Brasília, concluiu que as cidades brasileiras que mais apoiaram o presidente no segundo turno em 2018, foram as que registraram as maiores taxas de mortalidade pela Covid-19 no ano de 2021. Para esses pesquisadores, praticar o distanciamento, usar máscaras e fazer testes são práticas que poderiam ter causado uma redução de mais de duzentas mil mortes. Porém, a influência do comportamento do Presidente Jair Bolsonaro sobre os seus seguidores fez com que a exposição à Covid-19 fosse maior, resultando em maior taxa de mortalidade (G1, 2022).

Desse modo, o isolamento e o distanciamento físico, ainda que tenham diminuído a possibilidade de transmissão local e entre pessoas da mesma família, sobretudo, os idosos e outros grupos mais vulneráveis (Carvalho, Brasil Jr., 2021), foram medidas relacionadas à necessidade de um controle geral da população. A questão aqui apresentada diz respeito ao fato de que a expectativa de padronização dos comportamentos para a prevenção da Covid-19 acabou deixando na penumbra os modos como se desenvolviam os relacionamentos pessoais, que colocavam em risco todos os seus integrantes.

De certa forma, os indivíduos tiveram que lidar com o comportamento cobrado e justificado pela pandemia, porém podem ter concebido a casa como o lugar para se refugiar da transmissão do vírus. Tal fato remete a uma dicotomia aparente entre dentro e fora, que dificulta a percepção da transmissão na dimensão das relações sociais. Desse modo, a ênfase do cuidado nos espaços públicos obscureceu o debate sobre as formas de transmissão nos espaços onde predominavam os relacionamentos pessoais. A questão, portanto, reporta não apenas a proximidade e a distância física entre indivíduos, mas também a distância social.<sup>7</sup>

---

7 Robert Park (1924) adotou o conceito de distância social para se referir aos diferentes graus de compreensão e intimidade das relações pessoais e sociais, consideradas a partir das normas sociais que diferenciam indivíduos e grupos conforme a raça/etnia, idade, sexo, classe social, religião e nacionalidade.

Nesse sentido, a crítica se concentra na forma como a pandemia foi enfrentada, com recomendações de medidas para proteção contra o risco de infecção representado pelo espaço público e de serviços (caracterizado pela circulação e comunicação entre anônimos) e pelo controle sobre a circulação de pessoa entre cidades e países (Werneck, Carvalho, 2020; Schuchmann et al., 2020). De certo modo, é possível dizer que as medidas na pandemia foram justificadas pela ideia da “guerra contra o vírus”, sendo implementadas por técnicas gerais (globais), aplicadas em diferentes escalas (Segata, 2020).

Portanto, mesmo que o comportamento social tenha sido uma das questões centrais da pandemia, somado aos esforços para evitar aglomerações e a proximidade física entre os indivíduos, a ênfase se concentrou nas normatizações elaboradas a partir dos mecanismos de transmissão da Covid-19, mais do que nas formas de relacionamento social desenvolvidas em diferentes ambientes de copresença. Talvez por isso, as informações sobre as influências das relações sociais nas formas de transmissão do vírus, bem como os impactos dos óbitos nas famílias tenham sido pouco abordadas.

Nessa linha de raciocínio, a ideia de que o perigo estaria na rua e, portanto, ficar em casa seria seguro é relativa. De fato não há uma clara oposição entre a “casa” e a “rua”, já que as relações sociais envolvem diversas formas de sociabilidade, que correspondem a diferenças em termos de proximidade e distância social (Simmel, 2005). Além disso, as pessoas mais próximas têm uma relação de confiança, relacionando, por isso, os procedimentos de prevenção recomendados pelos órgãos do governo. Com isso, a transmissão passou a ocorrer mais frequentemente entre as pessoas mais próximas, atingindo mais fortemente os idosos.

Por outro lado, a separação “casa” e “rua” gerou confusão em razão do comportamento do presidente, que “englobou a rua na casa” durante a pandemia, agindo de modo familiar, informal, tentando se mostrar próximos de seus apoiadores. Nesse sentido, confirma-se aqui a crítica de DaMatta (1986) que ressalta a importância de pensar a sociedade brasileira considerando tanto o código da rua quanto o código da casa, sem confundi-los, sob o risco de desordem e confusão. Ademais, o autor destaca a importância de considerar os eventos no Brasil lançando luz sobre as relações sociais e não apenas as normas formuladas em âmbito público.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O enfrentamento da pandemia deixou em evidência as regulamentações da política de saúde direcionadas para alterações na ordem e padronização dos comportamentos, deixando na penumbra o sistema formado pelas relações

personais, que segundo DaMatta (1997), contribui à compreensão do funcionamento da sociedade brasileira, a partir da articulação existente entre o código da casa e o código da rua.

Nesse sentido, identificamos que apesar dos idosos terem tentado se proteger evitando sair de casa, muitas vezes compartilhavam a residência com pessoas que não estavam em isolamento, tornando-se mais vulneráveis à infecção pelo coronavírus. Tal informação revela um problema relacionado à condução da política saúde pela sua ênfase na doença e nas medidas de isolamento e de distanciamento social, que foram implementadas sem considerar a importância das relações pessoais em seus mais diversos ambientes, já que o trabalho de prevenção com base na ideia do cuidado pessoal e com os outros não foi realizado de modo suficiente, especialmente com relação aos idosos.

No que diz respeito ao comportamento social, a falta de adesão às orientações da Saúde também foi um fator que pode ter acentuado a transmissão do vírus, tanto no espaço público, quanto no doméstico. O comportamento do presidente da República reforçou a perspectiva damattiana acerca da dificuldade que tem a sociedade brasileira de se enquadrar no sistema de normas universais e abstratas vinculado ao código da rua.

Além disso, entendendo que a transmissibilidade do vírus está relacionada às interações face a face, as atenções se voltaram em grande parte aos espaços de grande circulação e aglomeração. A campanha “fique em casa” reforçou a ideia da casa como lugar seguro em oposição à rua, onde estaria o risco de contrair o vírus. Ainda que esta pesquisa não defenda que a recomendação esteja errada, adverte ao fato de que os casos de internações no HUPE se concentraram sobre idosos, que já não estavam trabalhando e afirmaram ter feito isolamento social, mas foram infectados por meio de relacionamentos com amigos e familiares.

Grande parte dessas famílias sofreu com a perda de pessoas idosas que contribuía em casa, acrescentando na renda total com os rendimentos mensais do seu trabalho ou aposentadoria ou pensões, ou ainda contribuindo no cuidado com as crianças e/ou ajudando nos afazeres domésticos. Por outro lado, entre os pacientes que foram a óbito encontravam-se pessoas que recebiam benefícios, como o Benefício da Prestação Continuada e o Auxílio Emergencial. Provavelmente pessoas dessas famílias tenham ficado desassistidas, ampliando a demanda por assistência social no Sistema Único de Assistência Social.

Ademais, a crítica à ideia da “guerra contra o vírus” refere-se à percepção da pandemia como uma crise sanitária que concentra sobre o biológico as medidas de controle da pandemia sem a discussão da influência das relações pessoais na

transmissibilidade. Em decorrência disso, as diferenças em termos de vulnerabilidades e contextos sociais, acabaram sendo negligenciadas pela ênfase nas tecnologias que respondem a lógica do combate ao adoecimento.

Por fim, considerando que nossos dados restringem-se a um único centro de referência de atendimento de pacientes com formas graves da Covid-19, destacamos que o inquérito não permite generalização acerca da influência das relações pessoais na transmissibilidade de Covid-19. Entretanto, podemos indicar que na nossa amostra, grande parte dos casos de Covid-19 ocorreu mediante seus relacionamentos mais próximos com familiares e amigos. Mesmo cumprindo as medidas de prevenção não-farmacológicas como o uso máscara, higienização das mãos e de fômites com álcool, e fazendo o isolamento/distanciamento social conforme preconizado pelas normativas locais e internacionais, esses pacientes, apesar de evitarem a infecção nas ruas, não conseguiram evitar a infecção transmitida pelo relacionamento com pessoas próximas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. *Atrás de renda e sem home office, pobres morrem mais de Covid*. São Paulo. 21/04/2021. <https://agenciaaids.com.br/noticia/atras-de-renda-e-sem-home-office-pobres-morrem-mais-de-covid/> (acesso em 26/10/2022).
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA (2009). *Regulamento Sanitário Internacional RSI*, 2005. 1ª ed. Brasília. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/regulamento-sanitario-internacional/arquivos/7181json-file-1> (acesso em 31/10/2022).
- AVRITZER, Leonardo (2020). *Política e Antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória*. 2020. <https://portalsinan.saude.gov.br/calendario-epidemiologico-2020> (acesso em 16/06/2020)
- CANTEIRAS, Carla. Perfil de mortos mantém pobres e homens como maiores vítimas. Mais de 60% dos internados por Covid-19 são homens, segundo dados de 50 UTIs; quanto menor escolaridade, maior chance de morte. *R7*. 08/03/2021. <https://noticias.r7.com/saude/perfil-de-mortos-mantem-pobres-e-homens-como-maiores-vitimas-29062022> (acesso em 30/06/2022).
- CARDOSO, Andreia Ribeiro; BRITO, Leila Maria Torraca de (2014). Ser avó na família contemporânea: que jeito é esse?. *Psico-USF*, v. 19, n. 3, p. 433-441. <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003006>. (acesso em 30/07/2022).

- CARVALHO, Lucas e Brasil, Antonio. A Sociedade contra o acaso: teoria de redes e a pandemia do novo coronavírus. *Sociologia & Antropologia* [online]. 2021, v. 11, n. spe, pp. 93-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp4> (acesso em 10/05/2022).
- CZERESNIA, Dina (1997). *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- DAMATTA, Roberto (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- DAMATTA, Roberto (1997). *A casa & a rua- espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco. <http://hilaineyaccoub.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Roberto-da-Matta-A-casa-e-a-rua.pdf>. (acesso em 20/05/2022)
- DIAS, Pamela. *Quem faz festa de aniversário na pandemia têm 30% mais chances de contrair Covid, indica estudo de Harvard*. *O Globo*. 22/06/2021. <https://oglobo.globo.com/saude/pessoas-que-fazem-festa-de-aniversario-na-pandemia-tem-30-mais-chances-de-contrair-Covid-19-indica-estudo-de-harvard-25072688>. (acesso em 26/07/2022)
- FORMAN, Lisa; KOHLER, Jillian Clare (2020). Global health and human rights in the time of Covid-19: Response, restrictions, and legitimacy. *Journal of Human Rights*, v. 19, n. 5, p. 547-556. <https://doi.org/10.1080/14754835.2020.1818556>
- G1. *Fiocruz diz que Brasil passa por ‘maior colapso sanitário e hospitalar da história’*. 16/03/2021. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/16/fiocruz-diz-que-brasil-passa-por-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia.ghtml> (acesso em 23/07/2022)
- G1. *Cidades que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021, aponta estudo na ‘Lancet’*. 16/03/2022. <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/cidades-que-mais-apoiaram-bolsonaro-em-2018-tiveram-as-piores-taxas-de-mortalidade-por-covid-em-2021-aponta-estudo-na-lancet.ghtml> (acesso em 20/07/2022).
- G1. *Fiocruz diz que Brasil passa por ‘maior colapso sanitário e hospitalar da história’*. 16/03/2021. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/16/fiocruz-diz-que-brasil-passa-por-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia.ghtml> (acesso em 23/07/2022).
- GARCIA, José Luis (1976). *Antropologia del território*. Madrid: Ed. Josefina, Betancor.
- BIANCONI, Giulliana et al. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Rio de Janeiro: Gênero & Número; Sempre Viva Organização Feminista – SOF, 2020. <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio/>. (acesso em 26/08/2022).
- INSTITUTO TRATA BRASIL; GO ASSOCIADOS (2022). *As melhores cidades de saneamento básico no Brasil investem quase 340% a mais do que municípios*

- com quase acesso total aos serviços. [https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relase\\_do\\_RS\\_2022.pdf](https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relase_do_RS_2022.pdf) (Acesso em 24/06/2022)
- MARCONDES, Guilherme (2021). Efeitos sociais das ideologizações das pandemias de HIV e Covid-19 em perspectiva. *Sociologia & Antropologia*, v. 11, spe, p. 109-29. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp5>
- OECD (2020), OECD Employment Outlook 2020: Worker Security and the COVID-19 Crisis, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1686c758-en>.
- ONU MULHERES (2020). *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). (acesso em 10/05/2022).
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. *Histórico da Pandemia de Covid-19*. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-Covid-19>. (acesso em 20/05/2022)
- OXFAM. (2020). *Relatório sobre nós e a desigualdade “tempo de cuidar”*. Fórum Econômico Mundial de 2020, Davos. <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/> (acesso em 10/05/2020)
- PARK, Robert Erza (1924). The Concept of Social Distance. *Journal of Applied Sociology*, 8: 339, 44.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers; Luz, GLEICE Mattos (2007). De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 171-91. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200008>
- PEREIRA, Felipe A.C. et al. (2022). Profile of Covid-19 in Brazil: Risk Factors and Socioeconomic Vulnerability Associated with Disease Outcome. *The Lancet*, [preprint]. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4081979>
- SANDES, Arthur. (2022). *Bolsonaro esteve, em média, em uma aglomeração por dia durante a pandemia*. UOL, São Paulo, 15/05/2020. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/bolsonaro-esteve-em-media-em-uma-aglomeracao-por-dia-durante-a-pandemia.htm> (acesso em 30/10/2022).
- SILVA, Fabio Castagna et al. (2021). Isolamento social e a velocidade de casos de covid-19: medida de prevenção da transmissão. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. 2021, v. 42, n. spe, e20200238. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200238> (acesso em 20/05/2020)
- SCHUCHMANN, Alessandra Zanella et al. (2020). Vertical social isolation X horizontal social isolation: health and social dilemmas in coping with the Covid-19 pandemic. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 3556-76. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-185>

- SEGATA, Jean (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 57, p. 275-313. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>
- SIMMEL, Georg (2005). As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>
- TEIXEIRA, Marilane (2020). A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras. *Viva Organização feminista*. <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/efeitos-pandemia-mulheres-trabalhadoras/> (acesso em 29/10/2022).
- TIAN, Huaiyu et al. (2020). An investigation of transmission control measures during the first 50 days of the Covid-19 epidemic in China. *Science*, v. 368, n. 6491, p. 638-642. <https://doi.org/10.1126/science.abb6105>
- VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti et al. (2020). Remote teaching in the face of the demands of the pandemic context: Reflections on teaching practice. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e843998153, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.8153>
- WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá (2020). A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00068820. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>
- XAVIER, Diego Ricardo et al. (2022). Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of Covid-19 outcomes in Brazil: A population-based study. *The Lancet Regional Health*, v. 10, 100221. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100221>

# População em Situação de Rua no Bairro da Mooca Durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020: trabalho, renda e modos de vida

*Homeless on the streets of the district Mooca in São Paulo during the Covid-19 pandemic in 2020: Work, income and ways of life*

Ednan Silva Santos<sup>a</sup> 

**Resumo** Este artigo é resultado de uma etnografia com a população de rua do bairro da Mooca e do Belenzinho, na cidade de São Paulo, durante os meses de novembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021. A etnografia para esse trabalho foi realizada enquanto o Brasil atravessava a pandemia de Covid-19 e buscou entender quais foram os impactos na vida da população de rua durante a pandemia. O objetivo do artigo é apresentar o resultado dessa etnografia. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com um homem em situação de rua e duas mulheres em abrigo, além de utilizar relatos de campo. Os resultados apontam para a pandemia como potencializador dos problemas pré-existentes no cotidiano e na vida das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, principalmente porque as efêmeras políticas públicas e os programas sociais destinados à população de rua (PopRua), durante a pandemia de Covid-19, caracterizam-se pela incapacidade de racionalizar os problemas sociais a partir da contextualização das necessidades específicas desse grupo.

**Palavras-chaves** Covid-19. Pandemia. PopRua. Renda. Trabalho.

**Abstract** *This article is a result of an ethnography with the homeless of the districts Mooca and Belenzinho in the city of São Paulo in the months of November and December of 2020 as well as January and February of 2021. The ethnography took place while Brazil suffered from the Covid-19 pandemic. Three semi-structured interviews, one with a homeless man and two others with two women in emergency housing, as well as a field diary were used. The results indicate that the pandemic was a intensifier*

---

<sup>a</sup> Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharel e licenciado em História (2015) pelo Centro Universitário Fundação Santo André, com especialização em Filosofia e História Contemporânea (2017) pela Faculdade Metodista de São Paulo, e mestre em Ciências Humanas e Sociais (2019) pela UFABC.

*for pre-existing problems regarding the daily life of homeless people in the city of São Paulo, and the short-lived public policies and social programs aimed at homeless people during the COVID-19 pandemic are characterized by the inability to rationalize the social problems based on the contextualization of the specific needs of this group.*

**Keywords** Covid-19. Pandemic. Homeless. Income. Work.

## INTRODUÇÃO: PANDEMIA E POPULAÇÃO DE RUA

A pandemia de Covid-19 teve início no final de 2019, na cidade de Wuhan, na China, e logo se espalhou pelo mundo inteiro, causando mortes e acentuando as desigualdades sociais existentes nos países. Não demorou para que a pandemia chegasse ao Brasil e encontrasse um país marcado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela segregação social (Oxfam, 2021). Diante da campanha “Fique em Casa”, pessoas que não possuem “casa” ficaram mais expostas ao vírus. O que para uma parcela da sociedade são consideradas medidas simples, para outras pessoas são medidas totalmente inviáveis, como alertam Silva et al. (2021) e isso evidencia a segregação social e as desigualdades existentes no Brasil e na cidade de São Paulo. Os mais pobres foram e são os mais afetados pela crise econômica gerada pela pandemia e no Brasil, os processos de acentuamento das desigualdades são consequentes da falta de interesse dos governos, principalmente do governo federal (Bolsonaro, 2019-2022, PL) em gerir os danos causados pela pandemia. Com isso, os mais pobres se veem sem alternativas de reduzir as mazelas da condição de pobreza na qual já estão inseridos.

Segata (2020) nos propõe pensar cada grupo social a partir da sua realidade específica e elenca dois importantes pontos a serem levados em consideração nos trabalhos dos cientistas sociais sobre a pandemia. O primeiro: as pessoas afetadas pela pandemia compõem e partilham ambientes singulares e, por isso, as análises devem considerar como únicas cada experiência vivida nos corpos e na sensibilidade coletiva; o segundo ponto: os fenômenos globais precisam ser atuados a partir de contextos locais, quer dizer, a pandemia pode ser mundial, mas as experiências são locais e vividas a partir de experiências de cada território, de cada grupo social. A população em situação de rua (PopRua) é um grupo vulnerável diante da pandemia de Covid-19 e as consequências da pandemia afetam em pontos específicos a realidade dos desabrigados. Mesmo após muita luta e garantindo o direito de prioridade na vacinação contra a Covid-19 (Paulo, 2021), a PopRua da cidade de São Paulo encontrou outros problemas a serem superados durante o agravamento da pandemia no Brasil. O Auxílio Emergencial de 2021 foi reduzido abaixo do oferecido no ano de 2020, sendo insuficiente para se manter a

vida. Além disso, políticas públicas e programas sociais desconsideraram questões importantes sobre gênero, raça e classe como um fatores primordiais nas ações dos governos em gerir a crise, como indicam Nakamura e Silva (2020). Krieger et al. (2022) dizem que as políticas públicas e programas sociais destinados à PopRua durante a pandemia de Covid-19 são caracterizados pela sua efemeridade e incapacidade de pensar os problemas sociais a partir da contextualização das necessidades específicas desse grupo.

O século XXI é marcado por um cenário de acumulação capitalista, pelo neoliberalismo e pela globalização, que acentuam a precarização da vida em consequência da expansão capitalista desregulada ou flexível (Harvey, 1992). As atividades econômicas realizadas pela PopRua são caracterizadas pela precarização, insegurança social e pelo baixo retorno financeiro. A PopRua está inserida no processo de acumulação capitalista e sua condição de vulnerabilidade social é consequente da expansão desregulada do capitalismo nas cidades globais. Em vista de tal condição, são muitas as atividades econômicas realizadas pelo grupo em questão com a qual tive contato nos meses de trabalho de campo (novembro e dezembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021). Entre outras, posso citar os “guardadores de carros”, “os coletores de recicláveis” ou “carroceiros”, os “carregadores e descarregadores de caminhões” e os “montadores de estruturas de eventos”. Todos eles viram o ramo de atividade em que atuam parar e minguar nos meses de fechamento das atividades econômicas durante o ano de 2020. Entendo por trabalho toda a atividade sobre o qual o ser humano dispõe sua força para produzir o seu sustento, sendo essas inerentes à vida e vital para não morrer (Marx, 2001).

Impedidas de exercer as atividades econômicas para o seu sustento, as pessoas com quem mantive contato no período mencionado viram intensificar sua condição de segregação preexistente à pandemia. Segundo Marques (2005), podemos encontrar três definições distintas de segregação. O primeiro exemplo utilizado pelo autor é o de uma segregação que envolve a apartação e separação completa de grupos sociais, como aconteceu com os judeus na Alemanha nazista e com os negros na África do Sul, durante o Apartheid, e nos EUA, durante a Segregação Social. A segunda segregação é uma definição referente à desigualdade de acesso de diferentes acepções. Pode-se exemplificar essa definição de segregação pela falta de acesso aos aparelhos de saúde (como postos de saúde, hospitais, consultas médicas, tratamentos); a impossibilidade de alojamento em albergues e centros de acolhida; o impedimento de acesso a serviços e programas sociais do governo. Por último, uma definição de segregação referente a estudos que investigam padrões

de semelhança e diferença na distribuição de grupos sociais pelas cidades por renda, escolaridade, raça e gênero.

A definição de segregação à qual este artigo se referirá é a segunda definição elencada por Marques, a de acesso a programas e recursos sociais. Por exemplo, para o cadastro no Auxílio Emergencial disponibilizado pelo governo federal (benefício social que será apresentado mais adiante), era necessário acesso à internet, número de CPF, conta em banco, aparelho celular, tanto para baixar o aplicativo quanto para o cadastro e recebimento do código de confirmação cadastral. Todas essas exigências e condições mencionadas foram impedimentos para muitas pessoas em situação de rua que precisavam acessar o programa social do governo federal (Krieger et al., Momesso, Magri, 2022).

## METODOLOGIA

O artigo é resultado de minha participação num estágio de capacitação em métodos espaciais, coordenado pela prof<sup>a</sup>. dra. Fraya Frehse e pelo dr. Ignacio Castillo Ulloa, no Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS) da Technische Universität (TU) Berlin, em convênio com a Universidade de São Paulo, no intuito de investigar qualitativamente o que foi “viver nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19” entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021. O estágio visou capacitar estudantes de diversas disciplinas no ofício da coleta de dados de métodos espaciais de investigação nas ciências sociais e nas disciplinas espaciais. As visitas foram relatadas em um diário de campo, somando 115 páginas ao final dos quatro meses do projeto. Referido diário é composto de diálogos, conversas, croquis, fotos e desenhos que relatam as mudanças nos locais de visita, assim como as práticas cotidianas dos atores sociais. Conjuntamente com o grupo do projeto “Viver nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19”, debatemos os diários de campo de cada integrante da equipe durante reuniões semanais, com a finalidade de aperfeiçoar os métodos utilizados durante o estágio.<sup>1</sup>

Os dados apresentados neste artigo são resultados do esforço etnográfico realizado em duas fases, na Paróquia São Miguel Arcanjo e no Núcleo de Convivência São Martinho (a partir de agora irei me referir ao Núcleo de Convivência São Martinho apenas como “Núcleo de Convivência”). Procurei analisar as anotações

---

<sup>1</sup> Agradeço a toda a equipe envolvida nesse projeto: aos coordenadores dra. Fraya Frehse (USP) e ao dr. Ignacio Castillo Ulloa (TU Berlin); e aos colegas de equipe: Ana Carolina Martins Gil, Anna Carolina Martins Silva, Caio Moraes Reis, Giovanna Bernardino, Giulia Pereira Patitucci, Paula Rochlitz Quintão e Tales Fontana Siqueira Cunha.

no diário de campo na perspectiva do trabalho, da renda e dos modos de vida para construir uma reflexão referente às percepções sobre as mudanças no cotidiano da PopRua no bairro da Mooca, em São Paulo, durante a Pandemia de Covid-19, entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com um homem em situação de rua e duas mulheres em situação de abrigo. Os critérios de escolha dos entrevistados passam pelo desejo dos entrevistados em participar das entrevistas, autorização da divulgação das suas falas, serem mães, terem inscrição ativa no auxílio emergencial e buscarem alternativas de renda, enquanto recebem o auxílio emergencial. As informações coletadas dão conta dos usos do auxílio emergencial e da sua insuficiência referente aos custos de vida, versam sobre as tentativas e os impedimentos do exercício de atividades de acréscimos de renda e acerca de temas relacionados ao cotidiano do trabalho durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Na primeira fase do trabalho de campo foi aplicada como método a observação participante (Angrosino, 2009). Procurei participar dos trabalhos da Paróquia São Miguel Arcanjo (PSMA), desde o início da missa às 7h da manhã até a entrega dos kits de higiene e roupas para a PopRua no Núcleo de Convivência. O segundo momento do trabalho etnográfico foi marcado pela observação direta. Essa fase se iniciou no terceiro mês de idas ao campo, em janeiro e nas duas primeiras semanas de fevereiro de 2021. A partir da pergunta “quais as mudanças ocasionadas na sua vida durante a pandemia de Covid-19?”, procurei construir uma análise sobre as perspectivas de mudanças ocorridas no cotidiano de diversas pessoas e grupos, incluindo os voluntários, com quem tive contato durante o trabalho de campo, entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020. Durante as atividades, dificilmente os voluntários se repetiam, a maioria eram mulheres entre 25 e 30 anos. Pude observar que não houve um quadro de presença ou qualquer tipo de cobrança sobre a disposição do trabalho voluntário: essas pessoas ajudam quando possível e da forma que podem e a maioria utiliza o seu tempo livre para ajudar. Todos os personagens serão apresentados no decorrer do texto e nenhum dos personagens recebe o seu nome original, a não ser o padre Júlio Lancellotti, por se tratar de uma figura pública.

Não ocorreram visitas durante as noites e madrugadas, porque escolhi acompanhar o padre Júlio Lancellotti durante seu trabalho nos bairros da Mooca e do Belém, e o trabalho desenvolvido pelo padre se limita aos períodos da manhã e da tarde. Ao não realizar o trabalho de campo durante as noites e madrugadas não

foi possível entender formas de interações e organizações da PopRua nos bairros no período noturno.

Mesmo diante dos riscos que envolvem realizar uma pesquisa etnográfica durante uma pandemia, procurei me adaptar às situações impostas pelo campo, o que me possibilitou entender o cotidiano, para além das entrevistas e dos relatos colhidos (Atkinson, Hammersley, 1994; Correia, 1999; Ezpeleta, Rockwell, 1986). Com a utilização dos métodos etnográficos, procurei dar um rosto, uma trajetória e uma biografia, respeitando a singularidade de cada vivência e as experiências de cada sujeito durante as atividades de campo (Geertz, 2008). Procurei observar as regras e padrões das interações sociais, verbais e não verbais (Magnani, 2002; Pétonnet, 2008), a fim de entender o cotidiano da PopRua nos bairros da Mooca e do Belém durante o meu estágio.

Escolhi realizar as visitas de campo acompanhando as atividades da Paroquia São Miguel Arcanjo (PSMA) por dois motivos. O primeiro é a figura do padre Júlio Lancellotti, considerado uma referência no trabalho com a população de rua na cidade de São Paulo, com quem atua há mais de 30 anos. O segundo motivo é a presença da PopRua na região da subprefeitura da Mooca. A distribuição espacial das pessoas em situação de rua na cidade, no censo de 2019,<sup>2</sup> é dividida pelas subprefeituras da cidade. Ao todo, são 32 subprefeituras na cidade de São Paulo. Um contraponto interessante é apresentado nos dados oferecidos pelo censo: a subprefeitura da Mooca é a segunda no índice de concentração de pessoas em situação de rua na cidade, ao mesmo tempo que é a região que mais tem pessoas em centros de acolhidas.

O Padre Júlio Lancellotti me disponibilizou os dados de acesso ao Núcleo de Convivência de janeiro a outubro de 2020 em formato de planilha. A partir dessas planilhas elaborei os gráficos apresentados neste artigo. Escolhi comparar os números de um mês com o mês seguinte; por exemplo: os números do mês de março são comparados com os números do mês de abril, os de abril com maio e assim sucessivamente. Os dados são referentes à entrada das pessoas atendidas e

---

2 O censo sobre a população em situação de rua da cidade de São Paulo do ano de 2019 apurou que no território administrado pela subprefeitura da Mooca se concentra o segundo maior número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e o primeiro em pessoas abrigadas. Segundo o Censo, existiam cerca de 24.344 pessoas em situação de rua na cidade. Entre eles, 85% são homens, e 69,3% negros e negras (desses, 47,6% são pardos, e 21,7%, pretos). Pessoas entre 31 e 49 anos são a maioria, mas o número de pessoas em situação de rua acima dos 50 anos é de 30%. O censo apresenta um total de 664 crianças e adolescentes em situação de rua e 366 transexuais/transgêneros/travestis. O número total apresentado pelo censo é questionado por agentes que atuam diretamente com a população de rua na cidade, esses agentes dizem a quantidade de pessoas em situação de rua é bem maior que o apresentado pelo levantamento.

registram idade; se estão em situação de rua, albergue ou em moradia; quantidade de utilização dos serviços durante o mês; e o sexo. O sistema não registra o gênero dos frequentadores, mas, observando a entrada, o registro do sexo é autodeclarado e não imposto pelos funcionários que fazem o registro.

O trabalho de campo se iniciou nas manhãs de terças, quartas e sextas-feiras, às 7h, na PSMA. As visitas ao campo se iniciavam assistindo aos sermões do padre Júlio Lancelloti. Seus sermões sempre têm como mensagem a luta, a resistência e o respeito por todas as vidas, e são marcados por uma forte influência da teologia da libertação. É possível destacar aqui uma nota de campo sobre um dos sermões:

Cheguei na igreja e a missa já havia começado. Olhei para o lado e avistei alguns jornalistas. Me concentrei na fala do Padre. Ele pregava sobre o “reino de Deus” e como esse reino não estaria apenas no céu e nem mesmo na vida após a morte. Mas o reino de Deus se encontraria na forma como escolhemos viver. Se escolhermos a justiça, a paz e o amor, estaremos vivendo o reino de Deus. O Padre continuou o sermão dizendo que a verdadeira religião são as práticas cotidianas de bondade. (Caderno de campo, dia 12 de novembro, às 7h22).<sup>3</sup>

Logo após o encerramento da missa, por volta das 7h30, os voluntários preparam as doações para entregá-las durante o caminho até ao Núcleo de Convivência. No caminho, entregam pão e achocolatado para as pessoas denominadas pelo grupo de voluntários como “pobres”, “moradores de ocupações”, “trabalhadores da equipe de limpeza urbana” e “população em situação de rua”. Outras doações são reservadas para serem entregues às pessoas que aguardam no Núcleo de Convivência.

---

3 Gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos ao padre Júlio Lancelloti pela gentileza com que me recebeu todos os dias em que fui a campo em sua companhia. Gostaria de deixar aqui, em forma de homenagem e agradecimento, uma das anotações de campo sobre o padre Júlio Lancellotti. Desde já, agradeço por todo aprendizado, pelo café e pelas histórias de luta e de resistências de que desfrutei às sextas-feiras. Obrigado: “Durante o ato litúrgico, olhei para cima e havia uma imagem do São Miguel Arcanjo Guerreiro, mas só soube de quem se tratava porque o padre falou o nome do santo. Aquilo me chamou atenção, uma imagem de um guerreiro, armado com uma espada, em posição de ataque para defender alguém. Minha curiosidade não me deixou esperar o final da missa e saquei meu celular para descobrir o que representava a figura de São Miguel Arcanjo Guerreiro na tradição católica. Descobri que São Miguel é um anjo guerreiro, o mais próximo de Deus, que protege, inspira coragem e vitória diante das adversidades. Voltei meu olhar para o Padre Júlio e a cena foi arrepiante, não posso mentir. São Miguel Arcanjo Guerreiro acima e abaixo dele, o Padre Júlio. Um senhor de 71 anos, grupo de risco, que não parou em nenhum momento durante a pandemia de servir aos mais necessitados. Eu olhava para os dois símbolos de luta, de resistência e não soube decidir qual deles era o símbolo mais potente. (Nota de campo, dia 12 de novembro de 2020).

Após entregar as doações na praça Barão do Tietê, seguimos em direção ao Núcleo de Convivência, localizado na rua Siqueira Cardoso. O Núcleo é um dos espaços na cidade de São Paulo que oferece diversos atendimentos à população e é gerido pelo Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Bompar), financiado por uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo. No espaço, as pessoas atendidas podem ter acesso a banho, alimentação, serviço de assistência social, dentista, doações de roupas e kits de higiene. Do lado de fora, nas calçadas da rua Siqueira Campos, é perceptível a presença da população de rua. Há colchões e barracas de ambos os lados da via. Por lá, chegamos em torno das 8h, as pessoas saem das barracas, como se acordassem no momento da nossa chegada. Na porta de entrada do Núcleo de Convivência, as pessoas se aglomeram, conversam, algumas com máscaras, outras sem. Assim como podemos presenciar em outros grupos sociais, algumas pessoas negam a pandemia e outros se sentem preocupados. Entramos no prédio do Núcleo de Convivência onde há determinação do uso de máscara em todos os espaços do prédio. Assim, a estética do ambiente se transforma: pessoas com máscaras, *face shield* e luvas cirúrgicas circulam pelo espaço. É possível observar álcool em gel disponibilizado em vários pontos do prédio. Essa transformação me chamou muita atenção e a denominei de *estética pandêmica*.

O Núcleo de Convivência, antes da pandemia, realizava diversas atividades com a população atendida no espaço: práticas esportivas, disponibilizava televisão dentro do espaço, roda de leitura e compartilhamento de experiências. O serviço prestado pelo Núcleo de Convivência é considerado uma “referência” no atendimento pela própria PopRua. Mas, com o início da pandemia, o atendimento mudou e todas as atividades comunitárias foram paralisadas para que os protocolos de segurança contra a Covid-19 fossem aplicados. Pois tais atividades exigiam aglomerações, interação e contato entre os participantes.

Entramos no Núcleo de Convivência e com os voluntários passamos a organizar as doações sobre algumas mesas, e, então, aguardamos a entrada das pessoas na fila de espera. Após todas as doações estarem arrumadas, a fila é liberada e a entrada das pessoas no prédio é permitida. Obrigatoriamente se confere o uso de máscaras, se afere a temperatura e distribui-se o álcool em gel nas mãos. As roupas “masculinas” são dispostas ao lado da fila geral e as femininas ficam do outro lado da fila. Quem pretende receber doações de roupas femininas, precisa decidir se pega a doação após o café ou antes. Tanto as roupas masculinas como as femininas são liberadas apenas uma peça por pessoa. O público atendido pelo Núcleo de Convivência é majoritariamente constituído por homens e, por isso, a

entrega das doações de roupas enquanto aguardam na fila facilita o trabalho e evita aglomerações.

Após a entrega do café da manhã e das doações no Núcleo de Convivência, descemos até a rua João Tobias, onde se fixam cerca de 20 pessoas em situação de rua, todos homens, de idade variável entre 30 e 60 anos. O espaço é conhecido como a “comunidade”. A “comunidade” ocupa os dois lados da rua, mas também é fluida e varia de acordo com as ações da subprefeitura da Mooca de dispersão da PopRua. As pessoas se abrigam em barracas de camping, barracas de madeira ou de papelão, dispostas uma ao lado das outras. Foram as próprias pessoas que ocupam as calçadas da rua João Tobias que definiram o espaço como uma “comunidade”. Assim também definiu João, homem negro, natural de Goiás, 47 anos e que atualmente trabalha recolhendo recicláveis:

Aqui é uma comunidade. Comunidade porque assim, às vezes a família nós de tanto igual tem pessoas assim quem convivi que dia a dia que ajuda o próximo. Igual, tem pessoas deitado dormindo chega uma doação “Ah não, vou lembrar do João”, “vou lembrar do Magrão”, “vou levar uma para ele”. Então comunidade é assim um ajudando o outro. Faz um alimento ou vem comer um pouco, né. Bem, a gente sempre divide, por isso que é uma comunidade que a gente fala, né. Um ajuda o outro, né. Tudo bem, tem também as desavenças, essas coisas, mas isso aí, ninguém toca no outro. Isso aí é o que acontece mesmo, né. Mas é por isso que é bom, porque muitas às vezes a família não faz tão assim como a gente vive aqui. É assim, fazer faz, mas chega um tempo que sei lá, não sei eu. Para mim é isso. (João, entrevista, dia 27 de janeiro de 2021).

Por diversas vezes observei as ações comunitárias descritas por João. Trata-se de um espaço na calçada, logo no início da rua João Tobias; é separado como uma cozinha comunitária: uma lata de tinta cortada ao meio é utilizada como “churrasqueira”. No espaço ao lado da “churrasqueira” se encontram algumas cadeiras e uma mesa onde ficam os alimentos. Os alimentos preparados são assados na “churrasqueira” improvisada e coloca-se sobre ela uma panela de pressão para que possam cozinhar o feijão. Utilizam pedaços de madeira e papelão para acender o fogo. Quando os alimentos estão prontos, são divididos entre a “comunidade”. Os membros da “comunidade” são os responsáveis por trazer os alimentos. Como relata João:

Eu ia para pegar lixo, aí no lixo do restaurante eu pegava o resto de comida e jogava lá. Até isso a gente já comeu, sabia? O que? Tem um restaurante ali, hô. Que eu esperava, esperava, até hoje se for eu vou, comida boa. Ao invés deles dá para a gente comer, não é, assim para muitos é nojeira, boa coisa não é também, né. Mas, esperar nós ficava a espera [risos]. Nós saía com os sacos pretos assim. Cara, carne boa... Hooo comida boa, quentinha, sério mesmo, sério. É comida lá que sobrou daquele panelão, eles colocam lá no saco, dahora assim. Eu vou lá e pego mesmo e como, comida, hô, chique. Nós pega, tem um negócios de retalho de carne. Nós faz aqui, nós seca a carne. Você viu um dia alí? Nós salga a carne, aquilo lá é do lixo que nós pega, que eles solta. É, uai, é coisa boa. (João, entrevista, dia 27 de janeiro de 2021).

As refeições são preferencialmente feitas pelos próprios membros da “comunidade”. Alguns membros utilizam apenas os sanitários, banhos e, de maneira irregular, o café da manhã no Núcleo de Convivência. Percebendo isso, questionei oito membros da “comunidade” sobre o motivo de ter uma cozinha comunitária, sendo que, a poucos metros, é servido almoço todos os dias, gratuitamente. As respostas seguiam um padrão, porém selecionei uma que contempla todas as respostas oferecidas. Magrão, homem, 1,85m, 45 anos, branco, me respondeu:

Gostamos de fazer a nossa própria comida, do nosso tempero. Quem está na rua só pega coisa dos outros. Roupa dos outros, tênis dos outros. Você já usou a roupa de uma outra pessoa? Me diz, sai o cheiro? Não sai. Parece que sempre temos que usar apenas coisa dos outros. Olha, a minha comida não pode ter cheiro e gosto dos outros. Tem que ter o meu gosto e o meu cheiro. Aqui fazemos a nossa comida com o nosso gosto e o nosso cheiro. (Caderno de campo, dia 29 de janeiro de 2021).

A organização da “comunidade” é autônoma, mantida por doações e pelas iniciativas individuais de cada membro, como a experiência citada anteriormente. Nenhum tipo de violência física é permitido. Não é permitido urinar e nem defecar nas calçadas e nem na rua, nem mesmo espalhar lixo, o que demonstra o cuidado com o espaço que ocupam. Ao lado do tambor que a “comunidade” utiliza como “churrasqueira” há um espaço reservado para conversas e diálogos, como um núcleo familiar. Nesse espaço, por diversas vezes, conversei com as pessoas sobre sua organização, seu modo de vida e sobre os impactos da pandemia no cotidiano da “comunidade”.

## REMOÇÕES E DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO ANO DE 2020

As mudanças forçadas de territórios da PopRua, em muitos casos, são consequências das ações da Prefeitura e das polícias, que agem com a intenção de dispersar a PopRua de determinados espaços públicos, como praças, viadutos e calçadas. As ações de dispersão não cessaram durante a pandemia de Covid-19. Durante os meses de trabalho de campo, presenciei várias ações da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, por ordem da subprefeitura da Mooca, nos bairros da Mooca e do Belém. As remoções são legitimadas por reformas de praças e viadutos, as quais fazem parte de um conjunto de obras de arquitetura hostil<sup>4</sup> e foram ocorrências comuns durante as visitas de campo. Nas remoções acompanhadas durante o trabalho de campo, materiais recicláveis foram considerados como “sujeira” e utilizadas como pretexto para remoções. Por exemplo, a praça Barão do Tietê era ocupada por seis pessoas, distribuídas em seis barracas de camping diferentes. No final do mês de janeiro de 2021, restava apenas uma.

As tentativas de remoção dos ocupantes da praça Barão de Tietê, realizadas pela subprefeitura da Mooca, foram noticiadas por vários veículos de comunicação e uma delas pode ser lida na reportagem da *Folha de S.Paulo* do dia 10 de fevereiro de 2021 (Mazzo, 2021). A reportagem trata das tentativas de remoção da praça Barão de Tietê, presenciadas por mim, durante o trabalho de campo. Uma das pessoas que ocupam a praça é o catador de recicláveis Baia, e separar o material faz parte do ofício. Dizer isso é importante, pois o que pode ser considerado por muitos como lixo, para um catador de reciclável é renda, rotina e trabalho. Porém, para a subprefeitura da Mooca os recicláveis eram considerados lixo e argumento de legitimação de remoção das pessoas que ocupam a praça. A Figura 1 enfoca as ações de cumplicidades e vínculos de convivência em momentos de remoções e despejos. Nesse sentido, recolher o material reciclável, juntá-lo e dispensá-lo em coletivo pode ser considerado um símbolo de resistência a processos de remoções que ocorrem na cidade até mesmo em tempos de pandemia.

---

4 Arquitetura hostil são construções na cidade que tentam impedir a permanência da população em situação de rua em determinados lugares da cidade, impossibilitando que pessoas consigam dormir em bancos, debaixo de viadutos ou praças.



**Figura 1.** Limpeza da praça Barão do Tietê. Foto: Valéria Jurado. Data: 22/01/2021 em torno das 11h. Padre Júlio Lancellotti (jaleco branco), anônimo (com carrinho na mão), – autor (camiseta vermelha). Ao fundo pessoas em situação de rua ajudando na limpeza e pessoas que ocupam a praça (possivelmente população em situação de rua atendida no Centro de Convivência São Martinho).

As remoções não são a solução e nem reduzem o número de pessoas em situação de rua, mas como efeito ferem as indicações de pesquisadores e especialistas sobre medidas emergenciais para a PopRua durante a pandemia de Covid-19 (Silva et al., Natalino e Pinheiro, 2020). Processos de remoções espalham as pessoas pela cidade aumentando a condição de segregação, quebrando os vínculos com assistentes sociais e com as ONGs de todos os seguimentos: coletivos, grupos religiosos, consultório na rua, entre outros. Esse foi o caso de Maria e do seu filho Davi, os dois passaram por vários processos de remoções durante os anos de 2019 e de 2020. Maria e Davi moravam na Favela do Cimento, onde ocorreu um processo de remoção seguido de incêndio, em 2019. Logo após isso, ocuparam, juntamente com outras famílias, uma parte do viaduto Bresser, mas logo sofreram mais um processo de remoção. Maria desistiu de ocupar outros espaços e decidiu morar nas calçadas próximo ao Núcleo de Convivência. A seguir, uma nota de campo do dia 26 de novembro de 2020, com o relato de Maria:

Perguntei a Maria como estavam sendo os dias na rua durante a pandemia, e ela me disse: “Estão sendo difíceis, né?” Maria me contou que morava na Favela do Cimento e que a reintegração de posse seguida de um incêndio fez ela e alguns conhecidos ocuparem uma parte do viaduto Bresser. Mas lá eles também sofre-

ram com uma reintegração de posse, há alguns meses (ela não soube me dizer exatamente há quanto tempo) e, desde então, ela moraria com Davi na frente do Núcleo de Convivência em uma barraca doada pelo Padre Júlio. (Nota de Campo, 26 de novembro de 2020).

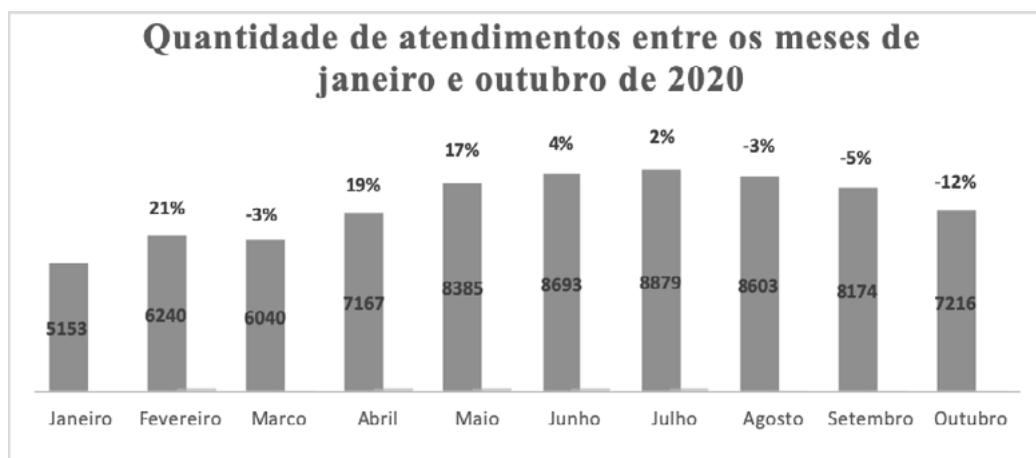
O número de pessoas em situação de rua em torno do Núcleo de Convivência aumentou durante a pandemia e isso se deve a dois motivos. O primeiro, está relacionado às remoções (Labcidade, 2020) e as reintegrações de posse realizadas pela cidade. O segundo motivo se deve à paralisação das doações e dos trabalhos de igrejas, comunidades missionárias e pessoas autônomas durante a pandemia, o que fez muitas dessas pessoas procurarem as instituições públicas para terem acesso à alimentação, banho e lavagem de roupa.

### **O AUMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA SÃO MARTINHO**

Os registros de entrada do Núcleo de Convivência demonstram que, de janeiro a abril de 2020, ocorreu um aumento gradual de mil pessoas ao mês, algo considerado normal pelos funcionários da instituição, sendo que a presença durante os meses de janeiro e fevereiro é sempre menor que nos demais meses. Porém, com o agravamento da pandemia e com as medidas de isolamento social adotadas a partir de março de 2020 se intensificando a partir do mês de abril, o número de pessoas atendidas disparou. De março a abril, o número de pessoas atendidas pelo Núcleo de Convivência aumentou em 19%, e em 17% de abril a maio. Os números de frequência continuam crescendo em junho (4%) e julho (2%), mas demonstram estabilidade em comparação com os anos anteriores. Em comparação a julho, agosto (-3%) e setembro (-5%), o número de presença sofre pequenas quedas, mas ainda demonstrando estabilidade na frequência de atendimentos. A queda começa a ser sentida no mês de outubro (-12%), mas ainda apresenta um número maior de atendimento em comparação com o mês de março (Gráfico 1).

A partir do confronto dos dados quantitativos, qualitativos e do trabalho de campo, percebe-se que um dos motivos do aumento no número de pessoas atendidas pelo Núcleo de Convivência, entre os meses de abril e julho, é decorrente do isolamento social. Segundo as pessoas atendidas no Núcleo de Convivência, elas começaram a frequentar o local porque as doações deixaram de chegar em outros pontos da cidade. Com o trabalho de campo, percebi que algumas organizações como igrejas, ONGs e pessoas autônomas interromperam as atividades com a população em situação de rua na cidade, o que fez as pessoas procurarem outros

espaços de atendimento na cidade. Restaram apenas os espaços de atendimento público ou em parceria com a Prefeitura. O agravamento da pandemia e a paralisação de alguns atendimentos provocaram essa mudança na rotina de parte da população de rua da cidade.



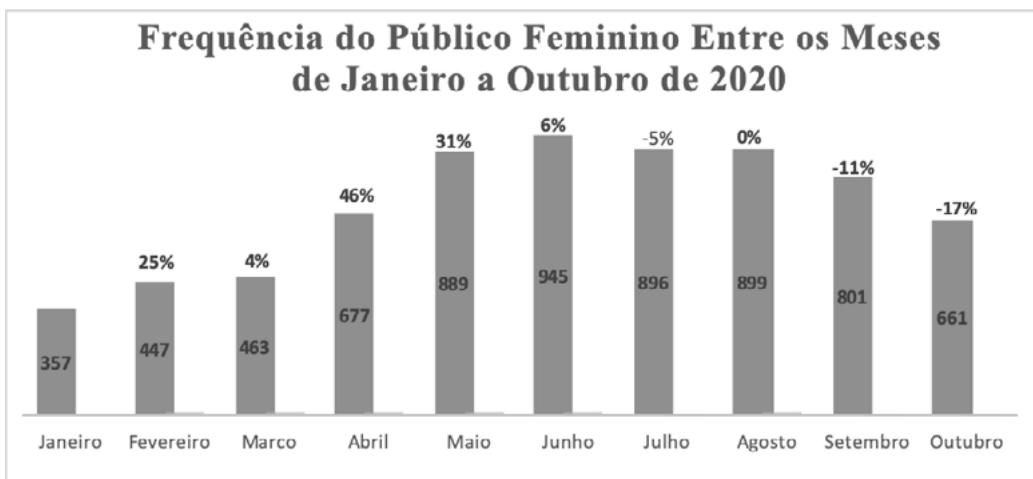
**Gráfico 1.** Quantidade de atendimentos realizados por mês. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho).

O número de mulheres atendidas no Núcleo de Convivência, de janeiro a outubro de 2020, foi menor em comparação ao número de homens no mesmo período, algo esperado, visto que proporcionalmente a população de rua é composta majoritariamente por homens. Porém, entre os meses de março e abril de 2020, o público feminino atendido no Núcleo de Convivência aumentou em 46%. Entre os meses de abril e maio, novamente há um crescimento significativo de 31%, em junho cresce em 6%, no mês seguinte se mantém estabilizado, -5% (Gráfico 2). O atendimento aos homens aumentou em 16% entre os meses de março e abril; de abril a maio cresce mais 16%; em junho e em julho 3%. De agosto a outubro, os números começam a cair gradualmente: agosto, -3%, setembro, -4%, e outubro, -11% (Gráfico 3).

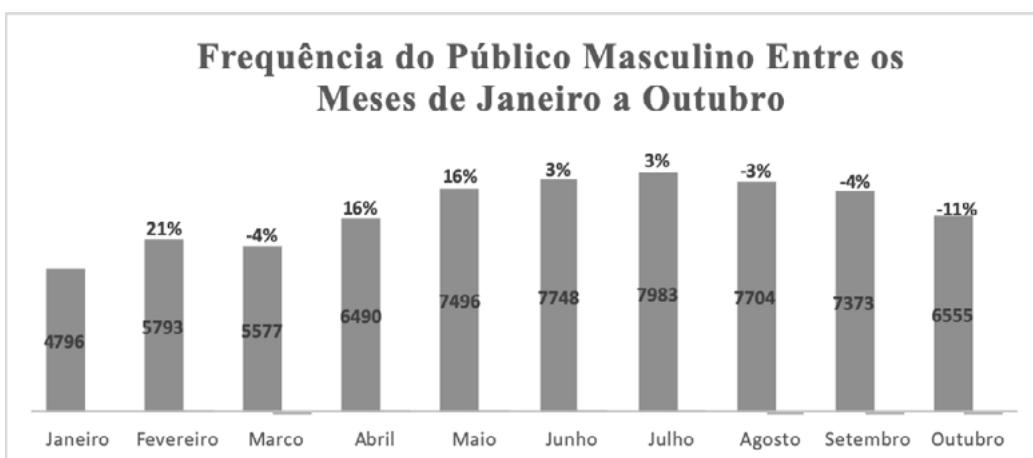
Os dados apresentados demonstram o aumento na frequência, tanto masculina quanto feminina. O crescimento do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social no Núcleo de Convivência acompanha a evolução de medidas restritivas e o acentuamento da pandemia de Covid-19 na cidade. Outra questão importante é que, nesse momento, as mulheres na monoparentalidade feminina<sup>5</sup> estão mais expostas às consequências econômicas da pandemia e se encontram em uma situação de vulnerabilidade e segregação maiores na pandemia de Covid-19,

5 Para a monoparentalidade feminina será utilizado a categoria nativa “mãe-solo”.

devido ao baixo valor do auxílio emergencial, insuficiente para custear os gastos de vida.



**Gráfico 2.** Frequência do Público Feminino de janeiro a outubro de 2020. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho)



**Gráfico 3.** Frequência do Público Masculino de janeiro a outubro de 2020. Fonte: Dados de entrada no Núcleo de Convivência São Martinho (N.C. São Martinho)

## TRABALHO, RENDA E BENEFÍCIO

O auxílio emergencial foi uma política social de distribuição de renda implementada pelo governo federal como uma forma de compensar as mazelas econômicas causadas pela pandemia na vida da população carente e, antes de ser implementado, passou por um longo processo de disputa entre o governo federal e a câmara de deputados.<sup>6</sup> O auxílio emergencial teve duas fases. A primeira entre

<sup>6</sup> O governo federal (Bolsonaro, PL) além de negar a pandemia e a capacidade de contaminação e morte pela população em razão da disseminação do vírus, ofereceu um auxílio emergencial de trezentos (R\$300,00) reais mensais para cada cidadão com direito a receber o benefício. A

abril e agosto, e a segunda entre setembro e dezembro de 2020; foram beneficiadas: famílias com renda de R\$550,00 mensais (meio salário-mínimo) ou com renda mensal total de R\$3.300,00 (três salários-mínimos); beneficiários do programa Bolsa Família poderiam acrescentar o benefício e também o microempreendedor individual (MEI).<sup>7</sup> O benefício poderia variar entre R\$300,00 e R\$600,00 para homens e mulheres sem filhos. Já “mães-solo” receberam cerca de R\$1.200,00 mensais.

Na segunda fase do programa, de setembro a dezembro, o benefício foi reduzido pela metade: R\$300,00 para homens e mulheres sem filhos e R\$600,00 para mulheres “mães-solo”. O corte do benefício pela metade, somado ao aumento da inflação (Garcia, Pupo, 2020) durante todo o ano de 2020 colocou as “mães-solo” em condição de extrema vulnerabilidade e segregação econômica. Outro fator importante a ser mencionado foi o fechamento das creches. Com as creches fechadas as mães não tinham nenhum lugar para deixar as crianças para que pudessem realizar atividades de complemento de renda. Um exemplo é a situação da Cléria, mulher negra, 27 anos, mãe-solo. Cléria tem uma filha e um filho e não possui uma rede de apoio para auxiliá-la nos cuidados com as crianças. Cléria passou a morar com as crianças no abrigo Centro Temporário de Atendimento Aparecida. Logo no início da pandemia, segundo suas palavras, “foi abandonada junto com as crianças pelo companheiro”, tornando-se assim a única responsável pelas crianças. Sem um local onde possa deixar as crianças para trabalhar, vive de doações e das refeições oferecidas no Núcleo de Convivência. Cléria afirma que graças ao auxílio emergencial e às doações não passou mais necessidade durante a pandemia, mas, com o fim do benefício, sua vida tornou-se muito mais difícil. Pois, mesmo com os benefícios financeiros do auxílio emergencial e do Bolsa Família, não está conseguindo se manter, simplesmente porque o custo de vida aumentou drasticamente na cidade de São Paulo durante a pandemia.

Mesmo com o dobro do valor do auxílio emergencial em comparação a outras categorias (pessoas sem filhos) o gasto das mães-solo, em situação similar à da Cléria, é maior quando o valor é dividido entre ela e as duas crianças. Se dividido o valor total do auxílio emergencial pelos três membros da família, o auxílio seria de (R\$400,00) quatrocentos reais para cada um deles. Na segunda fase do auxílio emergencial, o resultado dessa divisão seria de (R\$200,00) duzentos para cada

---

<sup>7</sup> Câmara dos Deputados reivindicou e conseguiu alterar o benefício para o que é apresentado aqui.. MEI é a sigla utilizada para Microempreendedor Individual. São pessoas prestadoras de serviços com faturamento de até R\$81.000,00 por ano que passam a ter um CNPJ, com apenas um empregado recebendo um salário-mínimo e sem necessidade de um contador.

membro. O auxílio emergencial para “mães-solo”, como Maria e Cléria, não é apenas um recurso a mais, mas um instrumento necessário à sobrevivência da família.

No entanto, não há consenso entre as pessoas em situação de rua com quem convivi sobre os impactos no cotidiano decorrentes da pandemia. Há aqueles que negam os impactos; aqueles que desacreditam do potencial de morte e de contágio do vírus; já outros negam ter existido algum tipo de mudança no cotidiano; ainda existem outros cujas respostas são uma mistura de medo e negacionismo. A exemplo disso, apresento o diálogo que estabeleci com dois membros da “comunidade”. São eles Júlio e Matheus. Júlio é catador de recicláveis, branco, 53 anos, e está em situação de rua há pouco mais de seis anos. Matheus é aposentado, branco, 70 anos, e não sabe há quanto tempo está em situação de rua. Perguntei se eles perceberam alguma mudança no cotidiano durante a pandemia de Covid-19, eis as respostas:

Júlio: “Rapaz, muita coisa. Até o jeito como nos cumprimentamos, antes a gente pegava na mão para se cumprimentar. Hoje, a gente da soquinho [riu]. A não ser que você tenha intimidade, morô? Aí você abraça. Mas, essa parada (Covid-19) não pega em nós não, mano. Fala aí, Matheus...”

Matheus: “Meu Corona é isso aqui... [mostra uma garrafa de Corote<sup>8</sup>]. Quem bebe isso aqui não pega Corona, não, isso é álcool puro, é Corote Vírus [e riu].” (caderno de campo, dia 18 de dezembro de 2020).

João também relatou sua experiência com as mudanças cotidianas. Mas, ao contrário de Júlio e Tobias, João sente medo:

Para mim, o que mudou foi assim, dificultou... Dificultou nós trabalhar com reciclagem. Isso aí, mas assim, eu não tenho medo. Eu graças a Deus não peguei isso até hoje. Para você ver né, muita cachaça, droga, tudo bem, mas graças a Deus nunca. Graças a Deus aqui de nós que eu conheço ninguém pegou. Mas, mas, e... para mim o que mudou foi o muito falatório que vai transportando o medo, mas o medo ele para mim, hô: xo, xo, xo (gesto nas mãos espantar). Mas, só que tem hora que uma, porque você ouve muita coisa; ‘está morrendo tantos por dia’, ‘tá morrendo tantos por dia’. Aí tem hora que eu vou deitar, aí fico assim pô mano

---

<sup>8</sup> Corote é uma bebida alcoólica de alto teor alcoólico e baixo custo. O valor da garrafinha, ou barrigudinha por causa do formato da garrafa, custa entre R\$3,00 e R\$5,00. É uma bebida muito popular entre a população de rua da Grande São Paulo.

pô, pô. Aí tenho medo até de sair sem máscara. (*caderno de campo, dia 27 de janeiro de 2021*)

O medo está presente na fala de João, sua força para vencê-lo é a necessidade da renda. João teve acesso ao auxílio emergencial, mas o saldo total era insuficiente para se manter. Também é o medo que faz João buscar equipamentos de proteção contra a Covid-19 para utilizar durante o trabalho.

O trabalho é a chave para entender a organização da “comunidade”. Júlio, Matheus e João são catadores de recicláveis. Não é apenas a proximidade ao Núcleo de Convivência que fez a “comunidade” se fixar na rua João Tobias, mas porque há um centro de coleta de materiais recicláveis a poucos metros das barracas. Dessa forma, a proximidade com o destino final dos materiais recicláveis recolhidos também é um atrativo para a “comunidade” se estabelecer ali. O espírito comunitário dessas pessoas é para além da divisão dos alimentos, das conversas, do cuidado um com o outro e se estende para as relações de trabalho/renda. Os membros da “comunidade” compartilham as carroças que utilizam para recolher materiais recicláveis de diversas formas. As carroças não são comunitárias, são propriedades privadas. No entanto, são compartilhadas de diversas formas: aluguel, divisão de expediente (um trabalha a noite e outro de manhã) e empréstimos.

O exemplo disso é João, com a sua “Viúva Negra”, como denominou a sua carroça (Figura 2). Segundo João, ele sempre empresta sua carroça quando não está utilizando e “antes do Corona” preferiria trabalhar no período noturno, porque a temperatura à noite é menor, as ruas não são tão movimentadas e o serviço exige menos de sua condição física já debilitada. O calor durante o dia e o peso<sup>9</sup> da carroça são desgastantes. Outro motivo elencado por João é a impaciência dos motoristas nas ruas, que buzina e reclamam dos “carroceiros”. Porém, João diz perceber que há menos movimento de carros e de pessoas nas ruas desde o início da pandemia, o que facilitou o trabalho dos “carroceiros” e, durante a pandemia, também recolhe os recicláveis no período da manhã.

Porém, trabalhar em dois turnos é reflexo das mudanças impostas pela pandemia. A mudança na rotina e nas condições encontradas para o trabalho foram as principais inflexões ocorridas no cotidiano das pessoas com quem teve contato na “comunidade”. Os pontos de coleta desses catadores de recicláveis são as lixeiras das casas, dos prédios e de supermercados nos bairros da Mooca e do Belém. João

---

9 O peso de uma carroça varia entre 150 e 300 quilos dependendo do tamanho da carroça e da carga que se consegue recolher no dia ou na semana.

diz ter notado que os moradores das casas instalaram grades e trancas nas lixeiras, abrindo-as apenas no horário da coleta de lixo pelo caminhão da prefeitura. Já nos supermercados, os funcionários impedem a coleta das caixas de papelão pelos catadores e argumentam que os recicláveis estão sendo entregues diretamente aos caminhões de recolhimento. Essas são mudanças citadas por João e por outros membros da “comunidade” no cotidiano dos “catadores de recicláveis” durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Porém, a partir do trabalho de campo, averigui que essas medidas não são consequentes dos protocolos de segurança da Covid-19, mas podem estar relacionadas com o aumento de pessoas em situação de rua nesses bairros durante a pandemia. Ambas as medidas mencionadas, as das casas/prédios e as dos supermercados, são estratégias de aporofobia e de arquitetura hostil, já adotadas antes da emergência de saúde como forma de impedir a coleta de materiais recicláveis pelos coletores. Parte das pessoas que moram em casas e apartamentos na região da Mooca e do Belém é contra a permanência e circulação da população de rua na localidade e implementam métodos e ações para dificultar a vida dessa população na região. Essas ações, similares a trancar lixeiras e impedir a coleta de recicláveis nos supermercados e em outros pontos, são símbolos da objeção dos moradores de casas/apartamentos à presença dessas pessoas. Ou seja, são estratégias de segregação social (Marques, 2005) precedentes à pandemia de Covid-19 que impedem o trabalho dos coletores, e que, assim, encontram nos protocolos de combate a Covid-19 a legitimação para sustentar a aporofobia, a arquitetura hostil e o desejo de segregar a PopRua a partir de uma noção de produtora da violência. Lago (2002) indica que tais estratégias fazem parte de uma noção de fragmentação socioespacial, de processos excludentes que transformam a escala e a natureza da segregação urbana e são consequência da redução da “aproximação” entre ricos e pobres. Ainda segundo a autora, podemos notar a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos, graças ao confinamento dos grupos de melhor condição econômica em espaços privados e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da produção da violência (Lago, 2002).



**Figura 2.** Carroça de coleta de materiais recicláveis na rua João Tobias, bairro da Mooca, São Paulo. Foto: Giovanna Olinda. Data: 03/12/2020.

Outro ramo de atividade inflexionado foi o de “guardadores de carro”, pessoas que olham carros estacionados na rua. Convivi durante três meses com Carlos, homem negro, 26 anos de idade, mora há oito anos na rua, já passou pelo sistema prisional e, antes da pandemia, vigiava carros estacionados de alunos, professores e funcionários da Faculdade São Judas, no bairro da Mooca em troca de dinheiro. Atualmente está sem emprego, Carlos diz não saber ao certo quando foi, mas em um determinado dia chegou para olhar os carros e não tinha ninguém nas ruas e nem carro para olhar. Com a suspensão das aulas presenciais, o movimento em escolas e faculdades reduziu e, assim, sobraram poucos carros para serem vigiados: “De repente cheguei lá e não tinha mais carro, mano, que bagulho louco” (Carlos, caderno de campo, 11 de dezembro de 2020). Carlos recorreu à entrega de alimento por aplicativos para ter uma renda.

Outro setor também afetado foi o ramo de instalação de estruturas para eventos e shows. Os eventos foram interrompidos na cidade durante a pandemia de Covid-19 e, com isso, a oferta de emprego do setor reduziu a zero. Outro setor que sofreu, porém menos, foram os carregadores e descarregadores de cargas. Esse setor também reduziu a oferta de serviços, devido ao fechamento dos comércios. Apenas um grupo de trabalhadores não relatou mudanças na rotina de trabalho, os trabalhadores da construção civil. Pois, esse ramo de atividade não interrompeu o trabalho durante a pandemia de 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento em que este artigo foi escrito, já se passaram pouco mais de dois anos de pandemia no Brasil e já são mais de 670 mil mortos e as vacinas

demoraram a chegar à população, em razão do negacionismo do governo federal em relação ao vírus SARS-CoV-2. O estudo aqui apresentado teve como objetivo demonstrar como os impactos econômicos e sociais atravessam o cotidiano da população em situação de rua no bairro da Mooca e do Belém.

Apresentei como os protocolos de segurança inflexionaram a rotina de trabalho dos trabalhadores precarizados (Harvey, 1992) e em situação de rua, o que procedeu em transformações na relação entre as pessoas, o espaço e suas atividades cotidianas. No caso dos “carroceiros”, essas inflexões resultaram em maior dificuldade de acesso aos recicláveis, redução da renda e adoção de medidas por parte dos moradores de casas/apartamentos e comerciantes (Lago, 2002) dos bairros da Mooca e do Belém, que dificultam a coleta dos recicláveis, ações essas precedentes à pandemia de Covid-19. Distante do que propõe Segata (2020), sobre pensar cada grupo a partir da sua realidade social, os protocolos de segurança deixaram de fora as necessidades específicas da população em situação de rua. Os protocolos de segurança contra a Covid-19 foram de extrema importância, mas partem de uma lógica de vida padrão: casa, família nuclear, possibilidade de isolamento residencial, trabalho *home office*. A partir desses padrões, são ignoradas as diversas experiências possíveis de se viver na cidade. Ao ponto de, mesmo em meio a uma pandemia, a subprefeitura da Mooca realizar remoções e despejos, sem propostas efetivas de moradia para as pessoas desalojadas, como propõe o documento *População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais* (Silva et al., Natalino e Pinheiro, 2020).

As instituições públicas de atendimento à PopRua durante a pandemia, como o Núcleo de Convivência São Martinho, no bairro da Mooca, foram essenciais na garantia de direitos básicos a essas pessoas. Porém, foram insuficientes e a pandemia intensificou os problemas já existentes na cidade, no que se refere ao atendimento e aos serviços destinados às pessoas em situação de rua, como o acesso a sanitários, a banho, a serviços de assistência social, de moradia/abrigo e alimentação, mas principalmente a falta de políticas de habitação aumentando a condição de segregação descrita por Marques (2005). Mas, também apontam para a necessidade de estratégias que incluam a população de rua, como demonstra o trabalho de Honorato e Oliveira (2020).

Nakamura e Silva (2020) alertaram sobre como grupos sociais que já enfrentam historicamente violações de direitos sentiriam mais os efeitos da pandemia e da contaminação. Diante do fechamento temporário de algumas atividades consideradas não essenciais, as atividades econômicas realizadas pela PopRua passaram

por mudanças cotidianas, afetando principalmente a monoparentalidade feminina, preta e pobre. Assim sendo, gênero, raça e classe são elementos centrais para a compreensão das vulnerabilidades de grupos particulares durante a emergência de saúde.

A pandemia de Covid-19 intensificou os problemas da falta de estrutura e de políticas públicas habitacionais para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. A falta de propostas e de soluções para os problemas da PopRua na cidade não passaram a existir com a pandemia, mas são consequentes da falta de investimento em estruturas de atendimentos e de políticas públicas destinadas a PopRua há décadas. Por isso se faz necessário adotar novos caminhos e propostas referentes aos problemas enfrentados por quem não tem casa. O que apresento aqui não é uma crítica às medidas de isolamento social e nem mesmo aos protocolos de segurança adotados durante a pandemia, mas uma crítica ao baixo valor do auxílio emergencial e à falta de políticas habitacionais, assim como à falta de empatia que nos impedem de resolver essa crise humanitária na cidade de São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, Michael (2009). *Etnografia e Observação Participante*. São Paulo: Artmed.
- ATKINSON, Paul; HAMMERSLEY, Martyn (1994). “Ethnography and participant observation”. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds). *The SAGE Handbook of qualitative research*. London: Sage, p. 248-261.
- CORREIA, Maria da Conceição Batista (1999). A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, v. 13, n. 2, p. 30-36. <http://hdl.handle.net/10400.26/23968> (acesso em 09/12/2022).
- EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie (1986). *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez.
- GARCIA, Larrissa; PUPO, Fábio (2020). Alta nos preços dos alimentos faz governo elevar projeção da inflação em 2020. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17/11/2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/alta-no-preco-de-alimentos-faz-governo-elevar-projecao-de-inflacao-para-2020-e-2021.shtml> (acesso em 14/12/2021).
- GEERTZ, Clifford (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; OLIVEIRA, Ana Carolina (2020). População em situação de rua e COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-78. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200268>
- KRIEGER, Morgana G. Martins; MOMESSO, Caio; MAGRI, Giordano (2022). “Não Pegamos Porque Somos Invisíveis”: A Política Voltada à População de rua na Cidade

- de São Paulo e seus Efeitos Durante a Pandemia de COVID-19. *International Journal on Homelessness*, v. 2, n. 2, p. 69-115. <https://doi.org/10.5206/ijoh.2022.2.13727>
- Labcidade (2020). *Remoções por uma Moratória em tempos de pandemia*. <http://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-por-uma-moratoria-em-tempos-de-pandemia/> (acesso em 09/12/2022).
- LAGO, Luciana Corrêa do (2002). A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. In: *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR, Ano XV/XVI. Número especial, p. 155-76.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002). De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-28. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- MARQUES, Eduardo (2005). “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, Eduardo; TORRES Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. Eduardo Marques e Haroldo Torres (org.). São Paulo: Editora Senac, p. 19-56.
- MARX, Karl. (2001). *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.
- MAZZO, Aline (2021). Moradores de rua acusam prefeitura de fazer jardins para tirá-los de praça na zona leste de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10/02/2021. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/moradores-de-rua-acusam-prefeitura-de-fazer-jardins-para-tira-los-de-praca-na-zona-leste-de-sp.shtml> (acesso em: 14/12/2021).
- NAKAMURA, Eunice; SILVA, Cristiane Gonçalves da (2020). “O Contexto da Pandemia da COVID-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis”. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.
- OXFAM (2021). *O Vírus da Desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/> (acesso em 09/12/2022).
- PAULO, Paula Paiva (2021). Prefeitura de SP começa vacinação contra Covid-19 de moradores em situação de rua maiores de 60 anos nesta sexta. *G1*, São Paulo, 12/02/2021. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/12/prefeitura-de-sp-comeca-vacinacao-contracovid-19-de-moradores-em-situacao-de-rua-maiores-de-60-anos-nesta-sexta.ghtml> (acesso em: 14/12/2021)
- PÉTONNET, Colette (2008). Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 99-111.
- SEGATA, Jean (2020). “COVID-19: Escalas da Pandemia e Escalas da Antropologia”. In GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha. p. 46-8.

SILVA, Tatiane Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito (2020). Nota Técnica n. 74: População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Brasília-DF: IPEA.

SILVA, Tatiane Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito (2021). “Medidas Emergenciais para a População em Situação de Rua: enfrentamento da pandemia e seus efeitos”. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 25, p. 81-8. <http://dx.doi.org/10.38116/bapi25art9>.

# Comprometendo-se com a continuidade: práticas de atenção primária durante a Covid-19 em um bairro urbano brasileiro<sup>1</sup>

*Committing to Continuity: Primary Care Practices During Covid-19 in an Urban Brazilian Neighborhood*

Emily Pingel, Alexandra Llovet, Fernando Cosentino, Jeffrey Lesser

Traduzido por Monaliza Caetano<sup>a</sup> 

**Resumo** A diminuição do envolvimento em serviços preventivos, incluindo vacinação, durante a pandemia de COVID-19 representa uma grave ameaça à saúde global. Usamos o caso da Clínica de Saúde Pública Bom Retiro em São Paulo, Brasil, para destacar como a continuidade do cuidado não é apenas viável, mas uma parte crucial da saúde como um direito humano. A relação de longa data entre a clínica e os moradores do bairro facilitou o gerenciamento contínuo das condições de saúde física e mental. Além disso, demonstramos como o histórico de enfrentamento de doenças infecciosas da clínica a equipou para adaptar os serviços preventivos às necessidades dos pacientes durante a pandemia. Nossa parceria acadêmico-comunidade utilizou uma abordagem multidisciplinar, contando com a análise de dados históricos, dados etnográficos e experiência clínica direta. Identificamos estratégias de prevenção específicas juntamente com áreas de melhoria. Concluímos que a clínica serve como modelo para continuidade de cuidados em ambientes urbanos durante a pandemia.

**Palavras-Chave** Promoção da saúde comunitária. Covid-19. Vizinhança. Atenção básica. Comunicação de risco e crise. Saúde urbana.

**Abstract** *Decreased engagement in preventive services, including vaccination, during the Covid-19 pandemic represents a grave threat to global health. We use the case of the Bom Retiro Public Health Clinic in São Paulo, Brazil, to underscore how continuity of care is not only feasible, but a crucial part of health as a human right. The long-standing relationship between the clinic and neighborhood residents has facilitated*

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente em inglês como um breve relatório nos Estados Unidos para a revista *Health Education and Behavior*. Pingel, E. S., Llovet, A., Cosentino, F., & Lesser, J. (2021). *Committing to Continuity: Primary Care Practices During Covid-19 in an Urban Brazilian Neighborhood*. *Health Education & Behavior*, v. 48, n. 1, p. 29-33

<sup>a</sup> Mestre e Graduada em História, Universidade Federal de São Paulo. [monaliza\\_caetano@hotmail.com](mailto:monaliza_caetano@hotmail.com)

*ongoing management of physical and mental health conditions. Furthermore, we demonstrate how the clinic's history of confronting infectious diseases has equipped it to adapt preventive services to meet patients' needs during the pandemic. Our academic–community partnership used a multidisciplinary approach, relying on analysis of historical data, ethnographic data, and direct clinical experience. We identify specific prevention strategies alongside areas for improvement. We conclude that the clinic serves as a model for continuity of care in urban settings during a pandemic.*

**Keywords** *Community health promotion, Covid-19. Neighborhood. Primary care. Risk and crisis communication. Urban health.*

## INTRODUÇÃO

Poderia a prestação de cuidados preventivos básicos continuar durante uma pandemia? Usando o bairro central do Bom Retiro, em São Paulo, como um estudo de caso, este breve relatório argumenta que o sistema de saúde brasileiro tem priorizado a atenção primária ininterrupta, mesmo durante a Covid-19. Sistemas de saúde fortes são primordiais no combate às crises de saúde; a atenção primária serve de base a tais esforços, dado o seu papel na comunicação com os doentes e na prestação de serviços preventivos fundamentais (Dunlop et al, 2020). Desde o início da Covid-19, os relatórios de saúde pública indicaram taxas de vacinação decrescentes (Bramer et al, 2020), evasão hospitalar entre aqueles com condições de saúde graves (Lange et al, 2020; Moroni et al, 2020) e sugeriram adiamento de visitas de rotina (CDC, 2020). As autoridades de saúde pública já alertam para as terríveis consequências de tais lapsos na prevenção, já que a pandemia ferve em países de alta e baixa renda (Robertson et al, 2020; Verhoeven et al, 2020). Por outro lado, a Unidade Básica de Saúde do Bom Retiro (UBS Bom Retiro) manteve os serviços de atenção primária e sustentou as taxas de vacinação, refletindo a continuidade dos esforços de combate às doenças infecciosas ao longo do século passado.

O Sistema Único de Saúde, conhecido como SUS, é o maior sistema público de saúde do mundo, alcançando milhões de pessoas. A Constituição de 1988 declarou a saúde como “um direito de todos e um dever do Estado”, proporcionando assim o estabelecimento do SUS. O sistema divide os serviços em quatro níveis, em um continuum de prevenção à complexidade aguda: clínicas de atenção primária (Unidades Básicas de Saúde), centros de atendimento de urgência, atendimento hospitalar e hospitais que realizam procedimentos complexos (por exemplo, transplante de órgãos). A Estratégia de Saúde da Família (ESF) foi instituída em nível federal em 1994 como uma iniciativa voltada à ampliação da atenção básica. Como um programa nacional adaptado às necessidades locais, a ESF organiza grande

parte da atividade diária dos profissionais de saúde em nível de atenção básica de bairro. Até 2018, as equipes ESF do SUS, reforçadas pelo programa federal Mais Médicos, expandiram a prestação de cuidados primários para quase 70% da população (Souza et al, 2020). A descentralização – a prestação de cuidados de acordo com as condições locais – é uma característica primordial do SUS, resultando em decisões compartilhadas de políticas de saúde nos níveis federal, estadual e municipal.

Na sequência do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) emitiu recomendações para a prestação de serviços no âmbito do SUS. Embora salientando que as estratégias tinham de ser informadas localmente (Oliveira et al, 2020), pesquisadores e profissionais de saúde pública brasileiros destacaram o papel essencial da atenção primária no combate à pandemia, argumentando que o acesso e o conhecimento das populações locais, a continuidade dos cuidados e o potencial para mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia posicionaram as Unidades Básicas de Saúde em uma posição crucial (Daumas et al, 2020; Medina et al, 2020; Sarti et al, 2020; Teixeira et al, 2020). No entanto, Barone et al. (2020) argumentaram que a agitação política em torno do governo de direita do presidente Jair Bolsonaro impediu que as autoridades de saúde pública do Brasil reagissem à crise em tempo útil.

Em meio a essas circunstâncias, os profissionais de saúde no Bom Retiro enfrentam adicionalmente o desafio de garantir o acesso a uma população de pacientes multilíngue e diversa étnico-racial e socialmente. A adaptabilidade da UBS Bom Retiro durante crises e os fortes laços comunitários permitiram a continuidade dos cuidados primários, mesmo em uma pandemia. Demonstramos abaixo como, num bairro multicultural confrontado com epidemias por mais de um século, a atenção primária continua a ser fundamental e viável.

## **MÉTODOS**

Ao examinar dados históricos e contemporâneos sobre saúde, migração e geografia, situamos a pandemia de Covid-19 em um contexto que permite que as continuidades emergam. A nossa parceria acadêmico-comunitária utilizou uma abordagem multidisciplinar, contando com dados históricos, dados etnográficos e experiência clínica direta.

## **PROCEDIMENTOS**

Dr. Lesser tem se empenhado no trabalho de campo local, com uma equipe que inclui as mestres Pingel e Llovet, há mais de cinco anos, a fim de contextualizar

dados históricos e geográficos sobre a atenção primária local em São Paulo. Em 2018-2019, Pingel realizou catorze meses de trabalho de campo, que incluíram mais de 600 horas de observação das consultas clínicas com enfermeiros e médicos, visitas ao domicílio dos pacientes com trabalhadores de saúde da comunidade e atividades de prevenção comunitárias. Como prestador de cuidados primários na UBS Bom Retiro, nosso parceiro de pesquisa e co-autor, Dr. Cosentino desenvolveu relatórios de resposta a crises. Nossos dados reforçam, assim, as ações adotadas para evitar a disseminação da Covid-19 e descrevem como as práticas rotineiras de atenção básica e as campanhas de educação em saúde persistem, embora com modificações. Analisamos nossas notas de campo etnográficas e notas clínicas como base de evidência para este artigo.

## RESULTADOS

### AS GEOGRAFIAS DO BOM RETIRO

Nos últimos seis anos, nosso Coletivo de Pesquisa vem estudando as relações entre etnia, imigração e saúde pública em São Paulo, cidade cuja população cresceu de cerca de 240.000, em 1900, para 1,3 milhão, em 1940, e para mais de 11 milhões atualmente (Censo Populacional do IBGE, 2020). O bairro do Bom Retiro tem sido central para a política de saúde e imigração brasileira desde que o Brasil se tornou uma república, em 1889. As primeiras escolas de farmácia, ortodontia e obstetrícia da cidade estavam localizadas no bairro, assim como um prédio de tratamento de hanseníase, um local de educação pró-natalista e um centro de saúde sexual. Em 1893, o Ministério da Saúde construiu o Desinfectório Central (encarregado de melhorar os resultados sanitários através da “higienização” química dos imigrantes e da sua bagagem) em um terreno que outrora abrigou o primeiro centro de acolhimento de imigrantes no Brasil. Hoje, a Secretaria de Saúde de São Paulo gerencia o prédio como museu, arquivo e depósito médico. Do outro lado da rua, fica a Unidade Básica de Saúde do Bom Retiro, em meio a fábricas têxteis informais e prédios baixos cheios de quartos individuais que abrigam famílias inteiras. Muitos prédios do Bom Retiro têm apenas um ou dois andares e os espaços residenciais costumam ser também espaços de trabalho. Residências lotadas, serviços públicos precários (especialmente coleta de lixo) e água parada levaram à disseminação de doenças transmissíveis em todo o Bom Retiro nos últimos 150 anos (Bertoldi, 1887). No geral, o bairro é étnico-racial e socialmente diverso, fazendo vizinhos imigrantes judeus e coreanos, tipicamente de padrão socioeconômico mais alto, e trabalhadores bolivianos e paraguaios recém-chegados. Residências onde as

famílias moram em um único quarto e compartilham um único banheiro são tipicamente associadas a brasileiros pretos e pardos, muitos originários de regiões empobrecidas do Nordeste.

Por fim, nosso interesse pelas geografias da saúde faz das trinta ruas do Bom Retiro um excelente sítio de investigação, pois se mantêm espacialmente constantes desde finais do século XIX. Além disso, a população total permaneceu entre 35 mil e 40 mil habitantes. Em 1934, cerca de 35% dos moradores do Bom Retiro eram estrangeiros e atualmente esse número é de cerca de 20% (Araújo, 1940; Censo Populacional IBGE, 2020). A constância do espaço e população nos permite localizar eventos de saúde e dados demográficos (históricos e contemporâneos), em um mapa relativamente inalterado, algo impossível na maior parte da São Paulo contemporânea, que assistiu a imensas mudanças espaciais ao longo do tempo.

## A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BOM RETIRO

A UBS Bom Retiro é o ponto de contato inicial para residentes com necessidades médicas não urgentes (por exemplo, vacinas), visitas regulares de atenção primária e atividades de promoção da saúde pública. Assim, a sua relação com o público e a sua experiência com epidemias é fundamental para a continuidade dos cuidados durante a pandemia de Covid-19. De acordo com levantamento interno da UBS Bom Retiro, de 2015, 65% dos residentes procuram serviços na unidade, oferecidos gratuitamente a qualquer pessoa residente no bairro, independente da nacionalidade. Os serviços clínicos incluem *check-ups* de rotina agendados, monitoramento e tratamento de doenças crônicas, vacinações, atualização de receitas, cuidados pediátricos, serviços ginecológicos e aconselhamento psicológico. Médicos e equipe de enfermagem prestam cuidados domiciliares de rotina e vacinas a pacientes com mobilidade limitada. Para necessidades urgentes, os profissionais de saúde encaminham os doentes para centros de atendimento ambulatoriais ou hospitais públicos. Serviços não urgentes além do alcance da atenção primária, como cirurgias ou raios-X, exigem o encaminhamento para outras instalações e especialidades.

Seguindo o princípio de descentralização do SUS, os municípios determinam a estrutura de prestação de serviços locais. Na cidade de São Paulo, essa estrutura consiste em uma parceria público-privada. A UBS Bom Retiro responde a orientações da Secretaria Municipal de Saúde, enquanto uma empresa privada conhecida como “Organização Social de Saúde” lida com aspectos materiais como recursos humanos e a maior parte do equipamento médico. A Organização de Saúde estruturou a UBS Bom Retiro em cinco equipes da Estratégia de Saúde da

Família – cada uma composta por um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde (ACS). Cada equipe atende a um microterritório do bairro, enfatizando a importância da geografia para a saúde. As ACS devem viver na vizinhança e ter contato regular com os pacientes no seu microterritório à medida que entregam notificações e lembretes de marcação de consulta. Para além das equipes de Saúde de Família, a clínica oferece uma Equipe de Apoio à Saúde de Família multidisciplinar (o Núcleo de Apoio à Saúde de Família, ou NASF), que normalmente é composta por psicólogo e/ou psiquiatra, fonoaudiólogo, nutricionista, terapeutas, assistentes sociais e um profissional de educação física. Uma pequena equipe de Vigilância Epidemiológica, liderada pela enfermeira chefe da unidade, responde às atribuições municipais em relação às campanhas de prevenção (por exemplo, organização da campanha de vacinação contra o sarampo), transmite mensagens de promoção da saúde e prevenção de doenças aos moradores e rastreia casos de doenças infecciosas, como tuberculose e dengue. Além dessas equipes, a Organização de Saúde emprega funcionários administrativos e de zeladoria, além de farmacêuticos que atuam no local. Os profissionais da Equipe NASF oferecem sessões semanais gratuitas de promoção da saúde em diferentes localidades do bairro, conduzindo atividades junto aos pacientes como auriculoterapia e exercícios diários para o manejo da dor crônica. Algumas Equipes de Saúde da Família coordenam-se com os chefes das oficinas de costura para se reunirem com trabalhadores (muitas vezes imigrantes de países vizinhos) e seus filhos para oferecer serviços primários básicos.

## **ATENÇÃO PRIMÁRIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Pacientes que convivem com condições crônicas (por exemplo, diabetes, hipertensão), crianças e gestantes continuaram a receber atenção primária regular na UBS Bom Retiro. A falta de acompanhamento de pacientes crônicos apresenta um grande risco em um cenário de pandemia, uma vez que pode aumentar a procura de cuidados de emergência e uma maior pressão sobre o sistema de saúde pública. A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo determinou que funções específicas continuassem a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde, durante a pandemia, incluindo acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, atendimento pediátrico, atendimento pré-natal para gestantes, provisão de medicamentos na farmácia, vacinação, conexão de pacientes a programas de assistência social e realização de procedimentos curativos não urgentes (por exemplo, o curativo de uma pequena ferida). Agentes de saúde especializados no atendimento da expressiva população de rua de São Paulo têm mantido serviços para seus pacientes

(por exemplo, tratamento de tuberculose), dando continuidade aos cuidados das populações vulneráveis.

Para evitar aglomeração de pacientes, médicos e funcionários reordenaram a organização espacial da clínica e de seus arredores (Ministério da Saúde, 2020). Os médicos atendem pacientes que apresentam sintomas de Covid-19 em salas separadas daquelas para consultas de rotina. A área de atendimento da farmácia já estava localizada fora do prédio principal e na frente da Unidade há uma área coberta ao ar livre onde as pessoas aguardam as consultas. Enfermeiros e técnicos de enfermagem agora administram vacinas na rua em frente à unidade, através de uma fila própria na calçada e de um *drive-thru*, para evitar a aglomeração. A clínica iniciou as vacinas contra a gripe em meados de março (dois meses antes do que no passado). A campanha vacinal inicial, destinada aos profissionais de saúde e idosos, teve adesão massiva, embora convencer os idosos a não se reunirem e conversarem em frente à clínica tenha sido um desafio.

As campanhas de vacinação continuam sendo uma atividade central, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde do Brasil. A vacina contra o sarampo está disponível para pessoas pertencentes a grupos de risco (por exemplo, crianças e idosos não vacinados anteriormente), após um surto em um bairro no final de 2019. A vacina contra a gripe foi lançada antecipadamente para permitir um melhor diagnóstico diferencial entre Covid-19 e H1N1 e evitar dois picos simultâneos de síndromes respiratórias sazonais (Covid-19 e Influenza). O Estado de São Paulo conseguiu vacinar 100% dos idosos (acima de 60 anos), além de um milhão de profissionais de saúde e 67 mil profissionais de segurança nesta fase inicial (Mello, 2020).

Em consonância com a Estratégia de Saúde da Família, os agentes comunitários de saúde continuam a desempenhar um papel vital na garantia do acompanhamento dos pacientes. No Bom Retiro, os ACS mantêm a comunicação com os pacientes através de WhatsApp ou visitas domiciliares, respeitando as diretrizes de distanciamento social. Os ACS também aconselham os pacientes sobre medidas preventivas contra a transmissão do Covid-19. Durante as visitas domiciliares, os ACS investigam as necessidades dos pacientes (por exemplo, renovação da receita médica, necessidade de encaminhamentos e vacinação atrasada), e compartilham mensagens de comunicação sanitária relativas à Covid-19, incluindo panfletos informativos e outros materiais visuais, escritos em português, espanhol e coreano. Esses materiais são específicos para o Bom Retiro, dado o grande número de população não falante de português. Por fim, os ACS oferecem recursos aos pacientes sintomáticos sobre onde procurar atendimento emergencial.

A Equipe NASF redirecionou os esforços para a prestação de serviços de saúde mental específicos em casos urgentes. Os médicos da UBS Bom Retiro notaram um aumento de pacientes com sintomas de ansiedade e depressão que desejam começar ou retomar os medicamentos inibidores seletivos da recaptção de serotonina (ISRS). A farmácia local distribui esses medicamentos, bem como muitos outros para doenças crônicas.

## ÁREAS PARA MELHORIA

Embora a UBS Bom Retiro tenha feito avanços importantes para garantir a continuidade dos cuidados durante a pandemia, áreas de melhoria estão presentes. Tal como em outros contextos, a prestação de cuidados primários às populações vulneráveis apresenta desafios que incluem as limitações dos centros de saúde (por exemplo, falta de reservas financeiras, capacidade clínica e espaço físico limitados), limitações do sistema (por exemplo, comunicação limitada entre esforços epidemiológicos e cuidados primários), e barreiras ao nível do prestador do serviço (por exemplo, comunicação com pacientes com baixa alfabetização e/ou fluência limitada em português) (Rust et al, 2009). Nossa pesquisa no Bom Retiro mostra consistentemente que as barreiras socioculturais e linguísticas entre provedores brasileiros monolíngues e residentes imigrantes têm dificultado os cuidados efetivos. Essas barreiras de longo prazo prejudicam potencialmente os esforços de prevenção da Covid-19. Trabalhadores imigrantes são particularmente vulneráveis a doenças respiratórias, como tuberculose e gripe, devido à sua exposição a espaços escuros e mal ventilados. Esforços direcionados para alcançar essas populações com mensagens de prevenção e para assegurar seu vínculo aos cuidados em casos suspeitos de Covid-19 são essenciais para se avançar. Finalmente, a natureza um tanto fraturada da comunicação municipal muitas vezes dificulta que os profissionais da unidade saibam que seus pacientes foram diagnosticados com Covid-19. Frequentemente, a notificação ocorre somente se o paciente tiver falecido ou durante conversas entre os ACS. A cidade de São Paulo não utiliza o mesmo sistema de controle de dados (e-SUS) que grande parte do restante do país utiliza; em vez disso, depende de seu próprio banco de dados em toda a cidade, dificultando as comparações entre estados. A integração limitada de dados e a vigilância epidemiológica impediram os esforços pandêmicos em todo o país (Teixeira et al, 2020). A UBS Bom Retiro deve se tornar mais integrada aos esforços de rastrear surtos e prestar cuidados de acompanhamento, dado o forte vínculo com os moradores do bairro e conhecimento do ambiente local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato demonstra como uma Unidade Básica de Saúde no centro de São Paulo respondeu à pandemia de Covid-19 com foco na continuidade do atendimento. De acordo com as diretrizes federais, a UBS Bom Retiro adaptou seus serviços preventivos para atender às necessidades dos pacientes e priorizou a ampla cobertura vacinal. A relação de longa data entre a unidade de saúde e os residentes do bairro facilitou a gestão contínua das condições crônicas de saúde física e mental. No entanto, este estudo possui limitações. Dada a escassez de dados de vigilância locais e atualizados sobre os casos de Covid-19, não podemos determinar se as medidas adotadas retardaram a transmissão ou atenuaram a gravidade da doença entre pacientes com doenças crônicas. Também não podemos saber com certeza se as mudanças observadas na UBS Bom Retiro foram implementadas em outras unidades Básicas de Saúde de São Paulo, muito menos no Brasil como um todo. Esperamos que futuras pesquisas epidemiológicas e de sistemas de saúde abordem essas questões cruciais e ofereçam um quadro amplo da resposta do SUS à pandemia.

Enquanto profissionais de saúde pública e pesquisadores, estamos cientes da carga do sistema de saúde durante as pandemias. À medida que a gravidade da Covid-19 se tornou evidente no início de 2020, representantes do Ministério da Saúde defenderam uma mobilização em massa do SUS, incluindo a contratação de mais médicos de atenção básica, o uso de telemedicina e a geração de dados de vigilância local (Oliveira et al, 2020). A estrutura descentralizada do SUS, na qual as comunidades locais e as partes interessadas contribuem para as decisões políticas, tem sido, desde há muito, uma característica fundamental do sistema. No entanto, sugerimos que em tempos de crise mundial, uma forte liderança em saúde pública, apoiada por uma resposta federal, pode atuar como uma forma crucial de orientação em um território tão grande e diversificado como o Brasil ou os Estados Unidos. Embora o ambiente político caótico do Brasil possa ter comprometido a resposta do sistema à Covid-19 (Barone et al, 2020), o compromisso duradouro e a notável adaptabilidade da UBS Bom Retiro oferecem uma noção do potencial da atenção primária para salvar vidas muito após a pandemia terminar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Oscar Egídio. (1940). Enquistamentos étnicos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 65, p. 227-46.
- BARONE, Mark Thomaz Ugliara; HARNIK, Simone Bega; DE LUCA, Patricia Vieira; LIMA, Bruna Leticia de Souza; WIESELBERG, Ronald José Pineda; NGONGO,

- Belinda; PEDROSA, Hermelinda Cordeiro; PIMAZONI-NETTO, Augusto; FRANCO, Denise Reis; MARINHO DE SOUZA, Maria de Fatima; MALTA, Deborah Carvalho; GIAMPAOLI, Viviana (2020). The impact of Covid-19 on people with diabetes in Brazil. *Diabetes Research and Clinical Practice*. n. 166. p. 108304. <https://doi.org/10.1016/j.diabres.2020.108304>
- BERTOLDI, Luis Bianchi. (1887). *Relatório sobre as Observações Efetuadas com o Movimento das Águas no Vale dos Rios Tamandateí e Tietê Durante a Inundação de 1887*. São Paulo: Museu do Instituto Geológico. [http://www2.unifesp.br/himaco/enchente\\_1887.php#](http://www2.unifesp.br/himaco/enchente_1887.php#) (acesso em 01/07/2020).
- BRAMER, Cristi. A.; KIMMINS, Linsey M.; SWANSON, Robert; KUO, Jeremy; VRANESICH, Patricia; JACQUES-CARROLL, Lisa A.; SHEN, Angela K. (2020). Decline in child vaccination coverage during the COVID-19 pandemic: Michigan Care Improvement Registry, May 2016–May 2020. *American Journal of Transplantation*. v. 20. n. 7, p. 1930. <https://doi.org/10.1111/ajt.16112>
- BRASIL. MINISTÉRIO DE SAÚDE (2020). FAST-TRACK PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM LOCAIS COM TRANSMISSÃO COMUNITÁRIA. VERSÃO 6. <HTTPS://COVID19-EVIDENCE.PAHO.ORG/HANDLE/20.500.12663/610> (ACESSO EM 01/07/2020).
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. (2020). IS IT SAFE FOR ME TO GET CARE FOR MY OTHER MEDICAL CONDITIONS DURING THIS TIME? <HTTPS://WWW.CDC.GOV/CORONAVIRUSNCOV/FAQ.HTML#HEALTHCARE-PROFESSIONALS-AND-HEALTH-DEPARTMENTS> (ACESSO EM 01/07/2020).
- DAUMAS, Regina Paiva; SILVA, Gulnar Azevedo; TASCA, Renato; LEITE, Iuri da Costa; BRASIL, Patricia; GRECO, Dirceu B.; GRABOIS, Victor; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (2020). O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: Limites e possibilidades no enfrentamento da Covid-19. *Cadernos de Saúde Pública*. n. 36. e00104120. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00104120>.
- DUNLOP, Catherine; HOWE, Amanda; LI, Donald; ALLEN, Luke N. (2020). The coronavirus outbreak: The central role of primary care in emergency preparedness and response. *BJGP Open*. v. 4. n. 1. <https://doi.org/10.3399/bjgpopen20X101041>
- LANGE, Samantha J.; RITCHEY, Matthew D.; GOODMAN, Alyson B.; DIAS, Taylor; TWENTYMAN, Evelyn; FULD, Jennifer; SCHIEVE, Laura A. (2020). Potential Indirect Effects of the Covid-19 Pandemic on Use of Emergency Departments for Acute Life-Threatening Conditions—United States, January–May 2020. *MMWR. Morbidity and Mortality Weekly Report*. v. 69. <https://doi.org/10.15585/mmwr.mm6925e2>
- MEDINA, Maria Guadalupe; GIOVANELLA, Lígia; BOUSQUAT, Aylene; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; AQUINO, Rosana (2020). Atenção primária à saúde

- em tempos de Covid-19: O que fazer? *Cadernos de Saúde Pública*. v. 36. e00149720. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00149720>.
- MELLO, Daniel (2020). São Paulo consegue vacinar 100% dos idosos do estado contra a gripe. *Agência Brasil*, Brasília, 13/04/2020. <https://istoe.com.br/sao-paulo-consegue-vacinar-contr-a-gripe-100-dos-idosos-do-estado> (acesso em 01/07/2020).
- MORONI, Francesco; GRAMEGNA, Mario; AJELLO, Silvia; BENEDUCE, Alessandro; BALDETTI, Luca; VILCA, Luz Maria; CAPPELLETTI, Alberto; SCANDROGLIO, Anna Maria; AZZALINI, Lorenzo (2020). Collateral Damage: Medical Care Avoidance Behavior Among Patients with Myocardial Infarction During the Covid-19 Pandemic. *Case Reports*. v. 2. n. 10. p. 1620–24. <https://doi.org/10.1016/j.jaccas.2020.04.010>
- OLIVEIRA, Wanderson Kleber de; DUARTE, Elizete; FRANÇA, Giovanni Vinicius Araújo de; GARCIA, Leila Posenato (2020). How Brazil can hold back Covid-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. v. 29. n. 2. <https://doi.org/10.5123/s167949742020000200023>
- ROBERTON, Timothy; CARTER, Emily D.; CHOU, Victoria B.; STEGMULLER, Angela R.; JACKSON, Bianca D.; TAM, Yvonne; SAWADOGO LEWIS, Talata; WALKER, Neff (2020). Early estimates of the indirect effects of the Covid-19 pandemic on maternal and child mortality in low-income and middle-income countries: A modelling study. *The Lancet Global Health*. v. 8. n. 7. p. 901–8. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30229-1](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30229-1).
- RUST, George; MELBOURNE, Mollie; TRUMAN, Benedict I.; DANIELS, Elvan; FRY-JOHNSON, Yvonne; CURTIN, Thomas (2009). Role of the primary care safety net in pandemic influenza. *American journal of public health*. v. 99. n. 2. p. 316-23. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2009.161125>
- SARTI, Thiago Dias; LAZARINI, Wellington Serra; FONTENELLE, Leonardo Ferreira; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho (2020). Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela Covid-19? *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 2. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200024>.
- IBGE (2020). *CENSO POPULACIONAL*. [HTTPS://CIDADES.IBGE.GOV.BR/BRASIL/SP/SAO-PAULO/PANORAMA](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama) (ACESSO EM 01/07/2020).
- SOUZA, Carlos Dornels Freire de; GOIS-SANTOS, Vanessa Tavares de; CORREIA, Divanise Suruagy; MARTINS-FILHO, Paulo Ricardo; SANTOS, Victor Santana (2020). The need to strengthen Primary Health Care in Brazil in the context of the Covid-19 pandemic. *Brazilian Oral Research*, v. 34. <https://doi.org/10.1590/18073107bor-2020.vol34.0047>.
- TEIXEIRA, Maria Glória; MEDINA, Maria Guadalupe; COSTA, Maria da Conceição; BARRAL-NETTO, Manoel; CARREIRO, Roberto; AQUINO, Rosana (2020). Reorganização da atenção primária à saúde para vigilância universal e contenção

da Covid-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. v. 29. n. 4. <https://doi.org/10.5123/s167949742020000400015>.

VERHOEVEN, Veronique; TSAKITZIDIS, Giannoula; PHILIPS, Hilde; VAN ROYEN, Paul (2020). Impact of the Covid-19 pandemic on the core functions of primary care: Will the cure be worse than the disease? A qualitative interview study in Flemish GPs. *BMJ Open*. v. 10. n. 6. e039674. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2020-039674>.

# O que é racismo superestrutural?

## *What is superstructural racism?*

Jônatas Corrêa Nery<sup>a</sup> 

**Resumo** Este artigo tem como objetivo resgatar a compreensão sobre a natureza superestrutural do racismo como elemento que compõe a totalidade social e, portanto, legitimador da estrutura violenta da exploração capitalista, tanto em sua fase de acumulação primitiva quanto na de consolidação. Para tal, a incursão apresenta uma compreensão acerca das classes sociais e o seu conteúdo teórico-sócio-histórico, bem como uma apresentação teórico-histórica da fundação da raça como elemento classificador e diferenciador humano. Esse resgate torna possível identificar o que seria, para Marx, a base ontológica do conhecimento da sociedade e a sua relação com a superestrutura, numa relação dialética de totalidade, identificando o racismo como *superestrutural*.

**Palavras-chave** Classe. Raça. Racismo superestrutural. Racismo estrutural. Racismo.

**Abstract** *This article aims to rescue the understanding of the superstructural nature of racism, as an element that composes the social totality and, therefore, legitimizing the violent structure of capitalist exploitation, in its primitive accumulation phase and in that of its consolidation. To this end, the incursion presents an understanding of social classes and their theoretical-socio-historical content, as well as a theoretical-historical presentation of the foundation of race as a human classifying and differentiating element. This rescue makes it possible to identify what would be, for Marx, the ontological basis of knowledge of society and its relation with the superstructure, in a dialectical relationship of totality, identifying racism as superstructural.*

**Keywords** *Class. Race. Superstructural racism. Structural racism. Racism.*

## INTRODUÇÃO

Sempre que debatida, a questão racial encontra seus caminhos históricos e análises teóricas sobre a sua forma e o seu conteúdo. A história, de maneira geral,

---

<sup>a</sup> Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021), Mestre em Política Social (2019), bacharel em Serviço Social (2021) e em Ciências Econômicas (2011), ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo. É pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI-UFES). Membro fundador do Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha. Integrante do Movimento Negro Unificado – MNU.

percorre inevitavelmente caminhos similares, o que não acontece, necessariamente, quando se trata das compreensões teóricas de sua natureza. Diferentes teorias foram usadas para explicar o racismo e, dentre elas, o campo marxista insistentemente é acusado de reduzir a questão racial a um mero epifenômeno da infraestrutura, sentença da qual não se comunga nesta incursão teórico-histórica. Diante disso, o objetivo deste trabalho é resgatar a compreensão sobre a natureza superestrutural do racismo, como elemento que compõe a totalidade social e, portanto, legitimador da estrutura violenta da exploração capitalista, na sua fase de acumulação primitiva e na de sua consolidação.

A análise ou a introdução dessa temática na hegemonia do pensamento social brasileiro tem sido tarefa cara aos movimentos sociais negros e aos seus intelectuais há algum tempo. A diversidade das abordagens teóricas sempre foi característica peculiar ao campo das relações sócio raciais; transitou da afirmação racial puramente biológica, passando pela síntese racial culturalista conservadora, pela negação crítico marxista<sup>1</sup> acerca do mito da democracia racial até novamente – e essa foi (embora sutil) profícua – à negação da negação,<sup>2</sup> feita por Hasenbalg (1979). Essa “última”, embora crítica, requer cuidado à aproximação e apreensão, se se pretende uma análise mais alinhada à teoria marxiana.

A interpretação mais recente e relevante<sup>3</sup> sobre a questão racial no Brasil foi elaborada pelo professor Silvio Almeida. No livro *Racismo estrutural* (2019), o autor apresenta uma discussão sobre a natureza do racismo passando pelas principais definições cunhadas ao longo dos estudos sobre as relações raciais para estabelecer o seu conceito de *racismo estrutural*,<sup>4</sup> conjugando economia e política. Leitura que, por sua vez, tem servido de sustentáculo para diversas análises no campo das relações raciais.

---

1 Essa afirmação pode ser negada por alguns autores que indicam que a tese de cátedra de Florestan Fernandes não está estritamente enquadrada no campo marxista.

2 O termo não é utilizado pelo autor, a ideia de “negação da negação” é colocada, pois Florestan Fernandes negou a tese liberal culturalista de Gilberto Freyre e porque Hasenbalg se colocou à negação da tese de Fernandes, fazendo defesa de uma sociologia liberal.

3 Essa afirmação se faz por causa do alcance do referido autor e sua obra. Atualmente está entre os livros mais vendidos no Brasil e tem servido para fundamentação teórica e discursiva em alguns campos do conhecimento. Em relação ao ranking das vendas de livros no Brasil, ver em: <https://rascunho.com.br/noticias/livro-de-djamila-ribeiro-e-o-mais-vendido-no-ano-pela-amazon/> (acesso em 18/10/2022).

4 É importante ressaltar que o conceito “racismo estrutural” não foi cunhado por Almeida (2019) – o próprio autor fala sobre isso em suas entrevistas –, porém, é em seu livro que há um esforço teórico para apreender e detalhar o fenômeno do racismo, defendendo que a sua única forma é o estrutural, sendo as demais formas insuficientes para explicar o fenômeno. Por vezes, são atribuídas a Clóvis Moura ou a Léia Gonzáles contribuições que indicam certa compreensão acerca do racismo estrutural, entretanto, nenhum deles fala abertamente sobre o referido conceito. O que é possível encontrar – isso sim – são elementos que diferenciam a estrutura econômica da forma social do racismo.

Para Almeida (2019, p. 20, grifos meus) “o racismo é sempre estrutural [...] é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [é] manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico [...]”. Nesse contexto, o autor está se opondo a algumas visões funcionalistas da questão racial e utiliza esse argumento para sustentar o conteúdo da sua tese: “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 21). Ao contrário dessa afirmação, Marx (2011) propõe que o concreto é concreto porque é resultado de múltiplas determinações. Dessa forma, o racismo opera como uma das determinações do concreto, porém as relações econômicas têm o primado ontológico e a determinação em última instância do mundo contemporâneo (Netto, 1985). Por isso, a interpretação de Almeida (2019) sobre o mundo capitalista destoa do conteúdo teórico-histórico que se verificou no pensamento social marxiano, embora a teoria do racismo estrutural tenha sido utilizada como conteúdo para sustentar argumentações teóricas do campo crítico marxista.

A forma pela qual se desenvolverá esta exposição vai além do simples refazer do percurso histórico da construção da raça como elemento diferenciador e classificador humano. Ela passará pelo resgate da categoria classe social e pela sua localização histórica, apresentando concomitantemente o surgimento da noção de raça na Europa (brancos em relação a brancos) e a sua posterior utilização pelo pensamento social brasileiro (brancos em relação a negros). De antemão, reitera-se que *não há intenção de analisar* a obra *Racismo Estrutural*, ela foi apresentada aqui apenas como referência de motivação para o resgate da teoria marxiana, como cabedal necessário para apreensão da totalidade social dentro da sociabilidade burguesa, apresentando-se como alternativa de leitura aos que pretendem encontrar pistas no campo marxiano para esse tipo de investigação. Contudo, o final da segunda seção apresentará um diálogo – ainda que breve – com as posições centrais apresentadas pela tese do racismo estrutural.

Com isso, acredita-se ser possível contribuir, ainda que de maneira transitória, com o resgate do ferramental crítico marxista para a análise dos fenômenos sociológicos da sociedade burguesa, haja visto que a raça foi e é utilizada dentro do capitalismo como um instrumento de classe para diferenciar e aprofundar de forma “legitimada” uma exploração capitalista mais profunda do que em outras partes do mundo contemporâneo.<sup>5</sup>

---

5 Lukács (2020) percebe que as teorias raciais como ciência, fundamentadas na biologia, porém como ferramenta reacionária e conservadora da nobreza feudal, em pouco tempo deixou de ser algo sustentável pela própria imposição das transformações materiais. Porém, se conectou

## A CLASSE SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

A classe social<sup>6</sup> deve ser apreendida em diferentes níveis de abstração para estar coerente ao método analítico marxiano. Nesse caso, ela se apresenta como uma classe histórica, ao mesmo tempo em que como uma categoria analítica, fruto da depuração daquela primeira, para análise e reconstrução da realidade.<sup>7</sup> A utilização de outra forma que não compreenda as duas dimensões se afasta de uma leitura de totalidade. Por isso, e para compreender o movimento da construção e reprodução das classes sociais será necessário recorrer à história.

Com a consolidação do capitalismo, a partir da primeira Revolução Industrial, que se deu ao passo de muitos anos, as novas formas de relações que se estabeleciam no mundo do trabalho e na realização da vida concreta modificaram radicalmente a vida das pessoas. O modo de produção feudal foi se esgotando, não atendendo mais às demandas de todas as pessoas como outrora foram estabelecidos os laços tradicionais de fidelidade entre senhores feudais e servos; muitas passaram a fugir das terras do seu soberano, devido às condições precárias de vida, bem como outras tantas foram expulsas das terras, devido à pouca capacidade de alguns senhores de sustentarem condições econômicas suficientes para manter a vida de tantas pessoas. Delineou-se a partir de então a formação de uma burguesia, e estes

[...] eram forçados, em cada cidade, a se unir contra a nobreza rural a fim de salvar sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram as diversas cidades a conhecer outras cidades que haviam defendido os mesmos interesses na luta contra a mesma oposição. Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a classe burguesa. As condições de vida dos burgueses singulares, pela oposição às relações existentes e pelo tipo de trabalho que daí resultava, transformaram-se em condições que eram comuns a todos eles e, ao mesmo tempo, independentes de cada um individualmente. Os burgueses criaram essas condições na medida em que se separavam da associação feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados por

---

adequadamente para uma burguesia que passava a produzir sua ideologia, utilizando a raça como a forma de apropriação da riqueza do mundo colonial.

6 Apresentar a categoria “classe social” requer determinado cuidado, pois há certas divergências dentro do pensamento clássico marxista sobre ela (Ridenti, 2001). Isso se deve ao fato de que Marx não se dedicou a uma análise contida sobre as classes sociais; ao contrário, o fez de forma que se pode concluí-las como categorias transitórias, em formação (Hirano, 1975).

7 Certamente vale uma revisão do método marxiano em *Contribuição à crítica da economia política* (2008), com tradução e introdução de Florestan Fernandes; Além deste, indica-se também o primoroso trabalho do mesmo Florestan Fernandes em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959).

sua oposição contra a feudalidade então em vigor. Com o estabelecimento do vínculo entre as diferentes cidades, essas condições comuns desenvolveram-se em condições de classe (Marx, Engels, 2007, p. 63).

Nesse ínterim, ocorre concomitantemente a busca de comercialização de produtos diversos, além da relação de produção que existia dentro das próprias regiões do domínio de um senhor. Essas relações vão se generalizando e aquelas pessoas, outrora expulsas, passam a se agrupar em um mesmo local, em cada região, geralmente protegido por fortificações, pois ali os seus habitantes se dedicavam à comercialização e à produção artesanal. Os burgos, portanto, foram estabelecidos e, com eles, uma classe incipiente (embora ainda indivíduos que viviam da manufatura) que começava a se opor à forma de realização da vida como era dentro do sistema feudal.

Assim, aos poucos, a forma de se relacionar com o mundo começa a ser compartilhada nas suas mais diversas formas: na crença, na vestimenta, na estética, na economia, na ética e nos demais valores. E, uma vez transformada a forma pela qual realizavam suas vidas, são estabelecidas novas formas de pensar, ou seja, a economia, a política, a ética e a religião. “Condições idênticas, oposição idêntica e interesses idênticos também tinham de provocar, necessariamente e em todas as partes, costumes idênticos” (Marx, Engels, 2007, p. 63). Esse é o germe, portanto, da classe burguesa.

O resgate histórico do processo de formação e consolidação da sociabilidade burguesa contribuiu para que Marx desenvolvesse o seu materialismo histórico. Para o pensamento materialista,

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. *Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias* e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. *A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu pro-*

*cesso de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico* (Marx, Engels, 2007, p. 93-94, grifos meus).

Marx está se posicionando contrário ao idealismo ratificado por Hegel. Sua investigação o levou a compreender que o conteúdo material histórico, ou seja, a vida real onde as pessoas, pelo intermédio do trabalho, se relacionam com a natureza, não é fruto da reflexão intelectual, mas, sim, do mundo que as pessoas experimentam e modificam, modificando também a si mesmas. E é justamente essa base material (sociedade civil) e as representações produzidas pelos humanos que constituem uma superestrutura. Juntas, compõem a totalidade social. Assim, há uma “[...] determinação de que as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas” (Netto, 1985, p. 31).

Essa sentença, evidentemente, é indicada com o devido cuidado,

não se trata, como sempre quis o marxismo vulgar, de reduzir a teoria social de Marx a uma teoria fatorialista, com o primado do “econômico”; nada disto: o primado ontológico da economia, que funda a teoria social moderna, descoberta por Marx, opera no interior de uma estrutura teórica que produz um objeto (teórico) para reproduzir o objeto real na perspectiva da *totalidade* (Netto, 1985, p. 31).

É esse mesmo caminho teórico que percorre Marx ao dizer que

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na *Economia Política* (Marx, 2008, p. 47, grifos meus).

E continua a discorrer em sua descoberta revolucionária:

A totalidade dessas relações de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a *base real sobre a qual se eleva uma superestrutura* jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Assim,

a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal *superestrutura*. Quando se consideram tais transformações, convém sempre distinguir a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (Marx, 2008, p. 48, grifos meus).

Vê-se, portanto, que resgatando a história, analisando o movimento do real concreto difuso, Marx, diferenciando-se dos clássicos do pensamento econômico, formula categorias analíticas que permitem depreender as determinações materiais, às quais o indivíduo social está submetido no processo de produção e reprodução da vida material. Assim, o autor chega a uma apreensão possível dentro das ciências sociais que, embora genérica, não é de forma alguma a-histórica.

[o] método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 2011, p. 54).

E ratifica o consagrado sociólogo brasileiro:

Foi um dos grandes méritos de Marx ter posto isso em relevo, ao debater os problemas metodológicos da economia [...]. Segundo indica explicitamente, a análise proporcionaria às ciências sociais um equivalente da experimentação.

Seus resultados é que permitiriam reproduzir o concreto através do pensamento e explicar a realidade de forma sintética. Essa formulação ainda hoje é atual. Apenas se poderia acrescentar que o processo de síntese e amplificação envolve um novo nível de abstração e de generalização. As evidências empíricas deixam de ser relacionadas aos universos empíricos restritos, por intermédio dos quais elas são descobertas e selecionadas, para serem referidas, *in genere*, aos fenômenos cujas propriedades e estados elas caracterizam tipicamente (Fernandes, 1997, p. 54).

Assim, Marx chega a conclusões que Hegel não conseguiu: os seres humanos constroem a história a partir de suas relações com o mundo material e entre si, e dessas relações passam a construir, dialeticamente e de forma indissociável, uma gama de representações ideológicas. Assim, a *estrutura* e a *superestrutura* compõem a *totalidade* como categoria central, como indica Netto (1985).

O caminho percorrido até aqui sobre a construção da classe social, suas determinações sócio-históricas e a compreensão teórico-metodológica de Marx sobre a sociabilidade burguesa permitirá perceber que, dentro desse mesmo processo de formação e transformação do mundo material, surgia a ideia de raça (superestrutura) como um instrumento utilizado pela nobreza feudal na tentativa de legitimar a sua manutenção como classe dominante frente ao avanço da burguesia como classe insurgente.

## O SURGIMENTO DO CONCEITO “RAÇA”

As teorias raciais surgiram simultaneamente ao próprio movimento de delimitação das classes sociais na Europa e se consolidou como pensamento científico (racismo científico) apenas no século XIX (Schwarcz, 1993), e, embora a raça já não seja aceita dentro do pensamento científico como conceito válido para diferenciação e classificação humana, “[ela] não se esgota no domínio das ciências biológicas, possivelmente daí derivando sua persistência e dos significados a ela associados através dos tempos” (Maio, Santos, 1994, p. 173).

Desse modo, a raça<sup>8</sup> é compreendida como “[...] um artefato histórico e social, isso sem negar que o mesmo conceito esteja se transformando em princípio condutor da formação de categorias e grupos sociais significativos” (Schwarcz,

---

8 Utilizaremos o termo “questão racial” em detrimento do *étnico-racial*, pois, dessa forma, expõe como historicamente foi utilizado pela ciência, no Brasil e no mundo, obrigando a uma reflexão crítica sobre o passado e o presente.

2006, p. 289). Ou seja, a “[...] raça apresentada sempre como uma categoria biológica natural é na realidade uma categoria político-ideológica” (Munanga, 2010, p. 8).

Foi no epicentro das transformações sociais ocorridas na Europa, no século XVIII, que observa-se as primeiras manifestações de superioridade de uma raça sobre outra. A teoria formulada por Boulainvilliers, um conde francês, enfatizava que a nação deveria ser dividida entre a nobreza, com direito à condução política da nação e os outros, que seriam comandados; apenas a nobreza era de fato descendente dos conquistadores gauleses, diferentes das pessoas de origem franca, que eram estranhos e bárbaros. Essa foi uma das maneiras encontradas pela aristocracia feudal para alegar o direito legítimo às terras, conquistadas à força e para contestar o avanço político da burguesia ascendente (Arendt, 2009).

Desde então, os movimentos das transformações sociais da Europa suscitaram o emprego da biologia como fundamentação comparativa, no campo da filosofia ou da sociologia, para fundamentar as requisições reacionárias em relação ao avanço da burguesia revolucionária. Isso não significa dizer que é um problema da própria biologia como ciência. A verdade é que as transformações radicais ocorridas colocaram à mostra a luta de classes, apresentando métodos pseudobiológicos como instrumentos para combater a insurgente concepção de progresso (Lukács, 2020, p. 577).

“É dessas lutas que brota a teoria das raças” (Lukács, 2020, p. 578). O estrato nobiliário defendia justamente a desigualdade entre os homens, porque para eles, a desigualdade é nada mais do que a representação jurídica de uma condição natural, ou seja, é um “fato natural” que as instituições não podem presumir romper sem que, com isso, suprima também os mais dignos valores da humanidade (Lukács, 2020).

Essa leitura foi de fato creditada pela nobreza francesa ao ponto de criarem

[...] uma espécie de *Internationale* da aristocracia de origem bárbara” e, como a nobreza alemã era a única da qual se podia esperar uma eventual ajuda, não hesitou em identificar a origem da nação francesa com a dos alemães. Assim, segundo ele, as classes inferiores da França, embora já não fossem escravas, não eram livres por nascimento, mas por *affranchissement*, ou seja, pela graça daqueles que — estes sim — eram livres por nascimento: a nobreza. Alguns anos mais tarde, os exilados franceses realmente tentaram organizar uma *Internationale* de aristocratas para estrangular de antemão a revolta daqueles que desprezavam, considerando-os um grupo estrangeiro escravizado (Arendt, 2009, p. 193).

O pensamento racial avançou com as elaborações do também francês conde Gobineau, que desenvolveu a ideia pessimista que indicava a existência de raças puras e não puras, prevendo com isso, inclusive, a decadência das nações e a própria extinção da raça humana (Schwarcz, 1993; Arendt, 2009; Losurdo, 2009; Lukács, 2020). Em resumo, é possível indicar que

As mudanças sucessivas da teoria das raças são determinadas pelas lutas de classes, em parte pela maior ou menor influência que a reação feudal ou semifeudal obtém no desenvolvimento marcado por crises da democracia burguesa, e em parte pela demanda ideológica que a burguesia reacionária, convertida agora em antidemocrática, sente de apoiar-se politicamente nos resquícios da época feudal e de, com isso, apropriar-se de elementos de sua ideologia (Lukács, 2020 p. 579).

O racismo científico foi construído por muitos teóricos e escolas de pensamento. De maneira geral estavam situados dentro do campo poligenista ou monogenista. A chave teórica que amorteceu a disputa pela hegemonia entre os dois foi o lançamento revolucionário de Charles Darwin [1809-1882], *A origem das espécies*, em 1859. Essa obra permeou praticamente todos os campos do pensamento. Contudo, vale a ressalva: embora a teoria de Darwin seja costumeiramente ligada ao racismo científico, esse mérito é devido principalmente ao seu primo Francis Galton [1822-1911]<sup>9</sup> (Tort, 2000). A eugenia de Galton preconizava a existência de raças puras e misturadas e a inexorável incompatibilidade entre elas. Para ele, existiam os grupos “não degenerados e o degenerado: os bem-sucedidos, limpos e puros e os sujos e impuros. Logo, a saída para o melhoramento dos homens estava na extinção dos ‘degenerados’ da sociedade” (Góes, 2015, p. 37).

No Brasil, o pensamento social brasileiro do final do século XIX, até aproximadamente o início do segundo quarto do século XX, era pautado na biologia e propagado com certa excitação intelectual. Um exemplo clássico é o pensador social racista Oliveira Vianna [1853-1951], que ratifica em seu livro *Evolução do povo brasileiro*:

Ninguém, hoje, que esteja ao corrente das idéias mais recentes trazidas ao patrimônio da cultura universal pela geografia, pela anthropologia, pela critica histórica, crê mais na hypothese de que possam existir grupos humanos identicos,

---

<sup>9</sup> Segundo Del Cont (2008, p. 202), Darwin evitou ao máximo em *A origem das espécies* expandir abertamente o conceito aos seres humanos. O fez apenas depois do lançamento de Galton, que teve grande repercussão.

por mais affins que eles sejam. Cada agregado humano é hoje, para a critica contemporanea, um caso particular, impossivel de assimillação integral com qualquer outro agregado humano (Vianna, 1938, p. 33).

Prossegue o autor, com otimismo, acerca da questão da raça no Brasil:

Os elementos inferiores que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos, a) pela situação estacionaria da população negra; b) pelo aumento continuo dos affluxos aryanos nestes ultimos tempos; c) por um conjunto de selecções favoráveis selecções, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundida superior aos homens das outras raças (Vianna, 1938, p. 206).

É evidente que existiram diferentes compreensões sobre a mistura de raças. Algumas preconizavam a miscigenação racial enquanto outras a condenavam; apontavam que no processo de miscigenação a raça branca superaria a negra; noutras havia a discussão se a mistura geraria sujeitos “válidos” ou se degenerados (Munanga, 1999). Entretanto, o consenso entre elas era sobre a raça negra ser inferior à branca e isso indicava um problema para o Brasil (Seyferth, 1989). A questão ganhou atenção particular porque “[...] o Brasil era a maior colônia do Novo Mundo e a única em que a proporção de pretos era superior a 50 por cento” (Skidmore, 1976, p. 45).

O importante aqui é salientar que o surgimento da raça se inicia na Europa e com um objetivo específico. Afinal, as transformações do mundo material fizeram com que a aristocracia procurasse uma forma supostamente legítima de reivindicar o seu lugar de classe dominante. Ou seja, as transformações fizeram a raça surgir como um instrumento para tentar legitimar a dominação da nobreza feudal que estava sendo desconstruída.

Esse processo ocorre de modo similar no Brasil. O surgimento da questão racial<sup>10</sup> no país pode ser situado ao final do século XIX (Seyferth, 1989; Guimarães, 2003). Foi nesse período e com o quase total estrangulamento do sistema escri-

---

10 Ao contrário do que entende o senso comum, a exploração negra nem sempre esteve pautada em critérios raciais, inicialmente a explicação e a legitimidade se apoiava no pensamento religioso cristão católico.

vista que o pensamento social brasileiro passa a se questionar sobre qual seria a composição racial do país.<sup>11</sup>

O que estava em jogo, neste debate intelectual nacional, era fundamentalmente, a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo [porém] Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço (Munanga, 1999, p. 52).

Além disso, surge um assombramento sobre a Revolução Haitiana.<sup>12</sup> Então, se apresentam duas questões: 1) a única raça que poderia – segundo as teorias racialistas – promover o desenvolvimento econômico era a branca; e 2) surgiu um medo enorme de os negros brasileiros compreenderem as possibilidades de revolta e matarem os escravizadores. Foi nesse contexto que, em 1933, Gilberto Freyre lança a obra *Casa-Grande e Senzala* que pode ser considerada uma síntese racial culturalista conservadora que, por fim, serviria como uma espécie de consolidação da identidade nacional e da sua relação racial idealista. Ela consolidou o que ficou conhecido como “O mito da democracia racial”.<sup>13</sup> Contudo, quando se presta ao exame contido da obra é possível situar as mais diversas formas de racismo e violências raciais.

A obra de Freyre é fundamentada em escritos de viajantes e leigos que poderiam dar pouco ou quase nada de válido ao exame racial. O que ocorreu em *Casa-Grande e Senzala*, na verdade, foi a consolidação de mitos. Para o autor, o português tinha uma habilidade quase natural para empreender a miscigenação:

- 
- 11 Guimarães (2003, p. 11) faz importante ressalva quanto a essa questão. Diz o autor que “O racismo brasileiro [...] não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão; foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiam às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café. Quem não se lembra do temor de Nina Rodrigues ao ver se desenvolver no Sul uma nação branca, enquanto a mestiçagem campeava no Norte?”.
- 12 Muitos autores tratam sobre a questão do medo da elite brasileira de que o país se tornasse um novo Haiti. Trabalho que pode dar informações iniciais sobre esse fato histórico é o de Washington Nascimento (2008)..
- 13 A expressão surge tardiamente na obra de Gilberto Freyre. Na verdade, ela esteve constantemente presente nos espaços negros organizados e de intelectuais negros. Inicialmente apareceu – grosso modo – como menção ao exemplo de relações raciais pacíficas, noutras, adiante, como denúncia (Guimarães, 2001)

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo (Freyre, 2006, p. 66).

Em síntese,

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (Freyre, 2006, p. 69).

Nessas passagens, o autor faz grande esforço para sistematizar algumas leituras que já existiam no imaginário brasileiro: 1) a de que embora existisse escravização no Brasil, ela não era violenta; e 2) a de que a violência existia em momentos específicos, quando as pessoas negras não sabiam o seu lugar.

A crença de um Brasil não violento e mestiço data já do início do século XVIII, e é possível encontrá-lo no texto do padre jesuíta André João Antonil [1649-1716], em 1711. Nele, o religioso diz que no Brasil as pessoas negras eram tratadas com paternalismo senhorial, pois os escravizados ganhavam a confiança daqueles “senhores” e, por isso, eram tratados com consideração (Santos, 2014, p. 178).

Essa foi a marca do exercício freyriano para consolidar a ideia de uma democracia racial no Brasil. Mais do que o exercício de apresentar as escolas raciais e suas características específicas, a tarefa é sempre perceber o contexto no qual esses debates estão acontecendo. No caso de *Casa-Grande e Senzala*, a compreensão

racial baseada na biologia já passava por rejeição; e o país havia passado por um processo de libertação oficial no qual submeteu as pessoas negras a situações de total desamparo e, por isso, as organizações negras, com seus mais diversos movimentos, passavam a se organizar em protesto (Fernandes, 2017).

O debate sobre a identidade nacional estava se consolidando e a ideia romantizada de uma nação sem racismo e sem violência racial, portanto, foi propagada ao mundo por essa obra. Esse é o pano de fundo em que, mais uma vez, as transformações materiais implicaram a cultura e a produção do conhecimento. Contudo, ela não passou pela história sem a crítica.

Florestan Fernandes, com sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964, questionou a tese freyriana. O trabalho de Fernandes é uma obra complexa e extensa. Ela foi resultado de muitos anos de pesquisa junto ao seu professor Roger Bastide [1898-1974], da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Parte significativa dos dados utilizados no trabalho derivaram de pesquisas realizadas ainda ao final da primeira metade do século XX.

Florestan Fernandes utilizou uma metodologia que tratou como interdisciplinar. Dizia:

A nossa tentativa buscava render conta de uma *realidade histórica*. Isso envolvia: 1º) uma compreensão das relações recíprocas entre passado, presente e futuro [passado \_\_ presente \_\_ futuro], o que obriga a combinar pesquisa de campo com pesquisa de reconstrução histórica, através de um foco de referência que permitia partir das percepções e explicações cognitivas dos sujeitos com os anseios de transformação da realidade (por exemplo, associação da observação participante ao estudo de caso da lei Afonso Arinos). *Portanto, o alvo cognitivo maior não era reproduzir as situações grupais como “situações de laboratório”.* *Ele consistia em reproduzir o concreto a partir das experiências dos agentes das experiências humanas observadas;* 2º) *uma abordagem interdisciplinar* que tinha como premissa a fusão de micro e macro, economia, personalidade, cultura e sociedade, compreendidas em suas relações recíprocas (o que exigia que explicações históricas, econômicas, sociológicas, psicológicas e antropológicas fossem exploradas simultaneamente, embora convertendo-se o ponto de vista sociológico em foco de unificação conceitual e de definição dos problemas básicos) (Fernandes, 1989, p. 100-101, grifos meus).

O relevante no caso da tese de Fernandes foi a indicação da questão racial que era até aquele momento, de certa forma, negada por intelectuais cujas ideias

eram hegemônicas dentro do pensamento social brasileiro. Com sua pesquisa e o rigor que adquiriu com o aprofundamento do estudo na teoria social de Marx, conseguiu depurar os dados e encontrar as determinações essenciais da sociedade brasileira a ponto de desdobrar tendências no que concernia às relações raciais no país, a partir do estado de São Paulo, que naquele momento representava a amostra marcante do desenvolvimento capitalista no Brasil, como o próprio autor indicou.

Esse desdobramento analítico, com tendências identificadas a partir das constatações dos movimentos históricos, foi criticado por Hasenbalg (1979) em seu livro, produto da tese de doutorado. Nele, Hasenbalg (1979) apresenta críticas à produção de Florestan Fernandes. Entretanto, logo em sua apresentação, Hasenbalg já demonstra a sua percepção da sociologia e passa a indicar sua afeição à sociologia compreensiva. Ele diz que a

[...] sociologia, futurologia e a engenharia social constituem vocações nitidamente separadas. É por esses e outros motivos que, neste livro, *não se propõem curso de ação específicos para mudar a situação social do negro brasileiro*, nem são feitos prognósticos sobre a evolução futura das relações raciais no Brasil (Hasenbalg, 2005, p. 17, grifos meus).

A crítica de Hasenbalg pode ser caracterizada como uma crítica exógena. Ela está situada fora do campo da teoria marxiana, uma vez que não há relação com as categorias marxianas e o seu campo metodológico. Da mesma forma, é possível à esta altura concluir que a leitura de *racismo estrutural*, proposta por Almeida (2019), desconsidera as descobertas marxianas no que tange à matriz ontológica do ser social, como lembra Netto (2011). Portanto, recorrendo à história e com vistas à análise metodológica proposta por Marx, é possível concluir o racismo como um artefato ideológico (superestrutura), justificador da violência da exploração capitalista.

Não há dúvidas sobre a importância da proposta de Almeida (2019) para a propagação e o aprofundamento do debate. O próprio autor aponta seu acréscimo no que concerne às compreensões de racismo individual e de racismo institucional. Faz isso resgatando, inclusive, a fundação da raça, da mesma forma que propõe Schwarcz (1993), porém não apresenta diferenciações categoriais fundamentadas entre a Política e a Economia, desconsiderando, implicitamente, o acúmulo consolidado dentro do campo marxista, pois para Marx – embora tanto a Política quanto a Economia componham a totalidade social – elas não são as mesmas coisas e não se confundem entre si.

O livro até propõe em certo momento a discussão sobre raça e classe, indicando não haver dilema entre elas. Esse exercício indica certa preocupação em dialogar com o campo marxista, porém, o faz utilizando, justamente, Louis Althusser [1918-1990], um marxista estruturalista, que advoga um marxismo em que fenômenos, tal qual o racismo, são lidos como epifenômenos da infraestrutura, mero reflexo do econômico. Atualmente, é consenso de que essa interpretação se coloca distante dos estudos dialéticos de Marx (Ridenti, 2001). Dessa forma, utilizar Althusser representa uma contradição dentro da própria proposta da tese do *racismo estrutural*.

Nesse sentido, as contradições internas, do livro – considerando sempre a teoria marxiana –, apresentam-se em diversas partes. Para o autor “o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (Almeida, 2019, p. 67).

Essa é uma afirmação absolutamente correta se relacionada a Marx. Porém, afirmar que ora o racismo é ideologia e, noutra, estrutura, apresenta imprecisão acerca do conceito cunhado pelo autor, pois – como foi dito anteriormente – a estrutura é justamente o meio social no qual se estabelece a enorme base de relações materiais dessa sociedade, onde surge dialeticamente uma grande superestrutura, as formas de consciência, dentre as quais o racismo. Por sua vez, de forma geral, ele representa uma das faces da ideologia dominante, que, portanto, é sempre a ideologia da classe dominante, e passa a ser reproduzida coletivamente, inclusive por indivíduos não brancos, mas sem o ganho material que as primeiras obtêm.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência e a complexidade do tema fizeram com que as aproximações e contribuições aqui realizadas fossem respaldadas sempre que possível pelo pensamento de Marx e de outros pensadores que fizeram resgate histórico significativo no que tange à reconstrução histórica da raça. O resultado foi a percepção de elementos indissociáveis: 1) o pensamento de Marx apresenta contribuições fundamentais acerca do mundo capitalista; 2) mesmo a análise da raça como artefato sócio-histórico não foge à matriz teórico-metodológica do materialismo se se fizer uma escolha pelo campo marxiano; não é um elemento exógeno, pois está determinada e orientada pelo capital.

Ou seja, a afirmação de Almeida, de que o “racismo é sempre estrutural” porque dá “o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 21), situa-se em algum campo da análise sociológica que se associa mais ao campo

culturalista, fugindo do materialismo histórico de Marx. Na análise de Almeida (2019), a dialética permanece de cabeça para baixo.

Concomitantemente às transformações do mundo europeu, no processo de acumulação primitiva do capital, existia a escravização negra. Por vezes, embora existisse a dominação já desde o processo de colonialismo endógeno, em Portugal, a dominação tinha como instrumento a violência (artifício material coercitivo) e a religião cristã católica (superestrutura) como justificativa inicial. Portanto, o escravismo negro começa no bojo das transformações sociais, em geral, no continente europeu e sustentado sob a insígnia da fé. Essa era a justificação ideológica (superestrutura) que sustentava a dominação violenta e a perpetuava, garantindo a acumulação material da Europa (acumulação primitiva).

O que fica por trás dessas mudanças é a dedução de como as transformações das relações sociais, ou seja, da sociedade entre si e em relação à natureza, faz surgir consigo formas de justificar no campo das ideias, nas ideologias, elementos do novo processo de dominação de uma classe sobre a outra. Portanto, a raça surge como parte da forma de justificar a dominação; porém, ela não é exclusiva. À lógica do mundo contemporâneo importa pouco a justificação. Vale, na verdade, se impor de tal forma, que a própria classe dominada assuma e ou reverbere os valores justificadores da dominação, da violência e da exploração.

Percebe-se, portanto, que o mundo contemporâneo é composto por uma totalidade social, com uma matriz ontológica (infraestrutura) e as suas representações ideológicas (superestrutura). Isso não é economicismo. Indica apenas uma análise teórico-social que recusou reduzir-se ao idealismo. Dessa forma, alinhado ao pensamento marxiano, é possível dizer que o racismo, dentro da sociabilidade burguesa, é transitoriamente *superestrutural*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- ARENDT, Hannah (2009). *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DEL CONT, Valdeir (2008). Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>
- FERNANDES, Florestan (1959). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. v. 1. São Paulo: Nacional.
- FERNANDES, Florestan (1989). *A integração do negro na sociedade de classe: o legado da 'Raça Branca'*. São Paulo: Ática.

- FERNANDES, Florestan (1997). A reconstrução da realidade nas ciências sociais. *Revista Mediações*. Londrina, v. 2, n. 1, p. 47-54.
- FERNANDES, Florestan (2017). *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.
- FREYRE, Gilberto (2006). *Casa grande & senzala*. São Paulo: Global.
- GÓES, Weber Lopes (2015). *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (2001). Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-62.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107.
- HASENBALG, Carlos Alfredo (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- HASENBALG, Carlos Alfredo (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HIRANO, Sedi (1975). *Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LOSURDO, Domenico (2009). *Nietzsche: o rebelde aristocrata: biografia intelectual e balanço crítico*. Rio de Janeiro: Revan.
- LUKÁCS, Georg (2020). *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (1994). O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 173-5. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701994000100017>
- MARX, Karl (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007). *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2008). *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.
- MUNANGA, Kabengele (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Rio de Janeiro.
- MUNANGA, Kabengele (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 12, p. 169-203.
- NASCIMENTO, Washington Santos (2008). “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791- 1840).

- Dimensões*, Vitória, n. 21, p. 125-42. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2486/1982> (acesso em 04/12/2022).
- NETTO, José Paulo (1985). “Introdução”. In: MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global.
- NETTO, José Paulo (2011). *Introdução aos estudos do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- RIDENTI, Marcelo (2001). *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Sérgio Pereira dos (2014). *Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012*. Tese (Doutorado). Vitória: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2006). A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 287-92. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100015>
- SEYFERTH, Giralda (1989). *As ciências sociais no Brasil e a questão racial*. Cativoiro e liberdade: seminário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Cativoiro & Liberdade.
- SKIDMORE, Thomas Elliot (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra.
- TORT, Patrick (2000). Darwin lido e aprovado: últimas reflexões sobre a antropologia darwiniana. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, p. 109-22. [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/comentario6Comentario%201.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario6Comentario%201.pdf) (acesso em 04/12/2022).
- VIANNA, Francisco José de Oliveira (1938). *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

# Desenrolando os fios da repressão estatal: sentidos e efeitos do “fim da cracolândia”<sup>1</sup>

*Unraveling the threads of state repression: meanings and effects of the “end of cracolândia”*

Tiago Magaldi<sup>a</sup>  e Fernanda Kagan Mallak<sup>b</sup> 

**Resumo** O artigo analisa os sentidos e os efeitos da situação definida pela ação repressiva organizada pelas gestões Dória e Alckmin, com o intuito de “pôr um fim na Cracolândia”. Partindo da teoria da ação, bem como dos estudos urbanos, analisamos as categorias “combate ao tráfico”, “revitalização da região” e “assistência de saúde”. Separamos analiticamente os feixes de ações relativos a cada uma das categorias encontradas no discurso e na prática dos agentes, destrinchando o seu sentido. Concluímos que, apesar de não se tratar apenas de uma ação economicamente orientada, visando produzir valores imobiliários, esse objetivo hegemoniza e conduz o complexo de ações posto em marcha pelos agentes estatais.

**Palavras-Chave** Cracolândia. Ação Policial. Especulação Imobiliária. Guerra às drogas. Saúde.

**Abstract** *This paper analyses the meanings and effects arising from the situation defined by the repressive action organized by the Dória and Alckmin administrations, with the declared intention of “putting an end to Cracolândia”. Based on the theory of action and the urban studies, we take this situation to analyse the categories named by “fight against trafficking”, “revitalization of the region” and “health care”. We analytically separate the bundles of actions related to each of the categories found in the agents’ discourse and practice, unveiling their meaning. We concluded that it was not only an economically oriented action, but this objective hegemonizes and conducts the complex of actions set in motion by the state agents.*

**Keywords** *Cracolândia. Law enforcement. Real estate speculation. War on drugs. Health care.*

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradecemos aos pareceristas anônimos da Plural, cujos comentários muito contribuíram para o refinamento do argumento.

a Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e membro do Laboratório de Estudos do Trabalho e Mobilidades (LESTM) da mesma instituição. E-mail para contato: [tmgranato@gmail.com](mailto:tmgranato@gmail.com)

b Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), mestra em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail para contato: [fernandakmallak@gmail.com](mailto:fernandakmallak@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

*Todos somos como el jugador de ajedrez: si no supiera qué consecuencias pueden resultar de una jugada con un grado de probabilidad prácticamente suficiente, el juego sería imposible; pero lo sería también si esa previsión pudiera llegar todo lo lejos que se quisiera* (Simmel, Intuición de la vida. Cuatro capítulos de metafísica, 2004).

Localizado no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, o território denominado como “Cracolândia” é alvo de constantes conflitos e disputas desde o seu surgimento, em meados da década de 1990. Se de um lado, seu advento está relacionado à degradação da região central da cidade, foi-nos possível observar, ao longo dos últimos anos, uma retomada nos investimentos públicos e privados, tanto na cena cultural (Pinacoteca, Sala São Paulo, Teatro de Dança) quanto na “revitalização urbana” que anunciou a “transformação da Cracolândia” na “Nova Luz” (Rizek, 2011).

Certa narrativa frequente coloca a “Cracolândia” como um espaço resumido em compra, venda e uso do crack. No entanto, assim como William Foote Whyte classicamente apontou, “há algo de errado nesse quadro: nele não há seres humanos” (Whyte, 2005, p. 20); analogamente, poderíamos dizer o mesmo para a “Cracolândia”. A Cracolândia (sem aspas) é um recorte urbano com uma pluralidade de agentes em constante movimento: moradores, usuários e vendedores de drogas, comerciantes, entidades religiosas, serviços de cuidado e assistência, policiais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG), dentre tantos outros. Dentro da lógica das “soluções” para o “problema”, o “fim da Cracolândia” se tornou pauta dos programas municipais e a cada gestão o objetivo foi atualizado (Fromm, 2017). Desde 2005, com a “Operação Cidade Limpa”, da gestão José Serra (jan./2005 – mar./2006), passando pela “Operação Sufoco”, em 2012, de Gilberto Kassab (mar./2006 – dez./2012), e, por fim, pelas operações da gestão Dória (jan./2017 – abr./2018), as ações estiveram pautadas sobretudo no uso da força policial e na forte repressão.

Neste artigo, analisamos especificamente a ação policial realizada no dia 21 de maio de 2017, no território da “Cracolândia”, que toma a cena espetacularizada para a implementação do Programa Redenção, sob a intenção declarada de substituir/extinguir o Programa De Braços Abertos, criado na gestão de Fernando Haddad (jan./2013 – dez./2016).

Após a operação, o então prefeito João Dória relatou em entrevista ao Brasil Urgente que “agora acabou o espaço físico da Cracolândia, agora é Nova Luz [...]”.

Essa área terá uma reurbanização completa, nós vamos inclusive demolir essas antigas pensões, esses hotéis, essas áreas irregularmente utilizadas vão acabar fisicamente, vai ter outra estrutura lá” (Brasil Urgente, 2017). A partir dessa situação, para além das justificativas explícitas, nos perguntamos quais seriam os sentidos que orientaram essas ações e quais efeitos esperavam os agentes governamentais.

Para a descrição do caso escolhido neste artigo, utilizamos reportagens e artigos veiculados em portais de notícias durante e após a ação policial referida, bem como a literatura produzida a partir de abordagens etnográficas (Rui, 2013; Nasser, 2016; Fromm, 2017). Analisamos a situação específica a partir da teoria da ação, buscando imputar às ações o seu sentido visado, isto é, as “conexões de sentido compreensíveis, cuja compreensão consideramos uma explicação do curso efetivo da ação” (Weber, 2009, p. 6), bem como nos apropriamos das contribuições de Pierre Bourdieu acerca da cristalização de sentidos orientadores da ação em diferentes “campos”, sobretudo os campos econômico e político (Bourdieu, 2005; 2009; 2011).

Justificamos este esforço de pesquisa em função da identificação de uma lacuna da literatura no que se refere à descrição densa da perspectiva governamental do “problema Cracolândia”, em que pese a grande qualidade de trabalhos produzidos a partir da perspectiva institucional, dos usuários e moradores do território. Há ainda bastante material produzido acerca da chamada “Operação Sufoco”, e é a partir disso que procuramos compreender as convergências e divergências entre essa operação e a situação em análise.

Nessa perspectiva, procuramos analisar os sentidos das ações estatais que socialmente tomam a forma das categorias nomeadas por “combate ao tráfico”, “revitalização urbana” e “assistência à saúde”, e que orientaram, com diferentes significados atribuídos, as ações dos agentes que compuseram a gestão Dória.

## “COMBATE AO TRÁFICO” E GESTÃO DA VIOLÊNCIA

Dia 21 de maio de 2017, na região da Luz, entre a Alameda Dino Bueno e a Rua Helvétia, na Cracolândia. Um dia comum, considerando as interações do cotidiano que são marcadas pelas mais variadas práticas, no que é nativamente conhecido como “fluxo”: diversas pessoas andando, sentadas e deitadas, conversando, dançando, mas também em um lugar sozinhas e caladas, fumando pedras de crack ou negociando itens (drogas, vestimentas, materiais diversos) em uma espécie de “feira do rolo”.<sup>2</sup> Provavelmente encontraríamos, ao mesmo tempo,

---

2 A descrição do “fluxo” foi incorporada a partir do relato etnográfico de Marina Nasser (2017).

mas a poucos metros de distância, pessoas vestindo coletes e jalecos realizando um trabalho de assistência e cuidado. Veríamos também entidades religiosas em atuação, principalmente ligadas à Igreja Católica e a algumas igrejas evangélicas, que realizam semanalmente um trabalho de assistência social atrelado à evangelização dos usuários, bem como policiais militares e guardas civis metropolitanos, presentes para a execução de um trabalho sistemático no território, seja para a “dispersão dos usuários”, seja para a “apreensão de drogas e traficantes”.

No entanto, esse dia, um domingo, foi marcado por uma cena diferente. Aproximadamente às 6:50 da manhã inicia-se uma grande operação policial, com abordagens, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, balas de borracha e demolição de prédios. A estratégia que orientou a ação dos policiais foi delineada pelo Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (DENARC) e visava, além do desmantelamento das atividades de comércio ilícito de entorpecentes da região (a “feira livre”), o cumprimento de mandados de prisão e de “busca e apreensão” contra supostos traficantes da região. Além de agentes da Polícia Civil, participaram da operação soldados da Polícia Militar, em um total estimado em novecentos homens e mulheres. Pelo menos dois agrupamentos internos especializados da Polícia Civil e um da Polícia Militar participaram da ação: o Grupo de Operações Especiais (GOE) e o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA), ambos da Polícia Civil; e a Tropa de Choque da Polícia Militar. Ao final da operação, cinquenta e três pessoas foram presas – parte delas por mandados já expedidos, e outra parte “em flagrante”.

O próprio governador de São Paulo à época, Geraldo Alckmin, esteve presente em parte da operação, bem como o Secretário de Segurança do Estado, Máximo Alves. Naquele momento, o governador afirmou que o momento da repressão ao tráfico seria apenas o primeiro, e que depois viriam ações referentes aos “cuidados” dos usuários de drogas, como a execução das internações previstas no programa Redenção. Também esteve presente o então prefeito de São Paulo, João Dória, e a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que ali estava para impedir a volta dos usuários de drogas após a ação das polícias estaduais. O prefeito declarou extinta a “Cracolândia”, juntamente com o Programa De Braços Abertos, da gestão do ex-prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, partido que, na cidade de São Paulo, foi um dos principais concorrentes, dentro do campo político municipal, do então prefeito e de seu grupo político.

Em continuidade à operação, no dia 23 de maio de 2017, agentes da Prefeitura iniciaram a demolição de uma antiga pensão na Alameda Dino Bueno. Com o auxílio de uma escavadeira, demoliram a fachada do prédio até que chegaram aos

fundos de um edifício em que ainda havia pessoas morando. As paredes começaram a ruir e o desespero tomou conta da cena. Assim relata Vilma, que estava no edifício no momento da demolição: “a gente saiu gritando para eles pararem, mas um policial falou que não era nada, não, que era para continuar. Só pararam quando a imprensa viu o que estava acontecendo e começou a entrar” (Betim, 2017). Três pessoas ficaram feridas, entre elas o trabalhador autônomo Wellington da Silva, que morava no prédio há um ano e meio e relata que “caiu um pedaço de parede na minha perna, me lesionou e provavelmente vai me trazer sequelas” (Carta Capital, 2017a).

Segundo agentes da Prefeitura, o objetivo das demolições consistia em desarticular uma célula do Primeiro Comando da Capital (PCC), que é apontado como o controlador do tráfico no local. Alegaram também que não sabiam da existência de pessoas residindo no local, que, em tese, deveria estar vazio. Argumentou Marcos Penido, secretário da pasta de Infraestrutura e Obras: “essas pessoas entraram por uma passagem clandestina. Foi uma situação inusitada. Daqui pra frente, tomaremos medidas adicionais para evitar que isso ocorra novamente”. No entanto, os moradores contestam a versão da Prefeitura, alegando que não foram avisados das demolições (Machado et al, 2017).

Após a ação policial, observamos nos relatos dos moradores a perda de referencial de humanidade na forma como foram tratados. Segundo Janaina (moradora e liderança local), a “[...] reclamação é mais pela GCM, porque eles tratam a gente como se a gente fosse nada, não tem nenhum respeito pelos moradores aqui. Os usuários então são tratados como animal, como bicho”. A moradora Naiara expõe que: “eles [polícia] chegam na ignorância, eles chamam a gente de lixo, de imundos. Não é certo, nós somos seres humanos também, nós somos gente”. Verificamos também o controle sobre o próprio território e a impossibilidade de circulação, representada na fala de Janaina “[...] as vezes eles não deixam nem a gente passar, a gente é proibido pela GCM de andar para lá e para cá. Olham a gente de cara feia, é uma discriminação total” (Morais, 2017).

Quando se trata especificamente dos usuários de crack, parte dos discursos midiáticos apresenta-os enquanto corpos destruídos e com quase nenhuma possibilidade de recuperação. O crack é interpretado como uma “epidemia” que afeta diretamente a saúde e a segurança públicas. A figura do usuário de crack é construída a partir de uma articulação entre problema, técnica e saber que:

[...] faz do usuário de crack uma figura herdeira das anormalidades construídas pelos saberes médico e jurídico dos séculos anteriores e justifica técnicas de

intervenção sustentadas na identificação, notificação, segregação e controle. O usuário de crack é, como o anormal foucaultiano, um monstro cotidiano e banalizado. Sua monstruosidade se define por colocar-se entre a lei, como noção jurídica, e as leis da natureza, no domínio jurídico-biológico que permite, por exemplo, a decisão por uma internação compulsória que ancora-se na suposição de que há uma perda da racionalidade e da liberdade humana em função do uso do crack (Aires, 2016, p. 9).

O uso de dispositivos de controle e segregação dos indivíduos “potencialmente perigosos” são acionados na ação policial, que é normalizada por certos setores sociais: em pesquisas de opinião realizadas um mês após a situação aqui descrita, 80% dos paulistanos defendiam a internação à força de usuários de crack, e 60% foram favoráveis à ação policial (Folha de São Paulo, 2017).

Assim, compreendemos o uso da força física como um instrumento específico de que se vale o conjunto dos agentes estatais na intenção de produzir e reproduzir a dominação legítima (Weber, 2009) de parte dos atores que compõem o cenário concreto da “Cracolândia”. Desde 2005, com a “Operação Cidade Limpa”, realizada conjuntamente por agentes do Governo do Estado de São Paulo (gestão de José Serra [jan./2005 – mar./2006]) e da Prefeitura da cidade (gestão de Gilberto Kassab [mar./2006 – dez./2012]), passando pela “Operação Centro Legal” (também conhecida como “Operação Sufoco”) realizada em 2012, e por fim pela operação da gestão João Dória (jan./2017 – abr./2018), os esforços das ações apontam para uma tentativa de produção de uma ordem, com o intuito de dar uma resposta estatal ao “problema” da Cracolândia.

Mas tal formulação acerca da produção da ordem estatal parece insuficiente, quando se pretende uma compreensão mais complexa das ações estatais no território. Em contraponto à noção racional-burocrática do Estado apresentado no esquema weberiano, em que a formação da Cracolândia seria resultado de uma incapacidade de se impor, propõem-se pensar o poder enquanto um “feixe de relações”, deslocando as lentes para o Estado enquanto um conjunto de práticas. Segundo Michel Foucault:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (Foucault, 1979, p. 182).

Veena Das e Deborah Poole (2004), alinhadas ao referencial teórico foucaultiano, sugerem uma leitura do Estado pelas margens, compreendendo-o como centro das práticas em que há simultaneamente “promessas de garantia” e “ameaça”. Com a perspectiva de transcender a discussão binária das fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, as autoras questionam o discurso amplamente difundido de que nesses espaços o Estado não conseguiu impor a sua ordem, propondo que “[...] tais margens em que um quadro diferente do bem comum é acionado não são apenas espaços que o estado ainda terá que penetrar; ao invés, podem ser vistos como *loci* onde o estado é continuamente formado no recôndito da vida cotidiana” (Das, Poole, 2004, p. 23). Nesse sentido, partimos de uma área continuamente reconfigurada e onde o Estado está presente, seja na assistência e gestão das necessidades, ou de forma militarizada, com ameaças, expulsão e exclusão (Das, Poole, 2004).

Apesar das mais variadas tentativas e do uso da força de que se valem os agentes estatais, a Cracolândia real permanece lá, seja enquanto local de moradia, comércio lícito/ilícito, ponto de circulação de mercadorias e pessoas, trabalho social e pesquisa das mais variadas instituições (ONGs, igrejas, universidades), ou ainda um local em que diversos indivíduos e grupos sociais reivindicam outras formas de gestão do espaço, seja o do ativismo comunitário, seja o de grupos violentos interessados no comércio de drogas ilícitas. Nesse sentido fica a seguinte pergunta: como a Cracolândia permanece existindo?

Nasser (2016) propõe uma análise partindo do conceito de campo de gravitação. Segundo ela, “os campos de gravitação se constroem dentro da dinâmica de gestão de população no espaço urbano, que opera segundo a racionalidade da dispersão e da concentração” (Nasser, 2016, p. 66). Verificamos, sobretudo, uma tensão nas formas de gestão do espaço em que, se por um lado, a prática policial atua no sentido de dispersão desses corpos buscando exterminar a territorialidade da Cracolândia, por outro lado, as instituições de cuidado necessitam da concentração das pessoas para que as ações possam executar os programas. Outros autores (Rui, 2013; Magalhães, 2016; Nasser, 2017) apontaram para uma mudança na lógica da gestão estatal na Cracolândia após a “Operação Sufoco” (2012), propiciando o atendimento e cuidado dos usuários a partir dos programas de assistência/saúde concentrados no local em detrimento de ações repressivas com o cunho da dispersão. Ao que tudo indica, a operação realizada em 2017 retoma as práticas de repressão policial e dispersão dos usuários de crack.

Como consequência, verificamos uma relativa dispersão de usuários e moradores, principalmente da Alameda Dino Bueno e da Rua Helvétia, não só aqueles

que se encontravam na rua durante a operação, mas também os que se abrigaram dentro dos edifícios. Os usuários passaram a se concentrar na Praça Princesa Isabel e houve, ainda, forte concentração também nos arredores da Estação Júlio Prestes. O caso demonstra que os confrontos estão submetidos a duas ordens de temporalidade e visibilidade, manifestados em “ações performáticas” e “ações rotineiras” (Rui, 2013). Assim, mesmo após o 21 de maio, o cotidiano na região, temporariamente fora dos holofotes da cena pública, se mantém pautado rotineiramente pelo conflito e pela violência.

### **A “REVITALIZAÇÃO” DA REGIÃO DA LUZ: EFEITOS VISADOS DA AÇÃO POLÍTICA SOBRE O CAMPO ECONÔMICO**

Dentre os discursos de lideranças de movimentos sociais atuantes na região da Cracolândia, havia uma narrativa sobre a “especulação imobiliária” como motor das ações das gestões Dória e Alckmin no território (Garcia, 2018)<sup>3</sup>. Embora o uso apressado de categorias que denotem a ação unívoca de um conjunto indeterminado de agentes seja duramente criticado pela linhagem teórica que seguimos aqui, a afirmação não é totalmente desprovida de potencial analítico, na medida em que propõe uma explicação para a situação analisada enquanto produzida por uma ação economicamente orientada, isto é, orientada para “satisfazer o desejo de obter certas utilidades” (Weber, 2009, p. 37).

Seria plausível imputarmos uma ação economicamente orientada no caso concreto em análise? Estaria correta a denúncia dos ativistas? Se sim, de que maneira ela se referencia? Isto é, quais utilidades, reais ou supostas, orientam as relações sociais entre os agentes estatais envolvidos, de modo que tais ações produzam efeitos na definição da “situação” ocorrida em 21 de maio de 2017?

Em primeiro lugar, pensemos no então prefeito como agente singular e não como representação do conjunto de práticas de sua gestão. Partindo das indicações de Pierre Bourdieu (2011) sobre o que chama de “campo político”, podemos afirmar que as ações de João Dória, enquanto participante desse campo, se orientam no sentido de aumentar o seu capital político, definido como um “capital de reputação” (Bourdieu, 2011, p. 204), isto é, o “volume” de reconhecimento que um agente possui. Esse volume de reconhecimento é determinado por dois conjuntos de agentes, em relação aos quais a ação política se orienta: os outros profissionais da política e os eleitores.

---

<sup>3</sup> A reportagem referida traz a fala do Padre Júlio Lancellotti, vigário episcopal para a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, afirmando a existência de “interesses eleitorais e econômicos” por trás da pura repressão policial à “Cracolândia”.

Enquanto os primeiros efetivamente estruturam o campo político e seus jogos, os segundos, que não são de menor importância, “arbitram” o jogo dos profissionais, sobretudo – diríamos nós, divergindo do sociólogo francês – por meio de eleições<sup>4</sup>. Portanto, se há efetivo interesse do prefeito João Dória na obtenção de “utilidades” econômicas, sua ação deverá orientar-se não pela sua direta produção, mas pelos efeitos que uma posição dominante no campo político poderá ter sobre o volume de utilidades que se possa produzir naquele território. Ao adentrar “a política” definitivamente, as ações de Dória só podem se orientar nos sentidos definidos pela luta por reconhecimento no campo político, na expectativa de que suas vitórias nesse campo tenham por efeito a produção de utilidades, que orientam por sua vez a ação econômica.

É nesse sentido que devemos interpretar o bordão “a Cracolândia acabou”, repetido insistentemente pelo então prefeito desde a primeira hora seguinte à ação policial conjunta do dia 21 de maio de 2017. Não vemos motivo para duvidar da sinceridade do prefeito; não há aqui nenhuma manobra oculta. João Dória desejava ser reconhecido como o prefeito que finalmente acabou com o “problema Cracolândia”, e assim granjear maior capital dentre os eleitores e seus pares. O quadro de pressupostos que conformaram essa finalidade foi socialmente construído pelo ritual eleitoral que o alçou a prefeito de São Paulo.

O campo político – tratado na perspectiva bourdieusiana como tipicamente dominado por políticos profissionais (Bourdieu, 2011) – possui por característica peculiar a concorrência entre diferentes princípios de visão e divisão; a concorrência entre diferentes perspectivas de mundo no que tange às divisões aplicadas pelos agentes na interpretação das disputas percebidas no mundo, tendo por principal efeito no espaço social a imposição dos princípios de visão vitoriosos dentro do campo. Nesse sentido, podemos afirmar que um dos efeitos da eleição de João Dória foi a legitimação, por um dos principais rituais legítimos de concorrência no campo – as eleições –, do princípio de visão e divisão segundo o qual uma cidade “boa” seria o resultado de uma “limpeza”<sup>5</sup>, a partir da qual efeitos positivos na

---

4 A dominância do momento eleitoral no argumento aqui apresentado é matiz particular nosso; Bourdieu (2011) destaca, ao contrário, a predominância do jogo político-burocrático como fundamental: os leigos parecem possuir papel pequeno. Não concordamos com essa ênfase para o caso específico em análise, mas aqui não seria o lugar para desenvolver este tema.

5 Logo no segundo dia de seu mandato como prefeito de São Paulo, João Dória divulgou um programa de zeladoria chamado “Cidade Linda”, que prometia “limpar” a cidade de São Paulo, torná-la “linda”. Como aparentemente a motivação não parece ter sido a de uma manutenção duradoura dessa “limpeza”, podemos afirmar que a ação se orientou pelo desejo de enunciar publicamente o novo princípio de “visão e divisão” da realidade urbana de São Paulo: a “limpeza” contra a “sujeira”.

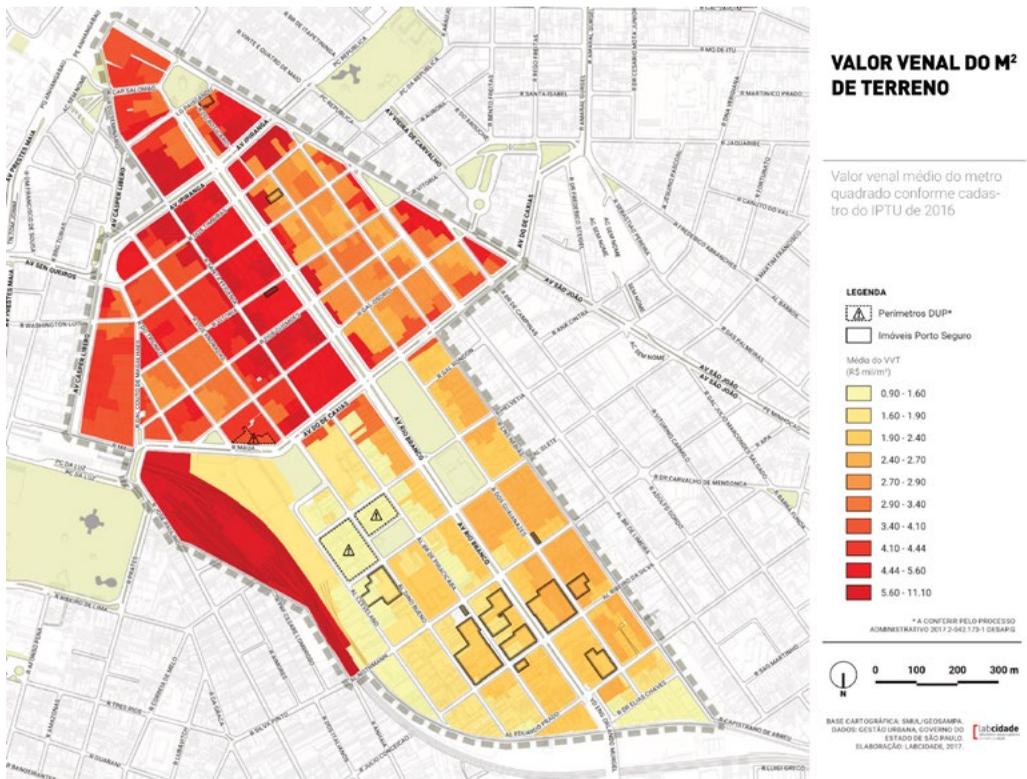
sociabilidade e na economia da cidade seriam consequências naturais (Arantes, 2017). Cidade boa é a cidade limpa; cidade ruim é a cidade suja: essa foi uma das máximas morais que adquiriu vigência com a eleição de João Dória, ainda que não de maneira absoluta (como nunca é, quando se trata de princípios de visão politicamente produzidos); não há lugar para os “feios, sujos e malvados” (Teixeira, Matsuda, 2012) na sua cidade. A ação analisada aqui encontra aí um momento central na cadeia de causalidades que a precedeu, sendo ela própria um fato a explicitar a vigência do discurso legitimado pelas eleições.

A “limpeza” certamente não foi o único princípio de divisão legitimado de orientação das ações do conjunto de agentes que compõem a “gestão Dória”. O então prefeito tratou em seus programas eleitorais de temas-chave na política do país: saúde, educação, segurança e trabalho. De fato, em seus primeiros dias de campanha, buscou resultados imediatos em todas essas áreas (Terenzi, 2018). Mas afirmamos que as categorias “limpeza” e “riqueza” se unem em uma unidade de sentido que nos ajuda a compreender o sentido da ação na Cracolândia: para o conjunto que define a “gestão Dória”, a primeira orienta ações que têm por finalidade tanto o aumento do capital político por sua apresentação em si aos eleitores (“limpeza” de pichações, zeladoria de fontes etc.) quanto por ser um meio para a segunda: segundo esse discurso, uma cidade limpa tende a tornar-se uma cidade rica<sup>6</sup>. Vejamos a plausibilidade sobre a qual ela se apoia, da perspectiva dos agentes estatais.

Se olharmos a cartografia do valor venal do metro quadrado de terreno da região na qual estava inserida a Cracolândia (Figura 1), veremos que ela delimita uma “fronteira” que separa, no sentido econômico, o valorizado do desvalorizado.

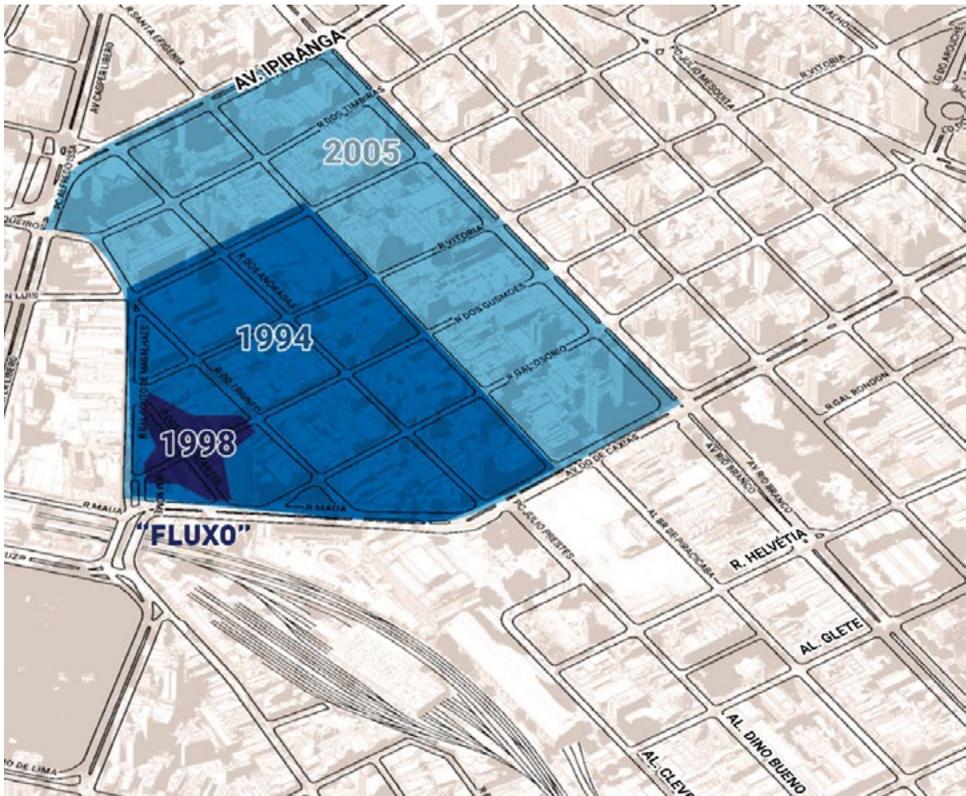
---

6 Propomos aqui menos uma afirmação empírica forte que uma *chave de análise* de grande poder heurístico na compreensão dos sentidos das ações estatais analisadas, como explicitaremos a seguir.

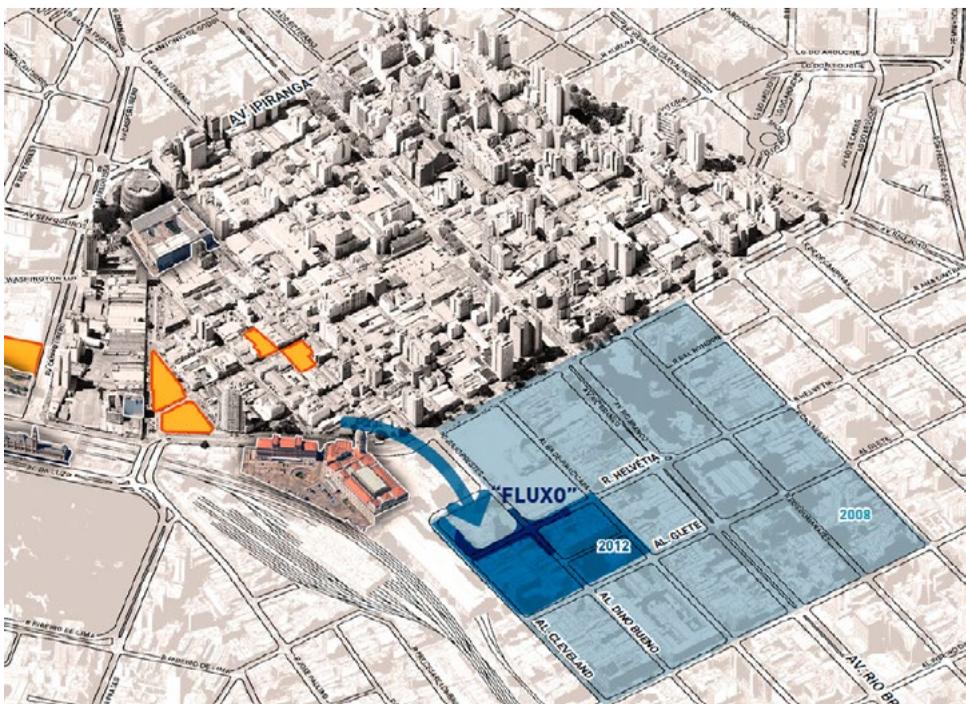


**Figura 1.** Valor venal do metro quadrado na região da Cracolândia, 2016. Fonte: Labcidade (2017).

Anteriormente, parte da região atualmente valorizada (vermelho intenso) era justamente a região onde se encontrava o “fluxo”, como pode se ver nas Figuras 2 e 3 a seguir, que representam a mesma região, mas em anos anteriores.



**Figura 2.** Mobilidade da região do “fluxo” ao longo tempo (1998 – 2005). Fonte: Labcidade (2017).



**Figura 3.** Deslocamento do fluxo para o local onde se deu a operação de 21 de maio de 2017. Fonte: Labcidade (2017).

É nos possível notar como a Avenida Duque de Caxias configurava, em 2016 – ano da eleição de João Dória –, verdadeira fronteira de valorização imobiliária. A partir desses dados, a pressa do prefeito em declarar extinta a Cracolândia e nascida a “Nova Luz” pode parecer revelar um acordo do prefeito e de seu padrinho político, Geraldo Alckmin, com agentes do campo econômico (Bourdieu, 2005), que visam consolidar sua posição em seu próprio campo – e de fato assim é interpretado o sentido global de suas ações por alguns ativistas atuantes no território (Rede Brasil Atual, 2017). No entanto, a posição explícita do Diretor Executivo (CEO) do Grupo Porto Seguro – empresa que possui sua sede na região e que emprega ali cerca de 10 mil funcionários – não parece corroborar essa visão (Pinto, 2017); antes, marca a distância crítica entre a atuação da empresa e a da Prefeitura, mesmo a de João Dória, criticando o *modus operandi* do meio político como um todo. A solução deveria vir por uma negação dessa lógica: deveria ser “apartidária”. Isto não implicava, por parte do empresário, na defesa de uma solução pública para a questão, uma vez que o CEO oferecia alternativas para o problema que passavam pela lógica empresarial de apropriação de espaços públicos. Assim, se é razoável supor que sua perspectiva se deva à posição consolidada no campo econômico, à estabilidade da situação atual quanto à manutenção de suas atividades, não é possível dizer que se trata de uma posição “desinteressada”, na medida em que não só não havia prejuízo para o grupo na manutenção da Cracolândia exatamente onde estava antes da ação do dia 21 de maio, como poderia haver interesse em manter o problema da “insegurança” para oferecer soluções privadas. A ausência de dados mais aprofundados a respeito da atuação da empresa na região, no entanto, não nos autoriza maiores afirmações a esse respeito.

Nesse sentido, podemos dizer que estamos tratando com “zonas de indeterminação” (Rolnik, 2015; Rizek, 2012), ou “zonas cinzentas” (Yiftachel, 2009; Rizek, 2012; Azais, 2012; Telles, 2009), que operam em um jogo de luz e sombra. Nessa chave, os territórios da Cracolândia seriam intencionalmente desvalorizados para serem capturados “no momento certo” (Rolnik, 2015, p. 174). Nesse tecido urbano vemos também a atuação conjunta entre Estado e empresas nas licitações das Parcerias Público-Privadas (PPP)<sup>7</sup>, onde as empresas Canopus S/A e Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A<sup>8</sup> são, respectivamente, as vencedoras do processo

---

7 Tipo de contrato administrativo celebrado entre a Administração Pública e parceiros privados, que concede serviços ou obras públicas à execução pelos segundos. Instituído pela Lei nº 11.079 de 30.12.2004.

8 Cujo procedimento teve início com a publicação, pelo Estado de São Paulo por intermédio da sua Secretaria de Habitação, do edital de Concorrência Internacional nº 001/2014.

licitatório de construção de unidades habitacionais e do Hospital Pérola Byington na região.

Embora não nos seja possível reconstituir todas as linhas de força e de sentido que orientam conjuntamente agentes dos campos econômico e político à situação aqui analisada, nos parece claro que a ação dos agentes do segundo, embora possa ter se orientado em parte pela finalidade da execução das PPP já firmadas – portanto, em parte por uma relação social referenciada no interesse de produção de utilidades por certos atores determinados do campo econômico –, basearam-se sobretudo na expectativa de que a dispersão ou a internação compulsória dos usuários de crack do “fluxo” levaria a uma aceleração do investimento de capital, sobretudo imobiliário, na região, primeiro passo” (PPP e equipamentos culturais) já tendo sido dado por gestões anteriores da Prefeitura e do Governo do Estado de São Paulo. É isso que, na perspectiva dos agentes que compõem a “gestão Dória” e a “gestão Alckmin”, significa a chamada “revitalização” daquele território, que levaria ao “nascimento” da “Nova Luz” – e a uma “revitalização” do capital político de ambos.

#### **“ASSISTÊNCIA À SAÚDE”: O “VÍCIO” E A “CURA” PELO ISOLAMENTO**

As ações do conjunto de agentes da Secretaria Municipal da Saúde (então chefiada pelo médico Wilson Pollara) no caso “Cracolândia” se orientam com referência a outros em dois sentidos: político e “técnico”. Um médico secretário de saúde, mesmo que tenha pretensões políticas, tem de satisfazer os outros profissionais do campo da saúde em sua gestão, sob o risco de ser deslegitimado no interior de seu próprio campo. Nesse sentido, é preciso pensar a ação da Secretaria Municipal de Saúde no caso “Cracolândia” não apenas como “eleitoreiro”, mas como tendo um “sentido médico” concreto, com pretensões de legitimidade dentro do campo médico, de modo a que possam ocorrer efeitos de reconhecimento no campo político. Assim, o fim do programa “De Braços Abertos” e a implementação do programa “Redenção” tendem a obedecer a autonomia relativa do que chamamos de “campo da saúde”, cuja dinâmica interna é regida sobretudo pela categoria “cura”: uma ação será considerada mais legítima que outras na medida em que parece favorecer mais a cura dos indivíduos considerados doentes (Freidson, 1970). É a esse sentido que se referem as ações de “assistência à saúde” envolvidas na situação aqui analisada, e que possuem importância central no efeito global das ações na Cracolândia.

Quando observamos o discurso do coordenador do “Redenção”, Artur Guerra, notamos que foca um ponto específico: a extensão da capacidade dos usuários de crack de conduzirem-se à “cura” (Martins, Souto, 2018). Duas posições disputam

a interpretação legítima sobre esse ponto: a primeira, da “gestão Dória”, afirma serem os usuários pouco capazes de superar o vício por si mesmos, sua “cura” devendo envolver, necessariamente, a internação; e outra, a que orientou as ações do programa anterior, o “De Braços Abertos”, aposta em uma superação gradual do vício pela própria vontade individual do usuário, com apoio assistencial estatal (Sotero et al, 2019). Não pretendemos fazer uma avaliação dos dois programas, apenas conseguir determinar o sentido das ações do último deles, de modo que possamos esclarecer os sentidos envolvidos na situação do dia 21 de maio de 2017.

As justificativas para o programa Redenção apresentadas pelo seu coordenador indicam o sentido que orienta duas ações fundamentais, em contraste com as justificativas do programa anterior: a internação dos usuários e o fim do subsídio para o aluguel de quartos nos hotéis da região. Se Guerra faz questão de frisar que as internações de usuários seriam “todas voluntárias” – necessidade aparentemente hegemônica dentro do campo da saúde (Carta Capital, 2017c) –, o prefeito ao qual está subordinado, João Dória, cuja posição enquanto agente político não o obriga necessariamente a modular suas ações conforme as restrições objetivas de sentido do campo médico, age em sentido explicitamente contrário, buscando ferramentas que permitam à sua gestão internar compulsoriamente os frequentadores do “fluxo”<sup>9</sup>.

Argumentando que a ideia de abrigar usuários em hotéis subsidiados é interessante, mas inviável na prática, porque os hotéis teriam terminado por se tornar locais de tráfico de drogas, e, portanto, teriam sido inviabilizados como local passível de afastar o usuário do consumo, para Guerra restaria apenas uma saída possível para a cura: a internação, a cura pelo isolamento terapêutico. Em sua fala surge cristalina a conexão entre o “combate ao tráfico” e a “assistência à saúde”: suas ações se orientam no sentido de que a possibilidade da cura se torna inviável onde haja tráfico de drogas; conseqüentemente, as políticas de saúde devem subordinar-se às políticas repressivas; a ação no campo da saúde subordina-se à ação no campo político.

E aqui percebemos as afinidades eletivas (Löwy, 2011) entre o sentido que orienta as ações da “gestão Dória” no campo da saúde e o que o faz no campo político quanto à situação analisada. Ambos afirmam a necessidade de retirar os usuários da região onde se encontram: no caso da esfera da saúde, para curá-los;

---

9 Para tanto, a Prefeitura de São Paulo recorreu a manobras jurídicas que resultaram infrutíferas (Carta Capital, 2017d).

no caso do campo político, para “revitalizar” a região<sup>10</sup>. Ambos, ao satisfazerem os critérios de legitimidade de seu próprio campo, unem-se nas práticas de gestão do território em análise.

### **DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A INTERAÇÃO ESTATAL VIOLENTA: O “ERRO DE SITUAÇÃO” DAS ATUAIS GESTÕES DA PREFEITURA E DO ESTADO.**

Da perspectiva dos agentes estatais, a ação da “gestão Dória” e da “gestão Alckmin” era plausível diante do histórico das práticas repressivas dos diferentes governos às várias “cracolândias” que já existiram na cidade. Nas situações de repressão realizadas pelas gestões municipais e estaduais anteriores à situação aqui analisada, o resultado foi, em regra, semelhante. É por isso que, da perspectiva dos gestores, a ação do dia 21 de maio de 2017 era plausível, posto que apenas atualizava a forma típica de interação – o conflito físico e simbólico – entre governos e populações socialmente excluídas da cidade de São Paulo. Os mapas trazidos acima ilustram bem a dinâmica que os agentes estatais imaginavam plausível para a interação violenta: espetacularização da violência, dispersão do “fluxo” para outras regiões, pequena resistência de usuários e moradores da região, crítica impotente às ações repressivas, demolições de prédios e remoções de moradores e, sobretudo, valorização posterior do metro quadrado das regiões “degradadas” – ou, como afirmaram todos os prefeitos da cidade, sem exceção, desde o primeiro decreto de declaração de utilidade pública de imóveis de regiões conhecidas como “cracolândias”: “revitalização” da área.

No entanto, argumentamos aqui que a entrada de novos atores como participantes da interação violenta influenciou seus efeitos, mesmo que não tenham sido capazes de redefinir a situação. Logo na sequência da ação do dia 21 de maio de 2017, ocorrem movimentações de membros do Ministério Público estadual e da Defensoria Pública, dois conjuntos de agentes importantíssimos, na medida em que orientavam suas ações no sentido de reforçar os direitos individuais e coletivos de usuários e moradores da região. De fato, mobilizaram ações jurídicas vitoriosas. No mesmo sentido atuou a equipe do padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua, entidade ligada à Arquidiocese de São Paulo (Carta Capital, 2017b), bem como uma extensa rede de organizações com finali-

---

10 Como o disse explicitamente o então prefeito: “[a Cracolândia é] uma imagem ruim para a cidade, uma imagem ruim para o Brasil” (G1 São Paulo, 2017).

dades sociais, políticas, artísticas e acadêmicas, e ainda associações de moradores e comerciantes da região<sup>11</sup>.

É nesse sentido que afirmamos ter a “gestão Dória” e a “gestão Alckmin”, sobretudo a primeira, se equivocado em parte na ação aqui analisada. Agiram tal e qual seus predecessores, mas os resultados esperados, que apontamos acima, não ocorreram, ou pelo menos não como esperavam. É sintomático que o expediente utilizado por Gilberto Kassab (2005) e João Dória (2017) tenha começado rigorosamente da mesma maneira: a expedição de decretos declarando a utilidade pública de uma pequena região<sup>12</sup>, e a subsequente ampliação dessa região por um novo decreto<sup>13</sup>. Em seguida, começaram remoções e demolições, impedidas principalmente pela força de decisões judiciais, mas também pela variada resistência física e simbólica que encontrou. Assim, por uma série de interações específicas que analisamos aqui, a plausibilidade da interação violenta entre agentes estatais e os indivíduos da região da chamada “Cracolândia” se deslocou, muito embora alguns objetivos das ações estatais foram – e continuam sendo – conquistados (Quintella, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação ocorrida no dia 21 de maio de 2017 teve por principais sentidos visados a *i*) (re)produção da ordem estatal, *ii*) a produção de utilidades, enquanto valorização imobiliária da região, e *iii*) a aplicação de uma política de saúde orientada para o isolamento dos usuários de crack. Os efeitos das ações dos agentes estatais, no entanto, foram produzidos sobretudo na segunda esfera, pois é para ela que a resultante de todas as ações terminou por convergir. Sem negar a disposição sincera dos agentes das gestões municipal e estadual orientados para a (re) produção da ordem estatal por meio do “combate ao tráfico” (polícias e GCM) ou da “cura” dos usuários (agentes do programa “Redenção”), a categoria “revitalização”, entendida enquanto valorização imobiliária, parece ser a vitoriosa na “adequação pragmática à situação” (Feltran, 2017) levada a cabo pelo conjunto dos agentes definidores da situação. Isso não significa necessariamente que todos os agentes tenham agido enquanto empreiteiros, empresários ou investidores, mas sim que a

---

11 Praticamente a totalidade dos movimentos, entidades e associações participa do “Fórum Aberto Mundaréu da Luz”, coletivo criado justamente como resposta à ação aqui analisada. <https://mundareudaluz.org/> (acesso em 05/07/2018).

12 Decreto Municipal nº 46.291, de 05 de setembro de 2005, assinado por Kassab; e Decreto Municipal nº 57.680, de 04 de maio de 2017, assinado por Dória.

13 Decreto Municipal nº 48.349, de 15 de maio de 2007, assinado por Kassab; e Decreto Municipal nº 57.697, de 19 de maio de 2017, assinado por João Dória.

resultante de sua ação em cada esfera social específica teve por resultado sobretudo a produção de efeitos econômicos, de utilidades. Em outras palavras: se as ações tivessem por efeitos apenas a (re)produção da ordem estatal na região e a cura de usuários de crack, mas não a valorização imobiliária, provavelmente se tornaria implausível aos olhos das gestões Dória e Alckmin, e seria uma forma de interação abandonada. Esse tipo de interação, no entanto, se reitera quase cotidianamente – como demonstra a literatura.

É preciso uma advertência aqui. Ainda que, segundo nossa análise, a produção de utilidades tenha sido a principal resultante das ações do dia 21 de maio de 2017, ela certamente não foi a única. A confluência da ação repressiva com as ações positivas de assistência e cuidado podem permitir, como indicamos na primeira parte do artigo, a produção de uma ordem estatal “no recôndito da vida cotidiana” (Das, Poole, 2004, p. 23) e, portanto, a própria produção da vigência dessa ordem poderia ser considerada também efeito da situação analisada; uma ordem que reafirma o status do território enquanto passível de intervenções, isto é, enquanto parte de um “mercado de (in)segurança” que legitima variados tipos de ação violenta, pública ou privada, que pretendem vender “soluções” para a região: em certa medida, a existência da Cracolândia mantém a possibilidade de intervenção no território.

Nosso foco, no entanto, voltou-se especificamente para o sentido visado dos agentes estatais particularmente envolvidos na situação ocorrida no dia 21 de maio de 2017. A atuação do político enquanto produtor de visões de mundo associa limpeza e riqueza, e abre caminho para um higienismo social; a atuação do médico-político, ao retirar a centralidade da moradia de usuários e ao realocá-la na internação como melhor caminho para a “cura”, abre espaço para a dispersão forçada dos usuários; e a ação policial, na busca pela prisão de “traficantes”, distribui pela cidade o consumo de drogas, aliviando o peso da “âncora” de desvalorização que representava a concentração de usuários na região. Talvez não estejamos exagerando quando afirmamos que há, nesse caso, uma colonização das esferas sociais pela lógica econômica de produção de utilidades, na medida em que as diferentes perspectivas da ação ocorrida em 21 de maio de 2017 – que pouco mais faz que atualizar uma interação já comum entre Estado e periferia – possuem um sentido de favorecer a “revitalização” da região, isto é, o afastamento dela dos seus elementos sociais: os indivíduos que historicamente ali circulam, que caracterizam a região como uma espaço de população de baixa renda e de consumo de drogas.

Ao mesmo tempo, no entanto, há os agentes que pretendem produzir justificativas legítimas que orientem ações no sentido da fixação do elemento social. Foram

esses agentes que, a despeito de sua posição dominada nas situações definidas pelas gestões municipal e estadual, conseguiram – e ainda conseguem – deslocar a plausibilidade das ações no sentido da necessidade do reconhecimento formal (jurídico) e material (prático) dos direitos individuais e coletivos de usuários de crack, moradores e comerciantes da região. Certo é que, se a ação da gestão Dória esteve orientada com o sentido de colocar “fim na Cracolândia”, os efeitos não ocorreram como esperado, pelo menos no que tange a esse sentido específico: o político não pôde enxergar tão longe quanto gostaria.

Partindo de uma única situação específica, procuramos desenrolar as linhas de força que conduziram ao desenlace do dia 21 de maio de 2017. Justamente por ter se conformado no cruzamento dos feixes de ações orientadas por diferentes sentidos é que a situação analisada pode se tornar tão analiticamente rica, esclarecendo não apenas os resultados concretos obtidos, mas também o *modus operandi* dos campos nos quais estas ações têm origem, muito embora com a dimensão histórica bastante limitada. Nesse sentido, torna-se evidente que certas denúncias, seja acerca do autoritarismo das guardas municipais ou das polícias, seja do caráter “burguês” da empreitada – visando valorizar imóveis da região –, embora não estejam inteiramente equivocadas, simplificam o complexo causal que conduziu à situação. Se são necessárias e úteis para fazer avançar a crítica prática a esse tipo de ação, seja na Cracolândia ou em outros territórios, não são bons pontos de partida para a análise sociológica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Suely (2016). Os anormais do século XXI: usuários de crack e políticas públicas de segurança e saúde. *SOFIA* [versão eletrônica], Vitória, v. 6, n.1, p. 3-14. <https://doi.org/10.47456/sofia.v5i1.13956>
- ARANTES, Fabio (2017). Prefeitura institui o programa “São Paulo Cidade Linda”. *Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo*, São Paulo, 02/01/2017. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/noticias/?p=227880](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=227880) (acesso em 05/06/2018).
- AZAIS, Christian (2012). “A zona cinzenta do assalariamento: os contornos da legalidade”. In: TELLES, Vera da Silva; KESSLER, Gabriel; AZAIS, Christian. *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 167-198. <https://basepub.dauphine.fr/handle/123456789/10347> (acesso em 27/10/2022).
- BETIM, Felipe (2017). Gestão Dória inicia demolição de prédio na Cracolândia com moradores dentro. *El País*, São Paulo, 24/05/2017. [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264\\_276005.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html) (acesso em 05/06/2018).

- BOURDIEU, Pierre (2005). O campo econômico. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 15-57.
- BOURDIEU, Pierre (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 5, p. 193-216. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.
- Brasil Urgente (2017). Dória: acabou a Cracolândia, agora é Nova Luz. *Brasil Urgente*, 22/05/2017. [https://www.youtube.com/watch?v=UYZ2B-\\_h1AU](https://www.youtube.com/watch?v=UYZ2B-_h1AU) (acesso em 05/06/2018).
- CARTA CAPITAL (2017a). Demolição na Cracolândia deixa feridos e expõe autoritarismo de Dória. *Carta Capital*, São Paulo, 23/05/2017. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/demolicao-na-cracolandia-deixa-feridos-e-expoe-autoritarismo-de-doria> (acesso em 05/06/2018).
- CARTA CAPITAL (2017b). Não é função da PM e da GCM lidar com dependentes. *Carta Capital*, São Paulo, 23/05/2017. <https://www.cartacapital.com.br/saude/201cnao-e-funcao-da-pm-e-da-gcm-lidar-com-dependentes201d> (acesso em 04/07/2018).
- CARTA CAPITAL (2017c) Cracolândia: “Internação compulsória é ineficaz e contraproducente”. *Carta Capital*, São Paulo, 30/05/2017. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cracolandia-internacao-compulsoria-e-ineficaz-e-contraproducente> (acesso em 07/07/2018).
- CARTA CAPITAL (2017d). Justiça barra manobra de Dória para internar à força na Cracolândia. *Carta Capital*, São Paulo, 30/05/2017. <https://www.cartacapital.com.br/politica/justica-barra-manobra-de-doria-para-internar-a-forca-na-cracolandia> (acesso em 06/07/2018).
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (2004). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2017). A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>.
- Folha de S.Paulo (2017). Quatro em cada cinco em SP defendem internação à força de usuários de crack. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03/06/2017. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-acoesa-na-cracolandia.shtml> (acesso em 05/06/2018).
- FOUCAULT, Michael (1979). “Soberania e Disciplina”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIDSON, Eliot (1970). *Profession of medicine: a study of the sociology of applied knowledge*. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1970.
- FROMM, Deborah. (2017). Percursos e refúgios urbanos. *Ponto Urbe*. São Paulo. n. 21. p. 1-16. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3604>.

- G1 São Paulo (2017). Veja o que aconteceu nos últimos sete dias na Cracolândia. *G1, São Paulo*, 28/05/2017. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/veja-o-que-aconteceu-nos-ultimos-sete-dias-na-cracolandia.ghtml> (acesso em 07/07/2018).
- GARCIA, Janaina (2018). Ativistas denunciam ação “de guerra” da PM e da GCM na Cracolândia. *Portal UOL*, São Paulo, 11/01/2018. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/11/ativistas-denunciam-acao-de-guerra-na-pm-e-da-gcm-na-cracolandia-ha-feridos.htm> (acesso em 10/06/2018).
- Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (2017). *Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso*. <http://www.labcidade.fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/> (acesso em 05/06/2018).
- LÖWY, Michael (2011). Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. *Plural*, São Paulo. v. 17, n. 2, p. 129-42. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74543>
- MACHADO, Leandro; PAGNAN, Rogério; GOMES, Paulo; NEVES, Fernanda Pereira (2017). Ação de Dória para demolir imóvel deixa feridos na cracolândia, em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23/05/2017. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml> (acesso em 05/06/2018).
- MAGALHÃES, Taís Rodrigues Pereira (2016). *Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulistana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, Elisa; SOUTO, Luiza (2018). Um ano após ação polêmica da Prefeitura de São Paulo, Cracolândia sofre com nova crise. *Jornal O Globo*, São Paulo, 07/05/2018. <https://oglobo.globo.com/brasil/um-ano-apos-acao-polemica-da-prefeitura-de-sp-cracolandia-sofre-com-nova-crise-22658891> (acesso em 06/07/2018).
- MORAIS, Fernando (2017). Cracolândia: João Dória segue em sua ‘caçada humana’. *NOCAUTE – Blog do Fernando Moraes*. (5m54s). [https://www.youtube.com/watch?v=vBuFY\\_Q1B\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=vBuFY_Q1B_s). (acesso em 05/06/2018).
- NASSER, Marina Mattar Soukef (2016). *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NASSER, Marina Mattar Soukef (2017). Cracolândia como campo de gravitação. *Ponto Urbe*. São Paulo. n. 21. p. 1-19. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3530>
- O GLOBO (2017). Justiça barra internação compulsória na região da Cracolândia. *O Globo*, São Paulo, 28/05/2017. <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-barra-internacao-compulsoria-na-regiao-da-cracolandia-em-sp-21405048> (acesso em 05/07/2018).

- PINTO, Ana Estela de Sousa (2017). Saída para Cracolândia tem que ser apartidária, diz CEO da Porto Seguro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26/06/2017. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895822-empresa-pode-ajudar-a-melhorar-centro-mas-precisa-haver-projeto-diz-ceo-da-porto-seguro.shtml> (acesso em 05/06/2018).
- PREFEITURA DE SÃO PAULO (2005). DECRETO Nº 46.291 DE 5 DE SETEMBRO DE 2005. SÃO PAULO, Secretaria do Governo Municipal. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46291-de-5-de-setembro-de-2005> (acesso em 27/07/2021).
- PREFEITURA DE SÃO PAULO (2007). DECRETO Nº 48.349 DE 15 DE MAIO DE 2007. SÃO PAULO, Secretaria do Governo Municipal. <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-48358-de-17-de-maio-de-2007> (acesso em 27/07/2021).
- QUINTELLA, Sérgio (2018). Terreno ao lado da Praça Júlio Prestes começa a receber conjunto habitacional. *Revista Veja*, São Paulo, 20/04/2018. <https://vejasp.abril.com.br/cidades/cracolandia-praca-julio-prestes-empreendimento-habitacional> (acesso em 07/07/2018).
- REDE BRASIL ATUAL (2017). Coletivos e urbanistas se unem pela revitalização da cracolândia. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 06/10/2017. <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/forum-reune-colativos-e-urbanistas-para-criar-alternativas-a-revitalizacao-da-cracolandia> (acesso em 03/07/2018).
- RIZEK, Cibele Saliba (2011). “Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados”. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba; TELLES, Vera. *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo.
- RIZEK, Cibele Saliba (2012). Moradia e cidade: zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27. n. 78. p. 41-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000100003>.
- RODRIGUES, Arthur (2017). Operação na cracolândia foi selvageria sem paralelo, diz promotor da saúde. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/05/2017. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886815-operacao-na-cracolandia-foi-selvageria-sem-paralelo-diz-promotor-da-saude.shtml> (acesso em 30/06/2018).
- ROLNIK, Raquel (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- RUI, Taniele (2013). Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana”. *Revista Contemporânea*, v. 3. n. 2. p. 287-310. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/144> (acesso em 27/10/2022).
- SIMMEL, Georg (2004). *Intuición de la vida. Cuatro capítulos de metafísica*. La plata: Caronte.

- SOTERO, Erick de Moura et al. (2019). O programa “de braços abertos” – um olhar à luz dos seus arranjos institucionais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11. n. 3. p. 1-17. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i3.5591>.
- TEIXEIRA, Alexandre; MATSUDA, Fernanda. Feios, sujos e malvados. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 07/03/2012, p. 1–4. <https://diplomatique.org.br/feios-sujos-e-malvados/> (acesso em 20/10/2017).
- TELLES, Vera (2009). Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*, v. 2. n. 5-6. pp. 97-126. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192> (acesso em 27/10/2022).
- TERENZI, Gabriela. O ano de estreia de João Doria no comando de São Paulo. *Nexo Jornal*, São Paulo, 25/01/2018. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/25/O-ano-de-estreia-de-Jo%C3%A3o-Doria-no-comando-de-S%C3%A3o-Paulo> (acesso em 05/06/2018).
- WEBER, Max (2009). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- WHYTE, Willian. Foote (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- YIFTACHEL, Oren (2009). Critical Theory and ‘Gray Space’: Mobilization of the Colonized. *City*, v. 13, n. 2-3, p.246-263. <https://doi.org/10.1080/13604810902982227>.

# “O Evaristo é um modelo que a gente tá fazendo”: O seguro como política e como horror

*“Evaristo is a model that we’re making”: Safe as policy and horror*

Roberta Olivato Canheo<sup>a</sup> 

**Resumo** A partir da pesquisa realizada durante o mestrado, busco aprofundar neste artigo reflexões sobre a edificação do Presídio Evaristo de Moraes, classificado como *seguro*, como espaço de *acolhimento* para a *população LGBT presa* na cidade do Rio de Janeiro. Assim, o objetivo é demonstrar a construção discursiva do *seguro* – por atores externos aos muros prisionais e ancorada em preceitos de *direitos humanos* – como uma política pública para uma população considerada *vulnerável*. A metodologia utilizada combina entrevistas semiestruturadas com atores institucionais, relatos etnográficos do período em que realizei visitas ao presídio e a análise qualitativa de resoluções, normativas, relatórios, dentre outros documentos que estabelecem diretrizes para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. O artigo desnuda as contradições da edificação de um presídio em péssimas condições como um modelo de acolhimento para pessoas LGBT privadas de liberdade.

**Palavras-chave** Presídio Evaristo de Moraes. Seguro. População LGBT. Atores institucionais. Direitos humanos.

**Abstract** *Based on my research carried out during the master’s degree, I seek to deepen in this article reflections on the edification of the Evaristo de Moraes Prison, a prison classified as “safe”, as a “welcoming” space for the “LGBT population” imprisoned in the city of Rio de Janeiro. Thus, the objective is to demonstrate the discursive construction of “safe”—by actors outside the prison walls, and anchored in human rights precepts—as a public policy for a population considered as “vulnerable”. The methodology used combines semi-structured interviews with institutional actors; ethnographic reports of the period in which I visited the prison; and qualitative analysis of legal resolutions, regulations, and official reports, among other documents that establish guidelines for the treatment of the LGBT population in the Rio de Janeiro Penitentiary System.*

---

a Doutoranda e mestra em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense.

*The paper shows as a result the unveiling of the contradictions of building a prison in terrible conditions as a model of reception for LGBT people deprived of liberty.*

**Keywords** *Evaristo de Moraes prison. Safe. LGBT population. Institutional actors. Human rights.*

## INTRODUÇÃO

Chegamos, eu e outra membra da Associação Elas Existem – Mulheres Encarceradas, por volta de meio dia, nos identificamos na portaria e fomos ao encontro do diretor, que logo nos levou ao pavilhão onde se localizam as alas (as salas administrativas e enfermaria são apartadas, em outro prédio). Fomos, então, apresentadas a um dos presos, que compunha a comissão LGBT<sup>1</sup> (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) do presídio, e que depois nos contou que já estava há mais de 17 anos dentro do *sistema*.<sup>2</sup> O diretor se retirou e nos deixou com ele, que, muito atencioso, nos mostrou a disposição de celas e alas e, durante o percurso, convidava outras pessoas integrantes da *população LGBT* do presídio a nos acompanhar.

Notamos logo de início a superlotação do presídio. As celas, com capacidade máxima para 56 pessoas, abrigavam cerca de 108, segundo os próprios presos. O mau cheiro, a umidade e o frio dentro do pavilhão também chamaram a nossa atenção. Durante o percurso, pudemos identificar algumas divisões específicas em galerias. As pessoas evangélicas, por exemplo, contavam com duas galerias próprias, com muros pintados e coloridos, ao fundo do pavilhão.

As mulheres transexuais e travestis convivem na área comum, junto aos demais presos. Elas relataram casos em que, para habitar as galerias dos evangélicos – o que era benéfico quando se tinha algum problema no *convívio* –, pessoas trans haviam sido obrigadas a rasparem os cabelos e a se vestirem com roupas atribuídas ao gênero masculino. Em relação à prescrição de hormônios, apesar de a Resolução nº 558 atribuir a responsabilidade de fornecimento à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), isso não acontece, e o seu abastecimento fica a cargo da família da pessoa presa.

Isso se torna um grande problema, já que poucas recebem visitas e, dentre essas, um número ainda menor conta com esse tipo de ajuda. O problema se agravou nos últimos tempos, pois as poucas que recebem os hormônios, geralmente pedem uma quantidade maior, podendo, assim, dividir com aquelas que não recebem esse apoio familiar. Sob o argumento de que as trans estariam comercializando

---

1 As siglas serão utilizadas da maneira como aparecem nas falas dos interlocutores, ou como aparecem nas normativas, relatórios e demais documentações.

2 Neste artigo, os termos êmicos serão apresentados em itálico.

os hormônios, a administração passou a detê-los, entregando àquelas que os recebiam apenas a quantidade suficiente para a administração individual mensal.

Outra questão que todas apontaram foi a violência no tratamento de determinados agentes em relação à população LGBT. Um desses agentes foi citado por todas, sendo certo que o horário de seu plantão era sempre o mais temeroso. Durante os plantões de tais agentes, não era permitida a circulação nas galerias portando acessórios e roupas consideradas socialmente femininas. Quando chegamos ao pavilhão, inclusive, nos deparamos com duas trans dentro da cela de *isolamento*, por terem saído para o banho de sol de *top*, o que não era aceito pelos agentes daquele plantão.

Não são poucas as pessoas soropositivas ali dentro, que não contam com nenhum atendimento especializado. Um homem gay nos relatou sua situação, de estar dormindo no chão frio, devido à falta de colchões, tendo contraído tuberculose duas vezes em um espaço curto de tempo. Muitas presas trans que portavam silicone industrial nos corpos estavam também com feridas, causadas, segundo elas, por uma rejeição, que era intensificada com o contato com o chão frio.

Terminada a conversa dentro do pavilhão das alas, o mesmo preso que havia nos recebido e uma das presidentas da comissão LGBT nos levaram para conhecer a enfermaria. A dispensa em que deveriam estar armazenados os medicamentos, estava vazia, faltando até medicamentos básicos, como dipirona. Depois, entramos na sala destinada às consultas médicas (realizadas apenas uma vez por semana, para atender a um contingente de quase três mil presos), e não conseguimos ficar lá por muito tempo. As paredes estavam cobertas por mofo e respirar, ali, era praticamente impossível (Caderno de campo, dia 30 de junho de 2017).

O relato acima refere-se à única vez em que transitei entre as alas – espaços onde as pessoas encarceradas são alocadas – do Presídio Evaristo de Moraes (PEM), localizado no bairro São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. À época, eu fazia parte da Associação Elas Existem – Mulheres Encarceradas, que pautava criticamente o encarceramento feminino no contexto fluminense, e que tinha como uma de suas funções a realização de atividades em unidades prisionais. Meses antes, ao longo do segundo semestre de 2016, havia entrado no PEM na companhia de uma defensora pública estadual, que realizava uma pesquisa com pessoas trans (travestis e mulheres transexuais) alocadas nesse presídio.

Durante a pesquisa, desempenhando a função de assistente da defensora, sentava-me junto a ela na sala designada para atendimentos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizada no mesmo prédio em que estavam as salas administrativas, apartada do pavilhão em que os presos ficavam. As presas trans

eram trazidas por um *faxina*<sup>3</sup> para participar da pesquisa, em que eram entrevistadas pela defensora e por mim. A tarefa era preencher um formulário por ela elaborado, cuja principal função era averiguar o cumprimento das determinações contidas na Resolução nº 558, de 2015, da SEAP, que estabeleceu diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

Entre os direitos garantidos pela Resolução SEAP 558/2015, estavam: a inclusão do nome social na Guia de Recolhimento do preso; o direito ao uso de uniforme e roupas íntimas de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identifica, inclusive durante os banhos de sol; a garantia de acesso aos serviços públicos de saúde, incluindo a hormonoterapia; e a manutenção dos cabelos compridos para as travestis e mulheres transexuais que assim desejassem.

A Resolução SEAP 558/2015 foi editada na esteira de um crescente movimento nacional para se estabelecer parâmetros de acolhimento para pessoas LGBT privadas de liberdade, tendo como pano de fundo a Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCP/CNCD/LGBT nº 01, de 2014, que tratou da matéria em âmbito nacional.

Na atualidade, outras iniciativas passaram a figurar como importantes marcos no que diz respeito aos espaços de aprisionamento de pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos) e na concessão de outros diversos direitos a essa *população*, como é o caso das Resoluções nº 348 e nº 366, do Conselho Nacional de Justiça, publicadas, respectivamente, em 2020 e 2021; e da decisão liminar proferida em 2021 pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527, proposta pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), em 2018. Tais iniciativas, no entanto, não compreendem o objeto de estudo do presente artigo; considero necessária, porém, a contextualização mínima da temática no campo normativo, e a indicação da permanência de sua centralidade até os dias atuais.

Não pretendo retomar em pormenores neste artigo as informações colhidas a partir do preenchimento dos formulários elaborados pela Defensoria Pública ao longo das minhas visitas ao PEM. Isso porque meu interesse primordial durante o

---

3 No PEM, eram identificados como *faxinas* os presos que possuíam trabalho e interlocução com a administração prisional. Considerando o sistema brasileiro de forma ampla, a figura do *faxina* é usualmente identificada como aquela que acumula diversas funções de trabalho interno, com ênfase para a função da faxina nos pavilhões das prisões.

trabalho de campo foi pensar a produção de pessoas LGBT privadas de liberdade como *sujeitos políticos de direitos*, produção levada a cabo por atores institucionais, ao invés de etnografar as vidas, as relações e os conflitos vivenciados por essas pessoas aprisionadas. Dessa forma, meu objeto de pesquisa foi investigar quais os processos de Estado – sempre generificados (Vianna, Lowenkron, 2017) – que levaram à constituição desses novos sujeitos; quais técnicas de governamentalidade estão presentes nesses processos.

Como parte desse intento, realizei entrevistas semiestruturadas com atores institucionais envolvidos na elaboração e implementação da mencionada resolução, entre os anos de 2015 e 2016. Meus principais interlocutores de pesquisa foram representantes de instituições, como a Secretaria de Administração Penitenciária, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, e o Programa Rio sem Homofobia.

A metodologia utilizada combinou, além das entrevistas semiestruturadas com atores institucionais, relatos etnográficos do período em que realizei visitas ao presídio, na companhia da defensora pública; e a análise qualitativa de resoluções, normativas, relatórios, dentre outros documentos que estabeleceram diretrizes para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Com a proposta de adensar a pesquisa realizada durante o período de meu mestrado, invisto neste artigo mais intensamente na análise qualitativa de documentos, em especial de relatórios oriundos de inspeções no Presídio Evaristo de Moraes realizadas por órgãos de fiscalização, notadamente a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ).

Aqui, centro meus esforços em reflexões sobre a edificação do Presídio Evaristo de Moraes, classificado como *seguro*, como espaço de *acolhimento* para a *população LGBT presa* na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, objetiva-se demonstrar a construção discursiva do *seguro* – por atores estatais, e ancorada em preceitos de *direitos humanos* – como uma política pública para uma população considerada *vulnerável*, a população LGBT presa.

Importante pontuar que os *direitos humanos* são tratados neste artigo a partir de uma perspectiva etnográfica, como uma categoria polissêmica, “cuja ‘vida social’ tem extrapolado em enorme medida seus sentidos normativos e substantivos, em prol de dinâmicas heterogêneas e diversas de mobilização” (Eilbaum et al., 2019, p. 26). Dessa forma, o interesse se volta aos efeitos dos usos sociais dessa categoria e no modo como os atores institucionais aqui considerados a mobilizam, de

maneira abstrata, para sustentar que seus empreendimentos estão de acordo com esses *preceitos*.

A *vulnerabilidade* aparece aqui também como uma categoria acionada pelos atores institucionais e pelas normativas para caracterizar a *população LGBT* presa como necessitada de políticas tutelares, por meio dos marcos do humanitarismo (Fassin, 2005). Ou seja, como uma *população* congelada ao papel de vítima e, conseqüentemente, desprovida de agência.

O artigo está dividido em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira seção, situo na literatura as discussões sobre *seguro prisional*, e seus múltiplos sentidos. Na segunda, o foco recai sobre o PEM e em como ele passa a ser edificado como um espaço *seguro* para a população LGBT ali alocada. Na terceira seção, recorro a relatórios produzidos pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro e pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro após inspeções realizadas no presídio, objetivando demonstrar o que esses documentos dizem sobre ele e suas condições de aprisionamento. Na quarta seção, apresento as considerações finais, enfatizando as contradições da edificação de um presídio em péssimas condições como um modelo de *acolhimento* para pessoas LGBT privadas de liberdade.

## SEGUROS PRISIONAIS E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS

Num sentido mais amplo, o *seguro* no sistema prisional corresponde a unidades prisionais, pavilhões ou celas destinadas àqueles que não estariam seguros nos espaços dominados por facções ou junto à *massa carcerária*. Neste tópico, pretendo demonstrar, não obstante, a polissemia da categoria *seguro prisional*, recorrendo, para tanto, a uma literatura que vem debruçando-se ou, ao menos, tangenciando o assunto. Por fim, pretendo mostrar quais os sentidos assumidos quando se fala de espaços destinados à *população LGBT* presa.

A temática do *seguro* nas prisões brasileiras tem sido objeto de atenção de pesquisadores, especialmente nas últimas décadas. Entretanto, desde a década de 1970 o tema aparece em pesquisas que enfocam a divisão espacial da prisão e a distribuição dos presos em pavilhões, galerias, alas e celas.

A pesquisa de José Ricardo Ramalho, realizada no Carandiru, em 1975, em meio à Ditadura Militar, por exemplo, mostra que o Pavilhão 5 da prisão era chamado pelos presos de “pavilhão seguro” ou “pavilhão de castigo” e descrito por eles como a “cadeia dentro da cadeia” (Ramalho, 2002, p. 17). De um lado, era utilizado para cumprimento dos castigos que se impunham aos presos em conse-

quência de contravenções na própria cadeia; de outro, como medida de segurança para os presos gravemente ameaçados por outros.

Além disso, uma seção do 5º andar era destinada aos presos considerados desequilibrados mentais. Em um mesmo pavilhão, assim, concentravam-se os perigosos, os ameaçados e os “loucos” (Ramalho, 2002, p. 116-17). Não exatamente como seguro, mas ainda num sentido de segregação, travestis aparecem na obra como possíveis geradoras de brigas e disputas entre os presos, e, por esse motivo, ficariam em cela separada.

Pensando as divisões entre *seguro* e *convívio*, Adalton Marques identifica em sua pesquisa três sentidos de *seguro* atribuídos pelos presos: “aqueles que pedem proteção para a administração prisional diante de ameaças de outros encarcerados”; “a condição daqueles que pedem proteção”; e “o lugar onde ficam os presos protegidos”. Assim, *seguro* assume, em seu trabalho, a significação de “população, condição e lugar” (Marques, 2009, p. 29). O *convívio* seria todo o resto. Ainda, o autor destaca duas composições do *seguro*: pelos presos que nunca estiveram no convívio, devido aos seus históricos criminais; e por aqueles que “pedem seguro” após quebrarem alguma regra do “proceder” (Marques, 2009, p. 30-1).

Por sua vez, Fábio Mallart explora em sua tese as circulações e confinamentos aos quais são submetidas determinadas populações da cidade, que passam por instituições de acolhimento, centros de internação para adolescentes, hospitais psiquiátricos, Centros de Atenção Psicossocial, espaços urbanos como a cracolândia, prisões e manicômios judiciais. Dentro das prisões, nos espaços denominados pelo autor como “seguro do seguro”, estão aqueles não figurados nos organogramas institucionais. Tais espaços são diferentes dos *castigos* e *seguros*, que têm previsão legal (Mallart, 2019).

Esses cubículos “seguro do seguro” são trancados vinte e quatro horas por dia, sendo ainda mais fétidos e escuros que outras celas do mesmo espaço, destinados a quem não pode conviver com os que já não podem conviver com a massa carcerária, alocados no *seguro*. São espaços que integram o que o autor chama de “subterrâneos” (Mallart, 2019, p. 43), espaços que a administração prisional não quer fazer submergir e aparecer.

No campo dos recentes estudos sobre o aprisionamento de pessoas LGBT, vemos pesquisas sobre unidades classificadas pelas administrações prisionais como *seguras* – como é o caso do PEM –, em que se tem o sentido de seguro como constitutivo de todo aquele espaço prisional; sobre alas apartadas do convívio comum, especialmente designadas para a alocação dessa *população*; ou ainda sobre alas específicas dentro de presídios já considerados *seguros*, o *seguro do seguro*.

Ao contrário do “seguro do seguro” descrito por Mallart (2019), os seguros destinados a pessoas LGBT são acompanhados, muitas vezes, de uma visibilidade intencional pela administração prisional ou pelos atores institucionais responsáveis por sua idealização, na medida em que perfazem os espaços onde os *direitos humanos* idealmente são *respeitados*.

Para abordar esse tipo de seguro, tomo como referência as pesquisas de Zamboni (2017); Sander (2021); Boldrin (2015, 2017); Ferreira (2014); Passos (2014); Ferreira et al. (2019); e Nascimento (2020), que discorrem sobre a constituição de alas e seguros voltados à população LGBT em diferentes estados brasileiros.

A edificação de um espaço de *respeito aos direitos humanos* é descrita por Nascimento (2020), por exemplo, ao narrar a existência de uma ala em uma prisão no Ceará onde “bichas” dividiam o espaço com idosos, “artigos errados” e internos realizando tratamento da Aids. Eles seriam os “rejeitados” no léxico da administração prisional (Nascimento, 2020, p. 6).

Essa concentração teria sido pensada pela administração em um sentido de *proteção* dessas vidas, considerando ainda um movimento crescente de chegada de facções vindas de outras regiões. O autor expõe o contraste do *respeito* a algumas reivindicações nesse espaço – o nome social, acesso à saúde, atividades recreativas, manutenção de cabelos, roupas e adereços de acordo com suas identidades – ao passo que, nas demais prisões do Ceará, as pessoas trans continuavam sem tais direitos, sendo alvo de violências institucionais e por parte dos demais presos.

Aludindo também à questão do domínio das facções, porém em São Paulo, em que há uma hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC), Zamboni (2017) aponta como o Estado se vale de unidades classificadas como *neutras* ou de *seguro* para concentrar certos perfis que seriam rechaçados nas demais unidades, dentre eles uma variedade de pessoas presas que destoam dos padrões de masculinidade valorizados no universo prisional, como as *bichas*, *monas*, *travestis* e os *envolvidos* (Zamboni, 2017).

Por seu turno, Ferreira (2014) discorre sobre como uma ala específica, ou a histórica reunião de acusados/condenados por crimes sexuais e mulheres transexuais/travestis nos mesmos pavilhões dos presídios, passa a ser produzida, no Presídio Central de Porto Alegre, pela narrativa da segurança, de um território seguro. Passos (2014) disserta também acerca da construção da ala LGBT no mesmo presídio, mostrando como sua materialização se deu através da produção discursiva de um sujeito situado e legítimo, invariavelmente oprimido e vitimizado, sem plena autonomia, cuja vida está em permanente risco e cuja preservação da integridade física não depende apenas de si.

A recente pesquisa de Vanessa Sander, por sua vez, mostra como a construção de uma ala LGBT em uma penitenciária masculina na região metropolitana de Belo Horizonte (frequentemente lembrada como a primeira experiência desse tipo) se deu como uma medida de “humanização do sistema penitenciário mineiro”, apoiada em dois principais pilares, “a proteção contra a violência sexual e a garantia da livre expressão de gênero e sexualidade” (Sander, 2021, p. 24) e com especial atenção para a figura da “travesti presa”, tratada simultaneamente como um corpo potencialmente violador e provavelmente violável; e como a “gestão de populações específicas nas prisões não é pensada a contrapelo da garantia de direitos, mas em estreita conexão com tal semântica” (Sander, 2021, p. 105).

Esta longa abertura, perseguindo os sentidos de *seguro prisional* em diferentes pesquisas (sem a pretensão de ser um levantamento exaustivo), objetivou mostrar seu caráter polissêmico. Entendo, assim, que não se pode defini-lo de antemão ou atribuir a ele qualquer sentido fixo, que não seja construído de forma contextualizada e relacional. Há, não obstante, elementos que ressoam entre esses mais diferentes sentidos de seguro, e binômios como proteção/aniquiração, vulnerabilidade/risco, visibilidade/invisibilidade que aparecem em muitos deles.

Nesse contexto, tentarei demonstrar, tendo esses binômios como parte constituinte do sentido, de que maneira o presídio Evaristo de Moraes (PEM) passa a ser alçado ao lugar de um *espaço de acolhimento*, ao passo que suas más condições de aprisionamento são denunciadas em todos os documentos trabalhados e ensejam, inclusive, uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em agosto de 2019, como se verá mais adiante.

## **“O EVARISTO É UM MODELO QUE A GENTE TÁ FAZENDO”: A EDIFICAÇÃO DO PEM COMO ESPAÇO SEGURO PARA A POPULAÇÃO LGBT PRESA**

O PEM, ou *galpão da Quinta* – como é popularmente chamado, por ter sido originalmente construído para ser um galpão da Secretaria de Transportes e Obras do Estado –, localiza-se no bairro São Cristóvão, na zona norte da capital fluminense, e reúne acusados e condenados por crimes sexuais e assassinatos, tipificações que, como diziam os agentes penitenciários, constituíam a *escória do crime*, além das chamadas *minorias*.

Como não fora construído para alojar pessoas, suas alas não possuíam paredes do chão ao teto, o que facilitava a entrada de animais. Além disso, em razão do pavilhão que abrigava os presos estar em um nível abaixo (praticamente um subsolo), o espaço era extremamente úmido e contaminado pelo mau cheiro.

A menção ao PEM como principal destino e *modelo* prisional de *acolhimento* da população LGBT era recorrente nas entrevistas realizadas com atores institucionais, menção que remetia a tempos muito anteriores à confecção da Resolução SEAP 558/2015, e que indicava aquele espaço como histórico destino preferencial das pessoas LGBT que eram presas.

Por esse motivo, uma visita conjunta dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da população LGBT<sup>4</sup> ao PEM foi realizada em fevereiro de 2015. Nos meses subsequentes, a equipe do Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro percorreu outras quatro unidades prisionais que concentravam travestis e transexuais presas, realizando com elas entrevistas sobre sua condição de aprisionamento. As visitas culminaram na confecção do “Relatório da Situação das Pessoas LGBT Encarceradas no Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015a).

Por um lado, o relatório destaca o “gravíssimo cenário” encontrado nos presídios (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015a, p. 8), o qual foi exposto pela Defensoria em sessão ordinária do Conselho em abril de 2015, que culminou em acordo pela edição da Resolução em maio daquele ano pela SEAP. Por outro, indica que “especificamente na Unidade Prisional Evaristo de Moraes, observou-se um ambiente de mínimo acolhimento e respeito, apesar da existência de problemas relacionados à saúde, bem como à revista e visita íntimas” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015a, p. 7).

A justificativa para a caracterização do presídio como local de “acolhimento” seria a faculdade, por discricionariedade do diretor, dada às travestis e transexuais de manterem “cabelos longos, utilizar vestuário feminino, receber objetos pessoais de uso feminino” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015a, p. 7), além de, geralmente, serem tratadas pelo nome social.

À diferença de presídios *modelos de acolhimento* de pessoas LGBT em outros estados, no PEM não há uma ala específica designada a elas. Como enunciado na cena introdutória deste artigo, as únicas galerias distintas no presídio à época eram duas destinadas a pessoas evangélicas, além de uma destinada a pessoas idosas, situada perto da entrada do pavilhão.

Em outros estados, a implementação das alas, frequentemente acompanhada de divulgação midiática, é considerada uma *boa prática* institucional, já que cria, em

---

4 O Conselho estadual dos direitos da população LGBT, do qual a Defensoria faz parte, foi criado sob o mandato de Sérgio Cabral, em abril de 2009, a partir das resoluções da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT 50 do Rio de Janeiro, ocorrida no ano antecedente.

tese, espaços considerados de menor perigo, especialmente para mulheres transexuais e travestis. De toda forma, uma ala específica, ou um presídio *seguro* passam a ser produzidos pela narrativa de um território alinhado aos *direitos humanos*.

Dessa maneira, a pesquisa ilumina, em consonância com outras pesquisas aqui indicadas, uma edificação do PEM como um lugar *seguro*, em que se implementam políticas públicas para uma população considerada *vulnerável*, a *população LGBT* presa. Políticas públicas estas produzidas por atores *de fora* dos muros prisionais, ancoradas em preceitos dos *direitos humanos*, como ilustram os excertos de entrevistas reproduzidas abaixo:

Coordenador do Programa Rio Sem Homofobia: Daí um trabalho bacana que tá sendo feito, primeiro lugar assim, como a população LGBT não é tão grande dentro do sistema, a ideia é tentar, principalmente os gays e as travestis e transexuais, concentrarem essa população em algumas unidades penitenciárias. [...] Mas o que a gente tem visto é que a maioria absoluta prefere ir *pro* presídio Evaristo de Moraes, aonde estão os outros presos e presas LGBTs. Por quê? Porque você começa a ter ali uma condição de avaliar também qual tipo de necessidade, qual tipo de assistência, até *pra* gente ter um projeto, um plano piloto, aplicar ali *pra* gente ver depois como colocamos em prática (entrevista concedida em 20.05.2015)

Assessora SEAP: O ponto básico era, existiam travestis dentro do Evaristo de Moraes, ele sempre foi um ponto, só que o sistema não tinha ainda aquele olhar em cima das travestis [...] aí nós começamos a mudar as coisas, melhorar [...] Mas o polimento mesmo maior foi em 2015, com a criação da Resolução 558, que aí sim elas começaram a ter os mesmos direitos das mulheres dentro do Sistema Penitenciário. Agora o cabelo cresce, a maquiagem entra, são umas meninas lindas ali.

Pesquisadora: E existe essa política de tentar direcionar essa população LGBT mais *pro* Evaristo mesmo, é uma demanda das presas...ou?

Assessora SEAP: A princípio sim, só que os regimes são diferentes. No Evaristo é quem tá *sumariando* e fechado, fechado.<sup>5</sup> Quando vem *pro* semiaberto, ele

---

<sup>5</sup> O preso que está *sumariado* é aquele preso preventivamente, ou seja, ainda não julgado. Já o preso em regime fechado é aquele já condenado que cumpre a pena, em geral superior a oito anos, dentro de um estabelecimento prisional.

vai *pra* Bangu, *pra* ir *pro* Plácido de Sá Carvalho. A porta de entrada agora tá direcionando também *pra* Gericinó, tá direcionando *pra* Volta Redonda, porque o sistema tá sobrecarregado. O sistema foi construído *pra* 27 mil e 600 presos, e nós estamos com 51 mil.

Pesquisadora: Entendi. E vocês tem alguma perspectiva de ampliação desses direitos da população LGBT? Trabalham em qual sentido hoje?

Assessora SEAP: Não, eu acho assim que os direitos hoje todos foram dados, direitos de igualdade, de privilégio não. Fora isso, acho que o que *tava* mais pendente mesmo era a saúde; a saúde foi resolvida então não tem problema mais nenhum [...] O Evaristo de Moraes é um modelo que a gente *tá* fazendo, a gente *tá*, tudo que a gente joga, antes de jogar lá em cima, a gente joga ali pra ver se tudo dá certo. Então eu acho que lá é mais tranquilo (entrevista concedida em 30.8.2016).

Nesse registro, o presídio visitado emerge do discurso de atores institucionais como um espaço seguro, de *acolhimento* a essa *população*, onde as políticas públicas são bem-sucedidas. Por sua vez, esse sucesso deve ser visibilizado, administrado e gerido, e a legitimidade para tanto está ancorada na *vulnerabilidade* e no *risco* que perfazem a existência de uma *população LGBT* privada de liberdade, que deverá estar concentrada para melhor ser administrada e protegida.

A materialização desse presídio como um “modelo”, um lugar em que “a saúde foi resolvida, então não tem problema mais nenhum” e para onde, inclusive, as pessoas colocadas em liberdade querem “voltar”, coloca em foco, portanto, a conjugação fundamental entre aquilo que é enunciável sobre “direitos humanos”, “políticas públicas para grupos considerados vulneráveis” e “funcionalidade do sistema carcerário” (Passos, 2014, p. 35-6).<sup>6</sup>

Por fim, é necessária a ressalva de que tais atores institucionais aqui mencionados não representam a totalidade de atores implicados na constituição das políticas de alas específicas para LGBTI no Brasil, e mais especificamente, no Rio de

---

6 Passos (2014), como já aludido, disserta sobre a construção da ala LGBT no Presídio Central de Porto Alegre, cuja materialização se deu através da produção discursiva de um sujeito em permanente risco, que deve ser protegido. Por sua vez, Marques (2018) demonstra de que maneiras as próprias tentativas de humanização e democratização da segurança deram emergência ao atual estado de coisas no sistema penal paulista, centralizando sua análise nos discursos democráticos e humanistas como parte constitutiva do afloramento dos problemas da segurança pública no estado de São Paulo.

Janeiro. Como demonstram Zamboni (2020) e Nascimento (2022), essas políticas representam um esforço conjunto, ainda que muitas vezes não coordenado, de movimentos LGBTI+, movimentos sociais ligados aos direitos humanos e setores estatais. No caso da pesquisa de Nascimento (2022), essas políticas são inclusive forjadas a partir da movimentação de atores de fora, mas também de dentro da prisão (funcionários e pessoas presas). No entanto, optei neste artigo por delimitar minha análise aos modos como foram encabeçadas pelos atores institucionais que, de alguma forma, estiveram envolvidos na confecção da Resolução SEAP 558/2015.

## **RELATÓRIOS DE VISITAS E INSPEÇÕES: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS SOBRE O PRINCIPAL DESTINO DA POPULAÇÃO LGBT PRESA NO RIO DE JANEIRO**

Conforme mencionado na introdução, parte da pesquisa foi realizada por meio da análise qualitativa de resoluções, normativas e relatórios. Nesse tópico, invisto especificamente na análise de relatórios oriundos de inspeções no Presídio Evaristo de Moraes realizadas por órgãos de fiscalização, no caso, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ).

Por meio de um pedido de acesso à informação,<sup>7</sup> em que solicitei a integralidade dos relatórios de visitas realizadas pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro ao PEM, entre 2014 e 2020, foram-me disponibilizados dois documentos: o primeiro, relativo a duas visitas, realizadas em 30 de abril e 12 de maio de 2015; e o segundo relativo a uma visita realizada em 11 de abril de 2017.<sup>8</sup>

Em relação ao primeiro relatório, foi apontado como motivo da realização de duas visitas em um espaço tão curto de tempo uma série de empecilhos à vistoria colocados pela administração prisional do presídio. A equipe, que possui prerro-

---

7 A Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à informação, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previstas na Constituição Federal.

8 Conforme já sistematizado por Godoi (2019, p. 144-45), "cada 'Relatório de Visita à Unidade Prisional' analisado registra: nome e endereço da unidade inspecionada; os defensores e auxiliares que realizaram a inspeção e os dispositivos legais que fundamentam a fiscalização; as características da unidade, a facção hegemônica, a capacidade oficial e a população reclusa no dia; a divisão interna do espaço prisional, com descrição de celas e galerias; as dinâmicas de banho de sol, fornecimento de água e alimentação; os serviços técnicos reportados pela direção, especificando número de profissionais e frequência de atendimentos; oportunidades de estudo, trabalho e lazer; efetivo de servidores por plantão e suas condições de alojamento e trabalho; dinâmica de visitação familiar e íntima; observações decorrentes das entrevistas com os presos; considerações gerais; e, finalmente, recomendações. Conforme esclarecimentos prestados pela coordenação do Nuspen, cada relatório demora cerca de um mês para ser feito e é encaminhado por correio eletrônico à própria unidade, à Seap, à Vara de Execuções Penais (VEP), ao MP e a outras autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário".

gativa para a realização de vistorias sem a necessidade de aviso prévio, relatou ter esperado mais de uma hora e meia para acessar as galerias do PEM no primeiro dia, bem como as intimidações sofridas pelos presos perpetradas por agentes prisionais, compelindo-os a não encaminharem qualquer reclamação, exceto aquelas que fossem referentes ao atendimento da própria Defensoria Pública.

Foi relatado, ainda, o impedimento de uso de registros audiovisual e fotográfico e uma série de outros “embaraços criados [...] para realização da vistoria” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015b, p. 02), como a vigilância realizada pelos agentes prisionais no momento da inspeção e das entrevistas, sendo a conduta inadequada do então diretor do presídio diversas vezes destacada. Na visita, foi verificada uma superlotação prisional da ordem de 127,7% em relação à capacidade do presídio.

Já a segunda visita, em 12 de maio de 2015, foi realizada em conjunto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ). Havia ocorrido também a recente mudança na direção do PEM, o que possibilitou, segundo o relatório, uma “total liberdade para conversa com os presos” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015b, p. 32).

Ao descrever a distribuição das galerias e celas, o relatório indica a existência dos espaços de isolamento, com três celas, e do chamado *seguro*, com sete celas. Importante ressaltar que o *seguro* no PEM, à diferença de outros estabelecimentos prisionais, é destinado aos presos que estão em transferência, sendo em tese, um espaço de alocação provisório. Apesar das condições precárias de estrutura serem observadas em todo o pavilhão prisional, é nessas celas que a suspensão de condições mínimas de existência se faz mais forte, segundo o Relatório:

A pior situação de higiene encontrada foi na galeria destinada ao “isolamento”, onde observamos condições totalmente sub-humanas. Uma das celas estava sem luz, com água acumulada, lixo, fezes e dejetos. No início, em um canto, fica acumulado o lixo (todo o ambiente de umidade e junção de diversos resíduos é um campo fértil para proliferação de pequenos vermes e insetos). A sujeira caminha por toda a extensão da cela, fazendo uma espécie de fossa em local fechado e ainda com ausência de luz. Quanto à limpeza, não há; os presos, apesar de serem os responsáveis por esta, não contam com material de limpeza, como já acima relatado e nenhuma ajuda de funcionários da SEAP.

[...] Nas celas destinadas ao seguro, onde os presos permanecem por não poderem conviver com o efetivo carcerário, enquanto aguardam transferência para outra unidade, encontramos presos que lá estão há 3,4,7 meses e até há mais de um ano!!!

Observa-se que essas celas têm a característica de provisoriedade, devido à falta de estrutura e porque os presos que lá estão não possuem acesso a televisão, rádio, cantina, escola, lazer, têm visitação restrita, entre outras coisas, o que agrava ainda mais o cumprimento de sua pena (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015b, p. 23-25).

Questões sobre a assistência religiosa católica e evangélica também são tratadas, sendo enfatizada a existência de celas reservadas para os presos evangélicos, onde se observou nítida “diferença para as demais celas em termos de limpeza e estrutura, parecendo que esses presos têm (sic) um tratamento diferenciado na Unidade” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015b, p. 29), possuindo acesso a materiais de limpeza, colchões e roupas de cama.

Esse relato não difere daquele que inaugura o artigo, em que descrevo a necessidade das pessoas trans rasparem os cabelos e se vestirem com roupas consideradas masculinas, como se numa adequação à conversão evangélica, que as possibilitaria habitar um lugar de melhores condições. Uma conversão, portanto, que não remete apenas a uma conversão religiosa, mas que implica numa conversão da ordem do ser, uma negociação do corpo pela religião, pelo espaço, por um conjunto de relações, em um movimento de possibilidades de agências, não obstante, marcadas por um rebaixamento ostensivo, representado pelas condições de extrema necessidade.

A existência das galerias evangélicas, bem como a existência das celas de isolamento, nos faz pensar que, apesar de inexistir de maneira institucionalizada um *seguro do seguro* para pessoas trans ou LGBT no PEM, esses lugares de certa maneira desempenham tal função, no primeiro caso num sentido próximo àquele de proteção; e no segundo, num sentido muito mais próximo àquele de castigo.

Prosseguindo com o relatório de inspeção, para além das questões de infraestrutura do presídio, a alimentação é classificada como de péssima qualidade, vindo muitas vezes estragada e fora do horário estipulado. A água, por sua vez, não é potável, como mostra uma foto juntada pela Defensoria Pública, em que é possível ver a proliferação de larvas e insetos na água, utilizada inclusive para consumo.

Em relação à saúde, aponta-se a existência de muitos internos com tuberculose, pneumonia e Aids, dentre outras doenças, além da inexistência de medicamentos, o

atraso em sua oferta ou sua insuficiência. Os presos eram enviados para o Hospital Hamilton Agostinho em Bangu apenas quando estavam “no fim de suas forças” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2015b, p. 39). Ou seja, iam para o hospital apenas para que pudesse ser constatado o óbito.

O segundo Relatório da Defensoria, de abril de 2017, principia também com a exposição de um conflito com a administração do presídio, que, sob nova direção, desaconselhou a realização da vistoria no dia, justificando que estaria sendo realizado naquele momento o procedimento denominado pelo diretor de “revista geral” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017, p. 2), em que os presos ficavam nus, o que traria a eles constrangimentos. Nesse momento, a equipe de inspeção avistou presas transexuais sendo revistadas sem roupas na frente de ISAPs (Inspetores de Segurança e Administração Penitenciária) e dos demais presos, o que, conforme o relatório, violaria o disposto no artigo 7º da Resolução SEAP 558/2015.

O relatório (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017, p. 6) chama atenção para o fato de o presídio ser “neutro” (ou seja, sem predominância de alguma facção) e para a grande concentração de pessoas LGBT ali alocadas, o que faria do espaço um presídio “referência” (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017, p. 14) para pessoas trans e travestis no Rio de Janeiro.

Além disso, na data da vistoria, o PEM estaria com um percentual de ocupação de 172%. No seguro e no isolamento, as condições de estrutura se assemelhavam àquelas descritas no relatório de vistoria de 2015, sendo verificada, ademais, a ausência de luz em tais espaços. O documento destaca ainda o grande número de relatos de espancamentos dos presos pelos agentes, principalmente daqueles cumprindo sanção disciplinar, bem como a ocorrência de sessão de tortura no corredor em frente ao isolamento (tendo uma delas ocorrido no dia anterior à inspeção).

Há denúncias também de xingamentos frequentes, inclusive quando os presos solicitavam assistência médica. Preferiam *sofrer em silêncio*, quando doentes ou machucados, a solicitar atendimento e serem violentados pelos agentes. A equipe, diante dos relatos, solicitou à direção que fossem cedidas as imagens das câmeras do circuito interno de segurança, porém a resposta recebida foi de que as câmeras daquele setor não estavam funcionando.

Mais adiante, o relatório concentra-se, especificamente, na situação de transexuais e travestis alocadas no presídio:

Durante a vistoria a equipe conversou com dezenas de presas travestis e transexuais, que por escolha ficam espalhadas nas celas coletivas. As internas relata-

ram que são tratadas de forma discriminatória e sofrem xingamentos de cunho transfóbico constantemente por parte dos agentes penitenciários e não recebem tratamento conforme sua identidade de gênero. Relataram também que o nome social delas não é respeitado. Foram ouvidas reclamações especialmente contra o agente X<sup>9</sup> que costuma dizer que as internas transexuais e travestis são homens e as xinga de “monstro”, dentre outros nomes pejorativos.

Vale pontuar que a Resolução n° 558/15 da SEAP garante o respeito à identidade de gênero e veda o tratamento discriminatório por funcionários do sistema penitenciário, conforme o disposto no art. 1° da referida Resolução. Sobre o desrespeito ao nome social das presas, agentes e servidores da Unidade relataram que isso ocorre em razão da SEAP não possuir cadastro adequado para os presos e presas transexuais e travestis, o que viola o art.2, § 2° da Resolução 558/15.

As presas transexuais e travestis relataram também que dependem exclusivamente dos visitantes para ter acesso ao tratamento hormonal adequado, pois o medicamento não é fornecido pelo Estado. Muitas não recebem visitas e por isso não conseguem dar continuidade ao tratamento.

[...] Sabendo da latente falta de informação existente no Sistema Prisional Fluminense, a equipe distribuiu uma cartilha preparada pelo Núcleo de Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS) da Defensoria Pública em conjunto com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) com informações e dúvidas frequentes acerca dos direitos e deveres da população LGBT no cárcere, determinadas na Resolução n° 558/15 da SEAP. Foram entregues cartilhas para internas e internos LGBTs, assim como para os agentes penitenciários, professores e profissionais de saúde. Apesar da cartilha ter sido elaborada em parceria com a SEAP, muitos funcionários e presos disseram desconhecê-la (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017, p. 15-16).

Questões sobre o fornecimento de água e sua falta de potabilidade, má qualidade da alimentação, ausência de banho de sol adequado, precariedade da infraestrutura do presídio, ausência de higiene e umidade excessiva são também indicadas no relatório, que traz ao final uma série de recomendações ao poder público. Estas abrangem também a necessidade de capacitação de todos os funcio-

---

9 Nome retirado para preservar a identidade do agente.

nários lotados no PEM, visando sua sensibilização e conhecimento sobre os direitos das pessoas LGBT privadas de liberdade; o fim da revista íntima de pessoas trans em conjunto com outros presos e o fornecimento de medicamentos hormonais a presas trans, garantindo seu acesso ao tratamento, em respeito ao art. 9 § 1º da Resolução SEAP nº 558/2015.

Além dos relatórios da Defensoria Pública, foram consultados dois relatórios elaborados pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RJ),<sup>10</sup> ambos disponíveis no site do Mecanismo: o Relatório Mulheres, meninas e privação de liberdade (MEPCT/RJ, 2016) e o Relatório Temático Sistema em Colapso (MEPCT/RJ, 2018).<sup>11</sup>

O primeiro relatório, como o nome indica, concentrou-se essencialmente na situação de pessoas trans no presídio, sendo que a visita ao PEM foi a única visita a um presídio classificado como masculino para a confecção do documento. Durante a visita, a equipe do MEPCT/RJ ouviu “relatos de tortura contra presas transexuais e travestis suspeitas de portarem entorpecentes, as quais tiveram uma mangueira enfiada no ânus, foram xingadas e humilhadas”, além de “relatos de agressões perpetradas por agentes do Serviço de Operações Especiais (SOE) durante o transporte das presas” (MEPCT/RJ, 2016, p. 53).

O relatório destaca, ainda, que “as únicas pessoas nas celas de isolamento no dia da inspeção eram mulheres transexuais – uma estava isolada por suposto desrespeito às ordens do inspetor e outra por suposto porte de drogas, fatos que ensejaram sanção disciplinar” (MEPCT/RJ, 2016, p. 53). O relatório conclui, pelos relatos, que a maior violência sofrida pelas presas trans em relação à identidade de gênero envolvia os agentes da SEAP, e não o coletivo de presos.

O segundo relatório, que foca nas questões sanitárias das instituições prisionais no Rio de Janeiro, destina boa parte das considerações ao PEM. Um dos importantes destaques feitos pela equipe foi a criação, em maio de 2018, da Coordenação de Unidades Prisionais Femininas e Cidadania LGBT (COFEMCI) pela SEAP, que dentre suas iniciativas informadas, estariam “a implantação do projeto lilás, para dar conta de apoio a mulheres que passaram por violência doméstica; e as visitas nas unidades femininas e que possuam presos e presas LGBT para mapeamento das necessidades e demandas desses grupos” (MEPCT/RJ, 2018, p.

---

10 O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) foi criado pela Lei Estadual n. 5.778 em 2010, tendo por finalidade planejar e conduzir visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade, verificando as condições em que se encontram submetidas as pessoas privadas de liberdade, a fim de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes.

11 Disponíveis em <http://mecanismorj.com.br/> (acesso em 10/04/2022).

106). Como se vê, a SEAP, uma vez mais, investe recursos na implementação de políticas voltadas às pessoas LGBT presas.

O documento volta a mencionar o PEM como sendo a unidade com maior contingente de presas trans, onde a hormonização persistia sendo realizada apenas por meio de entrega de hormônios por familiares, cuja aplicação era acompanhada pelo médico da unidade. Destaca também a superpopulação do presídio, contando em novembro de 2018 com 3872 presos (o que seria o equivalente a 259% da capacidade). Nas recomendações ao final do relatório, clama-se (como de praxe) pelo respeito aos dispositivos da Resolução SEAP 558/2015, como o direito ao nome social, ao tratamento hormonal, a adequada formação de servidores no que se refere ao tratamento dispensado à população LGBT (MEPCT/RJ, 2018).

A constante menção aos dispositivos da Resolução SEAP 558/2015 em todos os relatórios trabalhados, e ao seu insistente descumprimento ao longo dos anos, apontam para as limitações da elaboração de normativas que acabam “servindo apenas para produzir uma jurisprudência a ser evocada como as demais leis, normas e convenções cotidianamente postas em suspensão pelo funcionamento ordinário das prisões fluminenses” (Godoi, 2019, p. 154).

As descrições das condições de aprisionamento nos relatórios trabalhados denotam uma completa falta de mobilização por parte da SEAP em fazer cumprir dispositivos por ela mesma criados. Essa inoperância reforça o argumento de que, ainda que exista um esforço por parte da SEAP, bem como de outras instituições, em publicar resoluções e criar iniciativas de caráter progressivo no campo de gênero e sexualidade, o que se vê, na prática, é sua completa inocuidade.

Por fim, o último documento analisado foi uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que, em agosto de 2019, concedeu medidas cautelares – recurso utilizado em situações de gravidade ou urgência – em favor das pessoas privadas de liberdade no PEM (CIDH, 2019),<sup>12</sup> requerendo a adoção pelo Estado brasileiro de ações urgentes, visando à prevenção de danos irreparáveis às pessoas que se encontrem sob sua jurisdição. A medida foi solicitada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sob alegação de que os internos enfrentavam graves condições de detenção e falta de assistência médica adequada.

Na decisão, a Comissão informa que a solicitante reportou que, em abril de 2019, o Presídio Evaristo de Moraes estava com uma taxa de superlotação de 252,17%, o que era particularmente preocupante do ponto de vista sanitário. Um

---

12 Disponível em <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2019/40-19MC379-19-BR-PT.pdf> (acesso em 05/06/2022).

quadro com o número de mortes registradas no presídio, anexado no requerimento pela Defensoria, também é exposto na decisão, revelando a ocorrência de 147 óbitos de 2008 a abril de 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos atores institucionais, as normativas, os relatórios de vistoria e os relatos etnográficos que compõem o material deste artigo desnudam as condições da edificação de um presídio em péssimas condições como um modelo de *acolhimento* para pessoas LGBT presas.

Assim, o trabalho mostra a construção de políticas públicas para essas pessoas, como sua concentração em um presídio *seguro*, instrumentalizada por atores institucionais que se dizem comprometidos com uma agenda de *direitos humanos*. Esse seguro ganha, então, contornos de uma política que visa à proteção de *vulneráveis*, perfectibilizando um nó entre *risco* e *vulnerabilidade*. Ao contrário de outros espaços também considerados *seguros*, aqueles destinados a LGBTs são frequentemente visibilizados, alçados à categoria de *boa prática* institucional.

Entretanto, esse *seguro* intencionalmente visibilizado carrega também uma dimensão de invisibilidade, representada pelas condições de extrema precariedade de seu espaço físico, pela má qualidade da alimentação e da água, pela umidade e sujeira das celas, pela presença de animais e insetos, pelo chão frio, que quando em contato com a pele de corpos siliconados, produz feridas.

A invisibilidade é ainda potencializada quando as celas de isolamento – que na cena introdutória abrigam duas trans em castigo, por apenas terem agido como permitido pela tão comentada Resolução SEAP 558/2015 – são ainda mais sujas, mais fétidas, mais úmidas e mais escuras. Esses são, ademais, os locais preferenciais dos espancamentos perpetrados pelos agentes penitenciários, como mostra um dos relatórios da Defensoria Pública. São os locais onde as câmeras de segurança e as luzes estão permanentemente fora de funcionamento, fora do que é visível. O PEM, portanto, considerado espaço de *proteção* da população LGBT, é também espaço de aniquilação.

Os relatórios e a decisão da CIDH, publicados entre 2015 (ano de implementação da Resolução SEAP 558/2015) e 2019, mostram o avanço das condições de insalubridade, o aumento progressivo da superpopulação do presídio (que de 127,7% em 2015 passa a 259% em 2018), um número elevadíssimo de mortes etc. Mostram também a proliferação de iniciativas da SEAP, como a criação da Coordenação de Unidades Prisionais Femininas e Cidadania LGBT (COFEMCI) em 2018, com o

fim de mapear os principais problemas enfrentados, que, na verdade, estão desde sempre escancarados e, como o artigo mostra, devidamente documentados.

Na entrevista, a assessora da SEAP diz que, apesar da sua tentativa de monitoramento e de concentrar a população LGBT no presídio Evaristo de Moraes, e dos esforços empreendidos na implementação da Resolução SEAP 558/2015, que deu um "polimento maior", inoportunamente o "sistema tá sobrecarregado".

O *Estado*, ente intrinsecamente masculino (Brown, 2006) e abstrato, pensado como substância dotada de unidade e coerência (Abrams, 2006) é, nesse contexto, preservado, uma vez que a resolução dos problemas não dependeria de sua esfera de atuação (da SEAP, no caso). O *sistema* que nasce sobrecarregado e assim permanece eternamente, que "não tinha ainda aquele olhar em cima das travestis", passa a tê-lo por meio da constituição do *seguro* e da formulação de normativas. O *sistema*, de outra parte, que é deficiente, que está *em crise*, possui, em contrapartida, um espaço eficiente de incidência de políticas públicas vinculadas a um status de *sucesso*, que o desvinculam do fracasso institucional da prisão como um todo.

É, então, o problema do *sistema*; também é, por vezes, o problema na ponta do serviço, uma vez que a SEAP se mostra preocupada em oferecer capacitação aos seus agentes penitenciários, que insistem em desrespeitar as normativas; são a infraestrutura e as instalações inadequadas do presídio; é a *crise* do sistema penitenciário. Diz-se que são, no entanto, os pequenos desarranjos (ditos aleatórios e contingenciais) que, ao serem eventualmente consertados, colocarão esse *Estado* em um local de excelência e completude.

Esses desarranjos não são, contudo, nem aleatórios, nem contingenciais, mas condições absolutamente centrais. Condições que demonstram as contradições fundamentais de um *Estado* que constrói políticas públicas progressistas, e que de alguma forma se vale desse papel de provedor dos direitos humanos de pessoas LGBT para sua promoção; mas que ao mesmo tempo produz concretamente nas carnes e corpos dessas pessoas o lugar efetivo a elas destinado, um lugar de abjeção (Butler, 2000) – representado pela sua alocação em um presídio cuja existência e funcionamento ensejaram, inclusive, uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos exigindo providências do Estado brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip (2006). "Notes on the Difficulty of Studying the State". In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs.). *The anthropology of the state: a reader*. Malden, MA: Blackwell, p. 112-30

- BOLDRIN, Guilherme (2015). *Monas, envolvidos e o crime: etnografia com travestis e homossexuais em uma prisão paulista*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais). São Carlos: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.
- BOLDRIN, Guilherme (2017). *Desejo e Separação: monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos.
- BRASIL (2011). Lei nº 12.527/2011 – *Lei de Acesso à Informação*. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://bit.ly/30o3vG6> (acesso em 01/08/2022).
- BROWN, Wendy (2006). “Finding the Man in the State”. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs.). *The anthropology of the state: a reader*. Malden, MA: Blackwell, p. 187-210.
- BUTLER, Judith (2000). “Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 110-27.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH) (2019). *Resolução 40/2019 – Medida cautelar nº. 379-19*. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2019/40-19MC379-19-BR-PT.pdf> (acesso em 10/10/2022)
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) (2020). *Resolução nº 348 do CNJ*. <https://atos.cnj.jus.br/files/original172444202010155f8885dcb6722.pdf> (acesso em 28/10/022).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) (2021). *Resolução nº 366 do CNJ*. <https://atos.cnj.jus.br/files/original1929582021012560of1c369fdc6.pdf> (acesso em 28/10/022).
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA E CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (2014). *Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014*. <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpec/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view> (acesso em 31/10/2022).
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2015a). *Relatório da Situação das Pessoas LGBT Encarceradas no Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro*. [https://fesudeperj.brdeploy.com.br/arquivos\\_material/2016.09.11-14.17.2020MAT15-LIVIACASSETRES-Relatorio-LGBT-encarceradas3.pdf](https://fesudeperj.brdeploy.com.br/arquivos_material/2016.09.11-14.17.2020MAT15-LIVIACASSETRES-Relatorio-LGBT-encarceradas3.pdf).
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2015b). *Relatório de visita à unidade prisional*. Data da fiscalização: 30 de abril e 12 de maio de 2015.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2017). *Relatório de visita à unidade prisional*. Data da fiscalização: 11 de abril de 2017.

- EILBAUM, Lucía et al (2019). *Por uma abordagem etnográfica dos "direitos humanos": conflitos, moralidades e direitos*. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 47, p. 8-31. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42114>
- Estado do Rio de Janeiro (2015). *Resolução nº 558 de 29 de maio de 2015: Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Administração Penitenciária.
- FASSIN, Didier (2005). Governar por los Cuerpos, Políticas de Reconocimiento Hacia los Pobres y los Inmigrantes. *Educação*, v. 28, n. 2, p. 201-26. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/414> (acesso em 31/10/2022).
- FERREIRA, Guilherme Gomes et al (2019). *A criação de alas ou galerias específicas para LGBTs presos como 'política penitenciária': contradições e disputas*. Revista Sociologia Jurídica, n. 28, p. 21-36. <https://sociologiajuridicadotnet.files.wordpress.com/2019/03/rev-soc-jur-28-completo-1.pdf>. (acesso em 07/07/2022)..
- FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar; GOULART, Vincent Pereira (2019). A criação de alas ou galerias específicas para LGBTs presos como 'política penitenciária': contradições e disputas. *Revista Sociologia Jurídica*, n. 28, p. 21-36. <https://sociologiajuridicadotnet.files.wordpress.com/2019/03/rev-soc-jur-28-completo-1.pdf>. (acesso em 07/07/2022).
- GODOI, Rafael (2019). A prisão fora e acima da lei. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 141-60. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.161053>.
- MALLART, Fábio (2019). *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Adalton (2009). *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Adalton (2018). *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo: IBCCRIM.
- MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (2016). *Relatório temático: Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade*. <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres.pdf> (acesso em 30/10/2022).
- MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (2018). *Relatório Temático Sistema em Colapso*. <https://drive.google.com/file/d/1N28jgO9itWLWt10rxiz3dlgEdNUFIRxCw/view> (acesso em 31/10/2022).

- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo (2020). Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, e57687. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157687>.
- NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo (2022). Fanzines e protagonismo LGBTI+ na formação da política penitenciária do Ceará. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 3, e80427. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n380427>.
- PASSOS, Amilton Gustavo da Silva (2014). *Uma Ala Para Travestis, Gays e Seus Maridos: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RAMALHO, José Ricardo (2002). *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM.
- SANDER, Vanessa (2021). *Pavilhão das sereias: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura (2017). O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, e175101. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>
- ZAMBONI, Marcio (2017). O barraco das monas na cadeia das coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, v. 4, p. 93-115. <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135>. (acesso em 05/08/2022).
- ZAMBONI, Marcio (2020). *A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

# A construção social do corpo e de si mesmo nos esportes coletivos

*The social building of the body and the self in collective sports*

Eduardo Fernandes Nazareth<sup>a</sup> 

**Resumo** Em trabalho de campo para uma pesquisa sobre esportes coletivos, uma série de relatos de um jogador de basquete chamou a atenção. Tratava-se de descrição de suas dificuldades de adaptação ao modo de jogar da nova equipe, algo comum entre jogadores nos esportes coletivos. O presente artigo se debruça sobre o caso desse jogador, explorando várias dimensões de seu relato e mobilizando alguns importantes referenciais teóricos no tratamento da questão. A análise dos relatos nos permitiu melhor compreender a complexidade dos aspectos envolvidos nos processos de construção do corpo atlético, sua relação com o *ser jogador*, e com o contexto em que isso geralmente ocorre – o da constituição de uma equipe –, revelando ainda a formação da dimensão *intercorporal* própria do jogar coletivo e da experiência dos mundos dos jogos esportivos coletivos.

**Palavras-chave** Esportes. Esportes coletivos. Corpo. Equipe. Treinamento.

**Abstract** *In fieldwork for research on team sports, a series of reports from a basketball player caught my attention. It was a description of their difficulties in adapting to the new team's way of playing, something common among players in team sports. The present article looks into the case of this player, exploring several dimensions of his report and mobilizing some important theoretical references in the treatment of the issue. The analysis of the reports allowed us to better understand the complexity of the aspects involved in the processes of construction of the athletic body, its relationship with being a player, and with the context in which this usually occurs - that of the constitution of a team - also revealing the formation of the intercorporeal dimension proper to collective play and the experience of the worlds of collective sports games.*

**Keywords** Sports. Collective Sport. Body. Team. Training.

---

<sup>a</sup> Doutor em Sociologia pelo IESP UERJ.

## INTRODUÇÃO

Este artigo trata do processo de formação dos corpos dos praticantes de esportes coletivos a partir do estudo do caso de adaptação de um jovem jogador de basquete a um novo time, em um importante clube do Rio de Janeiro. A questão se insere no contexto de uma pesquisa maior, cujo objetivo foi o de compreender como a prática de esportes coletivos tradicionais, como o basquete, o futebol ou o voleibol, produz uma experiência intersubjetiva singular, desafiadora, excitante e envolvente. Essa pesquisa mais ampla buscou na forma prática do jogo esportivo o elemento central da explicação da constituição desse tipo de experiência. Tal pesquisa pretendeu

[...] a partir de um olhar microssociológico, apoiado sobre referências teóricas fenomenológicas e pragmáticas, compreender o fenômeno do jogo esportivo – especialmente do jogo esportivo coletivo – abordando-o como experiência efetivamente vivida pelos praticantes, isto é, como uma experiência prática, intersubjetiva, íntegra e total, que em seu enquadramento e organização envolve e interliga o outro, o corpo, os objetos, o espaço e o tempo, com um sentido intenso de vida. Voltamos o olhar para uma diversidade de aspectos práticos fundamentais à constituição da realidade do jogo e ao tipo de experiência que ele é capaz de proporcionar entre os jogadores [...]. Os traços de complementaridade e mútua referencialidade entre as ações, a circularidade lógica e a progressividade temporal de todo o complexo interativo, apoiados em um núcleo de disputa capaz de aderir toda a atenção e as energias ao *aqui e agora*, geram uma zona intersubjetiva de grande poder de atração, tornando a atividade envolvente e arrebatadora. (Nazareth, 2015a, p.59-60)

A dimensão afetiva é uma das dimensões fundamentais implicadas no aspecto de integração e totalidade intersubjetiva dessa experiência coletiva. Isto é, o estabelecimento de um desafio e a sustentação e a renovação do ímpeto do jogador do início até o final do jogo. Visando desenvolver elementos teóricos mais consistentes acerca do tema, incluindo o papel do corpo na presentificação do mundo desafiador do jogo, produziu-se um trabalho em que se pretendeu

[...] compreender um aspecto constitutivo fundamental à experiência de jogar, a energia [...], como ela é mobilizada, concentrada e continuamente realizada nos jogos esportivos, em ações que se ordenam por uma forma de atividade, determinando, em razão de sua atuação constituinte e organizadora, uma experiência

prática singular. Considera-se fundamental entender o papel desempenhado por uma espécie de “circuito de energia” gerado pela forma prática dos jogos esportivos coletivos, que se mostram capazes de penetrar e envolver profundamente os participantes e seus corpos no ambiente, em uma mesma linha simultânea e sucessiva de eventos arrebatadores que a competição, nesses termos, acaba por gerar, acirrando o que se considera aqui ser, diante desse envolvimento obtido, uma relação íntegra e total entre *ser jogador* e *mundo do jogo*. (Nazareth, 2015b, p.601)

No presente artigo, pretende-se explorar, a partir do mencionado estudo de caso, algumas questões envolvidas na gênese social do corpo atlético. Pois, na perspectiva em questão, considera-se fundamental à *presentificação* do *mundo do jogo* entre os jogadores – os sujeitos da prática – não apenas a arquitetura das regras, a forma específica dessa ou daquela disputa esportiva, mas a conversão dessas regras, formas de ação e experiências, nos corpos dos sujeitos. Jogadores são aqui entendidos como *membros*, isto é, como sujeitos dotados de competências básicas, reconhecidas por outros jogadores, para jogar.<sup>1</sup> O reconhecimento dessas competências, entre outras coisas, significa a confiança de que o membro já interiorizou esquemas de percepção e ação. Desse modo, esse mundo pode se rerepresentar e as interações podem se conduzir de modo pouco problemático. Em se tratando de esporte, esse mundo pode então se assentar na dimensão *intercorporal*, que dá uma densidade e intensidade fisicamente sensível ao plano intersubjetivo da prática esportiva coletiva.

Quando falamos de *intercorporalidade*, nos referimos às conexões que se estabelecem entre corpos, objetos e ambiente, que se avivam na experiência real quando estamos em campo e decidimos jogar. Considerar essa interface corporal (e afetiva) é, portanto, ter em conta o suporte em que esse mundo profundamente se enraíza. A *intercorporalidade* é imprescindível à compreensão das propriedades distintivas da *inclusio* esportiva, próprias ao estar imerso na ilusão dessa realidade à parte do jogo (Huizinga, 2005). No fundo, no que concerne à pesquisa em tela e ao programa em que se insere, é disso que o caso a ser analisado tratará.

## O TRABALHO DE CAMPO E O CASO MAURINHO

Esta pesquisa se inicia no trabalho de campo com a equipe profissional de futebol do Nova Iguaçu Futebol Clube. Eu a acompanhei durante o campeonato

---

<sup>1</sup> Para conhecer a relação aqui explorada entre competência, regra, jogo, confiança, intersubjetividade e condição de *membro* de uma comunidade de praticantes, ver Garfinkel (1963).

estadual da 2ª divisão, em 2008. O trabalho prosseguiu, em 2009, com o time de basquetebol juvenil do Fluminense Football Club, do qual fui jogador, entre 1989 e 1994, dos meus 12 aos 18 anos. Após ter me afastado do esporte, regresso ao clube, já com 39 anos, como pesquisador. Retomo uma experiência muito familiar: volto a conviver com as categorias de base do clube em que passei grande parte da minha adolescência, entrando novamente em contato com os sonhos e projetos que um dia experimentei.<sup>2</sup> Acompanhava todas as categorias, concentrando-me, entretanto, no time juvenil, de atletas até 18 anos.<sup>3</sup>

Nesse time jogava o então jovem jogador (hoje treinador das categorias de base do Flamengo) Mauro Macêdo, Maurinho, que se tornou um de meus informantes mais próximos. Coincidentemente, filho de meu ex-treinador nos tempos em que joguei por lá. Maurinho era um dos únicos atletas que morava na zona norte da cidade, onde eu também morava. Sempre voltava para casa com ele e com Marcel, seu amigo, assistente técnico e estagiário, de carona, das Laranjeiras até o Maracanã. Nessas ocasiões, conversávamos sobre o clube, o time, o campeonato, os jogos ou simplesmente eu os ouvia conversando sobre os jogos universitários, a faculdade, as peladas, as noitadas... Entre essas conversas, seus relatos sobre a adaptação ao novo time, que em certo momento daquele ano se tornaram mais frequentes, me chamaram a atenção. Na ocasião, a questão já me parecia muito rica, pois revelava aspectos da formação do corpo do jogador. Esses relatos serão objeto de nossa análise.

Maurinho havia acabado de chegar ao clube. No momento em que o assunto surgiu naquelas conversas, ele começava a construir o entendimento de que sua dificuldade de adaptação ao novo time se relacionava ao fato de ter chegado ao Fluminense com algumas disposições bastante arraigadas em sua forma de jogar, adquiridas durante os longos anos em que havia jogado no Vasco da Gama, clube onde se deu sua formação básica como jogador de basquete. Desde seus 11, 12 anos – quando era, segundo descrição do próprio Maurinho, um jogador baixo e acima do peso –, até a categoria juvenil, seus esquemas individuais de ação haviam se desenvolvido e sofisticado. Seu corpo havia crescido (media pouco mais de 1,90). Ele havia adquirido velocidade, agilidade e outras habilidades requeridas pelo jogo. Tornara-se um reconhecido arremessador de 3 pontos.

---

2 Para maiores detalhes sobre a importância pessoal do basquetebol para este autor, ver Nazareth (2015b, p.7-11).

3 Para uma discussão mais detalhada acerca das questões teóricas, metodológicas e epistemológicas da pesquisa, especialmente as implicadas no fato de ter sido praticante, nativo, e na possibilidade de se chegar ao que Garfinkel (2002, p. 175-6) chamou de *unique adequacy*, ver Nazareth (2015b, p.46-61).

Mas o desenvolvimento dessas capacidades havia ocorrido dentro dos mesmos esquemas coletivos básicos adotados no seu primeiro clube, que eram utilizados pelos treinadores em todas as categorias, com algumas pequenas variações. Esses esquemas então se reforçaram no modo próprio de jogar de Maurinho, forjando fortes conexões intercorporais com seus companheiros daqueles tempos. Certos movimentos, relações lógicas com espaços do campo, com linhas de ação etc., se consolidaram, formando conjuntos que estavam nele e fora dele, envolvendo-o e a seus companheiros no modo de jogar daquela equipe, sintetizando-se como o “nosso modo de jogar”.

O problema de que Maurinho se queixava era o de que, naquele momento, jogando em outro time, com outros companheiros e outros esquemas coletivos, aquelas disposições cultivadas e consolidadas por anos no antigo clube insistiam em operar, apesar de não fazerem mais sentido. Quando começamos a conversar a esse respeito, com a temporada já em andamento, Maurinho tomava alguma consciência do que se passava. Como ele mesmo dizia, a sua integração ao processo de construção da nova equipe vinha lhe “tirando a alegria de jogar”. As “evidências” do que ocorria já eram percebidas por ele e pelo treinador, Márcio “Bronquinha”, que o conhecia desde a infância. Márcio e Mauro, pai de Maurinho, eram amigos de muito tempo. Para ambos, jogador e treinador, a performance de Maurinho no novo clube se mostrava aquém do esperado. Ou seja, o jogador não se adequava nem às próprias expectativas, fundadas em sua recente história esportiva de sucesso, nem às do treinador.

Toda a problemática em que se via imerso me remetia, enquanto pesquisador e alguém que jogou nesse meio, à ideia de que essa era uma questão central e que merecia, de minha parte, uma atenção mais detida. Seus relatos em torno dessas questões nos permitiriam abordar muitos dos fatores sociais implicados na construção do próprio corpo atlético, explicitando a complexidade e a multidimensionalidade desse processo, envolvendo as adversidades inerentes à formação de uma equipe, os outros membros dessa equipe e a construção e atualização simultânea do próprio *ser jogador*.

## TEORIA E CORPO

A fim de dar conta dessa complexidade e dessa multidimensionalidade de fatores envolvidos, examinei duas abordagens teóricas acerca da relação entre corpo, consciência, espaço natural e espaço social que poderiam fundamentar meu olhar. Essas abordagens me permitiriam enxergar aspectos que, a partir do campo, do caso Maurinho e de minhas experiências anteriores como jogador, poderiam ser

relevantes para tratar do fenômeno da corporalidade e da intercorporalidade no jogo esportivo coletivo. Aqui, de maneira um tanto esquemática, distinguirei essas duas abordagens do ponto de vista de seu enquadramento, sua abrangência, seus limites e potencialidades analíticas. Não ambicionei realizar um exame exaustivo dessas teorias, mas apenas destacar aspectos que podem ser úteis para elaborar um problema que o caso do jogador já nos ajuda a circunscrever.

Essas duas abordagens, tanto a *fenomenológico-pragmática* quanto a *construtivista*, se diferenciam de uma terceira, que aqui não desenvolvo, mas que gostaria de apenas indicar, a *kantiano-durkheimiana*. Vejamos rapidamente no que consiste esta última e, logo a seguir, as outras duas. Depois prosseguiremos observando-as em maior detalhe. Então retornaremos ao caso Maurinho, analisando-o à luz dessas perspectivas.

Para a *perspectiva kantiano-durkheimiana*, tributária de uma abordagem idealista, os fenômenos do corpo são apresentados como derivações das operações constituintes de um *sujeito transcendental*. Segundo ela, as categorias de entendimento gerariam os esquemas mentais que, por sua vez, ordenariam a sensibilidade. Haveria uma instância pré-pessoal e pré-empírica constituinte da representação de um real que não seria exatamente o real em si. O corpo não exerce participação ativa na formação do sentido da experiência. Essa instância transformar-se-ia, no desenvolvimento do pensamento sociológico, numa classificação, também social, acoplando-se, como representações ou como razão prática, sobre os corpos individuais. Suas referências principais são Kant (1996), Durkheim (1996, 1999) e Mauss (1974; Mauss; Durkheim, 2001). Contra ou diferenciando-se dessa perspectiva, surgem duas outras.

Denomino uma delas *fenomenológico-pragmática*. Nessa perspectiva, o corpo surge como parte ativa na constituição do real, a partir da relação incontornável, e inerente à existência humana, entre *ser* e *mundo vivido*; relação essa que se estabelece por meio de um imperativo existencial prático, que dá sentido à experiência e à relação com o ambiente. A constituição da consciência e do corpo, presente na síntese constituinte do sentido do mundo, preserva, nessa abordagem, o aspecto de imanência, ressaltando a consciência e a intencionalidade dos sujeitos diante da abertura do real à contingência. O “real” é dado aos sujeitos, implicando problema prático e existencial fundamental ao ser. Suas referências principais são Heidegger (2005), Merleau-Ponty (1999) e Mead (1967).

A outra perspectiva é a *construtivista*. De acordo com ela, a construção orgânica do corpo ocorre na relação ativa do sujeito com o ambiente, que é compreendido tanto em seu sentido natural quanto social. A construção do corpo

ocorre no processo de desenvolvimento humano, envolvendo o engajamento ativo dos sujeitos, em interação com o ambiente e com o outro, forjando gradualmente uma relação intrínseca do corpo com a consciência. Tal construção corresponde a uma lógica geral, que tende à reprodução e cujo desvendamento é o objetivo da pesquisa que adota a abordagem *construtivista*. Essa lógica presidiria uma relação necessária entre organismo, intelecto, natureza e sociedade. Suas referências aqui mais exploradas são Piaget (1975), Bourdieu (1990) e Wacquant (2002).

## A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-PRAGMÁTICA

De acordo com a perspectiva fenomenológico-pragmática, inicialmente representada aqui por Merleau-Ponty (1999), as percepções corporais não são resultado da operação, em última instância, da faculdade do entendimento. O corpo se constituiria em uma fonte distinta de dados da experiência. Ele mesmo produziria sínteses perceptivas oriundas dos vários sentidos; sínteses, em parte, indiferentes, em parte, superpostas ou fundidas àquelas produzidas pelo intelecto. Os esquemas corporais e de entendimento se mesclam e se consolidam como esquemas de ação integrados, aplicados ao exercício de uma razão prática, em situação vivida com um sentido para o sujeito. Nessa perspectiva, esses esquemas se manifestariam na relação imediata com o ambiente circundante, diante de uma espacialidade incorporada e em situação, revestindo-se, como diria Heidegger (2005, p.95), de uma relação existencial do ser com o mundo, por meio de uma *ocupação*, a que o ser se lançou intencionalmente, marcando a experiência da presença com um sentido pessoal ou de autenticidade e de realização, ou de inautenticidade, de estranhamento, de distanciamento e de impessoalidade.

Seria preciso ter em conta que são inerentes à existência humana modos de ser no mundo, em geral, ou em mundos específicos, em particular, que se expressariam no corpo e que tal relação não se explicaria satisfatoriamente apenas pela operação de “mecanismos psicofisiológico” “descobertos” pela “ciência”, cujos defensores, ao apontarem tais mecanismos como definitivos, supõem, segundo Merleau-Ponty (1999), um corpo humano destituído de consciência, um objeto empírico entre outros, sujeito às leis naturais como os demais corpos extensos. Desse corpo, desapareceriam, segue Merleau-Ponty, a subjetividade humana e a intersubjetividade constituintes, como em Heidegger (2005), da própria *mundanidade* do mundo (ou dos mundos) e do seu sentido de “determinação existencial da presença”. Assim, Merleau-Ponty (1999, p. 87) afirmava ser imprescindível abrir-se às “tomadas de posição afetivas e práticas do sujeito vivo em face do mundo”. É nesse sentido que, para ele, importa não o corpo do ponto de vista “científico”, mas

o *corpo fenomenal*, isto é, o corpo conforme ele é experimentado, como copartícipe da constituição do mundo vivido.

De acordo com essa perspectiva, faz-se necessário, como tentamos realizar em nossa pesquisa, compreender especificamente o corpo esportivo enquanto um corpo vivido por um sujeito na prática do jogar, no contexto do mundo do jogo. Assim se colocam as questões: como o corpo torna-se parte da constituição intencional do mundo do jogo, do ponto de vista do ser jogador? Como o corpo é uma parte de si a ser dominada, preparada e potencializada para a própria inserção do ser nesse mundo da competição? Como esse corpo é parte de um processo constante de constituição e reconstituição de *si mesmo* nesse mundo e *do* próprio mundo? Como esse processo ocorre *junto a* outros nesse mundo do jogo esportivo?

Para avançar ainda mais na direção dessa maneira de colocar a questão, há que se ter em mente que a relação do jogador com o mundo do esporte é uma relação agonística típica da atividade, o que significa dizer que tal relação é marcada pela busca pela excelência e pela competitividade. Esses fatores geram um compromisso pessoal com o desenvolvimento de competências e habilidades próprias à prática do esporte. Tal compromisso se converte numa disposição subjetiva à tomada de consciência da própria evolução ou involução. Entra em jogo o próprio valor enquanto jogador, isto é, a própria realização de uma dimensão de si que ganha destaque para o próprio sujeito. Cada evento significativo tende a ser interpretado enquanto avanço ou retrocesso no nível da prática e adquire uma importância especial, influenciando a relação que se estabelece consigo mesmo, com o jogo e com os demais.

Portanto, essa sensibilidade às próprias potencialidades é sempre relativa a uma construção de si, ou seja, implica certa formação do próprio *self*. Outro importante autor, referência do pragmatismo, pode nos ajudar; trata-se de George Herbert Mead. Para Mead (1967), a formação do *self* é parte de um processo social e transcorre em interação, no nosso caso, com uma comunidade de jogadores, na qual então se definem “outros significativos”. Esse processo de construção (ou reconstrução) social do próprio *self* é marcada ainda pela referência de comportamento esportivo ou de sucesso (um “outro generalizado”). De acordo com Mead (1967), esse processo envolve estímulos sociais, mas também uma esfera íntima, no âmbito das consciências dos membros dos grupos, em que ocorre um diálogo interior que mobiliza as partes constitutivas do *self*, quais sejam: o *I* e o *me*.

O *self* é analiticamente descrito por Mead como sendo formado de uma parte resultante de um olhar retrospectivo e objetivador do *self* por e sobre si mesmo, chamada de *me*, que pressupõe a referência normativa das atitudes do “outro generalizado” e reforça a sua dimensão de prescrição moral. A outra parte do *self*

é chamada *I*. Esta se apresenta na vivência da experiência real como afirmação do *self* sobre as respostas prescritas pelo “outro generalizado”. Diferente do *me*, o *I* está diretamente relacionado ao aspecto contingente da interação, trazendo consigo o singular, o novo, o inesperado. O *I* e o *me* estão ligados dialeticamente. O *I* é impossível de ser conhecido na sua totalidade antes da sua revelação em ato, a partir de quando, então, exteriorizando-se, objetiva-se no mundo e na consciência de si mesmo, tornando-se (ao menos potencialmente) parte do passado como experiência vivida e ressignificada, isto é, parte do *me*.

Trazendo essas ideias para nossa análise, na medida em que as experiências de jogar se sucedem, o *I* impõe uma atualização da síntese perceptiva do *me*, num processo dialético contínuo diante da experiência de eventos significativos. Nesse sentido, é fundamental ao processo de construção do próprio *ser jogador* a sensação de potência esportiva, em que o corpo se destaca. A cada novo evento significativo, constitui-se a ideia, relacionada à prática esportiva, de um “eu posso fazer isso novamente” – a idealização do *I can do it again* apontada por Schutz (1967, p. 20) – ou o “eu posso fazer mais do que isso” e suas variantes (eu posso *agora*, ou *ainda*, ou *mais*, ou *ainda não*, ou *não mais*, ou *menos*). Assim, o *self* segue se construindo e reconstruindo em face do que se faz ou fez, diante do que se supõe que os demais pensam e de suas reações, com base nos mesmos referenciais práticos e morais. Em outras palavras, é diante dessas experiências vividas, de seu significado social, que se orienta o sentido do que se pode ou se deve fazer. É também diante de tudo isso, que vai se formando e atualizando, espontânea e conscientemente, um modo próprio de *ser jogador* desse ou daquele jogo.

## A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

Uma reconhecida referência do pensamento construtivista é Jean Piaget. Para Piaget (1975, p. 13), existe “certa continuidade entre a inteligência e os processos puramente biológicos de morfogênese e adaptação ao meio”, que são parte do desenvolvimento natural do organismo desde o nascimento. Para ele, os esquemas de ação resultam da adaptação ao ambiente e envolvem o corpo e o intelecto. Esses esquemas – aos quais dedicou especial atenção – seriam esboços de movimentos coordenados, guiados por raciocínios práticos organizados, ligando objetos e o espaço ao redor. Essa adaptação do organismo ao ambiente ocorreria por dois processos inter-relacionados: *assimilação* e *acomodação*.

A *assimilação* consiste basicamente num processo de aplicação do esquema em funcionamento a uma nova situação que, por sua vez, ocasiona a necessidade circunstancial de coordenação do ciclo do próprio organismo ao ciclo do ambiente.

As experiências eventuais de assimilação farão com que, por processos de *acomodação*, aqueles elementos novos, até então exteriores, sejam incluídos nos esquemas de ação até ali existentes, já que o organismo precisa se adaptar às novidades do ciclo ambiental. Novos traços sensório-motores serão incorporados, adaptando esses esquemas às complexidades do “novo” meio, possibilitando a própria construção do real para os seres humanos.

Nesse sentido, segundo Piaget (1975, p. 17), “a adaptação [do organismo ao ambiente] é um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação”. No caso dos jogos esportivos, são processos conduzidos de modo mais ou menos controlado e racional pelo treinamento, que visa gradualmente modelar os esquemas de ação dos jogadores aos esquemas coletivos considerados mais adequados. Concebidos em termos conceituais, adequam-se à lógica do jogo conforme são socialmente pensados pela comunidade de treinadores e praticantes.

Bourdieu (1990), referência construtivista na sociologia, compreende o corpo integrando natureza, cultura e sociedade. Bourdieu estabelece uma relação particular entre os esquemas corporais, subjetividade e sociedade, a realidade vivida e o corpo, por meio dos conceitos de *doxa*, de *hexis* e de *habitus*. Isto é, podemos dizer que ele articula em sua teoria a relação entre organismo, consciência e meio social.

Para ele, a gênese das práticas sociais dos indivíduos e grupos em sociedade corresponde a um *habitus*, definido como um conjunto de disposições corporais duráveis, resultado da formação de esquemas de percepção, apreciação e ação constituídos ao longo de trajetórias biográficas, e determinado por condições sociais objetivas de existência, diferentes entre grupos sociais, correspondentes a suas posições numa estrutura social. O *habitus* manifesta-se na forma adaptativa de um *senso prático*, observável mesmo nas invenções e nas improvisações, ultrapassando, em suas determinações explicativas, a intenção consciente, subjetiva, situada em contextos interativos. O contexto prático que motiva subjetivamente ações para soluções de problemas cotidianos é também produto das mesmas condições sociais objetivas às quais o *habitus* se adaptou, permitindo estabelecer relação causal entre corpo, subjetividade e estrutura social, que nessa perspectiva assume uma face estruturada e outra estruturante do comportamento e da ação.

Bourdieu chega a usar uma metáfora esportiva para explicar o *senso prático* como expressão de um *habitus*, representado como uma espécie de *senso de jogo*. Por um lado, o *senso prático* se exerce a partir de uma inserção prática do ser em uma realidade que naturaliza e reproduz posições sociais. Por outro, ele guarda relação com estrutura e temporalidade sociais que se apresentam em vários níveis de consciência do sujeito. A partir do *senso de jogo* ou *senso prático*, essa posição

e temporalidade social vividas (seja do mundo da vida, seja do mundo do jogo, cuja imagem é aqui usada como metáfora) orientam um sentido prático mais ou menos pré-consciente ao ser e à sua experiência. Essa orientação é dada pela própria posição intuída pelo sujeito no mundo social, possibilitando a ele uma antecipação de um futuro inscrito em uma configuração mais ou menos familiar, implicando certa atitude ou disposição à ação, correspondendo justamente à sua posição na estrutura social – como entre os jogadores que, no campo de jogo, a partir de sua posição ou função na equipe, sempre parecem ter um senso de orientação e sabem mais ou menos como se mover diante do que se passa.

A entrada na partida, assim como na vida social em geral, implicaria ainda, segundo Bourdieu, uma espécie de entrega total, uma adesão completa à *inlusio* dessa realidade, isto é, um comprometimento com pressuposições inquestionáveis, que assumem mesmo um caráter pré-reflexivo, que ele denomina *doxa*. Para Bourdieu (1990, p. 69), *doxa*

[...] não é um “estado da mente”, menos ainda um tipo de aderência arbitrária a um conjunto de dogmas instituídos e doutrinas, mas um estado do corpo. *Doxa* é a relação de aderência imediata que é estabelecida na prática entre o *habitus* e o campo no qual ela está ligada, o *taken for granted* pré-verbal do mundo que flui do senso prático.

Constituindo a *inlusio* do mundo social (ou esse “estar no jogo da vida social”) e como parte do *habitus*, temos a conformação de uma *hexis* corporal – aquelas disposições incorporadas, que expressam uma *mitologia* realizada nos corpos na forma dessa disposição durável. Ela se apresenta em um modo específico de andar, falar, sentir e pensar.

O modo como se vivencia a realidade social manifesta, portanto, um modo de percebê-la, de senti-la, de intuí-la, e de a ela se adaptar, determinado por um senso prático, no qual a experiência do corpo desempenha sempre um papel fundamental, manifestando um fundo pré-consciente ou pré-reflexivo que flui do senso prático. Todos esses conceitos visam criar mediações teóricas entre o agente e sua subjetividade inseridas, com seu corpo, num mundo real e a estrutura social, que tende a reproduzir-se.

Para lidar, de uma perspectiva bourdieusiana, com o desafio que se coloca ao atleta do ponto de vista de sua relação real e concreta com o corpo, vale nos voltarmos para um autor que se dedicou especificamente ao tema esportivo a partir dessa perspectiva: Löic Waccquant (2002). Em notável pesquisa etnográfica

numa academia de boxe, localizada em uma comunidade afro-americana pobre de Chicago, a qual frequentou como aluno, tendo se dedicado apaixonadamente ao esporte, Wacquant destaca a presença de uma pedagogia coletiva implícita no treinamento conduzido por DeeDee, que mobilizava essa dimensão pré-reflexiva e intersubjetiva acerca do que se passava entre atletas e seus corpos. De um modo geral, o que Wacquant experimentou, nas suas palavras, foi um árduo

Trabalho de aperfeiçoamento do corpo e do espírito, que, produzido pela repetição ao infinito dos mesmos gestos, procede por uma série descontínua de deslocamentos ínfimos, dificilmente demarcados individualmente, mas cujo acúmulo, ao longo do tempo, produz progressos sensíveis, sem que se possa jamais separá-los, nem datá-los, nem medi-los com precisão. (Wacquant, 2002, p. 89-90)

O treinamento lhe parecera “uma fonte de socialização bem mais poderosa do que a pedagogia [intelectualista] da instrução” (Wacquant, 2002, p. 122). Essa pedagogia consistia numa “combinação de reprimendas sempre repisadas, a atenção silenciosa, as indiferenças ostensivas e as exortações, com a finalidade de fazer entrar o esquema prático no esquema corporal do aprendiz de pugilismo” (Wacquant, 2002, p. 124-5). DeeDee, o treinador da academia, administrava com pulso firme esse processo. Na academia, lembra Wacquant, quando os atletas não compreendiam de imediato as “descrições sumárias do movimento a ser executado” (Wacquant, 2002, p. 123), DeeDee “limita-se a reiterá-las [...] juntando o gesto às palavras sem dissimular seu aborrecimento”. A tensão produzida no ambiente era, lembra Wacquant, temperada com bom humor na medida certa para manter o moral elevado. O treinador possuía um saber na constituição desse ambiente, capaz de gerar uma força de concentração na atividade e maior propensão à incorporação dos movimentos.

## **OBJETIVO DO TREINAMENTO E O CORPO NOS ESPORTES COLETIVOS**

Retornaremos à pedagogia de DeeDee e seus efeitos pré-conscientes sobre a gestão dos corpos na equipe de basquete juvenil do Fluminense. Antes gostaria de apontar o objetivo perseguido na preparação das equipes nos esportivos coletivos: a modelagem de um modo coletivo de jogar. Em outras palavras, o desafio fundamental à formação de uma equipe é a constituição de disposições para a realização situada de ações individuais minimamente coordenadas, com um sentido tático e estratégico de conjunto, o que demanda a educação dos corpos e dos movimentos dos seus membros, com base em experiências comuns direcionadas a esse propósito. Esse sentido maior só em parte e muito em geral é dado pelo saber jogar o

jogo. É preciso saber jogar o jogo junto, de uma dada maneira, com ajustes mais finos, para ser de fato competitivo.

A implementação desse modo coletivo de jogar de uma equipe é, de início, teoricamente concebido por um treinador, visando à preparação para uma temporada de disputas com equipes adversárias que integram uma comunidade de praticantes, em geral, mais ou menos conhecida. A construção desse modo coletivo de jogar envolve a gestão de um processo por parte de um treinador e de uma equipe técnica. Esse processo se caracteriza basicamente como uma dialética social entre teoria, prática, resultado e experimentação. Implica sínteses do entendimento e dos corpos em relação. Ao longo desse processo, corpos e sentidos se ajustam e se integram em treinamentos específicos. Põem em estreita relação não apenas corpos, mas consciências, afetos, energias, objetos e o espaço, sob uma mesma forma de atividade, que se refina, assumindo com mais clareza sentidos comuns, apoiados em uma memória coletiva, e que, em algum momento, se objetivam de maneira reveladora na síntese de uma coletividade, *uma* equipe, com suas singularidades, potencialidades e fragilidades.<sup>4</sup>

Assim, nesse processo dialético, nos quais jogadores e treinador se conhecem e uma equipe propriamente, concretamente, se forma nas consciências e nos corpos, vão se tecendo esquemas coletivos fundamentais. Se inicialmente são retirados dos *playbooks* ou são esboçados teoricamente pelo treinador, eles passam a ser experimentados, adaptados às condições reais de implementação e compartilhados pelos jogadores como referência para coordenarem suas ações em campo, tornando-se reais em suas memórias, em seus corpos, em seus esquemas de ação. Desse modo, acumulando-se sobre um fundo cada vez mais familiar e *taken for granted*, de automatismos significativos, de reações funcionais dos corpos cada vez menos problemáticas no campo de jogo, geram expectativas de ação reciprocamente orientadas, permitindo construir prospectivamente jogadas coletivas bem coordenadas.

Esses esquemas coletivos, na medida em que se mostram efetivos, operam cada vez mais articulando, atravessando e potencialmente unificando as ações individuais dos membros da equipe em ações coletivas. Definem-se formas de ação específicas de domínio comum, formas que neles se assentaram, organizando a percepção do que se passa ao redor. Assim, são estabelecidos os termos de uma *intercorporalidade*, suscitando a continuidade das ações, na forma de expectativas

---

4 Sobre as formas práticas interativas que basicamente caracterizam os esportes coletivos em questão e sobre como eles se diferenciam em termos das formas que as ações coletivas adquirem, distinguindo as experiências de jogar cada um desses jogos, ver Nazareth (2018). É em relação a essas formas que se definem formas mais específicas de jogar de uma equipe.

de ação anteriormente construídas.<sup>5</sup> Esses esquemas vão, progressivamente, se formando, constituindo ou reconstituindo, convertendo e reconvertendo, de modo dirigido. Esquemas individuais prévios se adaptam a esquemas coletivos, formando uma estrutura (a todo tempo atualizável) de um modo de jogar.

A ontologia desse modo próprio de jogar se caracteriza por sua propriedade de latência, de potencialidade, e de pronta aplicação ajustada às situações competitivas reais, quando então essas formas potenciais de ação, típicas do modo de jogar da equipe, mostram-se dotadas de estrutura interna, interligando as ações individuais e conferindo-lhes um caráter coletivo, tanto no que se refere à simultaneidade quanto à sucessão, determinando os temas de um sentido de totalidade, eficiência e solidariedade funcional entre essas ações, a serem executadas de maneira fluente e adaptável.

O treinador visa justamente obter a adesão total do jogador (sua entrega corporal, inclusive num nível afetivo e pré-consciente) com o propósito de administrar a constituição dos mecanismos intercorporais de ação, os automatismos fundamentais, de modo a reduzir a complexidade do ajuste mútuo e consciente dos jogadores a cada instante, preparando a equipe para a adequação das ações coletivas aos desafios que normalmente surgem. Ou seja, para que os ajustes minuciosos requeridos pelas situações reais possam ocorrer da maneira menos problemática e mais fluente e eficiente possível, de modo a possibilitar vitórias ao final das partidas. Nisso consiste fundamentalmente o desafio coletivo e o problema prático imediato na formação e preparação para o jogo.

## **GESTÃO MICROSSOCIAL DOS CORPOS NOS ESPORTES COLETIVOS**

Nos esportes coletivos, como dissemos acima, há um objetivo comum central, que gera um impulso à solidariedade, à coesão e à identificação dos indivíduos com o mesmo grupo. Com a convivência entre os atletas, a equipe vai ganhando contornos mais claros. Constitui-se todo um conjunto de motivações de natureza coletiva entre os integrantes da equipe. Conforma-se um sentido de pertencimento. Tudo é gerido pelos membros, destacando-se a autoridade do treinador. Mas essa coletividade, é claro, inclui contradições potenciais, fundadas em desejos e ambições pessoais, por conquista de posições de maior destaque dentro da equipe e na

---

5 Para melhor compreender a que me refiro ao tratar de conexões intercorporais, indico a descrição de uma situação típica provocada por uma jogada combinada pela equipe do Fluminense em Nazareth (2015c, p.610-2). Destaco no trecho um circuito de energia, mas o que está igualmente em operação são as conexões intercorporais – por meio das quais aquele circuito acontece – em sua organização e evolução concretas, como elas costumeiramente se apresentavam na experiência dos jogadores.

comunidade mais ampla de praticantes da qual fazem parte e onde são também vistos como indivíduos.

De um modo geral, o esporte é uma prática agonística. Do ponto de vista do praticante, ela extrai seu sentido da competição (Caillois, 1994). Aquelas contradições, mantidas sob a motivação maior do sucesso esportivo da equipe, podem permitir a realização desse ser coletivo num alto nível na medida em que geram desafio, excitam a entrega pessoal e estimulam, com o treinamento, a descoberta de potencialidades físicas e mentais, individuais e coletivas. Parte da intensidade dos treinos guarda relação com a excitação desse sentido de concorrência. Mas, por outro lado, essas contradições, caso não sejam bem administradas, podem crescer além de determinado ponto, tornando mais importantes os conflitos interpessoais do que a conquista comum, enfraquecendo aquele profundo sentido coletivo dessa reunião e dessa convivência.

No nível em que estamos – de um esporte praticado na categoria juvenil, mas visando ao alto rendimento –, essas tensões eram geralmente geridas diretamente pelo treinador, que era quem estabelecia, na maior parte das vezes, os termos da convivência entre os atletas – acima dele, estava o diretor da modalidade. Era principalmente o treinador quem visava equilibrar essas forças no grupo, construindo uma relação apoiada num princípio de justiça, articulando dedicação, competência e merecimento, avaliados por ele, segundo critérios que priorizavam a formação e o sucesso esportivo da equipe.

Como todos desejavam jogar – todos queriam contribuir e se provar –, as oportunidades de entrar nas partidas, concedidas ou negadas, e o tempo de permanência em quadra, significavam muito para cada jogador. O tempo de permanência em quadra numa partida denotava posições conquistadas ou perdidas em uma espécie de hierarquia vigente no interior da equipe, que ora se conservava estabilizada, ora era posta em movimento pelos próprios membros da equipe.

Essa era uma espécie de competição de fundo, disputada leal e sutilmente entre os jogadores, e que modulava o engajamento pessoal e corporal na equipe. O treinador era o árbitro dessa disputa e ao mesmo tempo o principal jogador. Importante saber os limites desse jogo. Julgar em desacordo com princípios de justiça, ser desequilibrado nas punições ou nas recompensas, pode causar muitos problemas. A gestão desse jogo de fundo é importante como administração das motivações individuais a impulsionar ou a sustentar o engajamento imediato e total no objetivo pessoal e coletivo. Uma boa administração pode gerar uma adesão e uma disposição à consolidação de uma intercorporalidade própria da equipe, evitando o desengajamento.

Da parte dos atletas, me parecia que, como esse aspecto da relação reproduzia o princípio de justiça agonístico típico da atividade esportiva que eles tanto apreciavam, essa competição interna era geralmente considerada justa e saudável entre eles. Ela era até desejada, porque era considerada legítima, além de ser percebida como boa para a equipe. Quando essa justiça faltou, ou seja, quando os elogios ou o valor dos salários, as cobranças ou os raios do treinador eram distribuídos de forma excessiva ou desproporcional – como em minha experiência no universo do futebol profissional –, houve conflito e desengajamento.

Enfim, tudo isso em conjunto, no juvenil do Fluminense, era administrado pelo treinador Márcio Andrade, ou Márcio “Bronquinha” – uma espécie de DeeDee, como o próprio apelido sugere. Ele havia dirigido, fazia pouco tempo, uma equipe profissional de alto nível no país, o Universo/Goiânia. Era muito respeitado entre os atletas num contexto institucional de um clube vitorioso na modalidade. Articulando todas aquelas técnicas apontadas por Wacquant, Márcio cotidianamente alimentava a já mencionada força de concentração, estimulando os esforços, sempre redobrados e no limite, sob as exortações, nem sempre muito pacientes e, em muitas situações, muito bem-humoradas, obtendo de seus atletas, durante a temporada, o máximo de dedicação, motivação, entrega pessoal de seus corpos aos treinamentos e um engajamento no projeto coletivo da equipe e do clube.

## **O BASQUETEBOL JUVENIL DO FLUMINENSE EM 2009**

No ano de 2009, o clube de basquetebol do Fluminense reuniu, numa mesma equipe, sob a direção de um treinador reconhecido na cidade, muitos dos melhores jogadores da categoria juvenil do estado do Rio de Janeiro. A expectativa do diretor da modalidade, Tchelo, e dos demais treinadores era de fazer o basquete alçar voos mais ambiciosos. O clube contava com uma casa para atletas de vários estados do país e já havia estabelecido contato com agentes de penetração internacional. Já havia inclusive enviado jogadores para o exterior. O Fluminense havia se tornado o mais vitorioso da modalidade no estado nos últimos anos e, naquele momento, desejava se projetar ainda mais no cenário nacional.

O objetivo era não apenas ser campeão estadual juvenil – o que de fato aconteceu ao final daquela temporada –, mas, logo em seguida, montar uma equipe profissional com base nesse mesmo grupo de jogadores. A eles se juntariam alguns talentosos atletas do sub-21, vitoriosos no ano anterior, e um ou outro jogador profissional mais experiente. Essa era uma expectativa muito viva, sempre reiterada pela direção e pelo treinador, que trazia para a trajetória de todos um excitante horizonte de possibilidades. Apesar de tudo ser muito incerto, especialmente em

se tratando da modalidade na cidade, a possibilidade, sempre avivada, estimulava a todos a trabalhar intensamente. Gerava adesão e a predisposição a um estado de prontidão dos corpos. Era preciso estar preparado para as oportunidades. Esse se configurava como um momento decisivo para as carreiras desses atletas, muitos deles em seu último ano na categoria juvenil, geralmente a última em que podem se dedicar por mais tempo a tentar a carreira.<sup>6</sup> Incluía-se entre esses eles, claro, Maurinho, um jovem universitário, de classe média, que desfrutava de uma vida relativamente segura e confortável, e que havia vivido uma trajetória inserida nesse esporte. Como disse, seu pai foi treinador e ele jogava desde os 11 anos. Sua personalidade, suas ambições e seus sonhos foram forjados nesse meio.

Esse era o contexto em que se situavam as dificuldades de adaptação de Maurinho à nova forma de jogar do novo time e que tornavam toda a questão ainda mais decisiva. Dificuldades essas que, de certo modo e em graus variados, ocorriam também com os outros jogadores da equipe vindos de outros clubes (Flamengo, Botafogo, Vasco, Municipal), nos quais também eram destaques. Sob circunstâncias semelhantes, esses jovens apresentavam algumas dificuldades de adaptação, alguma queda no seu rendimento, readequações de suas formas de jogar e de suas expectativas. Algo natural nesse processo. Afinal, como Maurinho, muitos haviam sido formados em outros clubes, onde brilhavam, e estavam agora numa nova equipe, cheia de outros “astros” da categoria. Todos agora passavam pelo processo de acomodação de suas posições no novo grupo gerido por Márcio.

Enfim, a adaptação, disputas por posição, a conquista e manutenção de mais minutos em quadra, a construção de uma carreira esportiva profissional, o autor-reconhecimento e a autoestima enquanto um bom jogador, o reconhecimento e a estima por parte da comunidade de jogadores da qual faziam parte desde muito jovens... Tudo isso, sob a pressão do favoritismo da equipe no campeonato estadual e sob a expectativa de que viessem a ter uma oportunidade de jogar um campeonato adulto – primeiro passo para uma carreira profissional –, fazia desse momento especial, mas também tenso e angustiante.

## **MAURINHO, SEU CORPO E A NOVA EQUIPE**

No período em que o assunto surge em nossas conversas na volta dos treinamentos para casa, a dificuldade de adaptação ao novo time já gerava em Maurinho angústia e ansiedade. Para ele, naquele momento, se apresentava a sensação de que

---

<sup>6</sup> Seis atletas se encontravam nessa condição na categoria: Vitinho, Tisi, Pietro, Mãozão, João Pedro e Juan. A equipe era integrada ainda por três jogadores mais jovens, no 1º ano dessa categoria, Rodrigo, Iverson e Hugo, e outros três da categoria infante-juvenil, Chupeta, Diego e Joãozinho.

havia algo estranho, incomum, na experiência de jogar no novo time, algo que ele ainda não havia experimentado na sua formação como jogador. Diante da sucessão de eventos que frustravam suas expectativas de sucesso em quadra, diante dos sinais de que perderia espaço para a concorrência de colegas do time, a tendência ao monitoramento de si e da própria atividade esportiva se acentuaram, gerando um impulso interior de reflexão acerca das razões para o que ele (e o treinador) interpretava como uma “queda” no nível de sua performance.

Essa interpretação se confirmava e se esboçava com cores cada vez mais vivas diante do retorno reflexivo à experiência originária de jogar. Essa reflexão adquiria um sentido prático e existencial de problematização da sua maneira de jogar. Seu processo de integração à equipe foi posto em questão. Pensando no que poderia explicar o que estaria acontecendo, espontaneamente, Maurinho voltava sua atenção ao que experimentava em quadra, construindo, num diálogo entre o *I* e o *me*, uma explicação congruente com a experiência vivida, a fim de dar conta da frustração de suas expectativas construídas com base em seu passado no clube anterior. Toda sua fala a respeito surgia envolta numa nuvem nostálgica dos tempos de sucesso com seus antigos companheiros, que cada vez mais se faziam presentes em seus relatos e nas imagens que evocava.

Como Maurinho explicava suas dificuldades no novo time? Inicialmente, ele circunscrevia as situações problemáticas típicas vividas em quadra, depois seguia formulando um problema geral, de natureza *intercorporal* em quadra. Ele passava a entender que havia um forte e renitente impulso de ação, forjado no passado, e que emergia abruptamente na sua corrente de experiência diante de certas situações comuns de jogo. Esse impulso entrava em choque com os esquemas coletivos de ação que o novo treinador tentava implementar na atual equipe. Ele se queixava sistematicamente de si porque, mesmo conhecendo teoricamente, intelectualmente, o modo correto de agir, seguia frequentemente dentro dos esquemas utilizados nas equipes do Vasco da Gama. Ele se sentia involuntariamente guiado pelo seu corpo e por uma dimensão pré-consciente de ação. Isto é, por uma espécie de memória incorporada que, a contrapelo, o impelia à ação numa direção disfuncional. Esses impulsos lhe pareciam tão arraigados que perturbavam a construção de uma nova inserção própria, dificultando a constituição de esquemas de ação individuais adequados aos esquemas de ação da nova equipe.

Maurinho ilustrava o problema contando que, diante de certas situações típicas de jogo, começava a agir como agia quando jogava com dois dos seus principais companheiros do Vasco da Gama – Cássio e Hambúrguer –, com quem ele jogara desde o início de sua carreira. Maurinho rememorava principalmente os contra-

-ataques mortais: quando ele retomava a bola na defesa, contava e imediatamente olhava para as duas laterais, por onde esses seus dois rápidos companheiros logo *disparavam* para o contra-ataque. Ele os buscava com o olhar naqueles pontos adiante da quadra – muito mais adiante do que o adequado à atual equipe –, contando com eles para dar sequência à sua ação, deslocando o foco perceptivo a uma etapa avançada da ação coletiva, para passar-lhes a bola em busca da tão visada *cesta fácil*. Esse impulso de ação não fazia sentido no time atual. No entanto, apesar disso, irrompia a presença virtual de Cássio e Hambúrguer em sua corrente de experiência, arrastando seu corpo num movimento de acordo com o que se fazia no passado, evidenciando a força e a durabilidade com que as linhas de ação desses jogadores se mantinham presentes nos esquemas de ação de Maurinho. Segundo ele, era algo quase inevitável e que impactava sua capacidade de coordenação no time atual.

Ele sugeria, relembrando alguns dos grandes momentos vividos com esses companheiros, que seus próprios movimentos, os de Cássio e os de Hambúrguer haviam se tornado tão integrados; as disposições, forjadas em correspondência recíproca por tanto tempo, haviam potencializado ações tão sincronizadas; os termos dessa *intercorporalidade* estavam tão profundamente enraizados, ajustados e consolidados, que ele, Maurinho, se encontrava ainda muito predisposto a se sintonizar com a eles (com suas imagens virtuais) nessa dimensão intersubjetiva e intercorporal da ação coletiva, a ponto de quase automaticamente realizar certas ações individuais como se eles estivessem ali.

Essas experiências vividas com os companheiros do Vasco reapareciam envoltas em uma aura de potência, de glória, de realização pessoal e coletiva. O que provavelmente ajudou a sedimentá-las enquanto potencialidade prática ao longo de sua história. Havia a referência a muita camaradagem e cumplicidade com aqueles companheiros de tantos anos. Todos haviam desenvolvido suas habilidades juntos, ao longo daqueles anos. Conseguiram formar uma equipe que representava um grande clube, eram respeitados na comunidade de praticantes, que também os representava enquanto pessoas, fazendo-os reconhecidos e estimados, inclusive para além dessa comunidade. Essa experiência e o modo como constituíam a memória de Maurinho reafirmavam, naquele momento, a melhor versão de si enquanto atleta, fruto de muito esforço e dedicação – uma versão vivida como autêntica, total e profunda, valorosa, que manifestava também uma relação *própria* com o mundo do jogo.

Em contraste, voltando a tratar de como as coisas estavam acontecendo na nova equipe, Maurinho contava que, mesmo nos treinamentos, logo que se

insinuava um contra-ataque, emergia o impulso familiar de agir como se fosse encontrar Cássio e Hambúrguer adiante no desenrolar da jogada. E, na medida em que esse ímpeto se repetia – e era isso que naquele momento da temporada se evidenciava –, emergia, contraditoriamente, a sensação de erro, de incapacidade. Com o tempo, após o problema se reapresentar, emergia um desconcerto, um atordoamento, que desorganizava toda a sequência da duração da ação. Maurinho dizia, contrariado, que ímpetos como esse, ao se repetirem, pareciam sinalizar, junto a outras experiências na nova equipe, uma dificuldade persistente, para ele um tanto perturbadora, de adaptação ao modo de jogar adotado pelo treinador no clube atual, que se refletiam na própria relação (existencial) de incômodo consigo mesmo diante das novas circunstâncias. Uma sensação de fracasso se associava à nova experiência, causando estranhamento e um sentido de alienação, de inautenticidade, de incômodo distanciamento em relação ao seu “verdadeiro” e perdido *ser jogador*, que inevitavelmente se constituía da experiência anterior, impregnada de afetos, de alegria e de potência ao rememorar-la nesse contexto.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o relato de Maurinho nos leva à conclusão de que a prática sistematicamente ordenada, recorrente e orientada modela os esquemas individuais de ação dos jogadores e efetivamente os interliga, formando um esquema coletivo, que por sua vez ganha existência concreta *nos* jogadores, criando conexões intercorporais, expectativa e disposição recíprocas de ação. Esse é um fenômeno social, concreto, sensível; ele resiste à nossa vontade individual. Maurinho talvez seja um caso limite dos aspectos corporais desse processo por ter jogado no mesmo clube, que adotava o mesmo estilo, as mesmas jogadas, em todas as categorias, até a transferência para um novo clube. Seu caso, no entanto, retrata o que se passa de modo mais ou menos pronunciado na formação de cada atleta e na própria relação com o mundo do jogo esportivo.

O caso de Maurinho ilumina, por um lado, os percalços da formação do jogador e, por outro, os da formação de uma equipe. As possibilidades tático-estratégicas de construção de um modo de jogar devem ser definidas e convertidas em um sentido comum, adequando-se aos limites de interiorização e incorporação por parte dos jogadores. Essa construção é cotidiana, compreende a formação do sentido de adaptação dos membros entre si e à formação da equipe enquanto entidade coletiva. Isso significa que, quando um treinador assume um grupo de jogadores, atuará sobre sujeitos com uma memória, com anseios de viver uma experiência autêntica, rica e vitoriosa, de si e do jogo, com esquemas corporais previamente

existentes, mais ou menos flexíveis e adaptáveis, que deverão ser submetidos a um processo de modelagem, de adequação, no sentido da construção de esquemas coletivos de ação. Portanto, esse é um processo complexo, continuamente em curso, aberto à descoberta inesperada de combinações que mostram potencialidades não previstas, mas suscetível aos limites representados por expectativas baseadas em um passado e por esquemas corporais previamente existentes.

No início desse texto, destacamos duas perspectivas teóricas e uma terceira da qual se diferenciariam. Elas nos auxiliariam a compreender o fenômeno em questão, cada uma iluminando aspectos distintos acerca da relação dos seres humanos entre si e com seus corpos. No decorrer da exposição, pudemos melhor compreender como apresentaram vantagens e desvantagens na análise de um caso concreto. Em razão da problemática que se levantou, assumimos a predominância da perspectiva fenomenológico-pragmática no estudo do caso de Maurinho, enfatizando a participação consciente de sujeitos ativos num processo de constituição de si e da coletividade, todos inseridos no mundo social em que vivem, onde desafios práticos e questões existenciais se colocam. Aproveitamo-nos, entretanto, de várias das categorias das demais abordagens.

Ao tratarmos rapidamente da perspectiva kantiano-durkheimiana, aderimos à ideia sociológica fundamental da força social, de uma razão prática incorporada e à ideia de que esquemas organizadores dos dados perceptivos se impõem de maneira generalizada, do exterior e de modo arrebatador; mas negamos (como as outras duas perspectivas) a exclusividade das categorias de entendimento na constituição desse real, considerando o corpo e fatores conscientes ou mediações pré-reflexivas. Da perspectiva construtivista, absorvemos a ideia de que esses esquemas envolvem o corpo e o intelecto como parte da adaptação do mesmo organismo ao ambiente, entendido como ambiente natural e social, produzindo, tal articulação, por meio da educação, uma experiência estruturada da realidade, que resiste aos desejos e à ação da consciência, envolvendo corpo e subjetividade num nível pré-consciente, acentuando as forças de reprodução em detrimento da capacidade reflexiva e transformadora dos agentes.

Chegamos à percepção de que o corpo esportivo, forjado em conjunção com o sentido consciente de um mundo prático, como é o do jogo, atuaria como parte de um modo de ser referido a esse mundo. O corpo seria um elemento que, a partir de uma construção social, possibilitaria uma espécie de interpenetração com esse mundo por meio da sua adequação à prática, implicando, essa integração e ajustamento, um desafio estimulante, que é parte importante da experiência dos esportes. Nesse sentido, o caso de Maurinho também deixa claro que esse corpo

pode comprometer a experiência potencialmente íntegra do real, abrindo brechas problemáticas, desorganizadoras da textura de toda a realidade do jogo, comprometendo a fluência e o prazer de jogar.

Persistentes dissonâncias entre corpo e consciência em face do que deve ser feito diante do desafio esportivo podem tornar o corpo fator demasiadamente problemático, implicando dificuldades de imersão no fluxo interativo, em sintonia com os demais. Refiro-me não apenas às questões levantadas por Maurinho, mas também a lesões, a defasagens importantes em termos de condicionamento físico ou técnicos, ou ainda a simples “falta de ritmo de jogo”. Essas são situações em que o corpo e a consciência parecem agir em desacordo entre si ou em relação ao que se passa na partida. Isto é, o ser se encontra fora das condições mínimas para acomodar o mundo dos jogos esportivos, impossibilitando a vivência, na prática, da totalidade fluente da experiência de jogar. O que ocasiona a sensação de estranhamento, inadequação e até inautenticidade, justamente o oposto do que se espera do esporte: viver o encontro com uma versão total, potente e competente de si mesmo, numa profunda conexão com os outros e com o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre (1990). *The Logics of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- CAILLOIS, Roger (1994). *Los juegos y los hombres, la máscara e el vértigo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- DURKHEIM, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile (1999). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- GARFINKEL, Harold (1963). A Conception of, and Experience with, “Trust” as a Condition of Stable Concerted Actions. In: HARVEY, O. J. (org.). *Motivation and Social Interaction: Cognitive determinants*. New York: The Ronald Press Company.
- GARFINKEL, Harold (2002). *Ethnomethodology’s Program: Working Out Durkheim’s Aphorism*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers.
- HEIDEGGER, Martin (2005). *Ser e tempo*. Parte 1. Petrópolis: Vozes.
- HUIZINGA, Johan (2005). *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva.
- KANT, Immanuel (1996). *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural.
- MEAD, George Herbert (1967). *Mind, Self, and Society: from the stand point of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.

- MAUSS, Marcel (1974). “As técnicas corporais”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, p.209-33.
- MAUSS, Marcel; DURKHEIM, Émile (2001). “Algumas formas primitivas de classificação”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, p.399-456.
- NAZARETH, Eduardo F. (2015a). A ação e a experiência de jogar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 30, no. 87, p.59-78. <https://doi.org/10.17666/308759-77/2015>
- NAZARETH, Eduardo F. (2015b). *Esporte como experiência: uma análise fenomenológico-pragmática do jogo coletivo*. Rio de Janeiro: Azougue.
- NAZARETH, Eduardo F. (2015c). A energia e a experiência esportiva. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo. Vol. 19 no.4, p. 601-20. <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000400601>
- NAZARETH, Eduardo F. (2018). Algumas diferenças microssociológicas entre futebol americano e futebol de campo: descentramento de perspectivas na ação coletiva. Blog do Labemus. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2018/02/06/algumas-diferencas-microssociologicas-entre-o-futebol-americano-e-o-futebol-de-campo-descentramento-de-perspectivas-na-acao-coletiva-por-eduardo-nazareth/> (acesso em 15/11/2022)
- PIAGET, Jean (1975). *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, INL.
- SCHUTZ, Alfred (1967). *Collected Papers I: The problem of social reality*. Edited by Maurice Alexander Natanson. The Hague: Martinus Nijhoff.
- WACQUANT, Loïc (2002). *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de Box*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

# Apartheid na Palestina: do debate internacional ao seu reconhecimento e julgamento. Entrevista com o ex-relator especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, John Dugard

Fábio Bacila Sahd<sup>a</sup> 

## INTRODUÇÃO

Diante do fracasso dos Acordos de Oslo e da continuidade da ocupação e colonização da Cisjordânia por Israel, violando de modo sistemático convenções internacionais e direitos fundamentais do povo palestino, difundiram-se as acusações de que o Estado israelita mantém um regime de apartheid (Nassar, 2018; Winstanley, 2021), que foi tipificado como crime contra a humanidade – tanto em convenção específica, em 1973 (United Nations, 1973a), quanto no Estatuto de Roma, base do Tribunal Penal Internacional (1998). No novo milênio, multiplicaram-se os trabalhos acadêmicos sobre o tema (Dugard; Reynolds, 2013; Greenstein, 2015; 2019; 2020; Jeenah, 2012; Pappé 2015, Soske; Jacobs, 2015), assim como relatórios produzidos por diferentes e renomadas organizações não governamentais (ONGs) locais e internacionais e denúncias em fóruns internacionais (Badil, 2012; Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem, 2019). Esse debate adentrou o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), como na relatoria especial criada por seu Conselho de Direitos Humanos (CDH-ONU) para apurar as violações praticadas nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), na relatoria periódica de Israel como Estado-parte da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e no Conselho Econômico e Social da ONU para a Ásia Ocidental (ESCWA, 2017; United Nations, 2007; 2010; 2014). Dessa já robusta série documental, destacamos o relatório publicado pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Humanas da África do Sul, sob coordenação de Virgínia Tilley (2009), o veredito do Tribunal Russell (2012), a relatoria especial de Richard Falk, o relatório encomendado a ele e a Tilley pelo ESCWA e, mais recentemente, os relatórios de

---

<sup>a</sup> A presente entrevista é parte de pesquisa subvencionada, parcialmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Formado em História pela UFPR, com doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), professor do departamento de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [fabibacila@hotmail.com](mailto:fabibacila@hotmail.com)

ONGs como Al-Haq (2012), Israeli Committee Against House Demolition (2012; 2019), Sfard (2020), B'Tselem (2021) e Human Rights Watch (2021).

Uma das figuras centrais no impulsionamento e internacionalização desse debate sobre o apartheid israelense é o ex-relator especial e professor universitário John Dugard. Nascido em Fort Beaufort (África do Sul), em 1936, Dugard se formou na Stellenbosch University, especializando-se em direito internacional. Completou sua formação na Universidade de Cambridge, onde trabalhou como professor, assim como na Universidade de Leiden (Holanda), Pretória e Witwatersrand (ambas na África do Sul), além de ter integrado a Comissão de Direito Internacional, a primeira instituição da ONU para o desenvolvimento dessa área, sobre a qual Dugard tem diversos trabalhos publicados. Ainda, serviu como juiz *ad hoc* na Corte Internacional de Justiça. Em 2007, em relatório vinculado ao mandato atribuído pelo CDH-ONU para apurar as violações de direitos humanos nos TPO, o ex-relator especial afirmou que “elementos da ocupação israelense constituem formas de colonialismo e apartheid” e solicitou parecer específico da Corte Internacional de Justiça sobre o tema. Tanto o relatório do conselho sul-africano quanto outros aludiram e se fundamentaram nessa constatação de Dugard. Para aprofundar a questão, realizamos a presente entrevista com o ex-relator por meio de chamada virtual, utilizando o aplicativo *Zoom*, no dia 28 de julho de 2021, às dez horas e meia da manhã. Após transcrição, o material resultante foi enviado por e-mail a Dugard, que retornou com uma versão revisada, no dia 11 de agosto, contendo alterações pontuais para melhor adequá-la ao formato textual. Realizamos uma tradução livre para o português, que agora apresentamos ao leitor. Dentre outras coisas, Dugard versa sobre a tipificação de apartheid e seus vínculos com o colonialismo, a legalidade dos movimentos palestinos de resistência, a atuação dos diferentes relatores especiais designados pelo CDH-ONU e compara o caso sul-africano e israelense, assim como sua interpretação do apartheid israelense (restrita aos TPO) com aquela contida na bibliografia e em outros relatórios, atinente ao território como um todo. Ainda, comenta sobre suas expectativas quanto ao processo movido contra o Estado de Israel pelo Estado da Palestina no Tribunal Penal Internacional que, em 2021, reconheceu ter jurisdição sobre o caso. Antecipamos e destacamos as seguintes passagens, como meio de instigar o leitor a ler a entrevista na íntegra:

É porque a África do Sul foi criticada e boicotada, porque foi tão aberta e tão honesta sobre sua discriminação, que o apartheid israelense está ocultado”.

[...] O discurso de ódio na Palestina é pior do que era na África do Sul.

[...] É uma ocupação apoiada em uma forma sistemática de opressão e discriminação. Então, é uma ideologia da mesma forma que o apartheid era.

[...] Estou muito preocupado com o fato de que o Ocidente tolera um sistema ideológico pior do que o do apartheid na África do Sul.

[...] Você poderia olhar para o apartheid sul-africano, consistia em discriminação racial, opressão política e fragmentação territorial. E há todas essas características na Palestina.

**Revista Plural** *Saudações professor John Dugard. Para introduzir nossa entrevista, você poderia destacar as principais passagens de sua biografia que se relacionam com suas consistentes pesquisas e relatoria acerca do cometimento do crime de apartheid na Palestina/Israel? Ou seja, de onde você partiu e como chegou a esse tema?*

**John Dugard** Fui à Palestina e a Israel, em 1982, para participar de um congresso. Fiquei muito interessado em toda a questão. Voltei várias vezes a Israel e à Palestina para assistir a conferências e realizar projetos de estudo. Mas, em 2001, fui convidado a fazer parte de uma comissão de inquérito sobre a Segunda Intifada. Então, em 2001, fui à Palestina para fazer parte dessa comissão da ONU e os outros membros eram o professor Richard Falk e Kamal Hussain, de Bangladesh. Examinamos a situação e apresentamos um relatório, que não era muito crítico a Israel, mas à maneira como Israel violou os direitos humanos e o direito internacional humanitário. No final de 2001, fui informado pela Comissão de Direitos Humanos (sucédida pelo Conselho de Direitos Humanos) que fui nomeado relator especial para o tema dos direitos humanos na Palestina. É interessante que, hoje, há sempre muita competição para se tornar um relator especial. Mas, quando me tornei um, não tinha conhecimento de nenhuma disputa. Nem sabia quem eram os outros candidatos. Eu nem mesmo fui notificado que estava sendo considerado, até que fui nomeado, em 2001. Por sete anos fui relator especial da situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), e continuei esse trabalho até 2008. Então, segui interessado na situação e, no início de 2009, fui convidado pela Liga Árabe para presidir uma comissão de inquérito ou investigação sobre as violações dos direitos humanos, cometidas durante a Operação Chumbo Fundido contra Gaza. Então, fui a Gaza e examinei a situação com outros membros da Comissão e preparamos um relatório. Depois, segui interessado. Integrei o Tribunal Russell, que examinou a questão da Palestina com muito cuidado, por vários anos. Basicamente, foi assim que se desenvolveu meu interesse e atuação e continuei escrevendo sobre o conflito entre Israel e Pales-

tina. Então, essa é, em resumo, minha biografia relacionada ao assunto. Escrevi um livro sobre, chamado “Confrontando o apartheid”, no qual relato minhas experiências na Palestina. E se você quiser mais detalhes, pode sempre examiná-lo.

**Revista Plural** *Quando você se deu conta que era uma situação muito similar à da África do Sul? Quando percebeu isso, na sua ida em 1982 ou apenas depois?*

**John Dugard** Em 1982, quando fui a uma conferência em Jerusalém, eu tinha a mente muito aberta. Depois, voltei em 1995, para estudar a situação e viajei muito pela Palestina (TPO). Então, percebi que havia semelhanças entre Israel e a África do Sul formulando essa opinião nessa época. Mas, quando integrei, em 2001, a comissão de inquérito da ONU, não comparamos a situação na Palestina com a da África do Sul. E, novamente, quando me tornei relator especial, sabia que esse era um assunto muito delicado. Então, decidi não levantar essa questão desnecessariamente, porque poderia afetar minha credibilidade. Portanto, foi apenas em 2007 que escrevi em meu relatório, que se tratava de um caso de apartheid e que havia semelhanças consideráveis. Logo, foi realmente em 2007 que anunciei pela primeira vez que, na minha opinião, é similar ao apartheid na África do Sul. Eu não queria apresentar essa conclusão de modo precipitado, foi uma decisão cuidadosa.

**Revista Plural** *Já são antigas as analogias entre Israel e África do Sul, como nos relatórios da Organização para a Unidade Africana e resoluções da Assembleia Geral da ONU dos anos 1970. Mas, até o novo milênio, elas não haviam deflagrado um debate consistente sobre o cometimento ou não do crime de apartheid por Israel, com base na tipificação penal, feita em convenção específica e no Estatuto de Roma. É fato que o senhor, no exercício do mandato de relator especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH-ONU) para apurar as violações nos TPO, tornou-se um personagem central na deflagração desse atual e já amplo debate internacional. Mais especificamente, praticamente fundou esse debate a constatação em seu relatório de 2007 de que “elementos da ocupação israelense constituem formas de colonialismo e apartheid” e sua solicitação para que a Corte Internacional de Justiça apurasse e se posicionasse formalmente sobre a situação. Você poderia comentar sobre sua trajetória como relator até culminar no relatório de 2007? Ou seja, o caminho que o levou até essa afirmação enfática e à solicitação a ela relacionada?*

**John Dugard** Quando fui a Israel pela primeira vez, em 1982, fazia parte de um grupo americano em uma conferência. Não vi muito da Palestina, mas quando

voltei, em 1995, e passei mais tempo, comecei a ver as semelhanças, principalmente, no que diz respeito às restrições de movimento. Eles estavam reproduzindo aquelas impostas aos negros na África do Sul e vi uma situação similar. E cada vez que voltava à Palestina via mais e mais paralelos, como novas restrições à liberdade de movimento, discriminação no sistema de justiça penal, nos direitos sociais e econômicos e, também, no que diz respeito à destruição de moradias. E é por isso que não demorei muito para chegar a essa constatação, mesmo que tenha levado mais tempo para anunciá-la publicamente, porque pensei que isso poderia afetar minha credibilidade. De fato, essa constatação foi muito criticada por Israel e pelos Estados Unidos, assim como por muitos Estados da Europa Ocidental, que preferem não considerar a situação como similar àquela do apartheid. Então, foi um processo lento, mas examinei todas as evidências antes de minha conclusão.

**Revista Plural** *Depois de tudo o que pesquisei (e li muitos relatórios e bibliografia), acho que seu relatório de 2007 é um ponto de inflexão no debate internacional sobre a questão do apartheid.*

**John Dugard** Talvez, ele seja um ponto de virada, mas muitas vezes, antes do relatório, a ocupação já havia sido rotulada como uma forma de apartheid. Um acadêmico israelense, chamado Uri Davis, escreveu um livro sobre o apartheid em Israel e na Palestina. Penso que ele publicou esse livro na década de 1990, então, era um assunto sobre o qual já se falava, mas não era mencionado nas Nações Unidas. Penso que o que foi um importante ponto de inflexão do meu relatório de 2007, é que se tratou da primeira vez na qual alguém do sistema das Nações Unidas usou o termo apartheid. Essa foi a diferença. Eu estava dentro do sistema das Nações Unidas como relator especial, e relatei sobre o assunto ao Conselho de Direitos Humanos, à Assembleia Geral e ao Terceiro Comitê da ONU. E isso causou repercussão.

**Revista Plural** *Apartheid e colonialismo são mencionados conjuntamente em seu relatório de 2007 como regimes inimigos dos direitos humanos. Inclusive, a Convenção específica sobre apartheid alude à Declaração de Independência dos Povos Colonizados. Como as tipificações de colonialismo e apartheid podem ser relacionadas?*

**John Dugard** Não enfatizei muito a questão do colonialismo. Eu me concentrei no apartheid, mas são duas questões interligadas. O empreendimento de colonização como um todo é uma forma de colonialismo. É muito claro que temos um

grupo de colonos de Israel e eles são transferidos para os TPO e ali estabelecem moradias e exploram os recursos do território. Então, é claramente uma forma de colonialismo. Acho que uma das razões pelas quais, hoje, a situação é relacionada ao colonialismo é porque na própria África do Sul encontramos uma crítica ao apartheid que também está ligada ao colonialismo. Então, eles dizem, se você critica o apartheid na África do Sul, você começa em 1948, quando essa política foi declarada. Mas, se critica o colonialismo você volta a 1652. Portanto, há uma tendência na África do Sul de hoje a olhar para a situação, tanto do ponto de vista colonial (que também engendra leis e práticas discriminatórias) quanto da política de apartheid. E eu acho que o mesmo aconteceu em relação à Palestina, mas parece interessante, como uma questão de linguagem, observar que, em algumas línguas, incluindo o holandês, os colonos [*settlers*] são chamados de colonizadores [*colonialists*], eles não são chamados de colonos. Mas, claramente, os dois sistemas estão ligados porque o programa [*israelense*] de colonização como um todo é uma forma de colonialismo. Para mim, o que é muito interessante é que os Estados africanos que também se opuseram fortemente ao colonialismo não quiseram ver a situação na Palestina como uma forma de colonialismo. E isso explica por que, hoje, eu acho, que Israel é capaz de estreitar laços com muitos Estados africanos, mesmo que os palestinos tenham levantado a questão do colonialismo e do apartheid. Mas, Estados africanos não quiseram ver isso tão claramente como acho que deveriam. Acho que os Estados africanos tendem a ver o colonialismo muito a partir de sua própria experiência histórica. Eles não querem o relacionar com o Oriente Médio. Mas é, claramente, uma forma de colonialismo.

**Revista Plural** *Mas quando vemos a tipificação de colonialismo e apartheid elas estão interligadas.*

**John Dugard** Para haver discriminação deve haver dois grupos. E, na Palestina, um grupo é o dos colonos ou colonizadores e o outro é dos palestinos. Você tem dois sistemas legais na Palestina, um para os colonos ou colonizadores e outro para os palestinos. Portanto, você está absolutamente correto ao dizer que não podemos separar o colonialismo do apartheid.

**Revista Plural** *Parece-me, afinal, que o apartheid é uma forma mais dramática, um resultado de experiências de colonialismo que não acabam com o tempo, que não passaram por um processo de descolonização. Mas isso apenas me parece de um ponto de vista teórico, não da perspectiva legal, porque são categorias do*

*direito internacional também. Penso que se tratam de duas perspectivas acadêmicas, uma jurídica e outra das ciências humanas.*

**John Dugard** Sim, acho que você está certo de que não podemos vê-los como duas instituições separadas, acho que eles têm muitas semelhanças. Você poderia olhar para o apartheid sul-africano, consistia em discriminação racial, opressão política e fragmentação territorial. E há todas essas características na Palestina, discriminação racial entre colonos e palestinos, repressão política de quem se opõe à ocupação e à fragmentação territorial, como nas áreas A, B e C, e entre Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental. Então, você tem uma fragmentação territorial total. Portanto, as semelhanças entre a África do Sul e a Palestina estão muito evidentes na minha opinião.

**Revista Plural** *Considerando as relatorias designadas pelo CDH-ONU, me parece haver uma significativa distinção nas abordagens. Como você avalia as relatorias antes e após o seu mandato? É possível aproximar o seu mandato do de Richard Falk, diferenciando-os dos demais a partir da questão do apartheid, ou, ao invés das diferenças, sobressaem-se as semelhanças entre todos? Tenho a impressão, ao ler os anuários e relatórios da Anistia Internacional, produzidos desde a década de 1960, assim como a relatoria do Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting Human Rights on the Occupied Territories (quase tão antiga quanto a da Anistia Internacional) que a constatação do apartheid poderia ter sido feita há muito tempo.*

**John Dugard** Acho que essa é uma diferença importante. Todos concordamos que a ocupação é a raiz do problema, que a ocupação constitui uma forma de apartheid. Estamos totalmente de acordo nesse tópico. Acho interessante lembrar que os três relatores especiais antes de mim eram todos diplomatas e um foi presidente da confederação suíça. Eram pessoas mais cuidadosas politicamente. Eles foram pressionados pelos israelenses a renunciar e o fizeram um ou dois anos após serem nomeados. E quando fui nomeado, em 2001, acho que os israelenses pensaram que eu poderia ser persuadido a renunciar, baseando-se em uma suposta tendenciosidade do mandato, porque me permitia examinar a situação na Palestina e a conduta dos israelenses apenas. Mas eles não tiveram sucesso em me persuadir, assim como a Michael Link ou Richard Falk. Então, toda a situação mudou quando fui nomeado por não ser diplomata ou pessoa com vínculo governamental. O mesmo se aplica a Falk e a Lynk.

**Revista Plural** *No debate internacional sobre a questão do apartheid israelense, parece haver duas abordagens dominantes. A primeira, e inaugural, restringe-se às práticas e políticas israelenses nos TPO, a exemplo do relatório do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas da África do Sul (HSRC), do seu artigo e da opinião legal emitida pela ONG israelense Yesh Din. Já a segunda abordagem considera as práticas israelenses de modo integrado e na totalidade do território do Mandato da Palestina, como o veredito do Tribunal Russel, o relatório da ESCWA e, mais recentemente, da B'Tselem e Human Rights Watch. Essa abordagem mais ampla também figura em artigos e livros. Ran Greenstein, inclusive, faz uma crítica explícita à abordagem restrita aos TPO. Por outro lado, diante dessas duas abordagens possíveis, você e outros foram muito cuidadosos em fundamentar a opção metodológica de uma abordagem espacialmente restrita da questão, de modo a não desabonar as análises mais abrangentes. Inclusive, se você e Reynolds nem refutam nem se posicionam de modo conclusivo sobre a questão, realizam diversos apontamentos muito sugestivos quanto à imbricação das práticas e políticas israelenses dos dois lados da Linha Verde, que constituem o núcleo da argumentação de que se trata de regime único, do Jordão ao Mediterrâneo. Tendo em vista o estágio atual da situação e desdobramentos mais recentes, como o senhor avalia as abordagens mais amplas do apartheid israelense? Considera viável e pertinente conectar em um todo integrado a situação das diferentes categorias às quais os palestinos foram reduzidos pelo regime israelense, que é soberano em todo o território (moradores de Gaza, da Cisjordânia, residentes de Jerusalém Oriental, cidadãos israelenses e refugiados palestinos)? Pergunto isso pensando, mais especificamente, na ininterrupta colonização, nas frequentes declarações oficiais acerca do projeto de anexar formalmente a Cisjordânia e na aprovação, em Israel, da Lei Básica de 2018, que reitera e prioriza o caráter étnico-judaico do Estado, restringe a esse grupo hegemônico o direito à autodeterminação no território e reconhece as colônias nos TPO como valor nacional, comprometendo os governos a apoiá-las. Tais desdobramentos influenciam nessas duas perspectivas possíveis? Inclusive, a B'Tselem e Human Rights Watch aludiram justamente a esses elementos recentes para justificar sua tomada de posição acerca do regime de apartheid em vigor, do Rio Jordão ao Mediterrâneo.*

**John Dugard** Acho que é uma questão importante sobre o apartheid em Israel e o apartheid na Palestina. Acho muito importante entender minha posição, que Tilly e Falk nem sempre entenderam. Aceito que haja apartheid em Israel. Aceito que as leis e práticas israelenses violam o artigo terceiro da Convenção Interna-

cional para a Eliminação da Discriminação Racial, que condena e proíbe o apartheid. Para mim, é bastante claro que existe discriminação racial dentro de Israel em si, conforme ilustrado pela Lei do Estado nacional, de 2018. Mas a questão é se o apartheid equivale a um crime internacional. E essa é uma questão diferente, porque a Convenção sobre Discriminação Racial não criminaliza o apartheid. Trata dele como um fenômeno de discriminação racial. O Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional (TPI), por outro lado, torna-o um crime. Para torná-lo um crime, eles fornecem uma definição que vai além da discriminação racial. Deve haver dois grupos raciais. Um deve dominar o outro e o oprimir cometendo atos desumanos. E esses atos desumanos estão, notoriamente, listados como sendo assassinato, desaparecimentos forçados, transferência forçada, perseguição e assim por diante. E há uma diferença. Não é só discriminação, é discriminação agravada. Então, a questão é se a discriminação na Palestina é pior do que a discriminação em Israel. Essa é uma diferença. A outra diferença é que considero que, para tratá-lo como um crime é importante que ele possa ser levado ao TPI. E é possível levar a questão do apartheid e das práticas israelenses ao TPI, porque o Estado da Palestina é membro dele, o que significa que o Tribunal tem jurisdição sobre os crimes cometidos em seu território. Portanto, o TPI não tem jurisdição sobre crimes cometidos ou práticas dentro de Israel em si. E essa é uma distinção importante. É por isso que Tilley e Falk olham para toda a questão de forma diferente. Eles argumentam que o apartheid existe em Israel e na Palestina e chegam a dizer que isso tem consequências para os palestinos na diáspora, mas quanto à questão de saber se um crime foi cometido deve-se olhar para isso no contexto do Estatuto de Roma. Corresponde à definição de crime do Estatuto? E, em segundo lugar, para mim, é importante saber se o TPI tem jurisdição. Portanto, há dois problemas muito diferentes. Então, basicamente, a diferença entre nós é que nós dois vemos isso como uma questão de apartheid. E essa é também a posição do relatório da B'Tselem e da Human Rights Watch, visto que consideram a situação do ponto de vista do apartheid tanto no contexto da Convenção de Discriminação racial quanto do Estatuto de Roma, mas não fazem uma distinção baseada na questão da jurisdição do TPI e é aí que divergimos. Portanto, não há diferença real de opinião entre nós. Estou olhando para isso de um ponto de vista estratégico e dizendo que, no caso do apartheid na Palestina é possível que o assunto seja processado perante o TPI, que está, de fato, investigando a questão de apartheid na Palestina ocupada e isso é importante. Há uma tendência a pensar que está sendo apenas requerido ao TPI que examine a ilegalidade dos assentamentos e os crimes de guerra em Gaza. Mas o governo da Palestina encami-

nhou a questão do crime de apartheid ao TPI e é uma das questões perante ele. Mas não em relação a Israel.

**Revista Plural** *Novamente, professor Dugard, parece-me que é uma diferença de ponto de vista, da ciência a partir da qual cada um olha para a situação. Assim que li seu artigo, ficou claro para mim que é uma opção metodológica delimitar o objeto para os TPO. Mas, quando li o relatório da ESCWA e o veredicto do Tribunal Russell, também percebi que é uma análise mais ampla da situação, mas não há uma contradição entre as duas, são apenas duas opções metodológicas.*

**John Dugard** Você está certo. Tilley é uma cientista política, Falk é jurista internacional e cientista político e eles estão olhando para o caso da perspectiva mais ampla das ciências políticas. Eles não estão considerando a perspectiva mais estreita do direito internacional. E se você olhar para a questão a partir dessa perspectiva, você apenas considerará o contexto da própria Palestina (TPO) e essa é a diferença. Devo confessar que já argumentei com Virginia sobre isso e espero que ela entenda minha posição com mais clareza hoje, mas fundamentalmente não discordo dela sobre a questão do apartheid. Eu apenas discordo sobre a questão do julgamento do apartheid como crime em Israel em si.

**Revista Plural** *Nesse sentido, não me lembro agora, mas eu sei que, Ran Greenstein e talvez o relatório da ESCWA, ou outro, falam sobre a normalização da fragmentação da Palestina. Porque o relatório da ESCWA e outros colocam a fragmentação do povo palestino como o cerne do apartheid israelense. Mas eu entendo o seu ponto de vista, é correto, é uma opção metodológica legítima, é um conflito de pontos de vista de diferentes ciências.*

**John Dugard** Ran Greenstein também é um cientista político. Portanto, é realmente um conflito entre cientistas políticos, especialistas em relações internacionais e no direito internacional e estou preocupado com o julgamento do crime de apartheid perante o TPI. E é impossível considerar isso no contexto de Israel ou da diáspora porque o tribunal não tem jurisdição.

**Revista Plural** *Você colocou isso claramente no artigo com Reynolds, está nítido ali.*

**John Dugard** Sim. Está claro para mim. Mas também tive discussões com Virginia sobre isso, como bons amigos. Mas ela insiste em olhar para a questão a partir da perspectiva do cientista político e eu respeito essa abordagem, mas ela é muito distinta daquela do jurista.

**Revista Plural** *Professor, em relação a isso, talvez eu esteja errado, mas senti, quando li seu artigo, que talvez tenha sido crítico ao atraso com que Falk assumiu a questão do apartheid, mencionando a importância para tal no relatório de Tilley. Talvez eu esteja errado, mas você aponta em seu artigo que Falk mudou sua perspectiva depois de ler esse relatório, uma vez que ele, no início de seu mandato, não abordou a pertinência da tipificação do apartheid, fazendo-o somente depois.*

**John Dugard** Sim, é verdade. Nos primeiros relatórios de Falk ele não usou o termo apartheid. E foi somente após a publicação do relatório de Tilley que ele o fez. Então você está certo.

**Revista Plural** *Então você e ele seguiram caminhos diferentes, o que o levou a essa conclusão antes? O que você acha que fez ele mudar sua interpretação? Foi o relatório de Tilley?*

**John Dugard** Eu esperava que tivesse sido o meu relatório, mas você está certo. Ele não respondeu a ele em seu relatório inicial e o relatório da Virgínia foi publicado mais tarde. E esse parece ser o momento decisivo para ele. Mas você terá que fazer essa pergunta a Falk, não para mim. Falk conhece a África do Sul muito bem. Ele visitou a África do Sul. Ele entende do que se trata o apartheid. Mas acho que, como eu, Richard foi cuidadoso em seu relatório inicial para não usar o termo apartheid, porque é muito difícil para israelenses, americanos e países europeus aceitarem a noção de apartheid como vemos hoje. Nenhum governo europeu apoiou o relatório da Human Rights Watch. ONGs o apoiaram, indivíduos o apoiaram, mas não governos. E é visto como uma forma de antissemitismo criticar Israel por praticar o apartheid. E é por isso que os políticos estão determinados a não fazer isso.

**Revista Plural** *A afirmação de que Israel pratica o crime de apartheid, tal qual tipificado no direito internacional, parece ter desdobramentos muito abrangentes. Como você avalia a importância de se adotar esse paradigma interpretativo? Quais ganhos teóricos ele apresenta?*

**John Dugard** Acho que falar sobre o apartheid é muito importante por causa de sua conotação histórica. Se você falar de discriminação sob ocupação ninguém vai levar isso a sério. Dirão: 'Bem, essa é uma característica necessária da ocupação, sempre haverá discriminação'. Mas uma vez que você mostre que essa discriminação é semelhante ao sistema de apartheid, como aplicado na África do Sul, isso é uma discriminação ideológica. Eu acho que isso é importante. É uma discriminação ideológica, então, torna-se muito mais significativo. E eu acho que

é por isso que os Estados ocidentais também não estão dispostos a aceitar que o sistema na Palestina seja um de apartheid. É a natureza ideológica do sistema. Também é o fato de ser tão abertamente racista. Deixe-me apenas dizer que, você sabe, eu acompanho a situação na Palestina, embora eu não vá lá há vários anos. Mas enquanto eu a visitei e, subsequentemente, em minhas leituras sobre a situação, desde então, está muito claro para mim que os colonos e muitos israelenses são mais racistas do que os sul-africanos brancos jamais foram. Há mais incidentes racistas no tratamento dos palestinos do que no tratamento dos negros na África do Sul e é por isso que muitos sul-africanos negros, líderes negros que visitaram brevemente a Palestina, disseram que o sistema é pior do que na África do Sul. Acho que é muito importante que muitos sul-africanos brancos também façam esse julgamento. Mas não tem o mesmo peso que a visão de alguém como o arcebispo Desmond Tutu, quando ele diz que é pior, porque ele está vendo isso com os olhos de uma pessoa negra que experimentou o apartheid na África do Sul. E acho isso muito importante. E estou muito preocupado com o fato de que o Ocidente tolera um sistema ideológico pior do que o do apartheid na África do Sul. E eles parecem não estar preocupados com isso. Então, isso me incomoda.

**Revista Plural** *Inclusive, essas coisas têm sido apontadas com mais frequência em relatórios enviados ao Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CERD), mais recentemente. Eu li os relatórios enviados pelas ONGs, e todos apontaram para o discurso de ódio.*

**John Dugard** Sim, o discurso de ódio na Palestina é pior do que era na África do Sul, por exemplo, você tem grupos de israelenses gritando ‘morte para todos os árabes’. Isso é bastante comum hoje em Israel entre os colonos. Mas essa não era a prática na África do Sul. É uma questão de uma ideologia de opressão e isso deve ser compreendido.

**Revista Plural** *Novamente, parece-me que a tipificação do apartheid está ligada a uma interpretação mais ampla da situação como um regime, uma forma sistêmica de segregação. Então, quando usamos essa tipificação, apontamos para os objetivos políticos do governo. É diferente de falar sobre tortura, assassinato extrajudicial e outras coisas. Quando falamos de apartheid, estamos falando de todo um regime. Parece muito... não sei ao certo, porque não sou jurista. Eu tenho minha graduação e doutorado em ciências humanas, mas o apartheid é uma categoria específica, não?*

**John Dugard** É uma ideologia. E agora se tornou um conceito de direito penal. É

um crime internacional, mas é uma ideologia. E eu acho que, o que é importante perceber é que os israelenses argumentam que isso é, simplesmente, parte da ocupação de um território, que é temporária. Bem, é um absurdo dizer que é temporária, porque já dura cinquenta anos e não há sinal de que Israel está chegando a um acordo. Obviamente, sua intenção é tomar o máximo de terras possível. Portanto, não é uma ocupação comum, ela é apoiada em uma forma sistemática de opressão e discriminação. Então, é uma ideologia da mesma forma que o apartheid era. Acho que a diferença importante entre a África do Sul e a Palestina é que o governo sul-africano foi muito mais honesto em relação ao sistema de apartheid. Dizia muito claramente: ‘— Existem diferentes grupos raciais no país que devem viver separadamente, que devem se desenvolver separadamente, vamos ter leis para providenciar isso’. As leis eram totalmente transparentes. Todos podiam ler as leis. E tínhamos avisos separados, que diziam que simplesmente haveria instalações separadas para diferentes grupos raciais. Então, havia um aviso dizendo que essa praia era reservada só para brancos, essa era só para negros, que esse parque era para brancos e aquele para negros. Para os brancos era melhor. Então, era tudo muito claro e transparente. Mas quando você chega às práticas israelenses na Palestina ocupada, a lei não é clara. Não há transparência, a lei encontra-se principalmente em decretos militares e publicada em hebraico, para que os palestinos não entendam a regra. E não há nenhuma grande placa dizendo que essas instalações são para um grupo e não para outro. Na Palestina, você tem estradas separadas para colonos, estradas boas, e estradas ruins separadas para palestinos. Não há nenhum aviso sobre qual estrada é apenas para os israelenses ou apenas para os palestinos. Mas é assim que é aplicado. Portanto, não é tão honesto quanto o sistema de apartheid na África do Sul. Há uma ideologia de superioridade. Mas não é tão aberto como foi no caso africano.

**Revista Plural** *Essa é uma versão mais sofisticada, porque está funcionando até agora, e o apartheid da África do Sul foi boicotado, ficou isolado.*

**John Dugard** É porque a África do Sul foi criticada e boicotada, porque foi tão aberta e tão honesta sobre sua discriminação, já o apartheid israelense está oculto. Quero dizer, é muito claro ver isso, mas não é tão aberto como foi no caso da África do Sul.

**Revista Plural** *Provavelmente, esse é um novo padrão de crime de apartheid pós-África do Sul. Essa é uma fachada de democracia, como Oren Yiftachel aponta.*

**John Dugard** Claro que há outra diferença. Na África do Sul, ficou mais claro por-

que eram negros e brancos. Já no Oriente Médio, você não pode distinguir fisicamente entre israelenses e palestinos. Quero dizer, eles pertencem a dois grupos distintos, mas fisicamente não são tão diferentes. E isso também complica a questão.

**Revista Plural** *Vou fazer um questionamento polêmico, que constantemente me pego pensando sobre, sem ter uma resposta conclusiva. A resolução 2.649, de 1970, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, menciona, explicitamente, os casos palestino e sul-africano, reconhecendo “a legitimidade da luta de povos sob dominação colonial e estrangeira” para recobrar seu direito à autodeterminação “por qualquer meio à sua disposição”, ao passo que condena os governos que negam tais direitos. Mais explicitamente, a resolução 3.070, de 1973, também da Assembleia Geral da ONU, reconheceu o direito de recorrer à luta armada para efetivar a autodeterminação negada (United Nations, 1970; 1973a). O fundamento me parece ser que o direito internacional dos direitos humanos é um elemento progressista e não conservador, que considera urgente a superação das violações. É o caso do regime de apartheid e das experiências coloniais, que são fontes de violações sistemáticas, logo quaisquer ações voltadas a mantê-las são ilegais. Considerando o inequívoco fracasso dos acordos de Oslo, como fica a situação legal da resistência palestina armada, de natureza anticolonial e antirracista? Ela é legítima e merecedora de apoio internacional, tal qual fora a luta contra o apartheid na África do Sul?*

**John Dugard** Novamente, eu acho que você realmente levanta uma questão muito importante: se a resistência armada por parte do povo palestino é aceita internacionalmente, particularmente o lançamento de foguetes pelo Hamas a partir de Gaza. Bem, eu sei que existem algumas resoluções da Assembleia Geral que sugeriram que os oprimidos têm o direito de usar a força armada. Mas, hoje, é preciso levar em consideração os desenvolvimentos no Direito Internacional Humanitário (DIH). E, como eu vejo a situação, os movimentos de resistência na Palestina estão autorizados a usar todos os meios para resistir à ocupação, desde que não violem os princípios do DIH. Essa é uma das razões pelas quais o lançamento de foguetes contra Israel é difícil, porque falha em distinguir entre alvos civis e militares. E isso o torna um crime de guerra. Então, por um lado, você poderia dizer que eles têm o direito de resistir, por outro lado, eles violam os princípios do DIH. Mas acho importante ver toda a questão da ocupação no contexto da ocupação de outros países. Se você olhar para a França, durante a Segunda Guerra Mundial, o Movimento de Resistência Francês foi visto como um movimento le-

gítimo e, hoje, ninguém o critica como sendo uma organização terrorista. Ainda que, de fato, ele tenha se envolvido em muitas atividades similares àquelas que o Hamas realiza em Gaza, hoje. Então, é por isso que acho que é preciso olhar para toda a questão dos movimentos de resistência em uma perspectiva histórica. E, novamente, essa é uma reflexão que os Estados europeus não querem fazer, porque todos eles são muito orgulhosos dos movimentos de resistência durante a Segunda Guerra Mundial. Eles não gostam de pensar que os movimentos de resistência palestinos são semelhantes. Por outro lado, o mundo deve lembrar sempre que crimes de guerra podem ser cometidos tanto por governos e quanto por movimentos de resistência. Portanto, quando Israel ataca Gaza, sem dúvida, comete crimes de guerra. Mas, da mesma forma, foguetes disparados indiscriminadamente contra Israel também constituem um crime de guerra. E é por isso que o promotor do TPI está examinando as ações de Israel e do Hamas. Esse é um assunto muito delicado. E eu acho que é sensível, devido ao fato de que toda a experiência dos países da Europa Ocidental durante a Segunda Guerra Mundial é muito semelhante à da ocupação da Palestina. Mas os europeus não querem ver isso nesse contexto. É estranho.

**Revista Plural** *É muito interessante fazer esses paralelos entre as duas situações. E com a resistência armada da África do Sul também. Parece ser a mesma situação.*

**John Dugard** Na África do Sul, a Assembleia Geral das Nações Unidas tolerou o uso da força por movimentos de libertação no sul da África, não somente na África do Sul, mas também nas colônias portuguesas e na Rodésia. Não disse expressamente que você tem o direito de usar a força, mas as resoluções disseram que eles poderiam adotar todos os meios para resistir à ocupação ou ao sistema. E isso foi interpretado pelos movimentos de libertação como um direito ao uso da força. A Assembleia Geral não aprovou resoluções desse tipo em relação à Palestina, não são tão claras. Mais uma vez, acho que as Nações Unidas não querem ver a Palestina como muito semelhante à situação da África do Sul.

**Revista Plural** *Então, é sempre a dimensão política da questão afetando a interpretação jurídica.*

**John Dugard** Sim, é uma interpretação política.

**Revista Plural** *O último parágrafo de seu relatório de 2007 é muito assertivo e está em consonância também com as reflexões mais amplas de Falk. Você afirma, categoricamente, que “os TPO têm importância especial no futuro dos direitos*

*humanos no mundo todo”, estando eles na agenda da ONU por mais de 60 anos e constituindo um desafio para o Ocidente provar se tem um compromisso real com a agenda dos direitos humanos. Em 2021, finalmente, o TPI reconheceu que tem jurisdição e deu início ao inquérito sobre os crimes praticados nos TPO. Diante disso, como estão suas expectativas?*

**John Dugard** Um novo procurador acaba de assumir o cargo. E não sabemos o quão seriamente ele vai abordar a questão. Mas já passou muito tempo até o Tribunal afirmar ter jurisdição e anunciar que está conduzindo a investigação. Penso que há um novo promotor, que conheço e que levará o assunto a sério. Eu acho, esse é só meu palpite, que o promotor vai se concentrar na ilegalidade das colônias, porque isso é muito fácil. E sobre os crimes de guerra, porque também é relativamente fácil de considerar onde Israel visou civis, bombardeou civis. A questão do apartheid é mais difícil, porque aí o promotor terá que estabelecer que existe um sistema, que esse sistema é opressor e aqueles que são os responsáveis por ele, para que sejam processados, aqueles que são os líderes responsáveis do governo. Então, estou mais otimista com o julgamento dos responsáveis pelas colônias. Mas, novamente, o problema é quem é o responsável por elas, que é o primeiro-ministro e o governo de Israel. Estou otimista de que algo será feito, mas temo que não será rápido.

**Revista Plural** *Mas o TPI chegará à conclusão do apartheid?*

**John Dugard** Acho que vai preferir se concentrar na ilegalidade dos assentamentos, porque isso é tão fácil.

**Revista Plural** *Sim, é tão claro, mas o apartheid é uma verdade óbvia também.*

**John Dugard** Para mim também é óbvio, mas politicamente é muito difícil persuadir os governos disso.

**Revista Plural** *Então você acha que eles vão se esquivar dessa questão?*

**John Dugard** O governo da Palestina está trazendo a questão do apartheid. E eu acho que o promotor terá que considerar, mas acho que sua primeira decisão será sobre a ilegalidade das colônias. Eu entendo isso, porque é muito fácil. Você tem 700.000 colonos que estão todos ilegalmente na Palestina e o responsável é o governo de Israel.

**Revista Plural** *No mundo todo estamos testemunhando tentativas legais de equivaler antissionismo e antisemitismo, no sentido de criminalizar críticas ao*

*Estado de Israel. Inclusive, aqui no Brasil, está tramitando um projeto de lei relacionado, que foi apresentado em 2020, justamente em um momento no qual cresce a conscientização global acerca do apartheid israelense (Brasil, 2020). O texto é ambíguo, classificando como antissemitismo “críticas demasiadas ao Estado de Israel”, podendo incluir sua definição como regime de apartheid. O que você pensa a respeito?*

**John Dugard** O governo israelense quer silenciar as críticas às suas políticas e, particularmente, à sua política de apartheid. E faz isso rotulando qualquer crítica a Israel, como um Estado de apartheid, como uma forma de antissemitismo. Se você olhar para a definição de antissemitismo, isso é um absurdo. Mas há muitos países que querem aprovar uma legislação para proibir a crítica ao apartheid na Palestina, com o fundamento de que é antissemita. E acho que é preciso resistir a isso. Sinto-me encorajado pelo fato de que, no início deste ano, um grupo de estudiosos judeus emitiu a Declaração de Jerusalém, que definiu o antissemitismo com mais cuidado. Mas você tem que encarar o fato de que essa é a melhor política de Israel para criticar qualquer um, retratar qualquer crítica a Israel, como um regime de apartheid, como antissemita. Mas devemos resistir a isso. Eis tudo o que posso dizer sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al-HAQ et al. (2012). *Joint Parallel Report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9184\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9184_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- Al-HAQ et al. (2019). *Joint Parallel Report to the United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination on Israel's Seventeenth to Nineteenth Periodic Reports*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_39700\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_39700_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- B'TSELEM (2021). *A Jewish Supremacy Regime from the River Jordan to the Mediterranean Sea: This Is Apartheid*. [https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101\\_this\\_is\\_apartheid](https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid) (acesso em 25/11/2022).
- BADIL (2012). *Submission to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination for the Convening of the Committee on its 80th Session from 13 February -9 March 2012*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9183\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9183_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- BRASIL (2020). Projeto de Lei nº 4974, de 2020. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264517> (acesso em 25/11/2022).

- CIVIC COALITION FOR PALESTINIAN RIGHTS IN JERUSALEM (2019). *Parallel Report to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination on Israel's Seventeenth to Nineteenth Periodic Reports*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_38620\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_38620_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- DUGARD, John; REYNOLDS, John (2013). Apartheid, International Law and the Occupied Palestinian Territory. *The European Journal of International Law*, Oxford, v. 24, n. 3, p. 867–913. <https://doi.org/10.1093/ejil/cht045>
- ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR WESTERN ASIA (ESCWA) (2017). *Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid*. [https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703\\_UN\\_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf](https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- GREENSTEIN, Ran (2015). “Israel-Palestine and Apartheid Analogy: Critics, Apologists and Strategic Lessons”. In: PAPPÉ, Ilan. (ed.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, p. 299-330C.
- GREENSTEIN, Ran (2019). Review of “Confronting Apartheid: a Personal History of South Africa, Namibia and Palestine”, by John Dugard, Johannesburg: Jacana, 2018, 312 pp. *International Journal of Law in Context*, v. 15, n. 3, p. 364-6. <https://doi.org/10.1017/S1744552319000247>
- GREENSTEIN, Ran (2020). Israel, Palestine and Apartheid. *Insight Turkey*, v. 22, n. 1, p. 73-92. <http://doi.org/10.25253/99.2020221.06>
- HUMAN RIGHTS WATCH (2021). *A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution*. [https://www.hrw.org/sites/default/files/media\\_2021/04/israel\\_palestine0421\\_web\\_0.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2021/04/israel_palestine0421_web_0.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT (1998). *Rome Statute of the International Criminal Court*. <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf> (acesso em 25/11/2022).
- ISRAELI COMMITTEE AGAINST HOUSE DEMOLITIONS (2012). *Israel Occupied Palestinian Territory parallel report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CERD)*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9181\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9181_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- ISRAELI COMMITTEE AGAINST HOUSE DEMOLITIONS (2019). *Israel Occupied Palestinian Territory parallel report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (CERD)*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_38618\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_38618_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).

- JEENAH, Na'eem (ed.) (2012). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC.
- NASSAR, Tamara (2018). *Israel passes law entrenching apartheid*. <https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israel-passes-law-entrenching-apartheid> (acesso em 25/11/2022).
- PAPPÉ, Ilan (ed.). (2015). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books.
- RUSSELL TRIBUNAL ON PALESTINE (2012). *Russell Tribunal on Palestine*. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9175\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9175_E.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- SFARD, Michael (2020). *The Israeli Occupation of the West Bank and the crime of Apartheid: Legal Opinion*. <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/files.yesh-din.org/Apartheid+2020/Apartheid+ENG.pdf> (acesso em 25/11/2022).
- SOSKE, Jon; JACOBS, Sean (2015). *Apartheid Israel. The politics of an analogy*. Chicago: Haymarket Books.
- TILLEY, Virginia (ed) (2009). *Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel's practices in the occupied Palestinian territories under international law*. Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa.
- UNITED NATIONS (1970) *General Assembly. 25th session, A/RES/2649(XXV)*. [https://digitallibrary.un.org/record/201884/files/A\\_RES\\_2649%28XXV%29-RU.pdf](https://digitallibrary.un.org/record/201884/files/A_RES_2649%28XXV%29-RU.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- UNITED NATIONS (1973a). *General Assembly. International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid. 28th session, A/RES/3068(XXVIII)*. [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.10\\_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.10_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf) (acesso em 25/11/2022).
- UNITED NATIONS (1973b). *General Assembly. 28th session, A/RES/3070(XXVIII)*. [https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/RES/3070\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/RES/3070(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION) (acesso em 25/11/2022).
- UNITED NATIONS (2007). Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967*. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement> (acesso em 25/11/2022).

UNITED NATIONS (2010). Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-176403/#> (acesso em 25/11/2022).

UNITED NATIONS (2014). Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. [http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67\\_en-Falkfinalreport\\_Feb2014.pdf](http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf) (acesso em 25/11/2022).

WINSTANLEY, Asa (2021). *Os palestinos já chamavam Israel de estado de apartheid décadas atrás*. <https://www.monitordooriente.com/20210428-os-palestinos-ja-chamavam-israel-de-estado-de-apartheid-decadas-atras/> (acesso em 25/11/2022).

## Resenha do livro *Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os teólogos da libertação*

*Review of the book Capitalism as religion: Walter Benjamin and the theologians of liberation*

Francisco das Chagas de Oliveira<sup>a</sup> 

Ao afirmar o caráter deficitário dos diagnósticos críticos modernos do capitalismo – no que se refere às suas bases analíticas atreladas às próprias noções modernas de sua racionalidade fundante –, Jung Mo Sung indica, na apresentação do livro de autoria de Allan da Silva Coelho, que, ao fazermos a leitura da obra, estaremos diante de uma contribuição ímpar para a compreensão das dimensões mais abstratas e simultaneamente concretas do sistema capitalista. A partir de uma perspectiva dialética, Coelho empreende esforço para, ao longo de oito capítulos, desvelar o funcionamento do capitalismo em suas entranhas, como um fenômeno que transcende a esfera dos valores meramente cifrados.

Recentemente lançada pela Editora Recriar, a obra *Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os teólogos da libertação* (2021) é resultado de edição realizada a partir da tese de doutorado de Allan Coelho, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, no ano de 2014. A qualidade do trabalho do autor foi reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Tese da Área de Filosofia/Teologia de 2015. Tendo trabalhado ao longo de sua pesquisa de pós-doutorado sob a supervisão de Michel Löwy no *Centre D'études en Sciences Sociales du Religieux (CéSor)*, Coelho propõe que as ideias presentes em seu texto não fiquem circunscritas apenas aos muros da academia, mas que sejam fonte geradora de forças com vigor suficiente para

---

<sup>a</sup> Mestrando em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS/UFG), licenciado em História pela União Pioneira de Integração Social (UPIS/DF). Docente na área de História e Sociologia do Ensino Fundamental e Médio na rede privada de ensino do DF.

mobilizar transformações reais na sociedade, sobretudo para aqueles que foram e estão sendo vencidos pelo sistema capitalista.<sup>1</sup>

Tendo como ignição de suas ideias uma fusão entre as perspectivas analíticas de autores clássicos – como Max Weber, Karl Marx e Walter Benjamin –, Coelho parte da premissa de que o capitalismo deve ser visto como uma religião. Destarte, o princípio utilizado pelo autor deixa o leitor instigado para compreender melhor como será demonstrada a possibilidade de diálogo entre duas matrizes que, aparentemente, enxergam a realidade de forma absolutamente dominada pelo espírito do cálculo e frieza da racionalidade herdada da filosofia iluminista e da grande cisão empreendida pela ética protestante – que resultou no desenvolvimento de uma sociedade relativamente autônoma com relação à esfera religiosa e desprendida do encantamento presente em contextos precedentes à modernidade – e o pensamento de Walter Benjamin. O filósofo da Escola de Frankfurt tece uma interpretação vista como herética por alguns marxistas ortodoxos do início do século XX, justamente por propor que a instrumentalização das diversas esferas da vida moderna, no contexto do funcionamento do sistema capitalista, não é inteiramente destituída de religiosidade.

Segundo a perspectiva apresentada ainda na “Introdução”, a racionalidade instrumental não compreenderia um sistema de pensamento absolutamente hermético, totalizante e vazio de encantamento, mas seria fundamentada em uma cosmovisão (*Weltanschauung*) religiosa que daria sustentação à face sacrificial, fascinante, desesperadora e violenta do capitalismo, demonstrada no primeiro capítulo da obra. Para Allan Coelho, Benjamin desafiou determinados marcos analíticos desde a sua juventude, sobretudo ao articular elementos do marxismo com a teologia.

Delineando o fio condutor de sua análise a partir dessas ideias, o autor tem como objetivo demonstrar a estrutura religiosa do capitalismo por intermédio da observação da idolatria do mercado. Ele aponta, como motivadora do seu estudo, a constatação de Michel Löwy, de que teólogos da libertação latino-americanos desenvolveram, a partir da década de 1980, uma crítica radical do capitalismo como religião idólatra, sem conhecer os escritos de Benjamin de 1921, que trazem a mesma ideia. Coelho descreve os teólogos da libertação da América Latina como um movimento da Igreja Católica que, apesar de algumas dificuldades, continua sendo detentor do domínio da crítica de base marxista ao capitalismo dentro da

---

1 O livro representa também um elo com as publicações anteriores da rica produção acadêmica do autor, nas quais estão presentes temas como a questão dos Direitos Humanos e o cristianismo da libertação, bem como a crítica teológica do Capitalismo e Paulo Freire.

instituição no continente, possuindo subdivisões em seu interior que convergem com diversos aspectos da crítica de Walter Benjamin.

Assim, para evidenciar o que indica ser a metafísica teológica capitalista, Coelho cria uma grande rede de diálogo entre Weber, Marx e Benjamin, autores que se dedicam ao estudo da religião para expor o sistema capitalista como fenômeno social dotado de religiosidade inerente. Fenômeno esse que se faz possível por meio de duas superfícies que tendem a criar uma ilusão de antagonismo entre elas: a produção da exploração, da dominação e da exclusão concomitante ao deslumbramento advindo do brilho das mercadorias, do sucesso enviado como mensagem social pela posse do dinheiro e da atração por adesão. É no interior desse jogo que, na perspectiva de Allan Coelho, se organiza a violência capitalista, caracterizada como legítima ou ilegítima. A hipótese é, portanto, de que o sistema capitalista submete todas as outras dimensões da subjetividade humana às dinâmicas do universo econômico.

A rede de diálogo criada pelo autor para demonstrar essa proposição teórica perpassa a leitura feita por Enrique Dussel das chamadas metáforas teológicas de Marx, e a noção de Zygmunt Bauman de que o consumo, e apenas ele, seria capaz de conformar as condições materiais mínimas de existência, estando aqueles fora das possibilidades geradas pelo consumo arruinados, excluídos e criminalizados. São aplicadas também as ideias de David Harvey, referentes ao padrão de normalidade advindo da participação na sociedade de mercado, e é explorada a confusão entre o suprimento de necessidades vitais e o consumo de mercadorias que são vistas como objetos de desejo, exposta por Jung Mo Sung. Esses elementos são entrelaçados à associação do consumo ao *telos hegemônico* da sociedade proposto por Luis Martinez.

Já a tese da existência de um feitiço capaz de entorpecer o indivíduo para a aceitação de um sistema excludente, baseado na mística da morte social legítima, tem fonte em autores como Hinkelammert e Duchrow (o sacrifício capaz de dar continuidade ao sistema). A análise da punição social dos pobres por intermédio de cortes em programas sociais considerados legítimos, ao mesmo tempo em que rebaixam o agente que não consome a um processo de objetificação, possui base em Paulo Arantes.

A partir do capítulo II, Coelho considera equivocada a visão predominante no campo das Ciências Sociais, que propõe que sejam absolutamente claras as distinções entre economia e religião, e mesmo a separação entre temas econômicos e políticos. Aqui há, ainda que indiretamente, a reafirmação das teses weberianas que dizem respeito à *autonomia relativa* entre as esferas da sociedade moderna.

O autor busca demonstrar que há uma tendência no campo marxista contemporâneo que tenta assumir, assim como Benjamin o fez, uma postura heterodoxa ao realizar a incorporação de elementos teológicos no enfrentamento do capitalismo, por considerar que as metáforas teológicas marxianas não se tratam unicamente de uma ferramenta estilística, mas representariam indícios de que o próprio Marx enxergava, nos meandros do sistema capitalista, potência de afirmação religiosa e mística. Assim, identifica alguns autores alinhados a essa tendência, como Slavoj Žižek, Alain Badiou, Giorgio Agamben, Paulo Freire, Anibal Quijano e Michel Löwy.

Para Allan Coelho, ainda que alguns desses autores tracem percursos epistemológicos sinuosos, há, em maior ou menor medida, um desafio direto à teoria da secularização, que emerge do fato de, mesmo em sociedades modernas racionalizadas, ocorrerem fenômenos religiosos extremamente complexos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a modernidade tenta construir por si só sua própria realidade, abre espaço para a continuidade do fenômeno religioso.

Apoiando-se em Jean Séguéy, que por sua vez está ancorado em Max Weber, Coelho tenta criar, no capítulo III, uma linha de comunicação entre o desencantamento do mundo e a continuidade do fenômeno religioso, ao conceber a ambivalência do tipo ideal da modernidade como uma condição histórica na qual a religião assume reciprocamente, em relação a ela, uma posição de concorrência e conflito. Isso tornaria uma oposição factual entre ambas, algo fictício, ainda que as propostas de análise que as colocam como realidades completamente opostas contribuam para compreendermos as tensões internas existentes na religião na modernidade. No mesmo capítulo, o autor recorre ainda a Antonio Pierucci, considerando que, quando Max Weber fala em desencantamento, trata de desmágicação. Em outras palavras, uma saída da religião que só pode ser promovida pela própria mentalidade religiosa, pelo mito que encarna ainda nas sociedades que continuamente buscam identificar, em si próprias, aquilo que é sagrado para a sua continuidade.

No capítulo IV, Coelho tenta compreender de que maneira a configuração espiritual (*Geistesverfassung*) da colonização, ideia proposta por Walter Benjamin, converte-se em horror. Esse horror, segundo Dussel, teria sido gestado no imaginário das vítimas da História a partir da ocupação da América pelos europeus, o que possibilitou a ascensão do paradigma da modernidade a partir da confluência entre as condições impostas pela conquista militar, bem como pela reconfiguração da economia política moderna daí derivada. Tal fato ocasionou a afirmação e reafirmação contínua dos discursos sobre formas de cultura e elaboração de conhecimentos considerados válidos.

Nesse ponto do texto, o autor busca uma amarração entre o pensamento herético de Benjamin e a teoria de Karl Marx para ilustrar como os limites da secularização e os limites da razão instrumental devem ser colocados sob um prisma que permita a distensão entre a crítica teológica e a economia política, pois, na visão do autor, está presente no pensamento de Benjamin uma nova proposta de racionalidade. Esse alvitre concebe a teologia como força dotada de capacidade para a criação de um novo pensar, que coloca a crítica racional e teológica como fatores concomitantemente diferentes, mas inevitavelmente inseparáveis.

Avançando até o capítulo V, temos uma tentativa do autor de nos oferecer diferentes abordagens que buscam definir o que, afinal de contas, é a religião enquanto fenômeno social. Cabe então uma crítica à elaboração do autor, que deixa um tanto ambígua suas definições sobre o que é a religião como fenômeno social, ao dedicar mais atenção a tentar explicar que tipo de teologia ou religião seria realmente dotada de poder libertador, apontando para o que seria uma tendência das religiões sacrais de contribuírem com a falsificação do mundo e das relações sociais. Isso deixa o leitor um tanto incerto em relação à análise, pois gera a impressão de que, para o autor, apenas um tipo de teologia, ou uma única dimensão de uma “mística”, seria capaz de libertar os oprimidos. Essa pequena desatenção pode conduzir à crença que o autor não está tentando definir o que é a religião, mas, sim, defendendo uma mística específica enquanto, por sua vez, o título do capítulo – “O desafio de definir a religião e o religioso” – remete a uma busca por definição.

No que diz respeito ao capítulo VI, o autor traz um debate sobre as origens comuns do cristianismo e do capitalismo, bem como faz um breve apanhado daquilo que concebe como interpretações do marxismo vulgar, que compreendem como imprescindível a crítica da religião e desprezam as metáforas religiosas presentes em Marx. Coelho nega essa ideia, ao mesmo tempo em que indica que também é falsa a impressão de que o capitalismo utiliza uma roupagem religiosa unicamente para forjar adesão. Para o autor, o que ocorre de fato é que o capitalismo, em termos explícitos e derivados, possui uma formulação teológica, sendo ela simultaneamente de caráter secular e tradicional. O autor finaliza esse capítulo indicando perguntas que se referem a elementos que geram esperança dentro do sistema capitalista, bem como a elementos que são adorados.

O capítulo VII é um dos mais interessantes, pois busca estabelecer uma relação entre o conceito de fetichismo, tradicionalmente presente na teoria sociológica marxista, e a idolatria religiosa presente na cultura religiosa. Nessa altura, Coelho expõe a distinção fundamental weberiana sobre capitalismo como forma de orga-

nização econômica e o espírito do capitalismo, apontando para o fato de ser comum a confusão entre ganância e espírito do capitalismo, que especifica as distinções entre as formas de capitalismo modernas e as formas precedentes de acumulação. Dessa forma, o autor recorre a Daniel Bensaïd, para uma definição mais precisa do que seria o espírito capitalista, visto como uma ideologia dotada da capacidade de gerar consenso para a adesão daqueles que são explorados, acarretando a entrega dos indivíduos ao fetiche da própria exploração. Coelho corrobora essa ideia ao utilizar Gramsci, para quem o pilar desse tipo de sociedade está justamente nas formas violentas de coerção. Já a “Mão Invisível” de Adam Smith seria a expressão máxima da metafísica embutida no capitalismo, por reforçar sua aplicabilidade e funcionamento no mundo real, transformando o egoísmo em virtude, ao invés de vício moral.

O capítulo VIII explica, de forma extremamente clara e concisa, a irracionalidade expressa no racionalizado. Isto é, remonta aos exemplos introdutórios do livro que destacam desde o início como o sistema capitalista é capaz de converter uma situação de risco para a sociedade em algo inteiramente normalizado. O sacrifício aparece, nesse sentido, como peça fundamental da engrenagem capitalista, pois é o que insere dentro do sistema o mito da necessidade do irracional para a manutenção do mundo racionalizado. É por esse caminho que Allan Coelho trilha sua compreensão do significado da afinidade eletiva entre o pensamento cristão contemporâneo presente nos teólogos da libertação e o embate com o sistema capitalista, sendo uma espécie de luta dos deuses, os quais, verdadeiros ou falsos, disputam poder sobre a vida das sociedades modernas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Alan da Silva (2021). *Capitalismo como religião*: Walter Benjamin e os teólogos da libertação. São Paulo: Recriar.

Adson Amorim	UFSCar
Alana Barros Santos	Unicamp
Alexandre Ribeiro Martins	UFRGS
Ana Carolina Freire Accorsi Miranda	UFRJ
André de Holanda Padilha Vieira	IPEA
Antonio Giovanni Boaes Gonçalves	UFPB
Bruno José Rodrigues Durães	UFRJ
Camila Gonçalves de Mario	Universidade Candido Mendes
Elisângela da Silva Santos	UFG
Francisco Elionardo de Melo Nascimento	UECE
Gabriela de Souza Honorato	UFRJ
Glauber Lopes Xavier	UEG
Igor de Souza Rodrigues	UFJF
Ítalo Barbosa Lima Siqueira	UFCE
João Pedro de Souza Barros Santoro Luques	UEL
Luciana Caetano da Silva	UFAL
Luciane Soares da Silva	UENF
Luiz Ismael Pereira	UFV
Marcelo Pinheiro Cigales	UnB
Marcos Claudio Signorelli	UFPR
Maria Alda de Sousa Alves	Unilab
Maria José Rosado	PUC-SP
Morgana Martins Krieger	UFBA
Nilza Rogéria de Andrade Nunes	PUC-RJ
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior	UFRN
Paula Marcela Ferreira França	UFT
Rafael de Souza	Cebrap
Rayani Mariano	UFG
Robério Américo do Carmo Souza	Unilab
Sara da Silva Freitas	Unicamp
Selton Evaristo de Almeida Chagas	IFMT
Tatiana Silva Poggi de Figueiredo	UFF
Valesca Daiana Both Ames	UFPR
Vera Simone Schaefer Kalsing	UFLA
Vitor Henrique de Siqueira Jasper	UFRJ
Weber Lopes Góes	UFABC

---

### **Comissão Editorial**

Plural - Revista de Ciências Sociais do  
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP  
 Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. CEP 05508-900 – São Paulo  
 São Paulo - Brasil  
 E-mail: plural@usp.br / Site: <http://revistas.usp.br/plural>

